

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Acesso à Política de Assistência Estudantil em um Instituto Federal: uma
análise a partir das perspectivas de discentes e suas famílias**

Lilian Aparecida Carneiro Oliveira
Doctor Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

LILIAN APARECIDA CARNEIRO OLIVEIRA

Acesso à Política de Assistência Estudantil em um Instituto Federal: uma análise a partir das perspectivas de discentes e suas famílias

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Lilian P. Caixeta Reis

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

O48a
2026
Oliveira, Lilian Aparecida Carneiro, 1983-
Acesso à Política de Assistência Estudantil em um Instituto
Federal: uma análise a partir das perspectivas de discentes e suas
famílias / Lilian Aparecida Carneiro Oliveira. – Viçosa, MG,
2026.

1 tese eletrônica (217 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Lílian Perdigão Caixêta Reis.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa, Divisão
de Imprensa - CCS, 2026.

Referências bibliográficas: f.193-202.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.092>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Assistência estudantil – Institutos federais. 2.
Permanência escolar – Educação profissional. 3. Educação
profissional e tecnológica. 4. Juventude – Educação profissional.
5. Política educacional – Assistência estudantil. 6.
Desenvolvimento humano – Aspectos ecológicos. 7. Família e
escola. 8. Desigualdade social – Educação. 9. Capital cultural
(Sociologia da educação).. I. Reis, Lílian Perdigão Caixêta,
1966-. II. Universidade Federal de Viçosa. Divisão de Imprensa -
CCS. Doutorado em Política Social. III. Título.

CDD 22. ed. ? 371.223

LILIAN APARECIDA CARNEIRO OLIVEIRA

Acesso à Política de Assistência Estudantil em um Instituto Federal: uma análise a partir das perspectivas de discentes e suas famílias

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 25 de fevereiro de 2026.

Assentimento:

Lilian Aparecida Carneiro Oliveira
Autora

Lilian Perdigao Caixeta Reis
Orientadora

Essa tese foi assinada digitalmente pela autora em 29/03/2026 às 18:45:20 e pela orientadora em 30/03/2026 às 08:38:52. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **FWYQ.PQXC.B2TT** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico esta tese à minha família e, em especial aos estudantes e famílias da classe trabalhadora que me inspiram a acreditar e lutar pela educação pública, gratuita e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e à Nossa Senhora Aparecida, fonte de sabedoria, força e proteção, por estarem comigo em cada passo desta caminhada.

Agradeço em especial à minha orientadora, professora Lilian Perdigão, pela orientação dedicada, sensibilidade e apoio constante em todos os momentos, que foram essenciais para a realização deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFV pelos saberes compartilhados e reflexões instigantes.

Aos professores das bancas examinadoras do projeto, da qualificação e da defesa, Cristiane Baquim, Daniella Borges, Elisa Vargas, Késia Tosta, Wânia Lacerda e Weder Ferreira, pelas valiosas contribuições e pela oportunidade de ampliar meu conhecimento acerca do tema pesquisado.

Aos professores Maria Auxiliadora Dessen e Écio Portes pelo diálogo profícuo durante o evento promovido pelo Núcleo de Estudos Sociedade, Família e Escola (NESFE) da Universidade Federal de Ouro Preto.

Às secretárias do PPGPS/UFV, pela disponibilidade e atenção de sempre.

Aos colegas do PPGPS/UFV pela convivência, encontros e conversas enriquecedoras.

Ao grupo de pesquisa, Contextos da Infância, Adolescência e Juventude e da sua InterRelação na Família e na Sociedade (CIAJIFS) e ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Política Social, Saúde Mental e Drogas (GEPEPSS), pelas valiosas trocas acadêmicas que contribuíram significativamente para minha formação.

Aos estudantes e famílias participantes desta pesquisa, por compartilharem suas experiências e histórias, que foram fundamentais para a construção desta pesquisa, e por me fazer revisitar a minha história, de estudante esforçada, proveniente de uma realidade social simples, que buscou por meio da educação um caminho de transformação.

Aos meus pais (in memoriam), Acrísio e Lêda, sou grata por cada esforço, ensinamento, e sobretudo, pelos gestos de fé e amor que sempre me sustentaram. Mesmo com menos oportunidades educacionais que eu, eles sempre valorizaram o conhecimento e fizeram o possível para que eu trilhasse esse caminho, e devem estar muito orgulhosos de ver aonde eu cheguei.

Ao meu filho Lucas, com quem mais aprendo do que ensino, e que dá sentido aos meus dias, impulsionando-me a seguir a vida com coragem.

Ao meu esposo Victor, pela sua determinação, carinho, companheirismo e por me acompanhar nas viagens e entrevistas de campo.

À minha irmã Liliane, por ser exemplo de resiliência e por ouvir em silêncio

as minhas aflições.

Aos meus sobrinhos Ana Clara, Gabriel, Augusto e João pelos momentos de alegria e por serem a representação de vitalidade e esperança.

À minha amiga Manu, por não soltar a minha mão, minha maior incentivadora no ingresso ao Doutorado, que desde o processo seletivo esteve ao meu lado, compartilhando saberes, sentimentos e vibrando a cada conquista, proporcionando um percurso mais suave.

Aos amigos da Coordenação Geral de Ensino Técnico do Campus Rio Pomba, pela amizade, apoio e parceria de sempre.

Ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais- Campus Rio Pomba, pelas condições proporcionadas ao meu aperfeiçoamento e o melhor desempenho de minhas atribuições.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação e vivenciar experiências únicas e transformadoras.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

OLIVEIRA, Lilian Aparecida Carneiro, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2026. **Acesso à Política de Assistência Estudantil em um Instituto Federal: uma análise a partir das perspectivas de discentes e suas famílias.** Orientadora: Lilian Perdigao Caixeta Reis.

O objetivo do presente trabalho foi analisar de que forma o acesso ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) permite que haja consistência e frequência nas interações positivas que promovem desenvolvimento dos estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio de Zootecnia do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba e como isso se reverbera na realidade das famílias pesquisadas. A democratização do acesso, bem como o apoio à permanência e ao êxito acadêmico dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), constitui um compromisso central dos Institutos Federais, enquanto instituições públicas comprometidas com a equidade e a inclusão social. Por isso, compreender o papel do PNAES e outras ações institucionais nesse processo é fundamental, especialmente quando se considera que muitos estudantes e suas famílias enfrentam a negação histórica de direitos sociais básicos, entre eles o próprio direito à educação. Além disso, é necessário considerar também que o desenvolvimento desses estudantes é influenciado por múltiplos fatores, entre os quais se destacam os vínculos estabelecidos no ambiente escolar e nas relações família, escola e comunidade. Essas interações podem tanto favorecer, quanto dificultar o desenvolvimento do estudante, tornando essencial uma análise que considere os contextos sociais nos quais esses sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, este estudo fundamenta-se na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Urie Bronfenbrenner, e em aportes da Teoria Sociológica de Pierre Bourdieu, por reconhecer a complementaridade entre ambas na compreensão dos processos de permanência e desenvolvimento dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa foi conduzida a partir de uma perspectiva qualitativa, exploratória e descritiva, envolvendo a coleta de dados por meio de questionários e entrevistas direcionados aos estudantes e seus familiares, além de revisão bibliográfica e documental. A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), que possibilitou a identificação de categorias que foram construídas de modo articulado ao referencial teórico adotado, e refinadas a partir da leitura das entrevistas, permitindo atribuição de sentido e interpretação das falas dos participantes, a partir dos pressupostos teóricos da pesquisa. Os resultados possibilitaram identificar que auxílios

materiais, como alimentação, transporte e manutenção, são fundamentais sobretudo para estudantes dos cursos técnicos integrados, pois, ao garantirem a permanência, favorecem a longevidade das trajetórias educacionais e ampliam as oportunidades de participação institucional e social. No Campus Rio Pomba, além dos auxílios financeiros, a assistência estudantil apresenta um diferencial, decorrente de sua historicidade, refletido na oferta de serviços que complementam o atendimento aos estudantes. Observou-se ainda que, por se tratar de um público jovem, a permanência escolar está fortemente associada às relações estabelecidas entre os pares, contribuindo para o fortalecimento de vínculos. Tais ações repercutem positivamente na vida familiar, configurando a assistência estudantil como política central para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: juventude; assistência estudantil; teoria bioecológica; permanência

ABSTRACT

OLIVEIRA, Lilian Aparecida Carneiro, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2026. **Access to Student Assistance Policy at a Federal Institute: an analysis from the perspectives of students and their families.** Adviser: Lilian Perdigao Caixeta Reis.

The objective of this study was to analyze how access to the National Student Assistance Program (PNAES) ensures consistency and frequency in positive interactions that promote the development of students enrolled in the Integrated Technical Upper Secondary Program in Animal Science at the Federal Institute of Southeast Minas Gerais (IF Sudeste MG), Rio Pomba Campus, and how this process reverberates in the reality of the families involved. The democratization of access, as well as support for student retention and academic success in professional and Technological Education (PTE), constitutes a central commitment of the Federal Institutes as public institutions committed to equity and social inclusion. Therefore, understanding the role of PNAES and other institutional actions in this process is essential, especially considering that many students and their families face the historical denial of basic social rights, including the right to education itself. Furthermore, it is also necessary to recognize that the development of these students is influenced by multiple factors, among which the bonds established in the school environment and within family–school–community relationships stand out. These interactions may either foster or hinder student development, making it essential to adopt an analysis that takes into account the social contexts in which these individuals are embedded. In this regard, this study is grounded in Urie Bronfenbrenner’s Bioecological Theory of Human Development and in contributions from Pierre Bourdieu’s Sociological Theory, recognizing the complementarity between both approaches in understanding the processes of student retention and development in professional and Technological Education. The research was conducted from a qualitative, exploratory, and descriptive perspective and involved data collection through questionnaires and interviews with students and their family members, in addition to bibliographic and documentary review. Data analysis was carried out based on Content Analysis, as proposed by Bardin (2016), which enabled the identification of categories articulated with the adopted theoretical framework and refined through the reading of the interviews, allowing for the attribution of meaning and the interpretation of the participants’ statements in light of the theoretical assumptions of the study. The results indicate that material support, such as food, transportation, and maintenance assistance, is fundamental, especially for

students enrolled in integrated technical programs. By ensuring student retention, such support promotes the longevity of educational trajectories and expands opportunities for institutional and social participation. At the Rio Pomba Campus, in addition to financial aid, student assistance presents a distinctive feature resulting from its historical development, reflected in the provision of services that complement student support. It was also observed that, since this is a young population, school retention is strongly associated with peer relationships, contributing to the strengthening of social bonds. These actions have positive repercussions on family life, configuring student assistance as a central policy for reducing inequalities and for promoting the integral development of students.

Keywords: youth; student assistance; bioecological theory; school retention

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo PPCT de Bronfenbrenner.....	30
Figura 2 – Representação do percurso metodológico utilizado.....	57
Figura 3 – Fluxograma de seleção dos trabalhos.....	59
Figura 4 – Mapa da localização de Rio Pomba e municípios vizinhos	62
Figura 5 – Localização das instituições que compõem o IF Sudeste MG.....	65
Figura 6 – Frente do Prédio Central do Ginásio Agrícola de Rio Pomba	66
Figura 7 – Fachada atual do Prédio Central do IF Campus Rio Pomba.....	69
Figura 8 – Vista panorâmica do prédio central e pavilhões de salas de aula do campus Rio Pomba.....	69
Figura 9 – Vista panorâmica dos prédios de alguns departamentos acadêmicos do campus Rio Pomba.....	70
Figura 10 – Período de publicação	80
Figura 11 – País de origem dos estudos selecionados	80
Figura 12 – Nuvem de palavras dos resumos dos artigos.....	83
Figura 13 – Nuvem de palavras da “metodologia dos trabalhos”	85
Figura 14 – Setores que compõem o CGAE Campus Rio Pomba.....	110
Figura 15 – 6ª Jornada do Livro e da Biblioteca no Campus Rio Pomba (2024).....	117
Figura 16 – Mostra de cursos e profissões do campus Rio Pomba 2024	118
Figura 17 – Visita técnica dos estudantes de graduação em Zootecnia.....	119
Figura 18 – SIMEPE (Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão)	120
Figura 19 – Coral Vozes do Vale IF Rio Pomba.....	121
Figura 20 – Participação dos estudantes no JIF.....	122
Figura 21 – Atividades esportivas no campo da instituição	123
Figura 22 – Quiosques e áreas externas de encontro e convivência estudantil	124
Figura 23 – Evento em comemoração ao Dia da Consciência Negra	125
Figura 24 – Cidade de origem dos estudantes ativos Técnico Integrado em Zootecnia no ano 2024	129

Figura 25 – Cidade de origem dos estudantes pesquisados.....	130
Figura 26 – Com quem reside atualmente	131
Figura 27 – Meio de transporte utilizado para chegar no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba	134
Figura 28 – Local que utiliza para realizar as principais refeições na instituição	135
Figura 29 – Renda mensal bruta per capita familiar apresentada pelos estudantes.....	144
Figura 30 – Nuvem de palavras principal modalidade PNAES	164
Figura 31 – Nuvem de palavras “Efeitos da Assistência Estudantil”	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Legislações do campus Rio Pomba	68
Quadro 2 – Participantes da pesquisa	76
Quadro 3 – Caracterização dos artigos selecionados.....	81
Quadro 4 – Síntese dos principais marcos históricos da assistência estudantil.....	101
Quadro 5 – Profissionais/servidores que atuam no CGAE Campus Rio Pomba.....	111
Quadro 6 – Modalidades de atendimento Assistência Estudantil IF Sudeste MG Campus Rio Pomba 2024	116
Quadro 7 – Variáveis sociodemográficas, socioeconômicas e escolaridade	127
Quadro 8 – Caracterização dos estudantes participantes.....	128
Quadro 9 – Distância de Rio Pomba MG aos municípios de origem dos estudantes pesquisados	131
Quadro 10 – Dados de ingresso no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba	133
Quadro 11 – Modalidades do Programa de Assistência Estudantil que o estudante foi atendido dentre os anos 2022 a 2024.....	136
Quadro 12 – Dados dos familiares dos participantes	141
Quadro 13 – Perfil socioeconômico das famílias	143
Quadro 14 – Condições sociodemográficas e socioeconômicas das famílias	144
Quadro 15 – Elementos de influência na trajetória estudantil.....	146
Quadro 16 – Situação/êxito dos egressos pesquisados (2025)	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de matrículas do IF Sudeste MG, campus Rio Pomba, nos cursos técnicos integrados, de acordo com o perfil socioeconômico (2018-2023)	52
Tabela 2 – Resultados da busca e seleção dos artigos	60
Tabela 3 – Acompanhamento dos estudantes da turma que ingressaram no curso Técnico Integrado em Zootecnia em 2022	72
Tabela 4 – Total de estudantes contemplados pela Assistência Estudantil por modalidade e Campus do IF Sudeste MG no ano de 2024	114
Tabela 5 – Comparativo do Coeficiente de Rendimento (CR) dos estudantes pesquisados em relação aos demais estudantes da turma	137

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CADÚNICO	Cadastro Único do Governo Federal
EAD	Ensino a distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
ProUni	Programa Universidade para todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SIGA A	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFV	Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS SOCIAIS, ESCOLA E FAMÍLIA	26
1.1 A teoria bioecológica do desenvolvimento humano e as políticas sociais.....	26
1.2 Adolescência e vulnerabilidade social	33
1.3 Bourdieu e o desenvolvimento humano: as influências dos capitais, habitus e campo(s)	38
1.4 Neoliberalismo e políticas sociais no Brasil	44
1.5 Tendências da política de assistência estudantil	49
CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO.....	56
2.1 Revisão integrativa da literatura	58
2.2 Pesquisa de campo	61
2.2.1 Local da pesquisa.....	61
2.2.2 O Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG)	63
2.2.3 O IF Sudeste MG Campus Rio Pomba	65
2.2.4 Participantes da pesquisa	72
2.2.5 Aplicação dos questionários e entrevistas.....	74
2.2.6 Análise de dados	76
2.3 Questões éticas.....	78
CAPÍTULO 3 – A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO DESENVOLVIMENTO DOS JOVENS ESTUDANTES	79
3.1 Contribuições da assistência estudantil no desenvolvimento do estudante: revisão integrativa	79
3.1.1 Causas e variáveis de evasão, permanência e exclusão escolar.....	85
3.1.2 Condições materiais e simbólicas e a permanência estudantil	87
3.1.3 Equipe multidisciplinar na assistência estudantil	91
CAPÍTULO 4 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DOS MARCOS LEGAIS AO CONTEXTO DO IF SUDESTE MG CAMPUS RIO POMBA.....	96
4.1 Principais marcos históricos da assistência estudantil.....	96
4.2 A política nacional de assistência estudantil	102
4.3 A assistência estudantil nos institutos federais	104
4.4 A assistência estudantil no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba.....	108
4.4.1 Programa de assistência estudantil do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba: modalidades de bolsas e serviços oferecidos.....	112
4.5 Projetos e ações institucionais promovidas no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba ..	116

CAPÍTULO 5 – CONDIÇÕES DE VIDA E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS PARTICIPANTES	126
5.1 Caracterização dos estudantes participantes da pesquisa	126
5.2 Forma de Ingresso no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba	132
5.3 Dados gerais sobre o atendimento aos estudantes	133
5.4. Desempenho dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Zootecnia.....	136
5.5 Informações das famílias dos estudantes pesquisados.....	140
CAPÍTULO 6 – PERCEPÇÃO DOS DISCENTES E DAS FAMÍLIAS ACERCA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	146
6.1 Processos de escolha e trajetória escolar	147
6.1.1 Influências contextuais e redes sociais na escolha e permanência	148
6.1.2 Identificação com o curso a partir de saberes e disposições internalizadas.....	150
6.1.3 Articulação entre escolhas individuais e condições objetivas (escolha possível)	153
6.1.4 Forças disposicionais e fatores protetivos	154
6.2 Rede de apoio pessoal.....	156
6.2.1 Rede de apoio e sustentação da permanência qualificada	156
6.2.2 Adaptação acadêmica, social e afiliação estudantil	158
6.3 Conhecimentos e significados da política de assistência estudantil	162
6.3.1 Conhecimento experiencial sobre a assistência estudantil	163
6.3.2 Ênfase nos benefícios concretos da assistência	164
6.3.3 Efeitos da assistência estudantil na perspectiva discente e da família.....	166
6.3.4 Relevância material e simbólica do PNAES.....	168
6.3.5 Desafios e limites na efetivação do PNAES.....	170
6.4 Sistemas e contextos	172
6.4.1 Lógica socializadora das famílias populares e a participação familiar na vida estudantil.....	172
6.4.2 Ações institucionais, suporte acadêmico, instrumental e informacional	175
6.4.3 Relação família-escola.....	177
6.4.4 Políticas públicas que interceptam a política educacional.....	180
6.4.5 Ampliação do horizonte de possibilidades juvenis.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS.....	193
APÊNDICE A – Questionário socioeconômico- estudantes.....	203
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturado (estudantes)	208
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturado (familiares)	210

APÊNDICE D – Termo de assentimento	211
APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	213
ANEXO A – Termo de autorização institucional	215
ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP	216

INTRODUÇÃO

A democratização do acesso, bem como o apoio à permanência e ao êxito acadêmico dos estudantes matriculados na Educação Profissional Tecnológica (EPT), integram a missão dos Institutos Federais enquanto instituições públicas. A relevância de pesquisar a contribuição da assistência estudantil para o desenvolvimento dos estudantes na EPT e seus efeitos nas famílias implica refletir sobre o direito à educação, muitas vezes negado a grupos que já tiveram outros direitos sociais expropriados.

Buscamos analisar as ações da assistência estudantil, bem como outras ações institucionais e os contextos nos quais os estudantes estão inseridos, que possibilitam, sobretudo aos jovens em condição de vulnerabilidade social, sua permanência na EPT. Considera-se que as interações sociais estabelecidas no contexto escolar e nos demais ambientes frequentados pelos estudantes estão estruturados no tripé família–escola–comunidade, podendo ser favoráveis ou não ao seu desenvolvimento e ao processo educacional.

A política de assistência estudantil encontra respaldo nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988, na interface com a política educacional, constituindo-se como política pública no campo dos direitos sociais, com ênfase nas necessidades dos estudantes.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído em âmbito federal por meio da Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007, tendo como público-alvo os estudantes da educação superior em cursos presenciais das instituições federais. Contudo, foi com a promulgação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que suas ações se tornaram mais consistentes e ampliadas, passando a contemplar também os Institutos Federais.

O PNAES tem como objetivos democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social por meio da educação (Brasil, 2010).

Trata-se de uma política governamental regida pelo Decreto nº 7.234/2010, que estabelece dez áreas de atuação com vistas à redução da evasão e à melhoria do desempenho acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Entre as ações previstas, destacam-se, conforme o art. 3º, §1º: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e ações destinadas a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2010).

Para Imperatori (2017, p. 298), o PNAES representa um avanço, uma vez que a assistência estudantil passa a ser reconhecida como direito social, sendo relevante para o “combate às desigualdades sociais, ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal, com uma definição bastante ampliada”. Ou seja, visa, por meio das ações, possibilitar que os jovens da classe trabalhadora tenham suas condições de permanência na educação pública federal ampliadas.

Essa política passou, a partir da Lei nº 14.914 de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)¹, a configurar-se como política de Estado. Tal mudança representa um avanço, pois garante maior continuidade, longevidade e estabilidade às ações, necessárias à efetivação de direitos. Por isso, apesar de a sigla PNAES ter sido mantida, o que antes era um programa tornou-se uma política.

Com o intuito de esclarecer essa transição, apresentam-se, de forma sintética, dados que possibilitam melhor compreensão da passagem do Decreto nº 7.234/2010 para a Lei nº 14.914/2024.

Ressaltamos, contudo, que, como o período analisado nesta pesquisa corresponde aos anos de 2022 a 2024, as ações consideradas ainda se referem ao PNAES enquanto programa, regido pelo Decreto nº 7.234/2010.

O referido decreto instituiu ações voltadas à permanência estudantil centradas em um conjunto de medidas essenciais, como alimentação, moradia, transporte, saúde, cultura, esporte e apoio pedagógico. Já a Lei nº 14.914/2024 ampliou significativamente a abrangência da assistência estudantil, estruturando-a em dez programas articulados, incluindo, entre outros, assistência estudantil, bolsa permanência, segurança alimentar, moradia, transporte, acessibilidade, apoio a estudantes com filhos, bibliotecas, saúde do estudante, mobilidade e inclusão acadêmica.

Destaca-se, ainda, o benefício “Permanência na Educação Superior”, que, por meio da articulação com outras políticas sociais, especialmente as de transferência de renda, visa atender

¹ Em 3 de julho de 2024, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) passa a ser uma política de Estado (Lei n. 14.914/2024). A legislação também amplia as ações de assistência, com a inclusão de mais dimensões como: apoio a estudantes estrangeiros, atenção à saúde mental dos estudantes, auxílio financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com foco em indígenas e quilombolas, consolidação de núcleos de acessibilidade que promovam ações para a garantia do acesso pleno das pessoas com deficiência às instituições federais de ensino, dentre outros programas que serão mais detalhados adiante. O status de lei da PNAES é sem dúvida um marco muito importante, mas a sua efetividade depende do compromisso do Estado com as questões orçamentárias e as ações propostas. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/04/politica-nacional-de-assistencia-estudantil-e-sancionada-com-vetos> . Acesso em: 12 dez. 2024.

famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) com dependentes matriculados em cursos de graduação.

Além dos programas incluídos, a lei ressalta a oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Dessa forma, observa-se que a nova legislação não apenas transforma o PNAES em um dos programas que a compõem, mas também amplia as ações de assistência estudantil, direcionando-as para a promoção de um cuidado integral aos estudantes.

Considerando a assistência estudantil como política social volta ao enfrentamento de vulnerabilidades econômicas, sociais e culturais presentes nas realidades das famílias brasileiras, torna-se necessário analisar seus efeitos na vida dos estudantes e suas repercussões nos contextos familiares.

A vulnerabilidade, por sua vez, constitui um conceito amplo multidimensional, envolvendo não apenas aspectos socioeconômicos, mas também culturais, raciais, de gênero, entre outros. Nesse contexto, a política de assistência estudantil ganha maior qualidade quando construída com base na participação dos sujeitos envolvidos: estudantes e famílias.

Dada a complexidade das influências das ações de apoio estudantil – que se estabelecem de forma material (via PNAES) e simbólica (pelas relações na escola e na família) –, destaca-se a importância de pesquisas que partam das realidades dos sujeitos, a fim de contribuir para a formulação de propostas que promovam transformações mais efetivas nas condições de exclusão social, que vão desde a evasão escolar até empregos precários e marginalização.

Considerando que a pesquisa foi realizada com adolescentes e suas famílias, trazemos à tona discussões sobre adolescência e juventude, compreendidas como fases marcadas por múltiplas transformações, que extrapolam os marcos fisiológicos, necessitando ser compreendida em sua pluralidade.

Os estudos sobre o desenvolvimento humano avançaram nas últimas décadas, passando a ser norteados por princípios como estrutura, temporalidade e visão sistêmica, o que implica “análises de sistemas complexos e integrados em todos os seus níveis: genético, neural, comportamental e ambiental (físico, social e cultural), interagindo ao longo do tempo” (Dessen; Guedea, 2005, p. 11).

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida neste trabalho foi consubstanciada pelo aporte da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner² e em elementos da Teoria Sociológica de Bourdieu. Essa possibilita uma análise abrangente, que abarca desde a macroestrutura social até as dimensões individuais e relacionais, ao considerar o indivíduo com suas características biológicas e psicológicas em interação com o ambiente

O interesse pelo tema justifica-se pela trajetória profissional da pesquisadora, que desenvolve estudos desde o Mestrado³ no campo da educação profissional⁴. Com 21 anos de experiência na área dos quais 15 foram dedicados ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (Campus Rio Pomba), atuou na Coordenação de Assistência Estudantil e, atualmente, como Pedagoga na mediação e acompanhamento estudantil. A referida instituição atende estudantes de diversos municípios e estados, que conseguem permanecer na instituição por meio de projetos⁵ e programas de assistência.

Pesquisar a influência dos mecanismos de apoio estudantil e estratégias familiares no desenvolvimento dos jovens estudantes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio emergiu de forma ainda mais urgente no contexto da pandemia de COVID-19⁶. Nesse período, foi necessário estabelecer novas formas de interlocução devido às demandas do ensino remoto e às

² A abordagem "bioecológica" de Bronfenbrenner para o desenvolvimento humano quebrou barreiras entre as ciências sociais e forjou pontes entre as disciplinas que permitiram que descobertas surgissem sobre quais elementos-chave na estrutura social mais ampla e entre as sociedades são vitais para o desenvolvimento do potencial da natureza humana. Pesquisadores dizem que antes de Bronfenbrenner, psicólogos infantis estudavam a criança, sociólogos examinavam a família, antropólogos a sociedade, economistas a estrutura econômica da época e cientistas políticos a estrutura. Como resultado do conceito inovador de Bronfenbrenner sobre a ecologia do desenvolvimento humano, esses ambientes – da família às estruturas econômicas e políticas – eram vistos como parte do curso da vida, abrangendo tanto a infância quanto a idade adulta. Disponível em : <https://news.cornell.edu/stories/2005/09/head-start-founder-urie-bronfenbrenner-dies-88>. Acesso em: 7 mar. 2025.

³ Dissertação do Mestrado em Educação UFV, intitulada Políticas de Formação Profissional: análise do Pronatec no IF Sudeste MG. Disponível em: <https://poseducacao.ufv.br/dissertacoestesese/>. Publicação de artigo na revista científica Trabalho & Educação, periódico do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (FAE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob o título “Políticas de Educação Profissional: análise do Pronatec no IF Sudeste MG Campus Muriaé”. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9710>.

⁴ Publicação de capítulo de livro a partir das pesquisas realizadas no Doutorado, intitulado “Política de Assistência estudantil: a sua importância na formação dos estudantes da educação profissional”. Disponível em: <https://ebooks.editoraiberoamericana.com/editora/catalog/view/17/50/58>. Publicação de resumo sob o título “A educação para o trabalho no contexto dos institutos federais”, no Boletim do CDPHA / Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff – n. 32 (2024). ISSN 1806-1931. Disponível em: https://cdpha.pro.br/wp-content/uploads/2024/05/BOLETIM-2024_revis_indice_03_05_completo.pdf.

⁵ Dentre os projetos desenvolvidos no IF Sudeste MG destacam-se os projetos de ensino, pesquisa, extensão e monitoria que também são desenvolvidos geralmente junto aos estudantes bolsistas selecionados por edital. Já o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), se efetiva por meio de processo seletivo do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica.

⁶ Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia causada pelo coronavírus. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 12 nov. 2024.

mudanças nas dinâmicas familiares. A atuação pedagógica intensificou-se, mantendo uma rotina de busca ativa por estudantes que apresentavam indícios de desistência.

Nesse acompanhamento, vários elementos foram apontados como obstáculos: a necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas familiares; falta de acesso à internet; dificuldade de adaptação ao ensino remoto; adoecimento e barreiras de comunicação. Tais fatores implicaram repensar a importância do PNAES na realidade dessas famílias. Outro fator percebido foram os questionamentos sobre o caráter contraditório da política: “favor ou direito?”. Notaram-se, inclusive, cobranças acadêmicas maiores sobre os estudantes beneficiários.

Dessa forma, identificar as implicações da Assistência Estudantil no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba significa conhecer as condições de vida dos atendidos e desenvolver ações que favoreçam o pleno êxito estudantil. Ao dar voz aos estudantes e às famílias, possibilita-se conhecer como os recursos (materiais e imateriais) favorecem a presença dos jovens na instituição.

Buscamos compreender se o mecanismo de apoio se limita à transferência de renda ou se inclui suporte educacional e questões simbólicas que possibilitam a pertença social. A assistência estudantil aqui compreendida, conforme Britto (2023, p. 4), como o “o conjunto de ações voltadas para apoiar a permanência e o êxito dos alunos nas instituições de ensino, garantindo o direito à educação para além da dimensão do acesso”.

Quando falamos de modalidades do programa de assistência estudantil, referimo-nos aos auxílios materiais e financeiros disponibilizados por meio do edital do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica que, no caso do Campus Rio Pomba, local da pesquisa, conta com os auxílios de alimentação, manutenção, material didático, moradia, transporte e uniforme. No entanto, para além dos auxílios materiais, pretende-se investigar como as relações estabelecidas pelo estudante, assim como as diversas formas de apoio simbólico, mediatizados pela política de assistência estudantil, influenciam no desenvolvimento do estudante.

Neste contexto, o problema de pesquisa apresenta-se assim: de que modo a Política de Assistência Estudantil cria condições para que relações positivas nos microssistemas escolares e familiares favoreçam o desenvolvimento saudável dos estudantes e de suas capacidades?

O **objetivo geral** deste estudo é analisar de que forma o acesso ao PNAES permite interações positivas que promovam o desenvolvimento dos estudantes do Curso Técnico

Integrado ao Ensino Médio de Zootecnia do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba e como isso reverbera na realidade das famílias pesquisadas.

Como **objetivos específicos**, buscou-se:

- Identificar o perfil e mapear as condições socioeconômicas das famílias;
- Identificar a percepção dos estudantes sobre as influências dos ambientes em seu desenvolvimento;
- Conhecer a percepção dos estudantes e famílias sobre as ações oferecidas;
- Conhecer, sob a perspectiva das famílias, em que medida o apoio material e simbólico contribui para a permanência;
- Analisar as influências do mesossistema família-escola no desenvolvimento estudantil.

Por meio dos objetivos propostos, buscamos analisar as ações da assistência estudantil e outras ações institucionais e os contextos em que os estudantes estão inseridos, que oportunizam principalmente aos jovens em condição de vulnerabilidade social a sua permanência. Além disso, serão consideradas as interações sociais e padrões relacionais que se constituem no contexto escolar e nos demais ambientes nos quais o estudante está inserido formado pelo tripé família- escola- comunidade que podem ser favoráveis ou não ao desenvolvimento do estudante e do seu processo educacional.

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de buscar embasamentos teóricos que possibilitem a compreensão do desenvolvimento de adolescentes em vulnerabilidade sob uma perspectiva sistêmica, de modo a aprimorar as ações que visam a permanência estudantil.

Espera-se, a partir desse olhar articulado ao Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano concebido por Bronfenbrenner (1996), contribuir com estudos acerca de melhorias das políticas públicas⁷, que também eram vistas pelo autor como muito importantes para o bem-estar e o desenvolvimento humano.

⁷ Bronfenbrenner teve papel crucial na criação do Head Start, programa educacional federal dos Estados Unidos, voltados para famílias em situação de pobreza. Head Start é um programa americano de educação infantil para crianças em condições menos favorecidas. Este programa, criado em 1965 e financiado pelo governo federal, é considerado atualmente o maior provedor educacional nos Estados Unidos para crianças em idade pré-escolar que vivem em situações de pobreza. O objetivo inicial do programa era elevar o nível das crianças carentes, de tal forma que, ao atingir a idade de ingresso no ensino fundamental, estivessem equiparadas àquelas que viviam em condições mais favorecidas. Uma vez que os idealizadores do programa Head Start reconheceram que crianças pequenas que vivem em situações de pobreza precisam muito mais do que apenas educação pré-escolar para o ingresso no ensino fundamental, o programa adota uma abordagem integral, oferecendo uma mescla de serviços educacionais, sociais, nutricionais e de saúde para crianças entre 3 e 5 anos de idade e suas famílias de baixa renda. Mais especificamente, esses serviços incluem educação na primeira infância, exames médicos, refeições nutritivas e capacitação dos pais. Disponível em: <https://www.encyclopedia-crianca.com/politica-head-start>. Acesso em: 7 mar. 2025.

Visando responder aos objetivos propostos e ao problema de pesquisa, essa tese foi estruturada em seis capítulos com as respectivas subseções, introdução e considerações finais.

No primeiro capítulo, “As Políticas Sociais, Família e Escola”, apresentamos a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner e conceitos importantes da Teoria Sociológica de Pierre Bourdieu, principais aportes teóricos utilizados nessa pesquisa. Buscou-se também caracterizar e trazer elementos importantes para se pensar a adolescência, o jovem adolescente e vulnerabilidade social. E identificamos algumas tendências da política de assistência estudantil na contemporaneidade, considerando o cenário econômico, político e social, trazendo elementos para reflexão da relação família-escola e do familismo que permeia as políticas sociais.

No segundo capítulo, “Percurso Metodológico”, são apresentados, de forma detalhada, os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, a caracterização dos participantes da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados utilizados e a caracterização do campo da pesquisa.

No terceiro capítulo, “A importância da Política de Assistência Estudantil no desenvolvimento dos jovens estudantes”, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de identificar as pesquisas existentes sobre o tema e de compreender quais fatores influenciam a trajetória e a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, atendidos pelo programa de assistência estudantil.

No quarto capítulo, “Assistência Estudantil: dos marcos legais ao contexto do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba”, apresentou-se o histórico da Assistência Estudantil à criação do PNAES, bem como dos elementos essenciais para compreender a configuração da Assistência Estudantil no Campus Rio Pomba. Abordou-se também as formas de apoio ao discente; as ações de integração acadêmica e social; os mecanismos de apoio estudantil como os auxílios financeiros, os serviços de orientação psicológica, pedagógica; as atividades culturais, esportivas e de lazer; o acesso a laboratórios, pesquisa, bibliotecas, espaços de estudo e oportunidades educacionais que contribuem para o desenvolvimento e a permanência estudantil.

No quinto capítulo “Condições de Vida e Aspectos Socioeconômicos dos Participantes” foram sistematizados e analisados os dados obtidos por meio do questionário socioeconômico com o objetivo de caracterizar de forma mais precisa os estudantes e suas famílias, e melhor compreender as suas condições de vida, e os elementos que influenciam o percurso escolar.

No sexto capítulo “Percepção dos discentes e das famílias acerca da Assistência Estudantil”, apresentou-se empiricamente os dados, análises e discussões sobre as percepções

dos estudantes e das famílias acerca da assistência estudantil. A análise está ancorada na perspectiva bioecológica de Bronfenbrenner, que permitiu observar como as relações estabelecidas nos diferentes contextos nos quais os estudantes estão inseridos influenciam seu desenvolvimento. Consideram-se, ainda, as condições socioeconômicas e os efeitos dessas políticas sobre as trajetórias dos discentes, e como repercutem nas famílias.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS SOCIAIS, ESCOLA E FAMÍLIA

Neste capítulo, apresentamos a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner e conceitos importantes da Teoria Sociológica de Pierre Bourdieu, principais aportes teóricos utilizados nessa pesquisa.

Considerando a fase da vida em que se encontram os estudantes pesquisados, buscamos caracterizar e discutir aspectos relevantes dessa etapa, que possibilitem a compreensão da adolescência, do jovem adolescente e das situações de vulnerabilidade social que os envolvem.

E identificamos algumas tendências da política de assistência estudantil na contemporaneidade, considerando o cenário econômico, político e social, trazendo elementos para reflexão da relação família-escola e do familismo que permeia as políticas sociais.

1.1 A teoria bioecológica do desenvolvimento humano e as políticas sociais

As políticas sociais voltadas às áreas da educação, saúde, assistência social, moradia e trabalho incidem sobre as condições de vida da população. À luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, tais políticas não atuam diretamente sobre os indivíduos, mas influenciam indiretamente os microssistemas — como a família e a escola — ao reconfigurarem as condições objetivas e simbólicas nas quais se desenvolvem os processos proximais, isto é, as interações cotidianas que sustentam o desenvolvimento humano.

A política de assistência estudantil busca por meio de suas ações ampliar as condições de permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, além das restrições financeiras, outros fatores subjetivos e pedagógicos como as dificuldades ou defasagens educacionais dos jovens pobres e a rede de apoio familiar e social, também podem ser decisivos para a permanência acadêmica, na medida em que configuram processos proximais que sustentam o engajamento e o desenvolvimento do estudante.

Bronfenbrenner se destaca como um dos autores visionários que por meio de sua teoria, permitiu um novo olhar sobre o desenvolvimento humano. As suas ideias e a sua capacidade de transformá-las de modo a compreender os ambientes naturais de desenvolvimento humano serviram de inspiração para políticas sociais eficazes na contenção do ciclo da pobreza e da exclusão social (Bronfenbrenner, 2011).

Bronfenbrenner (2011, p. 43) entende o desenvolvimento como o, ” fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos” estendendo- se ao longo do ciclo de vida humano.

Para o autor, o desenvolvimento humano é definido como:

O processo através do qual a pessoa desenvolvvente adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou reestruturam aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo (Bronfenbrenner, 1996, p. 23).

A atenção dada por Bronfenbrenner aos contextos de desenvolvimento na década de 1970, se deve ao fato de que os estudos em desenvolvimento humano eram predominantemente realizados em laboratórios com contexto constante e centralidade nas diferenças individuais. Na abordagem ecológica proposta por Bronfenbrenner, o desenvolvimento humano envolve,

O estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos (Bronfenbrenner, 1996, p. 18).

Em sua formulação inicial, a teoria ecológica do desenvolvimento humano explica o desenvolvimento a partir da interação dinâmica entre o indivíduo e o ambiente, concentrando-se principalmente nos diferentes sistemas que compõem esse ambiente - do **microssistema** ao **macrossistema**. Cada um desses sistemas representa um nível de influência ambiental que se articula para moldar as trajetórias de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996).

O **microssistema** é definido como: “um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas” (Bronfenbrenner, 1996, p. 18), ou seja, compreende ambientes como a escola, a família, a casa e o local de trabalho, nos quais as interações acontecem face a face, de forma mais direta; como por exemplo relação mãe- filho, relação pai-filho.

O **mesossistema** consiste nas inter-relações entre dois ou mais ambientes nos quais uma pessoa participa ativamente, ou seja, refere às influências sobre o desenvolvimento provenientes de relações entre microssistemas, podendo ser formado ou ampliado sempre que ela passe a fazer parte de novos ambientes (Bronfenbrenner; Morris, 1998). Como exemplo, esse sistema inclui as relações entre casa e escola, escola e local de trabalho (Bronfenbrenner, 1996).

Já no **exossistema**, o indivíduo não participa ativamente, mas ele pode ser afetado indiretamente, ainda que os acontecimentos ocorram em outro ambiente. Compreende as ligações entre dois ou mais contextos, sendo que pelo menos em um deles, a pessoa em desenvolvimento não participa, mas influencia no contexto que a pessoa pertence. Como exemplo, desse sistema podemos citar: o local de trabalho dos pais, a relação entre escola e a vizinhança (Bronfenbrenner, 1996).

O **macrossistema** envolve o contexto social mais amplo, a cultura em que o indivíduo está inserido, ou seja, compõe-se dos padrões culturais, ideológicos e institucionais que organizam e atravessam os sistemas ecológicos, influenciando o micro, meso e exossistemas.

Esses padrões dizem respeito às crenças, valores e costumes dominantes na sociedade, bem como aos sistemas sociais, políticos e econômicos — recursos, riscos, oportunidades, opções, estilos de vida e padrões de intercâmbio social — predominantes em determinada cultura. Tais elementos filtram e orientam os comportamentos cotidianos do indivíduo, que está inserido em cada um desses sistemas e pode, igualmente, influenciá-los, uma vez que os níveis de contexto se afetam mutuamente, do macro ao microsistema e deste ao macrossistema.

Os padrões de crenças e as características comportamentais que definem o macrossistema são transmitidos entre gerações por meio dos processos de socialização realizados por instituições como a família, a escola, a igreja, o trabalho e os órgãos do governo (Bronfenbrenner, 2011, p. 177-178).

O macrossistema envolve também as macroinstituições, como o governo federal e as políticas públicas, sendo o nível que engloba e influencia todos os demais níveis ecológicos do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2011, p. 23).

No final da década de 1990, com a reavaliação e reformulação de suas ideias e da teoria, Bronfenbrenner e Morris (1998) passam a atribuir maior ênfase às características e disposições pessoais e aos seus efeitos no processo de desenvolvimento, alterando a denominação de ‘ecológico’ para ‘bioecológico’. Tal mudança resulta na consolidação do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, operacionalizado pelo modelo PPCT (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo).

É importante destacar que o primeiro componente do modelo, “Processo”, se refere aos processos proximais, que não constituem um construto isolado, mas o núcleo explicativo da teoria, organizando e articulando os demais componentes do modelo PPCT. São eles que impulsionam o desenvolvimento, por meio de interações recíprocas, progressivamente mais

complexas e regulares, estabelecidas entre o indivíduo e as pessoas, objetos e símbolos presentes em seu ambiente imediato, ao longo do tempo.

Processo: diz respeito a participação ativa e a interação recíproca com pessoas, objetos e símbolos. Essa interação deve ocorrer regularmente durante longos períodos de tempo. Essas formas de interação duradouras no ambiente imediato são denominadas processos proximais, que são considerados como propulsores do desenvolvimento. A exemplo desses processos considera-se a relação pais e filhos, adolescente com outro adolescente ou ainda quando há aquisição de novos conhecimentos e habilidades (Bronfenbrenner; Morris, 1998).

Pessoa: refere-se ao indivíduo, que ao estabelecer relações com outras pessoas são influenciadas e influenciam o seu entorno. Bronfenbrenner (1996) distingue três tipos de características pessoais: as características de força (ou disposições), como motivação, persistência e curiosidade, que podem favorecer ou dificultar o engajamento nos processos proximais; características de recurso, que incluem habilidades cognitivas, conhecimentos prévios, saúde, experiências acumuladas e competências desenvolvidas; características de demanda, como idade, gênero ou cor/raça, que influenciam as expectativas e respostas do ambiente em relação ao indivíduo. Essas características não são apenas determinantes do desenvolvimento, mas também seus produtos. Ou seja, são simultaneamente produtoras e produto do desenvolvimento.

Contexto: quando Bronfenbrenner (1996) aborda contexto de desenvolvimento, está se referindo ao meio ambiente global em que o indivíduo está inserido e onde se desenrolam os processos desenvolvimentais. Dessa forma, considera-se desde o ambiente em que o indivíduo está inserido a maior parte do tempo até ambientes em que ele nunca frequentou, mas que se relacionam e influenciam o seu desenvolvimento. Esses ambientes apresentam-se classificados em subsistemas, que conforme o autor assemelha-se a um jogo de bonecas russas encaixadas uma dentro da outra, que se influenciam mutuamente, afetando o desenvolvimento da pessoa.

Tempo ou cronossistema: é a passagem do tempo no desenvolvimento. Para Bronfenbrenner e Morris (1998), envolve as dimensões múltiplas da temporalidade como, por exemplo, pode ser entendido como o desenvolvimento no sentido histórico ou, em outras palavras, de forma que ocorrem as mudanças nos eventos no decorrer dos tempos, como exemplo, se a pessoa muda de país (mudanças históricas e transições de vida), reconfiguram contextos e relações ao longo do ciclo vital.

Dessa forma, as interações e relações estabelecidas com outras pessoas, quando ocorrem de maneira contínua, frequente e progressivamente mais complexa ao longo do tempo,

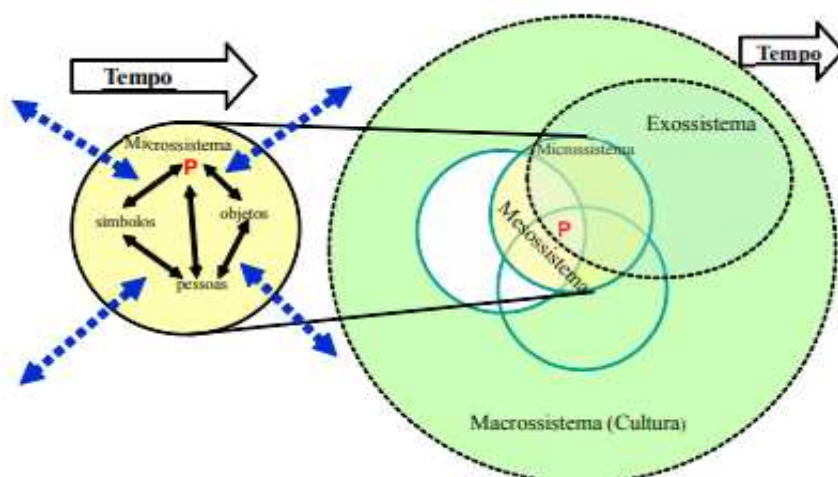
configuram os próprios processos proximais. Tais processos não se explicam apenas pelo ambiente em que ocorrem, mas resultam da articulação entre as características da pessoa em desenvolvimento e os diferentes níveis de contexto nos quais ela está inserida (Cecconello; Koller, 2003). Assim, os processos proximais são simultaneamente influenciados pelas disposições e recursos individuais e pelas condições contextuais — em seus múltiplos níveis —, constituindo o principal mecanismo por meio do qual o desenvolvimento humano se realiza.

Nessa perspectiva, compreende-se que as vulnerabilidades sociais vão além das situações de empobrecimento relacionadas à garantia das condições materiais de sobrevivência. Elas também envolvem dificuldades de ordem relacional, cultural e institucional, que interferem nas formas de viver dos estudantes e de suas famílias.

O estudante transita por diferentes microssistemas, como a família e a escola, nos quais as interações ocorrem de maneira bidirecional — isto é, ele influencia e é influenciado por esses contextos. Além disso, esses microssistemas se articulam com níveis mais amplos do ambiente ecológico — mesossistema, exossistema, macrossistema e cronossistema — que também incidem sobre as condições de desenvolvimento.

Tais sistemas organizam-se como estruturas inter-relacionadas e encaixadas entre si, compondo o ambiente ecológico conforme representado no diagrama apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Modelo PPCT de Bronfenbrenner



Fonte: Tudge (2012, p. 218).

Conforme Tudge (2012), o modelo PPCT proposto por Urie Bronfenbrenner deve ser compreendido de maneira integrada, destacando a interdependência entre Processo, Pessoa,

Contexto e Tempo. Mais do que uma sequência de elementos, trata-se de um sistema explicativo no qual o desenvolvimento humano resulta da ação sinérgica desses componentes.

Essa proposição é fundamental para a presente pesquisa. A Política de Assistência Estudantil, situada no exossistema e ancorada em diretrizes do macrosistema, não atua diretamente sobre o desenvolvimento dos estudantes, mas incide sobre as condições estruturais que modulam a intensidade, estabilidade e qualidade dos processos proximais. Seu efeito ocorre na medida em que altera as condições objetivas e simbólicas nas quais os processos proximais familiares e escolares se estabelecem. Ao garantir recursos materiais, apoio institucional e reconhecimento acadêmico, a política pode ampliar a estabilidade das interações, favorecer o engajamento escolar e reconfigurar expectativas familiares em relação à trajetória educativa.

Nesse sentido, estudantes das camadas populares, cujas experiências podem estar atravessadas por vulnerabilidades socioeconômicas e culturais, vivenciam processos proximais que são modulados pelas condições estruturais de vida. A assistência estudantil, ao reduzir constrangimentos materiais e fortalecer o vínculo institucional, pode intensificar processos como o acompanhamento familiar da escolarização, o investimento simbólico na formação e a construção de projetos de futuro. Tais transformações não são automáticas, mas dependem da articulação entre as características pessoais do estudante (disposições, recursos e demandas), as dinâmicas familiares e as condições institucionais oferecidas.

Em se tratando da Política de Assistência Estudantil que é uma política social na interface com a política de educação, ao possibilitar a permanência estudantil promove o direito à educação, impactando diretamente no microsistema (família) e no mesossistema (relações família-escola).

Ademais, a Política de Assistência Estudantil ao promover o atendimento a necessidades básicas como a alimentação e transferência de renda, influenciam o desenvolvimento do estudante e por consequência, as famílias, pois ao reduzir as preocupações imediatas com a sobrevivência, possibilita maior disponibilidade emocional e cognitiva do estudante que pode engajar-se mais academicamente, fazendo com que bons resultados acadêmicos fortaleçam o reconhecimento, o consentimento e o investimento da família na escolarização, enquanto dificuldades persistentes podem gerar tensões, conflitos e sentimento de frustração.

É fato que a educação escolar influencia no desenvolvimento humano do estudante, seja por meio das interações sociais, relações e convivências proporcionados no ambiente escolar, pelos conteúdos instrucionais ou pela possibilidade do contato com projetos diferenciados e

experiências diversas que fazem da escola um contexto de importante análise na vida dos estudantes, tendo em vista que:

[...] à medida que o adolescente passa a participar de outros microssistemas e a formar e ampliar sua rede de relações interpessoais, torna-se evidente a formação de novas relações e influências interdependentes entre a família, o adolescente e os demais contextos de interações proximais (mesossistema) (Senna; Dessen, 2012, p. 104).

O microssistema escola é considerado como um sistema composto por subsistemas que também se influenciam reciprocamente por meio das interações com os colegas, professores, servidores e comunidade escolar, no qual o estudante estabelece as relações do dia a dia, que podem ser relações de influências mútuas e recíprocas (relações bidirecionais), que inclui as díades professor-aluno e relações estabelecidas na sala de aula por exemplo (diferenciação vertical); e a “diferenciação horizontal que considera as conexões entre os níveis contidos em cada sistema” (Dessen; Guedea, 2005, p. 12).

Nessa perspectiva, a díade constitui um contexto crítico para o desenvolvimento e serve como bloco construtor básico do microssistema, possibilitando formar estruturas interpessoais maiores que são as tríades, tétrades e assim sucessivamente, que podem ocorrer de forma separada ou simultaneamente (Bronfenbrenner, 1996).

A díade pode ser uma díade observacional, quando uma das pessoas observa atentamente e continuamente à atividade do outro; a díade de atividade conjunta, em que os dois participantes realizam alguma coisa juntos, engajados em uma mesma atividade; e a díade primária, que é aquela que continua a existir para os participantes mesmo quando eles não estão juntos (Bronfenbrenner, 1996).

O microssistema família é considerado nesse trabalho a partir da concepção sistêmica da família, na qual a família é vista como um sistema complexo, composto por subsistemas que são os seus membros, que ao interagirem, estabelecem relações e se influenciam mutuamente (Dessen, 2010).

A família na trajetória escolar também possui papel importante, enquanto rede de apoio, atenuando efeitos que poderiam contribuir com a desistência do estudante, seja por meio de recursos financeiros e outras formas de suporte como o incentivo, a presença e o apoio emocional para continuidade dos estudos, pois na adolescência,

[...] a família continua a ser considerada o principal microssistema do desenvolvimento, pois nela acontecem as interações mais diretas e as experiências mais significativas para a pessoa. Reconhecida na sua complexidade, a família é responsável por conduzir o adolescente à compreensão de conceitos e valores básicos, ao engajamento na realização de tarefas e papéis sociais cada vez mais diversificados

e complexos, e ao desenvolvimento de competências sociais. Durante a adolescência, as interações no cotidiano da vida familiar, isto é, os processos proximais, continuam particularmente importantes, sobretudo no engajamento em práticas educativas e nos processos de comunicação, tais como diálogos, negociações e trocas de argumentos e de opiniões (Senna; Dessen, 2012, p. 104).

No contexto do desenvolvimento humano, a família e a escola ocupam um papel central, por isso analisar as interações, mediações e os efeitos da assistência estudantil para os estudantes atendidos, e como se estabelece as diversas formas de apoio estudantil e apoio familiar, bem como a relação família escola são fundamentais para compreender as dinâmicas familiares e as formas de suporte emocional e de desenvolvimento do estudante.

Cabe destacar ainda, a importância das relações afetivas estabelecidas pelo indivíduo, tendo em vista que estas contribuem “para que possam ser fortalecidas as capacidades de adaptação às diversas exigências, dificuldades do desenvolvimento humano” (Diniz; Koller, 2010, p. 65).

Desse modo, reconhecer o papel protetivo das redes de apoio familiar e social como relevantes e necessárias nos processos de adaptação, transição e nas situações de estresse e enfrentamento de adversidades, com seu efeito protetivo (Brito; Koller, 1999), também nos possibilita pensar nas ações que poderiam ser realizadas e implementadas por meio da política de assistência estudantil, do apoio institucional em relação às demais dimensões que influenciam e são influenciadas pelo indivíduo.

Além disso, as relações que se desenvolvem no contexto escolar com os professores, pedagogos e outros servidores, com a instituição ou com os próprios pares, podem cooperar ou até mesmo serem imprescindíveis para a adaptação, permanência, êxito e desenvolvimento do estudante, seja por meio da afetividade, apoio no decurso da aprendizagem ou outros tipos de relações que ajudam na promoção do desenvolvimento naquele espaço e tempo e para a vida futura.

1.2 Adolescência e vulnerabilidade social

No presente estudo, o grupo acompanhado é composto por adolescentes que estão vivenciando uma etapa do ciclo da vida com especificidades e demandas próprias.

Por isso, nesse tópico será abordado a adolescência, a partir das perspectivas teóricas da ciência do desenvolvimento, período da vida caracterizado por mudanças, mas também por “intensa exploração e múltiplas oportunidades, que variam em função dos diferentes contextos sociais e culturais” (Senna; Dessen, 2012, p. 101).

A década de 1970, representa um marco nas pesquisas científicas sobre a adolescência à medida que se tornavam vinculadas a novos modelos com perspectiva contextualista, que consideram o dinamismo entre indivíduo e ambiente e suas relações, assim como as influências do tempo e do espaço no desenvolvimento humano (Senna; Dessen, 2012).

Para Abramo (1994), a adolescência e a juventude são um período de transitoriedade no qual a pessoa está entre ser criança e adulto, imprimindo a essa etapa uma ambiguidade, tendo em vista que os limites dessa transição não são tão precisos e nem marcados por rituais reconhecidos nas sociedades modernas.

Dayrell, Carrano e Maia (2014, p. 109) partem da ideia de que os conceitos de adolescência e juventude correspondem,

a uma construção social, histórica, cultural e relacional que, por meio das diferentes épocas e processos históricos e sociais, foram adquirindo denotações e delimitações diferentes. De uma forma genérica, podemos afirmar que, nesse contexto, a psicologia tende a utilizar a noção de adolescência na perspectiva de uma análise que parte do sujeito particular e de seus processos de transformação. Já as Ciências Sociais, em especial a Sociologia e a Antropologia, tendem a utilizar-se da noção de juventude se centrando nas relações sociais passíveis de serem estabelecidas por sujeitos ou grupos particulares nas formações sociais, no processo de traçar vínculos ou rupturas entre eles.

Dentre as muitas dimensões envolvidas nessa passagem destacam-se a experimentação e a elaboração da própria identidade, demarcando também um processo de independência e diferenciação com relação à família de origem. Além disso, o jovem passa a estar apto à procriação; a passar de uma condição de dependência para independência; produzir, trabalhar, ter autonomia, preparar-se para o mundo da rua, pois, entende-se que a juventude é a etapa anterior à “entrada na “vida social plena” e por isso compõe uma condição de relatividade: de direitos e deveres, de responsabilidades e independência, mais amplos do que os da criança e não tão completos quanto os do adulto” (Abramo, 1994, p. 11).

Dayrell, Carrano e Maia (2014, p. 109) definem “a adolescência como uma primeira etapa de uma idade da vida mais ampla que é a juventude”. Os autores consideram a “juventude como um período da vida com alguma unidade”, no entanto, com “diferenciações internas relacionadas ao desenvolvimento fisiológico, psíquico e social dos sujeitos nos diferentes estágios desse momento da vida”, tendo em vista que um adolescente de 15 anos (ingressante no Ensino Médio) por exemplo, apresenta características, vivências e demandas diferentes de um jovem de 20 anos.

Por isso, reafirmar a noção de juventude nas pesquisas e o entendimento da juventude de uma forma mais ampla, seria uma forma de dar mais ênfase às necessidades, demandas e

questões dos jovens, já que no Brasil os jovens sofrem com a insuficiência de políticas públicas, mesmo sendo reconhecidos na legislação como sujeitos de direitos (Dayrell; Carrano; Maia, 2014).

Dayrell e Jesus (2016), em seus estudos sobre os processos de exclusão escolares vivenciados por jovens de 15 a 17 anos cursando ensino médio no Brasil, referem-se a esse público como “jovens adolescentes”, reiterando o sentido amplo e plural de juventudes e chamando a atenção para os problemas que afetam esse público, além de elementos significativos para se pensar na relação dos jovens com a escola, com a família, o trabalho e outras peculiaridades que demandam um olhar mais efetivo para os jovens, tendo em vista que, a juventude apesar de ser uma etapa da vida, é mais do que uma passagem,

Ela assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social. Nesse, o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional. Essa realidade ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos. As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade, por exemplo) e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição dos diferentes modos de vivenciar a juventude (Dayrell; Carrano; Maia, 2014, p. 112).

A adolescência é marcada por importantes transformações, que envolvem tanto a puberdade — entendida como o processo biológico de maturação física e hormonal — quanto mudanças psicológicas e sociais relacionadas à construção da identidade, à ampliação da autonomia e à redefinição do lugar social ocupado pelo jovem. Tais mudanças não ocorrem de forma homogênea ou necessariamente abrupta, mas constituem um processo gradual e situado historicamente. Ainda assim, podem emergir tensões nas relações com familiares, figuras de autoridade e instituições sociais, especialmente quando há desconexões entre expectativas sociais e possibilidades concretas de participação juvenil (Abramo, 1994).

No entanto, é primordial ao se tratar do desenvolvimento do jovem adolescente, que não se reduza a juventude à crença de que se trata de uma fase conflituosa, e que os jovens são problemas para a sociedade, como se os desafios característicos dessa etapa fossem produzidos pelos jovens, pois isso inibe que se pense no jovem como um sujeito de direitos, que necessita de ações e políticas que atendam às suas necessidades e demandas (Dayrell; Carrano; Maia, 2014).

Além de todas as influências nesse período do desenvolvimento, apesar de semelhantes em alguns aspectos, as vivências, experiências e oportunidades se diferenciam conforme o contexto econômico, social e cultural em que estão inseridos os jovens adolescentes.

Nesse sentido, em se tratando de jovens adolescentes em vulnerabilidade social cujos determinantes socioeconômicos os expõe também à escassez de recursos materiais, a falta de melhores oportunidades educacionais e sociais, a violência, a marginalidade e exclusão social, as instituições como a escola e as políticas públicas podem representar um espaço de proteção social e de mudanças nas trajetórias desses adolescentes.

Zappe e Dell'Aglio (2016, p. 108) salientam a importância do:

investimento em estudos que ampliem e façam avançar o conhecimento científico sobre a adolescência, assim como destes estudos derivem intervenções de altíssima qualidade visando à promoção do desenvolvimento saudável na adolescência, através da oferta de ambientes protetivos e ricos em oportunidades. É preciso lembrar que a oferta de recursos e oportunidades para o desenvolvimento saudável na adolescência, em todos os contextos de interação e especialmente naqueles com reconhecidas vulnerabilidades, acarreta implicações positivas também para a comunidade mais ampla, dada a bidirecionalidade das relações entre indivíduos e contextos.

Pensar em vulnerabilidade social, implica considerar as diversas dimensões envolvidas nesse conceito, como as condições socioeconômicas, culturais e outras que devem ser problematizadas, para que se possa compreender as adversidades enfrentadas por muitas pessoas e famílias em busca de uma vida digna e a necessidade de políticas públicas que possam minimizar os efeitos das desigualdades sociais.

O conceito de vulnerabilidade social, ao longo do tempo assumiu diferentes definições, e nos últimos anos, tem aparecido sem definição única em diversos estudos. De início a temática estava associada a questões epidemiológicas e individualizantes, com foco na vulnerabilidade social no sujeito. Depois, o conceito esteve ligado a aspectos demográficos e socioeconômicos da população, tais como: as condições de saúde, o acesso aos serviços básicos, a privação de direitos e a escassez de recursos materiais; sendo a vulnerabilidade social o “desequilíbrio entre recursos materiais e simbólicos disponíveis ao sujeito e suas necessidades”. Posteriormente, passou-se a considerar uma multiplicidade de fatores imbricados no conceito, destacando-se entre esses conceitos: as condições socioeconômicas, os acessos aos serviços, a cultura prevalente, as relações sociais e a própria subjetividade (Scott *et al.*, 2018, p. 610-611).

A vulnerabilidade social, segundo dados da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é um resultado adverso da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos e o acesso à estrutura de oportunidades

sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. No contexto brasileiro, a desigualdade social e econômica se materializa pela indisponibilidade de acesso à moradia e às necessidades básicas de sobrevivência, o que leva muitos jovens a se verem compelidos a priorizar o trabalho em detrimento dos estudos, a fim de contribuir para a própria subsistência e a de suas famílias (Sales; Ferreira, 2022).

Araújo e Oliveira (2014, p. 219) destacam os vários fatores que podem afetar de forma negativa o desenvolvimento de adolescentes e suas trajetórias nos mais diversos planos como: “as estruturas sociais, redes de relações, práticas culturais concretas e circunscritores socioeconômicos”, pois a vulnerabilidade social pode contribuir para trajetórias mais insatisfatórias, resultantes do produto de um fator de risco e as condições objetivas dadas pela estrutura social.

Nesse sentido, a perspectiva de vulnerabilidade apresentada não resulta exclusivamente das condições objetivas da estrutura social e nem de forma somente subjetiva, mas da relação entre as condições estruturais e as condições concretas de vida dos indivíduos (Araújo; Oliveira, 2014).

Numa sociedade de classes, marcada por diferenças de renda significativas no conjunto da população brasileira, na qual a luta pela sobrevivência se faz presente de forma mais severa para os menos favorecidos, desprovidos de capitais econômico, cultural e social, é muito relevante pensar no papel das políticas públicas que favoreçam o acesso e permanência a uma escola pública de qualidade, assim como acesso à alimentação, moradia e outras condições fundamentais que possibilitem aos filhos da classe trabalhadora o que é assegurado somente aos filhos das classes dominantes, mais privilegiadas.

As desigualdades entre os grupos sociais podem ser compreendidas a partir de diferentes perspectivas teóricas. A primeira, de inspiração marxista, vê a sociedade como dividida em classes antagônicas, com base em critérios econômicos. A segunda abordagem, influenciada por Weber, não se limita apenas a questão econômica, analisa a sociedade em termos de estratos, levando em consideração três princípios de classificação: poder, prestígio e riqueza. Por sua vez, Pierre Bourdieu propõe uma análise que se concentra no espaço social e nos campos sociais, utilizando conceitos e ferramentas que não apenas permitem examinar a posição dos grupos e suas interações, mas também ajudam a entender a tendência de reprodução da ordem social existente (Bonnewitz, 2003).

Para uma análise mais dinâmica das interações sociais e das lutas simbólicas que moldam as hierarquias e desigualdades presentes na sociedade, nos apropriamos de conceitos

bourdieusianos que nos fornece uma perspectiva crítica de análise sobre os mecanismos de dominação social e formas de combatê-las.

1.3 Bourdieu e o desenvolvimento humano: as influências dos capitais, habitus e campo(s)

Apropriamo-nos também de conceitos da Sociologia da Educação, concebidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, como os conceitos de capitais, *habitus* e campo, para compreensão das influências das relações sociais estabelecidas nas principais instituições socializadoras que são a família e a escola no *habitus* individual dos estudantes da pesquisa, tendo em vista que, o *habitus* é um conceito relacional e contextual, possibilita a partir da realidade, identificar os elementos que afetam o comportamento e o desenvolvimento dos pesquisados.

Os autores Nogueira e Nogueira (2002), Catani *et al.* (2017), Bonnewitz (2003) e Setton (2002), enquanto referências dos estudos bourdieusianos no Brasil, apontam para a necessidade de conhecermos os conceitos que fundamentam a sua teoria, analisando-a no contexto da educação brasileira.

Nesse sentido, as contribuições desses autores permitem compreender como os estudantes se apropriam dos conhecimentos escolares – a partir da correlação dos capitais que trazem de suas origens – determinam a posição que ocupam na instituição de ensino.

Sob essa perspectiva, o campo educacional materializado no IF Sudeste MG e, de forma mais concreta, no Campus Rio Pomba, é compreendido como um espaço social no qual estudantes, docentes, gestores, técnicos-administrativos e famílias interagem a partir de volumes e tipos distintos de capital. Tais relações influenciam diretamente as trajetórias escolares e as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes, especialmente os oriundos das camadas populares.

Para Bourdieu (2011, p. 48), “a noção do espaço contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a “realidade” que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem”. Dessa forma, o volume e a estrutura do capital, os elementos que determinam a posição dos agentes no espaço das classes sociais estão relacionados ao tempo, lugar e a correlação de força que estabelecem entre si. Nesse sentido, o espaço social, o capital econômico e cultural são os mais relevantes, pois fornecem os critérios de diferenciação.

Os campos sociais em Bourdieu seriam os espaços de disputas entre os indivíduos de posições diferentes que competem pelos diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico). Os diferentes campos que compõem a sociedade, apesar de interconectados teriam as suas regras próprias de funcionamento e estariam estruturados por capitais, como é o caso do campo educacional, campo político, campo artístico dentre outros. “A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores” (Bourdieu, 2003, p. 120).

O conceito de campo nos ajuda a compreender como os indivíduos se posicionam dentro dessas estruturas sociais e como as suas oportunidades de desenvolvimento são moldadas pelas regras e pelo capital que possuem.

Bonnewitz (2003) ao analisar a teoria de campo de Pierre Bourdieu, explicita a condição do jogo, ou seja, faz uma analogia, comparando o campo a um jogo, no qual as estratégias dos jogadores estão ligadas ao tipo e a quantidade de capital acumulado, e o objetivo do jogo seria conservar e/ ou acumular o máximo de capital, conforme as regras do jogo.

Bourdieu (2015) diferencia os capitais que influenciam a posição e as relações do indivíduo na sociedade como: capital econômico, cultural, social e simbólico. O capital econômico refere-se ao montante financeiro e aos bens materiais patrimoniados pelo indivíduo. Já o capital cultural se refere ao acúmulo de conhecimentos artístico, intelectual que caracteriza o indivíduo em sua posição dominante, podendo existir sob três formas:

No estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais (Bourdieu, 2015, p. 82).

O capital social pode ser herdado das famílias ou construído pelos próprios indivíduos nos ambientes em que circulam. “É o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas e de inter-reconhecimentos” (Bourdieu, 2015, p. 75).

Em relação ao capital simbólico, este é definido a partir do reconhecimento dado pela sociedade sobre esse indivíduo. É uma forma de capital que normalmente deriva de outro capital como o cultural e social, conferindo reconhecimento e destaque social ao indivíduo ou a um grupo. Os diferentes capitais elencados por Bourdieu podem ser convertidos uns nos outros e

acumulados, e possuem muita relevância para a compreensão das diferenças, das desigualdades sociais e de que forma se estabelecem as relações entre os capitais, a estrutura social e o indivíduo (Catani *et al.*, 2017).

Nessa perspectiva, Setton (2002) considera que o processo de socialização se configura como um campo organizado pelas relações dinâmicas entre instituições e indivíduos, os quais estão posicionados de maneiras distintas, dependendo da sua visibilidade e dos recursos que possuem, o torna um espaço plural no qual as diversas interações sociais, podem resultar em uma variedade de experiências únicas e diversificadas de socialização.

Por meio da conjugação desses capitais, compreendemos que os agentes não agem mecanicamente, mas a partir de estratégias para manutenção da sua posição no jogo. Assim, “a noção de estratégia visa apreender as práticas inconscientes (no sentido de naturais e evidentes) como produtos dos *habitus* ajustados a determinada demanda social” (Setton, 2002, p. 64).

O *habitus* é definido, conforme Bourdieu (2003, p. 125) como:

sistemas de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem estar objectivamente em conformidade com os interesses objetivos dos seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim.

Assim, o *habitus* pode ser compreendido como um conjunto de disposições, crenças e práticas que orientam o modo de pensar, sentir e agir do indivíduo. Tais disposições são incorporadas ao longo do processo de socialização e resultam das experiências vividas nas relações familiares, educacionais, de trabalho e nas demais instituições e contextos sociais que influenciam a formação dos sujeitos.

Considerando o campo escolar como um dos microsistemas em que o estudante mais interage, o conceito de *habitus* em Bourdieu (2003) contribui para compreender as influências das relações sociais estabelecidas nas principais instituições socializadoras – a família e a escola – na formação do *habitus* individual dos estudantes da pesquisa. Por se tratar de um conceito relacional e contextual, o *habitus* permite identificar, a partir da realidade vivida, os elementos que moldam o comportamento, as disposições e o desenvolvimento dos estudantes.

O *habitus*, portanto está muito relacionado ao espaço social onde ocorre a socialização dos indivíduos e a posição que a família ocupa na sociedade, o que possibilita mais semelhança nas disposições, gostos e preferências de indivíduos ou grupos.

No entanto, não se deve generalizar, pois ainda que o indivíduo seja da mesma classe social, outras variáveis como a escolaridade dos pais, o tipo de educação dado a cada indivíduo, se possui pai ou mãe professor, singularidades e atos próprios de cada família, a relação dos

pais com os filhos e a qualidade dessa relação, a escola em que estudaram, as instituições que frequentam e o lugar onde moram – dizem muito sobre os *habitus* dos agrupamentos sociais, ajudando a compreender certas escolhas, especialmente aquelas vinculadas às trajetórias educacionais e profissionais.

No entanto, considera-se que o indivíduo ao longo da vida convivendo com a família, amigos, professores e outros profissionais, e em espaços novos de socialização, ele possa construir novos hábitos e formas de pensar e agir, como por exemplo, o estudante ao adentrar o espaço acadêmico pode ser influenciado ao hábito da leitura, de falar em público, assumindo novos comportamentos que executados com frequência passem a ser incorporados ao seu cotidiano como algo natural. Tal processo ocorre a partir de uma relação dialética entre a exterioridade social e as realidades individuais (interioridade), em consonância com a concepção apresentada por Setton (2002, p. 63), segundo a qual esse conjunto de disposições é concebido como “um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas”.

Em uma análise mais ampla é necessário considerar que,

São as macroestruturas que vão apontar, a princípio, um leque mais ou menos definido de opções em relação a um destino social, seus padrões de comportamento, seu nível de acesso aos bens culturais etc. e que vão definir as experiências a que cada um dos jovens adolescentes teve e tem acesso. Assim, a idade, o gênero, a raça, o fato de serem filhos, na sua maioria, de trabalhadores desqualificados, grande parte dos quais com pouca escolaridade, entre outros aspectos, são dimensões que vão interferir na trajetória escolar de cada um deles (Dayrell; Jesus, 2016, p. 409).

No entanto, devemos considerar que os indivíduos possuem características próprias e diferentes formas de interagir, relacionar e de apropriação da realidade que o cerca. Por isso, ainda que percebidos sob uma lógica homogeneizante como é o caso dos jovens pobres em relação a escola, é necessário considerar que as diferentes socializações, e contextos sociais podem ser identificados e interpretados de formas também diferentes pelos atores.

Nesse sentido, o conceito de *habitus*, é uma importante ferramenta teórica para entender a dialética determinação/indeterminação social no processo de desenvolvimento humano. Pois embora, este seja moldado pela estrutura social e fatores sociais, culturais e econômicos, os indivíduos não são seres passivos e ao se relacionar com outras pessoas, ou serem expostos a ideias e perspectivas diferentes, por meio da reflexividade, podem reelaborar as suas disposições, ocasionando a abertura a novas formas de ação.

Nesse contexto, conhecer a composição social dos estudantes e as características do meio familiar em que estes vivem, contribui para elucidação da dinâmica social que favorece a reprodução das desigualdades sociais, uma vez que, desconsidera as condições e contextos a que estão sujeitos os estudantes pobres, tais como: o ingresso precoce no mercado de trabalho pela necessidade de trabalhar, a baixa escolarização, ocupação de postos de trabalho precários e de vagas de menor remuneração, falta de acesso a bens e serviços públicos, falta de alimentação, moradia e outros.

Dessa forma, políticas que possibilitem o acesso e a permanência escolar de jovens menos favorecidos, aliado a profissionais que busquem conhecer melhor os estudantes para uma atuação diferenciada, podem ter muita influência na vida do estudante. Além disso, o estabelecimento de relações positivas no contexto escolar e social em que o estudante está inserido, podem funcionar como uma rede de apoio, sendo propulsoras do seu desenvolvimento.

Assim, além dos efeitos econômicos proporcionados pela política de assistência estudantil, a escola pode contribuir em várias dimensões da vida do estudante menos favorecido, refletindo muitas vezes em nível de escolaridade mais elevado em relação aos familiares e mais possibilidades de melhorar suas condições de vida.

Nesse contexto, a educação além de ser um espaço para socialização, pode configurar-se no único lugar onde as camadas menos favorecidas poderão ter acesso ao capital cultural, simbólico e a recursos materiais que propiciem mais conhecimento como as bibliotecas, laboratórios, visitas técnicas a museus, dentre outras, tendo em vista que,

[...] somente uma instituição cuja função específica fosse transmitir ao maior número de pessoas, pelo aprendizado e pelo exercício, as atitudes e as aptidões que fazem o homem “culto”, poderia compensar (pelo menos parcialmente) as desvantagens daqueles que não encontram em seu meio familiar a incitação à prática cultural (Bourdieu, 2015, p. 68).

Além disso, ao pensar na realidade de famílias em vulnerabilidade social, há que se considerar a necessária articulação de outras políticas públicas, uma vez que, os jovens de famílias pobres muitas vezes se veem na obrigação de escolher entre a escola e o trabalho para ajudar na subsistência de suas famílias, levando-os a ocupação de postos de trabalho precarizados e salários mais baixos.

Nesse cenário, os estudantes que são vítimas desse processo de exclusão existente na sociedade em que vivemos, acabam se conformando com o sistema e com a ideia de que é culpado pela não continuidade dos estudos, pois,

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que- sob as aparências da equidade formal- sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima (Bourdieu, 2015, p. 65).

Por isso, a naturalização de que a todos são dadas as mesmas oportunidades, como se todos tivessem as mesmas condições e mesmo ponto de partida, fazem parte do conjunto de ideias dos grupos dominantes, que por meio do discurso meritocrático, tentam legitimar que o sucesso está vinculado apenas a aptidões e esforços individuais, desconsiderando a origem social e as desigualdades sociais.

A culpabilização das famílias pobres pela não permanência dos filhos na escola, também é uma forma de desresponsabilizar o Estado de sua obrigação quanto ao seu papel de provisão de políticas que deem de fato condições às famílias e estudantes menos favorecidos de continuarem seus estudos.

A partir das ideias de Bourdieu (2015), entende-se que o potencial do desenvolvimento humano não se limita a questões de esforço individual ou talento, mas também está profundamente influenciado pelo contexto social em que essa pessoa se encontra, ou seja, ligado às estruturas sociais e culturais.

Segundo Nogueira e Nogueira (2002), os alunos são atores socialmente constituídos e portadores de uma bagagem social e cultural que pode estar mais ou menos ajustada às exigências escolares, favorecendo ou dificultando seu desempenho. Assim, o sucesso alcançado ao longo dos percursos escolares não pode ser atribuído apenas a dons pessoais, constituição biológica ou psicológica, mas pela origem social dos estudantes, que os coloca em condições desiguais no interior da escola.

Dessa forma, considerar questões de ordem política, econômica e social e como estas influenciam na produção e reprodução das desigualdades sociais e como isso ocorre para determinados grupos sociais que vivem uma realidade de pauperização e exclusão, possibilita pensar nos contextos microssistêmicos (famílias) menos favorecidas, a partir da desconstrução de verdades imutáveis para uma perspectiva menos discriminatória e mais efetiva por parte dos profissionais que atuam nas escolas, além de favorecer a proposição de políticas que caminhem na construção de uma sociedade mais justa.

Para compreender essas políticas e suas limitações, o tópico seguinte busca situá-las em um contexto mais amplo, considerando as transformações econômicas, políticas e ideológicas que passaram a orientar a ação do Estado, especialmente a partir da ascensão do neoliberalismo.

1.4 Neoliberalismo e políticas sociais no Brasil

Sob a perspectiva bioecológica, o neoliberalismo pode ser compreendido como expressão do macrossistema, na medida em que envolve valores, crenças, modelos econômicos e diretrizes normativas que orientam a formulação de políticas sociais e educacionais. Ao mesmo tempo, sua consolidação histórica configura-se como elemento do cronossistema, pois representa transformações estruturais ocorridas ao longo do tempo, que alteram as condições de vida das famílias, os arranjos institucionais e as possibilidades de acesso a direitos sociais.

Para compreender as tendências contemporâneas das políticas sociais, torna-se necessário analisar de que modo a racionalidade neoliberal influenciou a configuração da proteção social no Brasil. Nesse sentido, realiza-se aqui um recorte na década de 1990, período em que se intensificaram processos de reconfiguração do Estado e de redefinição dos direitos sociais até então consolidados.

Foi nessa década que passaram a se efetivar agendas de reformas orientadas pelo discurso do crescimento econômico, da eficiência administrativa e do ajuste fiscal, resultando em mudanças significativas na organização e no alcance das políticas de proteção social.

Conforme Stein (2018), os países latino-americanos nas últimas décadas têm seus planos orientados pela influência neoliberal, orientada pelos princípios do mercado, que, seguem as recomendações dos organismos internacionais, da mesma ordem do propalado Consenso de Washington⁸.

Várias nações do mundo adotaram durante o século XX, o Consenso de Washington, que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “referência” para promover o ajustamento econômico dos países em desenvolvimento como forma de associação de capitais, ou seja, revisão da dinâmica política resultando na afirmação de um modelo de aparelho de Estado cuja economia se manteria subordinada, dependente ao capital externo, preservando seus interesses comuns: a acumulação de capital a partir da

⁸ O Consenso [neoliberal] de Washington é um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas – geralmente, nas sociedades mais vulneráveis, como rígidos programas de ajuste estrutural. Resumidamente, as suas regras básicas são: liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (“ajuste de preços”), fim da inflação (“estabilidade macroeconômica”) e privatização. Os governos devem “ficar fora do caminho” – portanto, também a população, se o governo for democrático –, embora essa conclusão permaneça implícita. As decisões daqueles que impõem o “consenso” têm, é claro, um grande impacto sobre a ordem global. Alguns analistas assumem uma posição ainda mais incisiva. A imprensa de negócios internacional se referiu a essas instituições como o núcleo de um “governo mundial de fato” de uma “nova era imperial” (Chomsky, 2002, p. 9).

expropriação das riquezas dos países periféricos e daqueles considerados aptos ao sustento dessa engenharia moderna.

Combinadas a essas orientações, e sob o discurso do crescimento econômico, destacamos também as privatizações, liberação e desregulamentação do mercado e a reforma estatal principalmente, que terão início no governo do presidente Collor, entre 1990 e 1992.

Contrapondo a ideia de Bem-estar social, rompendo e destruindo um legado de conquistas institucionais, econômicas e sociais, efetivadas entre os anos 1930 e 1980, inicia-se no governo Collor (1990-1992) a reforma estatal, que encampada pelo governo FHC (1995-2003), de forma despreocupada em garantir o mínimo de proteção social, aderiu à ala mais fundamentalista do neoliberalismo (Pereira, 2006).

Conforme Pereira (2006), a ideologia neoliberal encontrou terreno fértil no Brasil para sua disseminação, mediante as mudanças tecnológicas, o esgotamento do modelo de produção e reprodução social Keynesiano/fordista, seguidos também da queda do socialismo e enfraquecimento da esquerda.

Para Draibe (1998 *apud* Behring, 2018), o neoliberalismo caracteriza-se por duas fases, a primeira de ataque ao Keynesianismo e ao *Welfare State* e a segunda quanto aos programas sociais, no trinômio focalização, privatização e descentralização, visando uma política social residual com gastos sociais mínimos e deixando que as demais situações fossem resolvidas via mercado, pela família e comunidade, ou seja, proposição de renda mínima para não desestimular o trabalho combinado com a ajuda solidária da sociedade civil e responsabilização das famílias quanto a proteção social de seus membros.

Dentre as ideologias disseminadas, o principal argumento era baseado na ideia de ineficiência do Estado, ampliação da lógica do mercado, expansão da iniciativa privada e necessidade de realização de reformas que favorecessem o crescimento econômico.

Para Faleiros (2008, p. 187):

As Reformas Neoliberais têm propósitos e mecanismos semelhantes em todo o mundo, embora, em cada país, haja reações e arranjos diferentes. O propósito é o de mudar a estruturação do sistema de bem-estar social com a diminuição do papel do Estado e, principalmente, da garantia de direitos sociais, e a inserção dos dispositivos de manutenção da força de trabalho nos mecanismos lucrativos do mercado.

Ou seja, o ideal neoliberal implica em transformações na relação entre o Estado, mercado e sociedade, considerando o Estado mínimo para o social e máximo para o capital.

A adesão ao corolário neoliberal “teve como resultado uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da

qualidade de vida e de cidadania de consideráveis parcelas da população” (Pereira, 2006, p. 159). O que se observou no governo Collor no campo social foi:

[...] preservação e aprofundamento da fragmentação e descoordenação institucional; demissão de 360 mil funcionários públicos em conformidade com as metas da reforma administrativa; oposição à consumação de novos direitos constitucionais; resgate do assistencialismo, do clientelismo e do populismo, rejeição do padrão de seguridade social previsto na CF/ 1988; seletivização e focalização das políticas sociais (Pereira, 2006, p. 162).

O presidente Collor foi quem introduziu as reformas no Brasil, no entanto, todas essas tendências do ideário neoliberal foram seguidas pelo governo FHC, com redução da participação do Estado nas atividades econômicas, desregulação do mercado e abertura ao capital estrangeiro, priorizando a política monetária em detrimento das demais políticas como a econômica e principalmente as sociais (Pereira, 2006).

Itamar Franco então vice-presidente de Collor, assumiu a presidência em 1992, até ser sucedido por Fernando Henrique Cardoso em 1995.

Foi no governo FHC que se efetivou a reforma do Estado⁹- (MARE) combinada ao sucesso do Plano Real e os discursos de eficiência do serviço público.

A área social no governo FHC não foi alvo de atenção governamental, tendo criado no dia da primeira posse o Programa Comunidade Solidária como estratégia de combate à pobreza. A preocupação obsessiva com a política de ajuste fiscal fez com que sistema de proteção social que vinha se construindo desde 1930, fosse deteriorado, com políticas de educação e saúde perdendo seu caráter universal, milhares de desempregados e outros milhões de trabalhadores à margem do mercado formal e salário mínimo incompatível com os níveis salariais de seus parceiros do MERCOSUL no seu segundo governo (Pereira, 2006).

Dessa forma, a opção do governo FHC por uma política de redução do Estado, com diminuição dos gastos com o social, ao não priorizar os direitos sociais básicos como (saúde, educação, assistência social, proteção social) por meio de políticas sociais, e a escolha por políticas focalizadas em detrimento da universalidade, contribuiu para que milhares de brasileiros fossem acometidos pela pobreza, resultando no aumento da pauperização e

⁹ A reforma do Estado envolve quatro problemas que, embora interdependentes, podem ser distinguidos: a delimitação do tamanho do Estado; a redefinição do papel regulador do Estado; a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar. Na delimitação do tamanho do Estado estão envolvidas as ideias de privatização, publicização e terceirização. A questão da desregulação diz respeito ao maior ou menor grau de intervenção do Estado no funcionamento do mercado. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

distanciando-se de um projeto que de fato reduzissem as desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida dos brasileiros.

Já nos anos de 2003 a 2016, os governos Lula e Dilma, constituíram um avanço quanto a melhoria das condições de vida dos mais pobres. As políticas sociais realizadas também avançaram, no entanto, apresentaram-se “limitadas, posto que não foram associadas a medidas que promovessem alteração da estrutura oligárquica e desigual da sociedade brasileira” (Marques; Ximenes; Ugino, 2018, p. 527).

Ou seja, reconhecemos que as políticas sociais dos governos Lula e Dilma foram muito importantes para os menos favorecidos, entretanto mantiveram um duplo caráter, focalizadas e sem alterações significativas nas estruturas geradoras da pobreza e desigualdade social, tendo em vista que,

A contradição que se instaura é que há um anseio geral de mudança do regime, mas sua forma- a transição negociada- esconde as diferenças de perspectiva, levando a uma enorme aliança política que escamoteia os processos de diferenciação, e que favorece as forças conservadoras (Oliveira, 1985, p. 11).

Nota-se que o Estado sempre esteve muito voltado ao atendimento dos interesses da burguesia e ainda que os governos sejam de esquerda não se rompe totalmente com as forças conservadoras e hegemônicas aristocráticas.

As políticas sociais são respostas resultantes de uma tentativa de controle social, que visam atender pautas reivindicatórias da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que responde aos interesses das elites, daí o papel do Estado interventor.

Segundo Faleiros (2008, p. 64),

O Estado realiza os “interesses gerais do capital”, como uma instituição especial, independente dos capitais individuais. Isso o coloca numa situação contraditória, obrigando- o a realizar compromissos entre as distintas frações da burguesia (por exemplo, entre o capital financeiro e o industrial), entre as exigências do capital como um todo e as pressões dos trabalhadores e de outras forças sociais.

Dessa forma, o Estado capitalista assume a posição de garantir a reprodução do capital, por isso ainda que as políticas sociais favoreçam a classe trabalhadora e os mais pobres, está sempre permeada pelos interesses capitalistas.

Conforme Marques, Ximenes e Ugino (2018, p. 527), “de maneira geral as políticas sociais do governo Lula e Dilma, não tinham a centralidade que o discurso propagava, sendo residual e dependente da política macroeconômica”.

Dentre as principais políticas desenvolvidas pelo Partido dos Trabalhadores destacam-se: o Programa Bolsa Família (criado em 2003, carro chefe da assistência social no Brasil), que melhorou as condições de vida dos mais pobres mas não foi acompanhado por medidas de eliminação da pobreza, foi identificado como um programa inspirado pelo Banco Mundial e instituído por medida provisória; reformas na previdência social e incentivo à previdência privada; aumento do salário mínimo; no âmbito da saúde, Programa Mais médicos, mas ainda com recursos insuficientes para a saúde; Política de acesso à educação superior com uma expansão e ampliação de vagas gratuitas para estudantes de escolas públicas, de baixa renda e autodeclarados negros, pardos ou indígenas, no entanto, acompanhada de parcerias com o setor privado (parcerias público-privadas) que se efetivaram por meio do Fies¹⁰ e do ProUni¹¹; a ampliação do ensino superior público federal também foi significativo nos governos do PT, com a criação de mais universidades e implantação do REUNI e a política de cotas, promovendo o aumento de vagas e do acesso ao ensino superior (Marques; Ximenes; Ugino, 2018).

Os governos de Lula e Dilma, reproduziram no campo social a tentativa de conciliação de classes, ao mesmo tempo que buscaram atender o mercado e atuaram por meio de políticas focalizadas e fragmentadas em detrimento da universalidade, melhoraram as condições de vida da população menos favorecida, mas não alteraram a estrutura desigual da sociedade brasileira (Marques; Ximenes; Ugino, 2018).

A partir de 2016, conforme Souza e Soares (2019, p. 15), com a entrada do governo Michel Temer, registra-se vários retrocessos como o desmonte das políticas sociais, “indo a busca de um consenso ideológico via o estigma sobre os direitos sociais, enquanto “desperdício” ou “estímulo a dependência” e o avanço privado sobre os recursos do fundo público. Por meio do discurso falacioso de que o Estado estaria em crise por causa dos gatos sociais serem desproporcionais à arrecadação pública, várias medidas são propostas por meio da Emenda Constitucional nº 95, congelando por 20 anos o gasto público com direitos sociais como saúde, educação e assistência social; além da contrarreforma trabalhista e da previdência, demonstrando total descaso com os trabalhadores e negligência com os mais pobres.

¹⁰ É um programa de acesso ao ensino superior regulado em 1999 no governo FHC, pelo qual o estudante pode concorrer ao financiamento integral ou parcial das mensalidades do curso de sua escolha. Desde 2010, o Fies assume a posição de principal política estatal para a ampliação do acesso ao ensino superior (Marques; Ximenes; Ugino, 2018).

¹¹ Programa Universidade para todos, criado em 2004 é um programa de bolsas de estudo do Ministério da Educação, oferece bolsas de estudo parciais e integrais a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior, e isentam as instituições privadas de imposto de renda e de contribuições para a seguridade social (Marques; Ximenes; Ugino, 2018).

A redução de políticas fundamentais, apresenta-se como um retrocesso e um mecanismo perverso, significando o aumento da pobreza e ampliação da extrema pobreza, além do retorno de doenças já erradicadas devido ao desinvestimento na saúde.

Tais medidas se apresentam como mecanismos de redução de direitos já conquistados, ao mesmo tempo que favorece a ampliação do capital por meio do fundo público. O desfinanciamento das políticas sociais faz com que estas fiquem cada vez mais focalizadas, com valores sempre muito insuficientes para atendimento às necessidades básicas, resultando no empobrecimento cada vez maior da população.

Dessa forma, o governo Temer representa muitas perdas efetivadas pelo desmonte profundo e o desmantelamento dos direitos sociais, solapando a proteção social construída até então, que já era limitada, agudizando ainda mais as questões sociais, ao passo que legaliza e favorece a apropriação do fundo público pelo capital.

Como pode-se notar, conforme Cislighi (2020, p. 3), na atualidade “o neoliberalismo segue passando por transformações, sem romper com seus principais objetivos e fundamentos, culminando no presente em sua face ultraneoliberal” e neofacista, representado pelo governo Bolsonaro, que a frente do Estado, atuou contrariamente aos direitos sociais, apostando no desinvestimento em educação, pesquisa, saúde, políticas sociais, com discursos e práticas autoritárias, xenóforas, negação do racismo, conservadorismo, LGBTfobia, violência contra pobres, negros e indígenas, incentivo a práticas individualistas, disseminação de *fakenews*, dentre outras em nome do “nacionalismo” e manutenção da “ordem social”.

Isto posto, compreendemos que historicamente em virtude do sistema capitalista em que vivemos, acompanhados de contextos políticos e governos que contribuem para o aprofundamento das mazelas sociais, não podemos perder de vista a luta pela garantia de políticas sociais que não se reduzam sempre ao mínimo, mas que tenham um viés emancipatório.

1.5 Tendências da política de assistência estudantil¹²

Tendo em vista a mundialização do capital, que para se alargar e expandir, espalhar-se mundialmente, reveste-se de uma tendência a transformar tudo em mercadoria, colocamo-nos

¹² Dentre as pesquisas realizadas durante o Doutorado e os trabalhos acadêmicos publicados em revistas científicas, destacamos o artigo intitulado “Algumas Tendências da Política de Assistência Estudantil na Contemporaneidade” publicado na revista científica brasileira *Cadernos Cajuína* (ISSN 2448-0916). Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/109>. Acesso em: 18 jul. 2025.

a questionar sobre o papel do Estado, tendo em vista que o Estado neoliberal pressupõe o mercado como regulador das relações econômicas e sociais. No entanto, sabemos que o Estado não é neutro, ele responde conforme os confrontos em disputa e as políticas sociais são uma forma dele se colocar em ação.

No neoliberalismo, o Estado fica cada vez mais cooptado pela classe burguesa, como representante dos interesses da classe hegemônica, intervindo apenas quando não é possível atribuir a responsabilização a família, ou a comunidade ou ao próprio indivíduo. Dessa forma, as políticas sociais que se efetivam no contexto neoliberal ao mesmo tempo que se apresentam como respostas das pautas reivindicatórias da classe trabalhadora, responde aos interesses das elites, e se destinam a questões sociais específicas como a pobreza, desemprego e outras geradas pelo sistema capitalista.

Tais políticas sociais carregam por natureza o ideário de inclusão social, sempre vinculada à concepção de uma “suposta” justiça e igualdade. Ao retroalimentar a concepção de que todos são iguais e que a todos são dadas as mesmas oportunidades (cabendo a cada um aproveitar as chances que são ofertadas), a ideologia dominante além de inculcar a responsabilidade individual sobre os próprios sucessos e fracassos, escamoteia as contradições do sistema capitalista ao criar políticas setoriais e fragmentadas, que por um lado atendem aos interesses dos que se beneficiam com a conservação da ordem social (e assim podem dar continuidade ao processo de exploração) e por outro garante à massa dos desvalidos a “paz” alcançada pelo controle da pobreza (assistencialismo, políticas de contenção, ações pautadas no limiar das insurreições).

Nesse contexto, as políticas sociais apresentam como tendências: a focalização nos mais pobres em detrimento da universalidade; a restrição; seletividade; condicionalidades; financeirização dos recursos públicos (parcerias público-privadas); forte influência dos organismos internacionais; centralidade nas famílias (familismo); dentre outras.

No que tange à política de assistência estudantil criada no governo do presidente Lula em 2010, percebe-se que se trata também de uma política focalizada e seletiva, com critérios socioeconômicos, uma vez que, visa o atendimento prioritário dos estudantes da rede pública de Educação Básica ou com renda per capita mensal familiar de até um salário mínimo e meio, além de outras condicionalidades para o recebimento de determinadas modalidades de bolsas ofertadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Assim, o Estado atua na perspectiva de selecionar o indivíduo ou família com maior grau de vulnerabilidade e de atender pontualmente e parcialmente os que mais necessitem ou aqueles em que a família ou a comunidade não conseguem apoiar financeiramente.

Cislaghi e Silva (2013), sem minimizar o PNAES, enfatizam a importância de se repensar a assistência estudantil como se apresenta atualmente, tão focalizada e que se reduza apenas a bolsas e auxílios, assim como as políticas atuais de assistência social brasileira. Por meio do estudo, os autores alertam para o caráter seletivo da política de assistência estudantil, uma vez que, a bolsificação contribui para a desmobilização de ações de ampliação das universidades como investimento em mais restaurantes universitários e moradias estudantis. Não devemos perder de vista a luta pelo acesso e permanência a uma educação pública de qualidade em todos os níveis, por isso as medidas e ações que garantam moradia, alimentação, transporte, suporte acadêmico, devem ser mais efetivas e permanentes, que de fato aponte compromisso com a universalidade.

Ou seja, ao não se estender a todos os estudantes de forma universal e nem sequer conseguir atender a demanda de estudantes que necessitam da assistência estudantil (subfinanciamento da assistência estudantil), além dos valores insuficientes das bolsas, o que se percebe através da bolsificação e monetarização é a tendência focalizada, fragmentada e excludente que divide, segrega e contaria o ideário de inclusão apregoado pela política.

Outro desafio encontrado na política de assistência estudantil é a redução orçamentária que não acompanha o número de alunos ingressantes, resultando em uma focalização ainda maior nos mais pobres e não atendendo a todos que dependem dessa política para sua permanência acadêmica.

No caso do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, os dados da Tabela 1, demonstram que no ano de 2023, 92,83% dos alunos matriculados, estão na faixa de renda per capita familiar entre 0 e 1,5 salários-mínimos e encontram-se dentro dos critérios para recebimento dos programas e auxílios do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Destes 92,83% dos alunos em condição de participar do PNAES, mais de 57% estão na faixa de até 0,5 salário-mínimo de renda per capita.

Ou seja, o percentual de estudantes no perfil para recebimento dos auxílios estudantis, ultrapassa 90%, nos cursos Técnicos Integrados no ano de 2023.

Tabela 1 – Percentual de matrículas do IF Sudeste MG, campus Rio Pomba, nos cursos técnicos integrados, de acordo com o perfil socioeconômico (2018-2023)

Ano	RFP até 0,5 SM	RFP até 1 SM	RFP até 1,5 SM	RFP até 2,5 SM	RFP até 3,5 SM	RFP maior que 3,5 SM	Não declarada
2023	57,74	26,32	8,77	4,15	0,80	1,12	1,12
2022	59,37	23,22	7,78	4,22	0,79	0,66	3,96
2021	51,87	23,71	10,49	5,89	3,74	0,57	3,74
2020	40,22	28,17	15,02	6,57	5,16	1,10	3,76
2019	31,75	26,71	19,58	9,05	7,12	2,52	3,26
2018	15,48	27,47	26,40	12,59	9,86	3,79	4,40

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024).

Destaca-se ainda que a Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, ampliou significativamente o acesso e a permanência de estudantes de famílias de baixa renda, com a reserva de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para os estudantes que cursaram integralmente o ensino médio e/ou ensino fundamental, em escolas públicas. Os dados mostram que o Campus Rio Pomba atende em sua maioria estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, realidade que reforça a centralidade das políticas de acesso e permanência no contexto dos Institutos Federais.

Santos, Abrantes e Zonta (2021, p. 225), apresentam no seu trabalho os retrocessos na implementação de programas da Assistência Estudantil na UnB, considerando as limitações orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional nº 95. Os autores constataram que “de 2014 até 2019, apesar dos avanços alcançados na política de assistência estudantil da UnB, nota-se um declínio na assistência estudantil com o congelamento dos recursos”, fazendo com que os recursos ficassem insuficientes para o atendimento da demanda existente, e ocasionando novos processos de exclusão.

Nesse contexto, fica claro o desmonte das políticas sociais/ educacionais efetivados por meio dos cortes orçamentários e principalmente pelo contingenciamento imposto pela EC nº 95, que limita os gastos sociais, comprometendo a permanência dos estudantes que necessitam da política de assistência estudantil.

A pesquisa de Macedo e Abranches (2018), demonstra que a política de assistência estudantil tem sido determinante a permanência dos estudantes universitários, e que o valor concedido pela assistência é insuficiente para as necessidades dos discentes, uma vez que, a

renda familiar da maioria dos estudantes beneficiários da política está abaixo da estipulada pelo PNAES, o que demonstra um perfil estudantil de extrema vulnerabilidade socioeconômica.

Tal fato também se justifica mediante o empobrecimento nos últimos anos da sociedade brasileira, acarretando um aumento de estudantes que precisam da assistência estudantil e de outras políticas sociais para sobrevivência.

Outra tendência que se observa na política de assistência estudantil é o familismo. Partindo do pressuposto que a família é responsável pela proteção social dos seus membros, é comum que em face de políticas tão focalizadas como a política de assistência estudantil, que a família seja responsabilizada e culpabilizada pelas suas condições de vida, sendo chamada a dar conta do que deveria ser obrigação do Estado. A “valorização” da família nas políticas sociais vai de encontro ao desmonte dos direitos sociais, pois a medida em que se retira do Estado a responsabilidade quanto ao seu papel de provisão de proteção social e atuação nas questões sociais, inculca-se a ideologia de que cabe a família enquanto principal instituição, a obrigação da proteção social, mesmo que essa família seja pobre (Braga; Dal Prá, 2021).

Conforme Teixeira (2015), a defesa da família e outros provedores como a comunidade e organizações não governamentais na intervenção a questões custosas ao Estado, possibilitam ações cada vez mais focalizadas na pobreza, além de reduzir suas demandas e custos. No entanto, a autora considera essa responsabilização coletiva propostas nas políticas sociais atualmente, um retrocesso, uma vez que, o financiamento continua público, apenas intermediado pelas instituições.

Além disso, Teixeira (2015) reconhece que a tendência ao familismo nas políticas sociais deve-se ao fato de que o Estado para se desonerar de suas obrigações com políticas que de fato assumam as necessidades familiares, aposta na valorização de papéis familiares clássicos e ideais que fortalecem e camuflam tendências conservadoras sob o ideal do protagonismo familiar, que coloca nas famílias, principalmente as mais vulneráveis a culpa por não conseguirem resolver seus problemas.

O caráter familista presente na política de assistência estudantil se revela nas mais diversas formas, desde o estudante e as famílias que não reconhecem que através do acesso ao programa estão acessando um direito, a alguns profissionais que lidam diariamente com os estudantes que se apropriam de discursos moralistas de que os estudantes beneficiados com os repasses financeiros proporcionado pelo programa de assistência estudantil e suas famílias sejam mais cobrados em relação ao aproveitamento acadêmico dos que os estudantes não beneficiados pelo programa.

Considerando que o sistema sociometabólico do capital precisa de todas as instituições (família, escola, igreja e outras- microssistemas) para se reproduzir coletivamente, cabe a família o papel de inculcação dos valores dominantes no cotidiano, valores socialmente inculcados, transmitidos de acordo com a sociedade do capital (macrossistema).

Outra questão que deve ser destacada em relação às ações da assistência estudantil seria como aponta Daros (2016), com a “bolsificação da Assistência Estudantil”, como ocorre em muitos Institutos Federais e Universidades, através da transferência de renda aos estudantes por meio de auxílios moradia, alimentação, transporte e outros. A autora chama a atenção para o fato de que a “bolsificação” seria uma forma focalizada e insuficiente de atendimentos às necessidades e demandas dos estudantes, um atendimento emergencial e fragmentado.

Para melhor atendimento aos estudantes, a assistência estudantil precisa ser mais ampliada, no sentido de construções de mais restaurantes universitários, moradias estudantis, aumento da equipe de profissionais multidisciplinares que possam compor a equipe da assistência estudantil, dentre outras ações que possam contemplar também a articulação e a escuta da representação estudantil nos espaços de discussão sobre ações da assistência estudantil (Daros, 2016).

Considerando que a sociedade do capital, a escola, as políticas públicas e os arranjos familiares compõem a trilogia dos conflitos e lutas por direitos, é de nosso intuito questionarmos o papel das políticas públicas que são direcionadas às escolas e como elas repercutem na vida dos estudantes e de seus grupos familiares; bem como apresentar a demanda da necessidade de construção de políticas internas que coadunem com as necessidades dos estudantes e suas famílias para o enfrentamento das vulnerabilidades em que estão imersos.

O macrossistema engloba as normas culturais e os valores da sociedade. Considerando a complexidade e as configurações dos diversos sistemas, também não se pode perder de vista os efeitos do macrossistema e da sociedade capitalista sobre as famílias, se materializando das mais diversas formas como o familismo que é um valor cultural presente em nossa sociedade e que também influencia os microssistemas (família e escola) e os indivíduos, levando a uma responsabilização e culpabilização das famílias em vulnerabilidade social quanto a proteção social de seus membros, quando da ausência ou insuficiência de políticas sociais e ações que visem a melhoria das condições de vida e bem estar da população, em especial dos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Deve-se considerar também, para além do contexto escolar, os mecanismos que produzem as desigualdades da sociedade capitalista - quer sejam econômicas, políticas, sociais

e educacionais (desigualdade da oferta de educação, desigualdade da qualidade da educação, equívoco entre aptidão e inatismo, desconsideração da classe de origem do aluno), nega-se o processo histórico da vida e das relações sociais em que essas circunstâncias se materializam.

CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos na pesquisa e verificar as hipóteses para responder ao problema construído nesta investigação, foi adotado uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e exploratória.

A pesquisa qualitativa é aquela que valoriza mais a compreensão e interpretação dos fenômenos sociais, o que possibilita um maior aprofundamento sobre questões que não podem ser respondidas apenas a partir de dados mensuráveis e variáveis, pois ancora-se também em informações mais subjetivas acerca do indivíduo, bem como do contexto culturais e sociais, em um universo com muitos significados (Minayo, 2007).

O método qualitativo, conforme Minayo (2007, p. 57), é utilizado no estudo da “história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”. Além disso, propicia a construção e revisão de novas abordagens, categorias, conceitos e permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos.

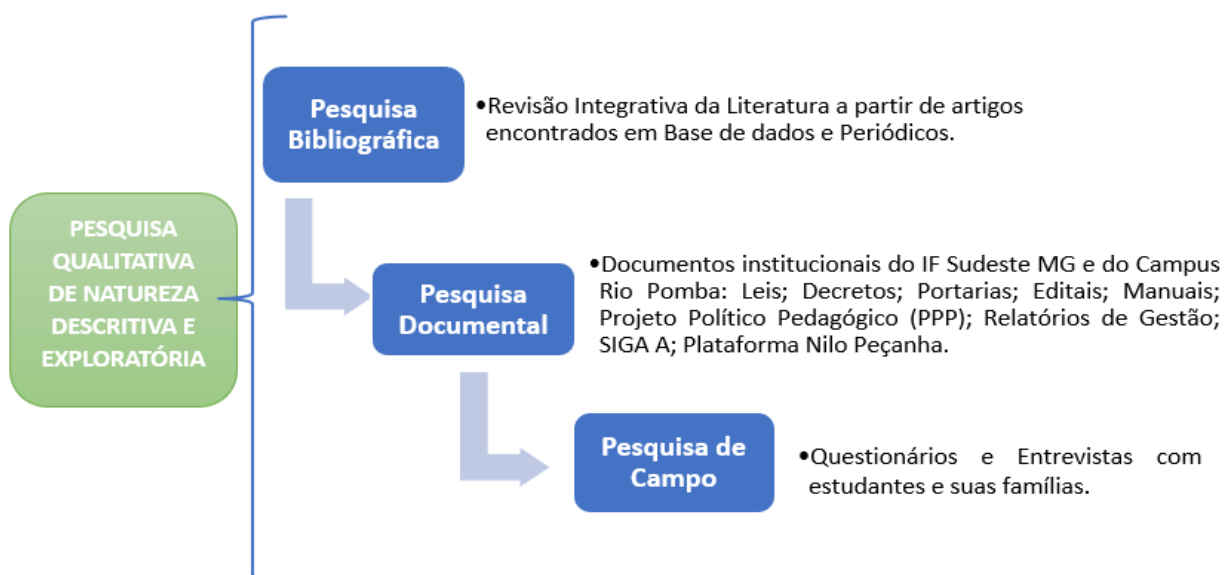
As pesquisas qualitativas são

caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados, embora possam ser complementados por outras técnicas (Alves-Mazzoti; Gewandsznajder, 1998, p. 163).

Nesse sentido, metodologicamente foram utilizadas conforme a Figura 2, a pesquisa bibliográfica, pois dentre outras vantagens, permite ao investigador uma ampla cobertura acerca do fenômeno estudado; a pesquisa documental, que se efetiva por meio de documentos que não receberam nenhum tratamento analítico; e a pesquisa de campo, desenvolvida com base na observação e entrevistas com o grupo pesquisado, visando a partir das explicações e interpretações, conjugá-las às demais fontes de pesquisa (Gil, 2002).

Utilizamos a pesquisa bibliográfica na elaboração do capítulo 3, composto por uma revisão integrativa da literatura sobre a temática, a partir de artigos encontrados em bases de dados e periódicos.

Figura 2 – Representação do percurso metodológico utilizado.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

E para melhor conhecimento do objeto e do campo de pesquisa adotou-se também a análise documental a partir de Leis¹³, decretos, portarias e documentos institucionais do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba como: Editais e Listagens de Resultados do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica, Manual do Estudante, Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Zootecnia, Relatórios de Gestão do IF Sudeste MG e dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGA A) e da Plataforma Nilo Peçanha. Os dados e informações coletadas, combinados com a pesquisa bibliográfica realizada a partir da leitura de teses, dissertações, artigos e livros, contribuíram para a construção dos capítulos 4 e 5, e análises relevantes ao longo do trabalho.

E na segunda etapa realizou-se a pesquisa empírica, que se encontram nos capítulos 5 e 6. Visando a interação com o grupo pesquisado, recorreremos a aplicação de questionário aos estudantes, o que possibilitou a identificação e conhecimento de informações prévias sobre a realidade dos pesquisados, que puderam ser complementadas e aprofundadas no momento das

¹³ Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996- estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Portaria Normativa nº 39 de 2007 do Ministério da Educação (MEC) – institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Decreto Lei nº 7.234 de 2010 – dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Lei 11.892/2008, de 2008-. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Lei nº 14.914 de 2024- institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

entrevistas junto aos estudantes e famílias. A seguir, as etapas metodológicas serão mais detalhadas.

2.1 Revisão integrativa da literatura

Foi realizada nessa primeira etapa, uma revisão de literatura sobre as relações existentes entre a política de assistência estudantil e os elementos que influenciam a permanência e o desenvolvimento dos estudantes da educação profissional. Criado pelo Decreto nº 7.234 de julho de 2010 que dispõe sobre o PNAES, a política de assistência estudantil apresenta muita relevância para a permanência dos estudantes de instituições federais de ensino, por possibilitarem através das bolsas de auxílio financeiro e outras ações que visam a permanência do estudante.

Utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa e exploratória, por meio da revisão de literatura integrativa, orientada pelas seguintes bases de referência: Scopus, SciELO e Web of Science.

Os critérios de inclusão e exclusão foram previamente estabelecidos. Como critério de inclusão buscamos artigos completos, com acesso livre, que tratem da assistência estudantil e os elementos que influenciam a permanência e o desenvolvimento dos estudantes da educação profissional.

Já os critérios de exclusão foram: artigos sem resumo, artigos de revisão de literatura, estudos a partir de dados de instituições privadas de ensino, trabalhos ligados a questões de saúde ou avaliação da política de assistência estudantil ligados apenas a questão financeira ou orçamentária. Além disso, não foi estabelecido recorte temporal na coleta de dados da pesquisa.

Destaca-se também que muitos dos artigos encontrados possuem como público-alvo os estudantes do ensino superior, apontando escassez de trabalhos com o perfil dessa pesquisa e com estudantes da educação profissional. Por isso, não foi utilizado como critério de exclusão trabalhos com estudantes universitários, uma vez que a política de assistência estudantil inicialmente era destinada ao ensino superior, passando a encampar a educação profissional da rede federal posteriormente.

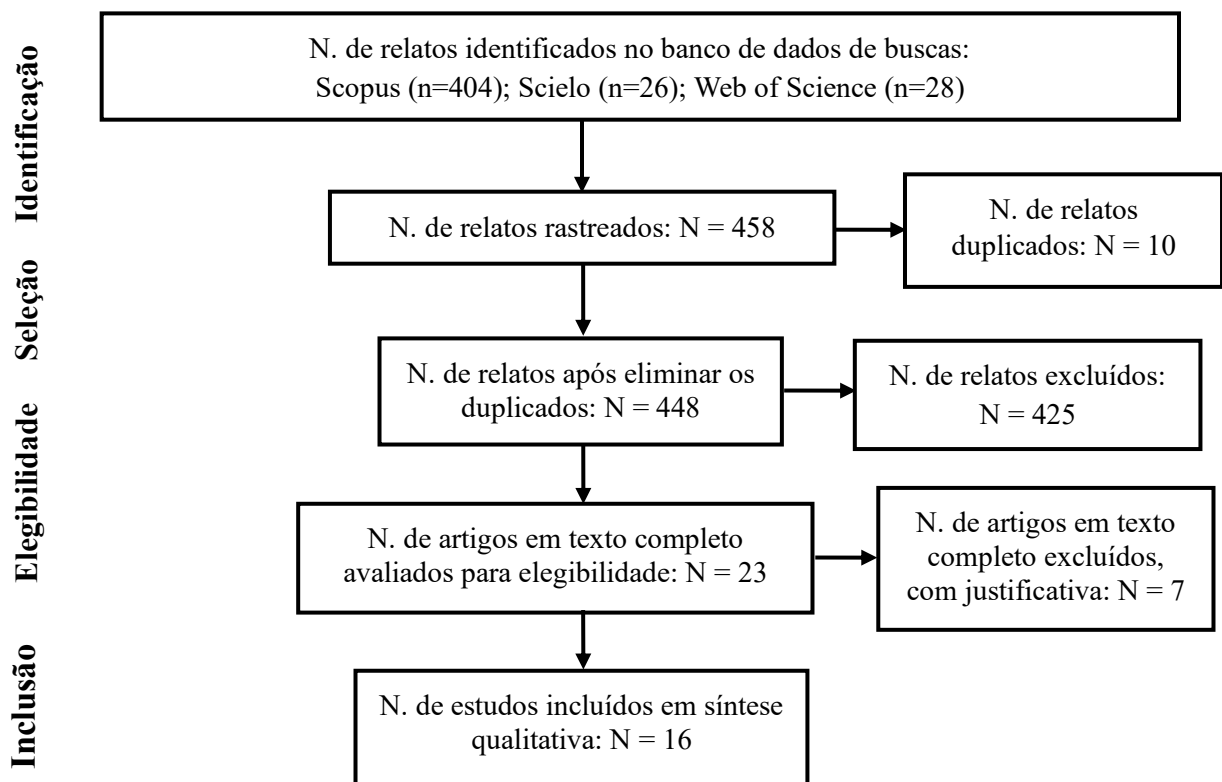
Para melhor organização dos dados foi utilizado o software StArt que possibilitou a exportação dos dados como title, author e abstract. Realizada a etapa de buscas, deu-se início à leitura e análise dos títulos e resumos dos artigos pelos revisores, utilizando para a seleção

critérios de elegibilidade de inclusão e exclusão já pré-determinados para responder a uma pergunta inicial de pesquisa, o que foi fundamental para avaliar a relevância dos trabalhos.

Com o auxílio do software StArt, constatou-se 10 trabalhos duplicados, permanecendo 448 trabalhos para análise. Dos 448 trabalhos analisados por título e resumo, 425 foram rejeitados por estarem em desacordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para o estudo, permanecendo 23 trabalhos em texto completo para leitura, sendo rejeitados sete desses artigos após leitura completa dos trabalhos por não atenderem aos objetivos da pesquisa, ficando com 16 artigos para análise dos dados.

A Figura 3 apresenta o fluxograma de seleção dos trabalhos.

Figura 3 – Fluxograma de seleção dos trabalhos



Fonte: Adaptado de Liberati *et al.* (2009).

A busca desses artigos foi realizada a partir das seguintes combinações de descritores em inglês, conforme apresentado na Tabela 2, que traz os resultados de busca e seleção dos artigos.

Tabela 2 – Resultados da busca e seleção dos artigos

Expressão de busca	Scopus		SciElo		Web of Science	
	Resultados	Selecionados	Resultados	Selecionados	Resultados	Selecionados
((student) AND ("student assistance" OR "professional education" OR pnaes) AND (permanence))	73	5	24	4	22	1
((family) AND ("stud* assistance" OR "education policies" OR "professional education" OR pnaes) AND (permanence))	331	5	2	1	6	0

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

No total foram avaliados 458 artigos, dos quais 404 (quatrocentos e quatro) são da Scopus, 26 (vinte e seis) da SciELO e 28 (vinte e oito) da Web of Science. Partindo da leitura dos títulos e resumos, selecionou-se 16 (dezesesseis) artigos, sendo 10 (dez) da Scopus, 5 (cinco) da SciElo e 1 (um) da Web of Science para a leitura na íntegra.

A extração e a seleção dos dados tiveram como objetivo identificar e sistematizar as informações mais relevantes dos trabalhos analisados. Para isso, foram considerados o ano de publicação dos artigos, autores, país e local de realização da pesquisa, população amostral, instrumentos de coleta de dados, objetivos e resultados.

A pesquisa visa analisar o conteúdo das produções científicas encontradas, pela análise do conteúdo da produção proposta por Bardin (2016), com o objetivo de identificar os elementos que influenciam a permanência e o desenvolvimento dos estudantes das instituições federais de ensino atendidos pela assistência estudantil. Os dados foram categorizados a partir dos resumos dos trabalhos selecionados com a ajuda do software *Iramuteq*. A discussão das categorias é subsidiada pelo aporte teórico.

2.2 Pesquisa de campo

2.2.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), Campus Rio Pomba, localizado no município de Rio Pomba, Minas Gerais.

O município de Rio Pomba está localizado no estado de Minas Gerais, na Zona da Mata Mineira, microrregião de Ubá, que é constituída pelos municípios: Astolfo Dutra; Divinésia; Dolores do Turvo; Guarani; Guidoal; Guiricema; Mercês; Piraúba; Rio Pomba; Rodeiro; São Geraldo; Senador Firmino; Silveirânia; Tabuleiro; Tocantins; Ubá e Visconde do Rio Branco. Dos 17 municípios da microrregião de Ubá, seis são limítrofes com Rio Pomba. A sua população no último censo 2022, conforme o site do IBGE¹⁴, é de 17.443 habitantes e a sua área 252,4 km².

Rio Pomba é uma cidade que, no ano de 2024, completou 192 anos¹⁵ de emancipação política. Conta com um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, que desde 1962, busca ofertar cursos que possibilitem a formação profissional dos jovens do município e da região.

Nos seus primórdios, o município tinha como base de sua economia, as atividades agropecuárias e pecuária de leite, o que foi se diversificando ao longo do tempo, mas influenciou e influencia os cursos desenvolvidos no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba.

Devido à sua localização, o município de Rio Pomba é cortado por rodovias importantes, como a BR 116 e 267, o que favorece a sua ligação com grandes centros como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, ambos localizados a 250 km de Rio Pomba e Juiz de Fora que fica a 72 Km de distância, o que faz com que a região seja influenciada economicamente e socialmente pela evolução dessas capitais (Moreira, 2012).

A Figura 4 possibilita uma melhor compreensão da localização do município de Rio Pomba e de seus municípios vizinhos.

¹⁴ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-pomba/panorama>. Acesso em: 30 abr. 2024.

¹⁵ Disponível em: <https://www.riopomba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-de-rio-pomba/8124>. Acesso em: 30 abr. 2024.

2.2.2 O Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG)

O Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) foi constituído em 2008¹⁶, a partir da integração da antiga Escola Agrotécnica Federal de Barbacena, do Colégio Técnico Universitário (CTU) que era vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora e o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (CEFET-RP). De acordo com o portal da Rede Federal¹⁷, a história do IF Sudeste MG, teve seu início em 1910, em Barbacena, Minas Gerais, com a instalação do “Aprendizado Agrícola de Barbacena”, que ao longo dos anos, assim como outras instituições federais foram passando por diferentes denominações até se transformar em Escola Agrotécnica Federal de Barbacena e posteriormente Instituto Federal de Barbacena.

Já o Colégio Técnico Universitário (CTU) teve seu início em 1957, como Escola Profissional, vinculada a escola de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, também se transformou em Instituto Federal de Juiz de Fora. E o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, criado em 1962 como Escola Agrícola, passou a ser o Instituto Federal de Rio Pomba, no ano de 2008.

Com a expansão da Rede Federal novas instituições foram criadas, como: o Campus Muriaé e São João Del Rei em 2009; o Campus Santos Dumont em 2010; o Campus Avançado Bom Sucesso em 2011; Campus Manhuaçu em 2015; e os Campus Avançados de Cataguases e Ubá que passaram a funcionar em 2015, com autorização de funcionamento do Ministério da Educação.

Conforme a Lei de criação dos institutos federais, essas instituições devem ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, na perspectiva de verticalização do ensino. Ou seja, de acordo com o Art. 2º, Lei n. 11.892/2008:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

Além disso, os Institutos Federais possuem uma concepção pedagógica que estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ou seja, orienta suas ações para o

¹⁶ Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

¹⁷ Disponível em: <https://portal.redefederal.org.br/sudeste/mg/instituto-federal-sudeste-de-minas-gerais>. Acesso em: 27 mar. 2024.

desenvolvimento integral do ser humano e no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade (Pacheco, 2011).

O IF Sudeste MG é formado por um conjunto de instituições, que está presente nos municípios citados e atende todas as regiões em seu entorno, ofertando cursos em diferentes níveis e modalidades, tais como:

- Educação Profissional técnica de nível médio: Integrado; Concomitante; Subsequente; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA);
- Educação Superior: Cursos Superiores de Tecnologia; Cursos de Licenciatura; Cursos de Bacharelado/Engenharia; Cursos de Pós-graduação Lato Sensu e Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu.

Destaca-se ainda que os Institutos Federais devem ofertar com primazia, conforme art. 7º e 8º da Lei n. 11.892/2008, a educação de nível médio, cursos de licenciatura e programa de formação pedagógica, com a garantia de 50% das vagas para a oferta da educação profissional de nível médio, prioritariamente na forma de “cursos integrados”, 20% das vagas para a oferta de cursos de licenciatura e 30% para oferta dos demais cursos.

A proposta pedagógica dos Institutos Federais se pauta no diálogo com as demandas regionais, locais e com a sociedade, na perspectiva de uma educação mais integral, que visa superar a dualidade histórica educacional caracterizada por um tipo de ensino para as camadas menos favorecidas e outro ensino para os grupos dominantes (Pacheco, 2011).

Os Institutos Federais se caracterizam como instituições diferenciadas em sua proposta e finalidades, uma vez que compreende a educação profissional para além da concepção da formação instrumental demandada pelo mercado, atuando conforme artigo 6º, da Lei n. 11.892/2008, na oferta de educação profissional e tecnológica, “em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (Brasil, 2008).

Atualmente, o IF Sudeste MG é composto por 10 campi e uma Reitoria que fica localizada em Juiz de Fora-MG, com previsão de expansão.

A Figura 5 traz a localização dos campi que compõem o IF Sudeste MG.

Figura 5 – Localização das instituições que compõem o IF Sudeste MG



Fonte: <http://www.ifsudestemg.edu.br>. Acesso em: 21 mar. 2024.

Desde a criação dos Institutos Federais pela Lei n. 11892, de 29 de dezembro de 2008, já são 15 anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ofertando a jovens e adultos, cursos de formação profissional, técnicos e de graduação e pós-graduação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste-MG Câmpus de Rio Pomba, localizado na região da Zona da Mata Mineira, a cinco quilômetros do centro urbano do município de Rio Pomba – MG, terá seu histórico mais detalhado no próximo tópico por se tratar do campo de pesquisa desse estudo.

2.2.3 O IF Sudeste MG Campus Rio Pomba

Utilizamos neste tópico, como referência básica o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, vigência 2014- 2020, o PDI vigência 2021-2025, o relatório de gestão 2009 e informações do site do IF Sudeste MG, para descrevermos a trajetória do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, que em muitos momentos perpassa pela história da educação profissional.

O atual IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, tem seu início a partir da utilização das terras e benfeitorias do Departamento Nacional de Produção Animal e da Estação Experimental de Fumo do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, mantidos pelo Ministério da Agricultura no Município de Rio Pomba – Minas Gerais, datado em 29 de dezembro de 1956, pela Lei n. 3.092/56, para a construção da “Escola Agrícola de Rio Pomba”, vinculada ao Ministério da Agricultura, como uma Instituição de base agrária. A Escola Agrícola de Rio Pomba, foi inaugurada em 16 de agosto de 1962, por intermédio do deputado Último de Carvalho junto ao Governo Federal, com estrutura de escola-fazenda, com a finalidade de oferecer aos jovens uma possibilidade de formação na área agrária, foco da economia local.

A Figura 6 ilustra a frente do prédio central do Ginásio Agrícola de Rio Pomba, evidenciando a estrutura física inicial da instituição e a sua importância histórica para a formação agrícola na região.

Figura 6 – Frente do Prédio Central do Ginásio Agrícola de Rio Pomba



Fonte: Moreira (2012, p. 104).

As instituições educacionais de ensino agrícola fazem parte da materialização das metas propostas pelo então presidente da república da época, Juscelino Kubitschek (JK) para o setor da educação, no contexto que se considerava importante desenvolver o sistema agrícola brasileiro, e para isso a necessidade da instrução do trabalhador rural e a qualificação de mão

de obra de profissionais que dominassem as técnicas agrícolas mais modernas, conhecimento considerado necessário a um país moderno e industrializado, levando a criação em diferentes regiões do país, de outras instituições educacionais de ensino agrícola (Capelle, 2006).

Conforme Capelle (2006), dois fatores contribuíram para que Rio Pomba fosse um dos municípios escolhidos para a implantação de uma escola agrícola, que veio a se concretizar em 06 de junho de 1956, são eles: o prestígio e a representatividade do deputado federal Último de Carvalho junto ao governo presidencial da época Juscelino Kubitschek, tendo em vista que, Último de Carvalho nascido em Juiz de Fora, mas radicado em Rio Pomba desde os vinte e três anos, era engenheiro agrônomo e médico; foi tabelião, vereador, prefeito municipal, deputado estadual por duas vezes consecutivas e deputado federal, sendo destacado como aquele que conquistou as maiores benfeitorias para Rio Pomba. E um outro fator, é que o município já tinha o Posto de Criação Animal, local onde poderia ser instalada a Instituição, pertencente ao Ministério da Agricultura, com instalações apropriadas para as atividades de pecuária e práticas agrícolas e encontrava-se, na época, em crescente decadência (Capelle, 2006).

Rio Pomba, caracteriza-se como um município de economia alicerçada no setor rural, que gradativamente estendeu a sua estrutura produtiva para o setor industrial, após transformações socioeconômicas significativas. Tais transformações refletiram nas mudanças que o Campus Rio Pomba foi estabelecendo para a oferta de formação de mão de obra e de educação profissional para atender às novas demandas.

No final da década de 90, a instituição já não centrava apenas em cursos rurais, ofertando outras formações profissionais. Além das mudanças na oferta de cursos, a instituição também ganhou várias denominações conforme apresentado no Quadro 1, evidenciando transformações institucionais que podem ser compreendidas à luz do cronossistema (Bronfenbrenner, 2011), ao expressarem reconfigurações históricas que impactam os contextos de desenvolvimento.

A escolha pelo Curso Técnico Integrado em Zootecnia justifica-se por sua trajetória histórica no campus: ofertado na modalidade concomitante ao Ensino Médio desde 1998, passou a ser oferecido na modalidade integrada a partir de 2008. Trata-se de um curso que atrai majoritariamente estudantes da zona rural, filhos de trabalhadores rurais, e que apresenta verticalização por meio da oferta do curso superior em Zootecnia. Essa característica possibilita analisar a relevância da assistência estudantil para a continuidade dos estudos e para a ampliação das oportunidades educacionais de jovens oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social, considerando as relações entre escolarização, mobilidade social e permanência educacional.

Quadro 1– Legislações do campus Rio Pomba

Ano	Lei/Decreto	Nome
1956	Lei n. 3092 de 29 de dezembro de 1956.	Início da construção da Escola Agrícola de Rio Pomba
1964	Decreto n. 53.558, de 13 de dezembro de 1964.	Ginásio Agrícola de Rio Pomba
1968	Decreto n. 62.178, de 25 de janeiro de 1968.	Colégio Agrícola de Rio Pomba
1979	Decreto n. 83.935, de 04 de setembro de 1979.	Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba
2002	Decreto de 13 de novembro de 2002.	Centro Federal de Educação, Tecnológica de Rio Pomba
2008	Lei n. 11. 892, de 30 de dezembro de 2008.	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora a partir de <https://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/dirextMuseu/institucional/>.

Em suma, conforme o site institucional¹⁸, a trajetória do Campus Rio Pomba tem seus marcos nas legislações citadas no Quadro 1.

Com a Lei de Criação dos Institutos Federais, a instituição passou a integrar o IF Sudeste MG, denominando-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba, vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação, que hoje atua em diversas áreas do conhecimento.

Atualmente o IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, oferece mais de trinta¹⁹ formações profissionalizantes presenciais e a distância, de níveis técnico, graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), além do desenvolvimento junto as comunidades locais de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Para melhor caracterizar e ilustrar as instalações do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, apresentamos as Figuras 7, 8 e 9, referentes a algumas das edificações que compoem a instituição.

¹⁸ Disponível em: <https://sistemas.riopomba.ifsudestemg.edu.br/dirextMuseu/institucional/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

¹⁹ Informações disponíveis em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/riopomba/campus-rio-pomba-abre-inscricoes-para-o-processo-seletivo-2024-1-com-oferta-de-879-vagas>. Acesso em: 24 dez. 2024.

Figura 7 – Fachada atual do Prédio Central do IF Campus Rio Pomba



Fonte: <https://www.ifsudestemg.edu.br/comunicacao-social/galeria-de-imagens/rio-pomba-1>.

Figura 8 – Vista panorâmica do prédio central e pavilhões de salas de aula do campus Rio Pomba



Fonte: Arquivo compartilhado pelo professor Bruno Olher Silva (2025).

Figura 9 – Vista panorâmica dos prédios de alguns departamentos acadêmicos do campus Rio Pomba



Fonte: Arquivo compartilhado pelo professor Bruno Olher Silva (2025).

O prédio central composto em sua maior parte por salas de aula e algumas salas administrativas, é o local onde ocorrem a maioria das aulas dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. No entanto, em virtude de horários, logística e das demandas de algumas disciplinas, as aulas da parte propedêutica assim como as aulas práticas ou de campo podem ser ministradas nos setores ou laboratórios de departamentos como o de Zootecnia.

Esse contexto coloca os estudantes do Técnico Integrado ao Ensino Médio em contato com uma realidade muito diferente da que estavam habituados no ensino fundamental, mas que se aproxima do experienciado pelos estudantes de graduação, o que demanda mais autonomia, maturidade e responsabilidade por parte do estudante que deve deslocar-se para os locais de aula, realizar o acompanhamento de atividades práticas das quais estes participam, aumento de disciplinas e atividades, dentre outras mudanças consideráveis nessa transição para um curso técnico integrado ao ensino médio.

O IF Campus Rio Pomba também conta com sete departamentos acadêmicos para atuação com os cursos de suas respectivas áreas, tais como: Departamento Acadêmico de Agricultura e Ambiente; Departamento de Zootecnia; Departamento Acadêmico de Ciência da Computação; Departamento Acadêmico de Ciência e Tecnologia de Alimentos;

Departamento Acadêmico de Ciências Gerenciais; Departamento Acadêmico de Educação e Departamento Acadêmico de Matemática, Física e Estatística.

Em relação a composição do quadro de servidores, o IF Sudeste MG Campus Rio Pomba conta com cento e quarenta e dois docentes das mais diversas áreas de atuação para atendimento aos diferentes cursos ofertados e cento e sessenta e dois técnicos administrativos em educação, mais os servidores terceirizados.

Além de serem fontes documentais, as figuras ilustram parte da instituição pesquisada em diferentes momentos históricos, o que possibilita visualizar as transformações físicas, espaciais e simbólicas que ocorreram ao longo do tempo, evidenciando conforme Bronfenbrenner (2011) o cronossistema e favorecendo a contextualização de elementos presentes no microsistema- escola que influenciam as interações entre sujeitos e contextos.

Em relação à estrutura formativa e aos contextos de aprendizagem, o Curso Técnico Integrado em Zootecnia dispõe de três salas providas de televisor, as demais com Data show, ventiladores e um anfiteatro no Departamento de Zootecnia, além de 15 salas de aula no Prédio Central para a realização das aulas teóricas e todas munidas de televisor e ventiladores. Para as aulas práticas, as mesmas são realizadas nos setores de produção animal no Departamento de Zootecnia, que são: Setor de Máquinas Agrícolas; Setor de Piscicultura (Aquicultura); Setor de Bovinocultura; Setor de Suinocultura (equipado com uma sala de inseminação artificial); Setor de Avicultura de Corte e Postura; Setor de Processamento e Industrialização de Leite (Agroindústria); Setor de Processamento e Industrialização de Carnes (Agroindústria); Setor de Apicultura; Setor de Coturnicultura; Setor de Cunicultura (PPC, 2022).

Os espaços citados são denominados de Unidades Educativas de Produção, nos quais os estudantes realizam atividades práticas supervisionadas, participando ativamente de todas as etapas dos processos produtivos – desde o cultivo agrícola até o manejo zootécnico.

Esses ambientes representam contextos de interação direta e cotidiana entre os estudantes, professores e técnicos, onde são realizadas atividades práticas supervisionadas, nas quais o estudante participa ativamente de todas as etapas dos processos produtivos – desde o cultivo agrícola até o manejo zootécnico. Essa vivência prática contribui para o fortalecimento da aprendizagem significativa, ao articular os conteúdos teóricos vistos em sala com experiências concretas, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais (Moreira, 2012).

Nesse caso, as díades observacionais possibilitam que o indivíduo aprenda a partir da observação de outra pessoa. E as díades conjuntas, que incluem professor, estudante e colegas

em uma atividade ou na resolução de um problema de forma que ambos influenciem e sejam influenciados mutuamente, configuram um processo interativo que favorece o desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996).

Essas experiências ampliam os impactos formativos, podendo influenciar positivamente as famílias e a comunidade, especialmente aquelas do meio rural, por meio da atuação e do conhecimento adquirido pelos estudantes. Dessa forma, o mesossistema contribui para o desenvolvimento do estudante, ao articular os diferentes ambientes de sua vida, permitindo que o conhecimento escolar seja mobilizado para melhorar práticas produtivas no contexto familiar e na comunidade.

2.2.4 Participantes da pesquisa

A população desta pesquisa foi composta por estudantes e familiares do Curso Técnico Integrado em Zootecnia do Campus Rio Pomba, ingressantes no ano de 2022, atendidos por alguma modalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil. A escolha dessa turma justifica-se pela possibilidade de acompanhamento da trajetória acadêmica desde o ingresso até a conclusão do curso, cuja duração regular é de três anos, permitindo analisar os processos de permanência, adaptação e possíveis impactos da assistência estudantil ao longo do percurso formativo. O tempo ampliado de permanência na instituição favorece ainda a consolidação de experiências escolares mais densas, quando comparado às séries iniciais.

A Tabela 3 apresenta o acompanhamento da turma ingressante em 2022, evidenciando a movimentação dos estudantes ao longo dos três anos.

Tabela 3 – Acompanhamento dos estudantes da turma que ingressaram no curso Técnico Integrado em Zootecnia em 2022

Ano letivo	Número de estudantes ativos	Número de estudantes aprovados	Número de reprovados/evadidos
2022	33	24	9
2023	24	20	4
2024	20	19	1

Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas IF Sudeste MG SIGAA.

No ano letivo de 2022, havia 33 estudantes ativos no 1º ano, dos quais 24 foram aprovados para o 2º ano, enquanto 9 foram reprovados ou evadiram²⁰. Entre esses 9 estudantes, 6 não eram atendidos pela Política de Assistência Estudantil e 3 recebiam atendimento. No 2º ano, dos 24 estudantes matriculados, 20 foram aprovados para o 3º ano e 4 foram reprovados, sendo 3 não atendidos pela política e 1 atendido. Já no 3º ano, dos 20 estudantes ativos, houve a desistência de 1 estudante, totalizando 19 concluintes, dos quais 9 eram atendidos pela Política de Assistência Estudantil e 10 não eram beneficiários.

Os dados indicam que o 1º ano concentra o maior número de evasões e reprovações, configurando-se como etapa mais sensível da trajetória escolar. Observa-se também que, tanto no 1º quanto no 2º ano, a maioria dos estudantes reprovados ou evadidos não era atendida pela Política de Assistência Estudantil, o que sugere possíveis relações entre acesso às políticas de permanência e continuidade dos estudos.

O período inicial de adaptação tende a ser mais crítico, pois é marcado pela construção de novos vínculos e pela reorganização das rotinas acadêmicas e pessoais. Conforme destaca Coulon (2008, p. 163), nos primeiros meses de inserção escolar “vínculos ainda frágeis são desfeitos”, favorecendo abandonos precoces. O desejo de evasão também pode emergir ao longo dos semestres ou após interrupções no calendário letivo, como férias, feriados prolongados ou greves.

Entretanto, a permanência escolar não pode ser compreendida de forma linear. Cada estudante, a partir de suas vivências e dos significados atribuídos às novas experiências, mobiliza disposições e recursos distintos, que podem atuar como elementos facilitadores ou limitadores de sua permanência nessa etapa de transição.

A escolha dos participantes também se justifica pelo fato de os estudantes do curso integrado permanecerem maior tempo diário na instituição, por vezes em período superior ao tempo de convivência familiar, especialmente entre aqueles que residem em outros municípios ou que realizam suas principais refeições no refeitório institucional. Essa característica amplia o papel da escola como espaço central no cotidiano juvenil.

Dessa forma, considerando o público-alvo pesquisado, dentre os 20 estudantes que compunham a turma no ano de 2024, 11 estudantes do Curso Técnico Integrado em Zootecnia participaram da pesquisa, correspondendo a mais da metade do grupo acompanhado.

²⁰ A evasão escolar ocorre quando o estudante deixa de frequentar a escola durante o ano letivo. Como o sistema consultado para a pesquisa, Siga A, apresenta matrícula cancelada para os estudantes nessa condição, tratamos como evadido o aluno evadido/desistente, evadido/eliminado-reprovado e evadido/transferido.

Além dos estudantes, incluem-se como unidade de análise as famílias do grupo pesquisado. A seleção dos participantes ocorreu por meio de levantamento nas listagens disponíveis no site do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, referentes aos estudantes atendidos via editais do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica. Buscou-se identificar as modalidades de atendimento, a participação contínua ou eventual e o histórico de acompanhamento desde o ingresso, permitindo mapear a trajetória dos estudantes no âmbito da assistência estudantil.

A inclusão das famílias fundamenta-se no fato de que, na modalidade técnica integrada ao Ensino Médio, a maioria dos estudantes é menor de idade e depende do suporte familiar para seu desenvolvimento. Além disso, devido à organização curricular integrada, os estudantes passam grande parte do dia na instituição, retornando às suas residências apenas ao final do dia — ou nos finais de semana, quando residem em municípios mais distantes. Essa dinâmica reforça a necessidade de compreender as interações entre escola e família na análise da permanência e do desenvolvimento escolar.

2.2.5 Aplicação dos questionários e entrevistas

Foi desenvolvido um questionário semiestruturado próprio (Apêndice A) para os estudantes. O questionário construído é composto por 18 questões, incluindo as de identificação geral dos participantes e algumas abertas para respostas próprias dos entrevistados. Nos Apêndice B e C, constam as questões que nortearam as entrevistas com os estudantes e familiares selecionados, respectivamente.

Em um primeiro momento, após a autorização da gestão institucional, realizou-se um encontro com os estudantes selecionados no Campus Rio Pomba, no mês de julho de 2024, com o objetivo de apresentar a pesquisa e aplicar o questionário. O instrumento foi preenchido pelos próprios estudantes, na presença da pesquisadora, garantindo-se a possibilidade de esclarecimento de dúvidas. Nessa ocasião, participaram oito estudantes.

No dia seguinte, realizou-se novo encontro no Campus Rio Pomba para aplicação do questionário aos demais estudantes selecionados, contando com a participação de mais dois discentes. Dos onze estudantes, um foi aplicado o questionário via *google forms*, depois de tentativas de encontro presencial com o estudante.

Para complementar os dados obtidos através dos questionários foram realizadas entrevistas com os estudantes e as famílias pesquisadas, tendo em vista que, a entrevista é uma

a técnica muito empregada nas ciências sociais, oferecem muita flexibilidade, sendo possível adaptá-las às pessoas e circunstâncias, além de possibilitar a captação de detalhes como a expressão corporal, a tonalidade de voz e ênfase nas respostas dos entrevistados (Gil, 2008).

Para Minayo (2007, p. 195), “a investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos”.

Por ser um recurso que permite a interação, a entrevista possibilitou maior aproximação dos estudantes e familiares, favorecendo um diálogo mais proveitoso e consequentemente mais percepções sobre as vivências, motivações, aspirações, reações e demais perspectivas abordadas junto aos entrevistados.

Dessa forma, foi realizada nos dias seguintes, a entrevista de forma individual com nove estudantes no Campus Rio Pomba e com dois estudantes via *google meet*.

Em um terceiro momento, o contato com as famílias foi realizado por meio dos telefones e endereços disponíveis no cadastro do sistema SIGA A do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba e confirmados com os estudantes.

A partir dos dados foi marcado junto às famílias que conseguimos contactar, as entrevistas e algumas famílias que não conseguimos contato por telefone, fomos a residência sem agendamento prévio, conseguindo entrevistar sete famílias. Os momentos de entrevista com as famílias aconteceram nas suas respectivas residências situadas nos municípios mineiros de Rio Pomba, Mercês, Silveirânia e Dona Euzébia nos meses de julho a dezembro de 2024.

Do total de 11 famílias, quatro foram entrevistadas via *google meet*, no horário da noite ou finais de semana, como acordado com os estudantes, para melhor atender as demandas e horários de algumas famílias que trabalham na zona rural e outras cujos responsáveis também saem muito cedo para o trabalho e retornam mais tarde às suas residências.

No total foram aplicados os questionários a 11 estudantes e 24 entrevistas realizadas para aprofundar e complementar os dados do questionário, das quais 11 foram com os estudantes e 13 com familiares dos estudantes.

No Quadro 2, relacionamos os familiares participantes da pesquisa, no qual pode-se perceber maior participação das mães nas entrevistas realizadas. Em duas das famílias entrevistadas, os pais estavam presentes antes de iniciar a entrevista, mas optaram por não participar por entenderem que a mãe saberia responder sobre a vida escolar dos filhos.

Quadro 2 – Participantes da pesquisa

Participantes	Familiar entrevistado
Estudante 1	Mãe
Estudante 2	Mãe
Estudante 3	Mãe e Avó
Estudante 4	Mãe
Estudante 5	Irmã
Estudante 6	Mãe
Estudante 7	Mãe e Pai
Estudante 8	Mãe
Estudante 9	Mãe
Estudante 10	Pai
Estudante 11	Mãe

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em um quarto momento, durante os meses de março a julho de 2025, foi realizado contato com os estudantes para obtenção de informações acerca da trajetória escolar e/ou de trabalho, após a conclusão do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Os dados dessa etapa foram compilados e analisados no capítulo 6.

2.2.6 Análise de dados

Os dados obtidos por meio do questionário foram categorizados e organizados com ajuda do Microsoft Excel, um editor de planilhas, o que possibilitou a geração de tabelas e gráficos com resultados da pesquisa.

Para a análise dos dados provenientes das questões abertas foi utilizada a Análise de Conteúdo proposta pela autora e pesquisadora Laurence Bardin (2016) que apresenta possibilidades e caminhos que podem ser percorridos pelo pesquisador, para trabalhos qualitativos. Dentre as abordagens apresentadas por Bardin, destacam-se as Análises: **Categorial**; de **Avaliação**; da **Enunciação**; **Proposicional do Discurso**; da **Expressão** e das **Relações**. Dentre as técnicas de análise conteúdo, a análise por categorias além de ser a mais antiga cronologicamente é também a mais utilizada na prática (Bardin, 2016).

A Análise Categorical “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática [...]” (Bardin, 2016, p. 201).

Nessa pesquisa adotamos a Análise Categorical, por meio da qual buscou-se identificar à luz da literatura algumas categorias a priori, com separação e classificação do conteúdo das entrevistas em unidades e categorias pré-estabelecidas.

A entrevista semiestruturada é um recurso que possibilita uma riqueza de informações, tendo em vista, que algumas questões são mais gerais e outras mais disparadoras e estimuladoras.

No modelo proposto por Bardin (2016) destacam-se três fases principais. Inicialmente na fase de **pré-análise**, é o momento de leitura e familiarização com os materiais escolhidos e organizados, para definição das categorias. Na segunda etapa ocorre a **exploração do material**, composta por codificação, que consiste em dividir o texto em unidades menores de análise como palavras ou frases e a categorização dos dados (que pode ocorrer por temas semelhantes) e frequência. Posteriormente na terceira etapa, é realizado o **tratamento e interpretação dos resultados**, onde são realizadas as análises e inferências.

Dessa forma, a partir da leitura flutuante de materiais previamente selecionados e das transcrições das entrevistas, possibilitando a organização do material mais promissores com os objetivos da pesquisa, e melhor visualização dos campos que devem ser priorizados, efetivando assim a primeira etapa proposta por Bardin (2016) denominada de pré- análise.

Assim, procedeu-se à exploração do material, seguida da categorização dos dados por meio de codificação manual. As falas foram organizadas de acordo com os temas emergentes, sendo destacados trechos significativos que expressavam sentidos relacionados às categorias de análise. Esses excertos constituem as unidades de codificação, uma vez que, ainda que não correspondam literalmente aos termos presentes nas perguntas de pesquisa, remetem conceitualmente aos eixos analíticos definidos.

Combinado a análise manual, utilizamos também o software *IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Texts et de Questionnaires)* que é uma ferramenta de uso gratuito que permite visualmente uma comparação entre dados quantitativos e qualitativos, além da confecção de nuvens de palavras geradas a partir de *corpus* textuais constituídos com dados das transcrições das entrevistas.

E em um terceiro momento, procedemos ao tratamento e interpretação dos resultados, que consistiu nas análises dos dados, inferências e discussão das categorias subsidiados pelo aporte teórico adotado.

2.3 Questões éticas

Primeiramente foi pedido a autorização institucional do diretor geral do Campus Rio Pomba para iniciar a realização do projeto de pesquisa (Anexo A).

As entrevistas com os estudantes e as famílias somente foram iniciadas após o parecer consubstanciado favorável ao desenvolvimento da pesquisa, emitido pelo comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP/UFV), conforme disposto no artigo 43 do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica²¹, e em atendimento à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, pelo fato da pesquisa incluir a participação de seres humanos.

No dia 11 de julho de 2023, sob o número 6.174.444, o parecer do Comitê de Ética foi disponibilizado. Ao iniciarmos a pesquisa com os estudantes e suas famílias, foram apresentados aos participantes os objetivos do estudo e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, conforme o caso.

²¹ Portaria CAPES nº 48, de 11 de março de 2025- Estabelece mudança de nomenclatura do Programa de pós-graduação de Economia Doméstica para Política Social.

CAPÍTULO 3 – A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO DESENVOLVIMENTO DOS JOVENS ESTUDANTES

Este capítulo trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa de literatura²², realizada entre os meses de fevereiro a abril de 2024 no banco de dados Scopus, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e na Web of Science.

Através dessa revisão, buscou-se compreender quais fatores influenciam a trajetória e a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, atendidos pelo programa de assistência estudantil, e em que medida a Política de assistência estudantil também impacta as famílias dos discentes atendidos.

3.1 Contribuições da assistência estudantil no desenvolvimento do estudante: revisão integrativa

Considerando que o universo estudantil é permeado por elementos que influenciam e permeiam a trajetória dos estudantes desde o ingresso, a permanência e a conclusão dos cursos, tal pesquisa busca identificar nos artigos analisados os multifatores e a complexidade de relações que se estabelecem durante o percurso dos estudantes nas instituições federais de ensino.

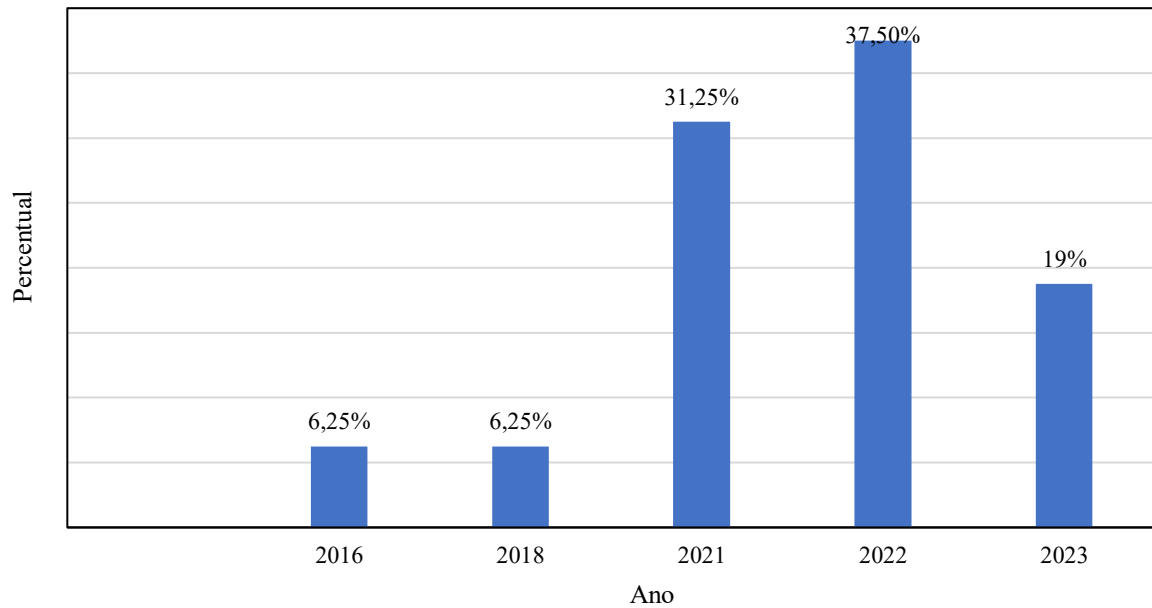
Os artigos foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, de forma que coadunem com a questão de pesquisa proposta. Buscando responder ao objetivo da pesquisa, orientado pelos critérios de seleção, foram selecionados 16 (dezesesseis) artigos para uma análise mais aprofundada e discussão.

Para melhor caracterização bibliográfica dos trabalhos incluídos na seleção, apresentamos a Figura 10 com os períodos de publicação e a Figura 11 com os países de origem dos estudos realizados.

A Figura 10 evidencia que dentre os trabalhos selecionados, houve prevalência do ano de 2022, com o maior número de publicações.

²² Das pesquisas realizadas antes e durante a construção da Revisão Integrativa de Literatura desse trabalho, derivaram outros estudos e análises, que culminaram no artigo publicado no E-book do IX Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira (ISBN: 978-65- 89133-11-7), intitulado “Elementos que impactam a permanência universitária e a assistência estudantil: uma revisão sistemática. Disponível em: <https://www.redejubra.com.br/anais-dos-jubras>. Acesso em: 18 jul. 2025. Capítulo de livro intitulado “POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: a sua importância na formação dos estudantes da educação profissional”, do livro “Serviço Social e Educação: desafios do verbo esperar”. Ed. Cultura Acadêmica/Íbero Americana, 2024, lançado no XXIV Seminário da Associação Latino-americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS).

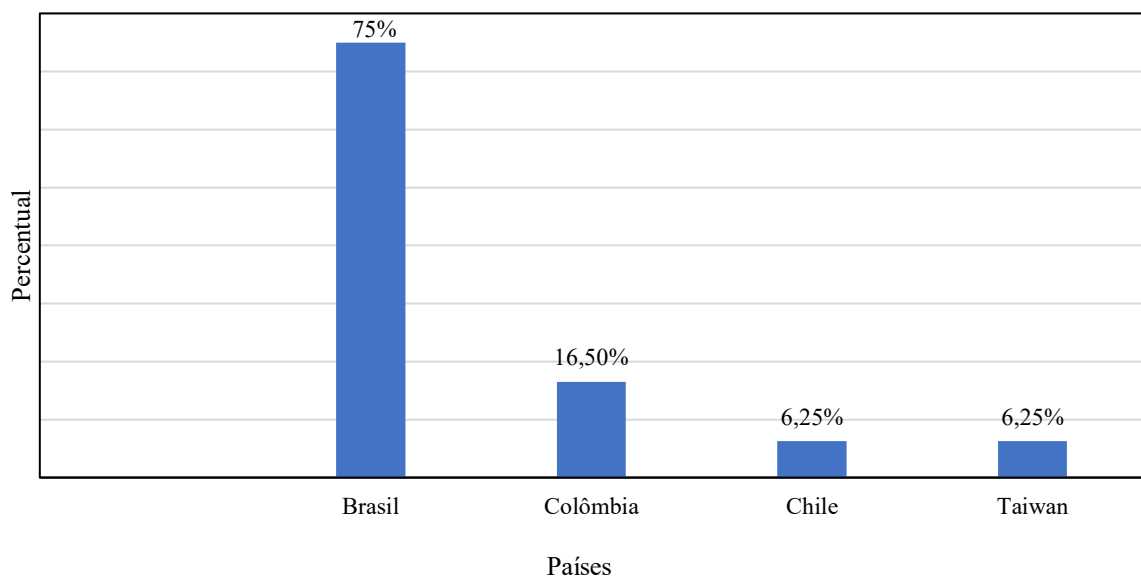
Figura 10 – Período de publicação



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A Figura 11 mostra que os estudos prevaleceram em maior quantidade no Brasil. Tal predominância pode estar ligada ao fato do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) ser uma política social de apoio a permanência estudantil do Brasil.

Figura 11 – País de origem dos estudos selecionados



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A seguir, no Quadro 3, são apresentados os autores, o título, o ano, o periódico de publicação e a base de dados.

Quadro 3 – Caracterização dos artigos selecionados

Autor	Título	Ano	Revista	Base de dados
Moraes	Análises sobre a permanência estudantil nos institutos federais de educação	2023	Educação e Realidade	Scopus
Chiu e Chen	The analysis of bursary satisfaction and learning performance for disadvantaged students: a case study from Taiwan	2023	Education Sciences	Scopus
Santos e Freire	Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos da política de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB	2022	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	Scopus
Guzmán Rincón <i>et al.</i>	Deserción en la educación superior rural: análisis de causas desde el pensamiento sistémico	2022	Qualitative Research in Education	Scopus
Guzmán, Barragán e Cala-Vitery	Comparative analysis of dropout and student permanence in rural higher education	2022	Sustainability	Scopus
Rodrigues e Rodrigues	Estudo sobre evasão e permanência em cursos técnicos profissionalizantes	2022	Linhas Críticas	Scopus
Almeida, Silva e Ribeiro	Evaluation of student assistance programs of the University of Brasília (UnB)	2021	Meta: Avaliação	Scopus
Abreu e Ximenes	Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial	2021	Psicologia USP	Scopus
Lima e Melo	Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública	2016	Meta: Avaliação	Scopus
Nunes e Andrade	A permanência de estudantes migrantes no ensino superior e o Programa de Auxílio Moradia na UFC	2023	Em <i>Pré-impressões SciELO</i>	SciELO
Soares, Ferreira e Amaral	Políticas de assistência estudantil e educadores não docentes nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia	2022	Educação em Revista	SciELO
Ganam e Pinezi	Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil	2021	Educação em Revista	SciELO
Bueno <i>et al.</i>	Virtual in workshop with students entering higher education: dialogical space in time of coronavirus infection	2021	New Trends in Qualitative Research	SciELO
Cespedes <i>et al.</i>	Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo	2021	Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação	SciELO
Mujica <i>et al.</i>	Affective and cognitive variables involved in structural prediction of university dropout	2019	Psicothema	Scopus
Ferreira e Souza	A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA	2019	Revista do centro de Educação da UFSM	Web of Science

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Os dados revelam que os estudos foram desenvolvidos em sua maioria no contexto universitário, sendo aproximadamente 12,5% dos trabalhos realizados a partir da realidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e 87,5% das Universidades.

Apesar da pesquisa proposta incluir na expressão de busca “professional education”, a maior parte dos trabalhos encontrados apresentam estudos envolvendo o público da educação superior, como podemos verificar a partir da nuvem de palavras construída a partir dos resumos dos artigos selecionados, na qual as palavras universidade e ensino superior aparecem em destaque.

Cabe esclarecer que os artigos internacionais selecionados não abordam, necessariamente, programas governamentais nacionais equivalentes à Política de Assistência Estudantil brasileira. Em alguns casos, os estudos analisam políticas públicas específicas de permanência; em outros, investigam fatores institucionais, socioeconômicos e relacionais que influenciam a trajetória e a permanência estudantil.

A inclusão desses estudos justifica-se pelo fato de que a permanência escolar, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social, é um fenômeno multidimensional. Assim, ainda que nem todos os artigos tratem diretamente de políticas públicas nacionais, eles contribuem para compreender os mecanismos – materiais, institucionais e simbólicos – que sustentam ou fragilizam os processos de permanência no ensino.

Apresentamos a seguir a nuvem de palavras construída a partir dos resumos dos artigos selecionados, com as palavras de maior frequência no corpus analisado (Figura 12).

Os estudos debruçam-se em sua maioria nas condições objetivas realçadas pelas condições materiais de vida, cujos resultados apontaram como fator impactante na condição de permanência, a baixa renda, demonstrando que todos os auxílios financeiros são importantes, no entanto o auxílio moradia e alimentação, em muitos casos são imprescindíveis, uma vez que, os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e/ou migrantes, necessitam desse apoio já no ingresso a instituição. Além das condições materiais, os trabalhos referem-se também às formas simbólicas de reprodução social, no contexto escolar, ou seja, os sentimentos individuais e coletivos em relação às condições ofertadas pelo meio institucional, e outras ações que mesmo previstas no decreto de criação do PNAES, não são desenvolvidas seja pela escassez de recursos ou de profissionais, ou desenvolvidas de forma pontual, desarticulada, tais como: apoio pedagógico, o acesso à cultura e esporte. Ademais, temas como lazer, saúde mental e outras

pela assistência estudantil, tendo em vista que, o atendimento fragmentado de políticas sociais como da assistência estudantil, ao não abarcar as muitas variáveis que impactam a trajetória estudantil, concorrem para que se incorra na culpabilização das famílias, geralmente famílias das classes populares, pela responsabilidade de seus membros quanto ao “apoio” estudantil, por meio de discursos familistas²³ em meio ao desamparo do Estado.

Dessa forma, sendo a política de assistência estudantil, insuficiente para que o estudante seja de fato atendido em suas necessidades, a tendência é que as famílias destes estudantes sejam ainda mais responsabilizadas pela educação e êxito escolar dos filhos, por meio do discurso familista, que ao apostar no protagonismo familiar desonera o Estado de sua obrigação com políticas mais universais.

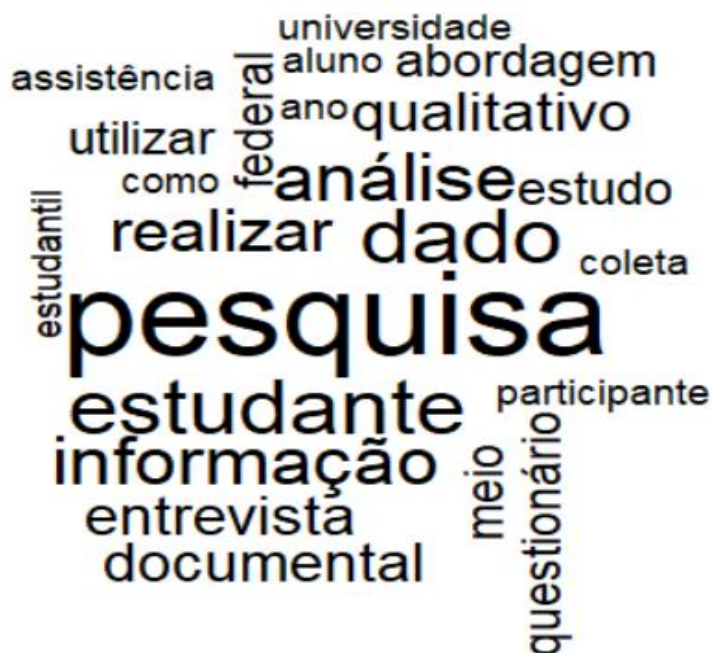
O acesso à fruição do direito à educação não se encerra no acesso as instituições educacionais na educação profissional ou superior. Nesse sentido, a política de assistência estudantil apresenta-se muito relevante na efetivação desse direito que possibilita a permanência e a formação estudantil, possibilitando que os menos favorecidos possam ter mais chances de êxito em suas trajetórias escolares, de apropriação da realidade e mais oportunidades, de atingir níveis mais elevados de ensino e de conseguirem postos de trabalho que exigem mais qualificação.

Na nuvem de palavras da Figura 13, foi possível perceber também que alguns estudos mesclaram dados quantitativos e qualitativos. No entanto, houve predomínio de pesquisas com abordagens qualitativas, com uso de pesquisa documental, bibliográfica e estudo de caso, realizadas em sua maioria por meio de questionário ou entrevista com os estudantes atendidos pelo programa de assistência estudantil, como demonstra a Figura 5, construída a partir dos dados utilizados na metodologia dos trabalhos.

Os estudos tiveram como participantes/amostra estudantes de universidades e institutos federais, no entanto houve prevalência de estudos desenvolvidos com estudantes universitários, conforme destaque a palavra universidade na nuvem de palavra (Figura 13), o que sugere escassez de estudos no âmbito da assistência estudantil com estudantes dos institutos federais.

²³ O familismo como um mecanismo de dominação ideológica se reproduz como estratégia para responsabilizar os indivíduos e suas famílias pelo caos instalado pela sociabilidade burguesa. Nesse sentido, a) mascara os determinantes e fundamentos do sistema do capital e suas crises; b) desloca as questões, que somente coletivamente poderão ser resolvidas, para o âmbito “particular”; c) centraliza as famílias como naturalmente responsáveis pelos seus membros e, no interior destas, constroem o apassivamento dos sujeitos, a produção de consensos, já que se trata de um problema da “minha família” e não da sociabilidade burguesa (Horst; Miotto, 2021, p. 37).

Figura 13 – Nuvem de palavras da “metodologia dos trabalhos”



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados dos relatórios do *Iramuteq* (2024).

A partir da revisão integrativa da literatura foram encontrados trabalhos que demonstram como o tema da assistência estudantil se revela amplo. Por isso, considerou-se pertinente a categorização dos resultados encontrados nos estudos por temáticas a saber: 1. Causas e variáveis de evasão, permanência e exclusão escolar; 2. Condições materiais e simbólicas e a permanência estudantil; 3. Equipe multidisciplinar na assistência estudantil.

3.1.1 Causas e variáveis de evasão, permanência e exclusão escolar

Apesar da revisão da literatura ter sido realizada a partir de mais pesquisas no contexto brasileiro, a análise de casos de permanência e êxito em universidades da Colômbia, Chile e Taiwan também foram contemplados na revisão pois contribuem para ampliarmos o debate acerca da realidade educacional brasileira, a partir de outras realidades no que tange as causas e variáveis que influenciam a permanência escolar.

Identificou-se por meio desse estudo que além do peso da origem social e da desigualdade social e escolar que recaem sobre os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, outras variáveis podem comprometer a permanência estudantil, tais como variáveis individuais, acadêmicas, socioeconômicas e institucionais, como aponta a pesquisa desenvolvida no contexto educacional colombiano caracterizado pela disparidade social,

desigualdade de renda e outras tensões. A partir da perspectiva de estudantes universitários rurais colombianos verificou-se que a permanência possui relação com o nível de escolaridade do pai, obrigações familiares e laborais, necessidade de mudar de local de residência, média acadêmica no ensino superior, satisfação com a escolha do curso, comunicação com a instituição e a atenção dos professores (Guzmán; Barragán; Cala-Vitery, 2022).

Também no contexto universitário colombiano, Guzmán Rincón *et al.* (2022), estabelece a partir das narrativas de um grupo de estudantes colombianos universitários as causas da evasão estudantil de estudantes universitários rurais, ressaltando que muitas vezes, as políticas institucionais são desarticuladas da realidade dos estudantes, não sendo efetiva para mitigar a evasão desse público-alvo. Os resultados da pesquisa demonstraram que as variáveis que mais contribuem para a evasão estudantil rural, relatadas pelos participantes com maior frequência foram: trabalho e obrigações familiares, condição financeira do aluno e a relação com os professores.

Nesse sentido, contribuem com essas observações a pesquisa realizada por Mujica *et al.* (2019), que analisa a influência de variáveis individuais potencialmente importantes (motivação, satisfação com a carreira, autorregulação, expectativas de autoeficácia e percepção do desempenho acadêmico) sobre a intenção de permanecer na universidade; a partir da perspectiva de calouros de seis universidades chilenas. O resultado indica que a intenção de permanência aumenta conforme a motivação intrínseca, ligadas ao desempenho acadêmico, expectativas de autoeficácia e satisfação com a carreira.

A reflexão sobre as causas e variáveis de evasão, devem ser pensadas de forma articulada com ações e programas que visem a ampliação das possibilidades de permanência e êxito escolar. Nessa perspectiva, os estudos de Chiu e Chen (2023), realizado em uma universidade em Taiwan, visando analisar a satisfação e aprendizagem dos estudantes universitários atendidos por programa de bolsas para os desfavorecidos, demonstram que há um impacto positivo na vida do estudante atendido pelas bolsas, pois reduz a pressão econômica e a necessidade de conciliar trabalho e estudo, favorecendo melhor aprendizagem, maiores possibilidades de aquisição de conhecimento profissional, empregabilidade e expansão de horizontes pessoais.

No contexto universitário brasileiro da Universidade Federal de São Paulo, em estudo comparativo entre estudantes com perfil de mesma renda, participantes e não participantes do programa de assistência estudantil, verificou-se que a porcentagem de estudantes desistentes é menor entre os que receberam algum tipo de auxílio, assim como é maior o número de

estudantes cursando e formados, entre os que receberam algum tipo de auxílio. Além disso, coeficiente de rendimento acadêmico é melhor em relação aos pares nas mesmas condições de renda. Portanto, percebe-se a eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na permanência e desenvolvimento estudantil para estudantes provenientes de famílias de baixa renda, demonstrando a urgência de transformá-lo em política de Estado, visando a consonância do acesso e a ampliação de todo sistema federal de Ensino com a permanência estudantil (Cespedes *et al.*, 2021).

Em síntese, os estudos analisados abordam os fatores que influenciam a permanência estudantil, e as variáveis que apareceram com maior frequência nos trabalhos referem-se: as questões individuais que estariam ligadas a aspectos que dizem respeito a vida particular do indivíduo e suas relações; acadêmico que estariam ligados a fatores pedagógicos e relação com os professores, que influenciam o rendimento acadêmico); materiais que diz respeito a condição financeira e de vulnerabilidade do estudante e sua família e da condição da manutenção – transferência de renda/ auxílio estudantil.

Ao analisar as diversas características individuais e contextuais associadas à permanência estudantil, é pertinente estabelecer uma conexão com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Sob essa perspectiva, tais variáveis não devem ser compreendidas de forma isolada ou linear, mas como elementos interdependentes que se articulam no interior do modelo PPCT.

Assim, a presença de apenas um fator favorável, como apoio financeiro ou motivação individual, pode não ser suficiente para garantir a permanência. É a articulação entre apoio institucional, estabilidade material, suporte familiar, engajamento escolar e expectativas de futuro que, de maneira integrada, fortalece os processos proximais relacionados à vida acadêmica.

3.1.2 Condições materiais e simbólicas e a permanência estudantil

Foram encontradas pesquisas que demonstram a importância da assistência estudantil para a permanência dos estudantes, principalmente os provenientes de camadas sociais menos favorecidas. Os estudos apontam que, apesar de serem muito relevantes e até decisivos para a permanência dos estudantes que necessitam da assistência estudantil, os recursos são insuficientes para o atendimento de todas as demandas e de todos os alunos que precisam.

Considerando as diversas ações desenvolvidas no campo educacional que visam assegurar as condições materiais e imateriais necessárias a permanência universitária, Almeida, Silva e Ribeiro (2021) trazem a avaliação do programa de assistência estudantil a partir da perspectiva dos estudantes como sendo o Programa de Apoio Socioeconômico, o Programa de Apoio Alimentar e o Programa de Alojamento Estudantil, considerados os mais importantes. No entanto, com algumas observações e apontamentos de que necessitam de melhorias, tais como atualização do valor e críticas quanto aos atrasos constantes nos pagamentos.

Para Lima e Melo (2016), na perspectiva dos estudantes pesquisados a política de Assistência Estudantil contribui para a inclusão de estudantes de baixa condição socioeconômica na universidade, uma vez que, possibilita menor preocupação com a provisão do dia a dia, o que favorece mais condições físicas e psíquicas para as atividades e exigências da graduação e conseqüentemente mais possibilidades de aquisição de conhecimento. Constatou-se também que para a maioria dos pesquisados, além do auxílio financeiro e da assistência à saúde, o tripé alimentação – moradia – material didático, são os benefícios do Programa de Assistência Estudantil que mais fazem a diferença na vida dos estudantes de baixa condição socioeconômica.

Nesse contexto também, Nunes e Andrade (2023), apontam a relevância da política de assistência estudantil para os estudantes universitários migrantes, em especial o Auxílio Moradia para a permanência desses estudantes, que além da percepção de estabilidade, repercute positivamente também nos aspectos sociais e emocionais; podendo produzir efeitos quanto às questões de saúde mental, tendo em vista que, quanto menor a preocupação com a permanência, mais chances de melhor desempenho acadêmico. Os estudantes pesquisados são oriundos do ensino médio da rede pública de ensino, com trajetória exitosa. E possuem a perspectiva de por meio da graduação mudarem suas condições socioeconômicas e de suas famílias e apresentam em comum nos seus discursos a relevância simbólica de estar na universidade. Destaca-se também que a permanência universitária não se restringe à garantia de moradia, uma vez que são muitos os desafios que perpassam a trajetória acadêmica, sendo de suma importância também o atendimento às demais demandas materiais e imateriais no que diz respeito as condições subjetivas estudantis, que se relaciona também com acesso ao lazer, cultura, dentre outros elementos essenciais a formação humana.

Considerando o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a sua relação com os índices de permanência e conclusão de curso, a partir do estudo realizado por Sher e Oliveira (2020, p. 24) no contexto de uma universidade, evidenciam a importância do aporte financeiro

para a permanência estudantil, como a alimentação, moradia e transporte, em atendimento as necessidades básicas que constituem o aspecto material, mas apontam para as diferentes dificuldades apresentadas pelos estudantes, que também devem ser consideradas pela Assistência Estudantil, tais como: “orientação nos processos de ensino-aprendizagem, inclusão digital, bibliotecas, ensino de línguas[...], acompanhamento psicopedagógico, acesso à cultura e lazer (manifestações artísticas, esporte) e assuntos da juventude (prevenção de risco e debates de interesse dos discentes)”.

Nessa perspectiva, buscando compreender as implicações psicossociais da pobreza para a permanência de estudantes universitários, de duas universidades com sistema de reserva de cotas, Abreu e Ximenes (2021), verificaram que dentre as macrocategorias analisadas e discutidas destacam-se: a dimensão material e a dimensão subjetiva (aspectos socioculturais e aspectos pedagógicos) da permanência. Quanto à dimensão material os estudantes reconhecem a importância da assistência estudantil para o suprimento financeiro das suas necessidades básicas como moradia, alimentação, transporte, remédios e outras, como principal entrave para a permanência, principalmente para os estudantes que migram de suas cidades para estudar e precisam se manter. Afirmam a importância do apoio material concedido pela bolsa da assistência estudantil, já que a família não pode dar o suporte financeiro que precisam para se manterem.

Além disso, apontam que o auxílio financeiro concedido pela assistência estudantil possibilita a aquisição de materiais essenciais aos cursos como livros, participação em eventos, equipamentos de alto custo como os utilizados nos cursos da área de saúde e outros. No entanto, os alunos também apontam as limitações da política de assistência estudantil, uma vez que, não contempla todos os alunos que necessitam e não atende as diversas necessidades dos alunos (Abreu; Ximenes, 2021).

Outro fato destacado por Abreu e Ximenes (2021) são as dificuldades enfrentadas pelos estudantes que não conseguem serem contemplados com a bolsa de assistência estudantil assim que ingressam na universidade, principalmente os provenientes do meio rural que, até conseguirem o apoio institucional, precisam muitas vezes contar com a ajuda financeira de familiares, de professores do ensino médio e da comunidade, para sua permanência na universidade. Aliada à dimensão material, a dimensão subjetiva da permanência, ou seja, se sentir pertencente ao contexto universitário, deve ser considerada de suma importância para a integração social no meio acadêmico.

Várias questões foram abordadas pelos estudantes, principalmente no que diz respeito às condições sociais, culturais e pedagógicas como: a mudança do meio rural para o urbano, a realidade educacional universitária distante da realidade educacional dos estudantes pobres, o rendimento acadêmico, a defasagem na educação básica, o conhecimento de língua estrangeira, a necessidade de um ambiente adequado para estudar, a assimetria cultural entre os colegas em um curso elitizado e a exclusão social. Ao dar voz aos estudantes, foi possível analisar como as políticas de assistência estudantil se aproximam ou se distanciam de suas demandas, trazendo de forma clara os desafios da permanência na concretude dos estudantes pobres (Abreu; Ximenes, 2021).

Nesse sentido, Ganam e Pinezi (2021) também a partir de um estudo no contexto universitário sobre a permanência estudantil no ensino superior público, buscando compreender como é construída a trajetória acadêmica de estudantes universitários atendidos por programas de assistência estudantil, partiram de categorias de análise constituídas a partir da permanência material e simbólica. Para as autoras, a permanência material estaria ligada a condição financeira, muito evidenciada pelos estudantes menos favorecidos como sendo uma dificuldade para o desenvolvimento durante a graduação, além das dificuldades de ter que conciliar os estudos com o trabalho.

É reconhecido pelos estudantes pesquisados que a assistência estudantil possibilita maior participação nas atividades ofertadas, oportunizando apropriar-se da cultura acadêmica e de uma melhor formação, o que já é realidade do estudante que possui melhores condições materiais, uma vez que, este dispõe dos recursos financeiros que lhe possibilitam maior tempo para dedicar-se a vida acadêmica (Ganam; Pinezi, 2021).

Além da perspectiva material, as autoras destacam a importância da perspectiva simbólica, que contemple os sentidos, as interações, a apropriação do espaço universitário e a afiliação estudantil, como sendo muito relevante à permanência. As falas dos estudantes revelam situações de preconceito vivenciadas, percepções de discriminação, estigma de cotista, de inferioridade e a expectativa idealizada quanto ao “nível” dos alunos, tendo em vista a cultura hegemônica universitária construída pelos grupos mais favorecidos. Tais fatores são dificultadores para os alunos que precisam atingir os atributos desejáveis ao meio acadêmico, para se sentir pertencente a esse meio, podendo gerar o sentimento de exclusão. No entanto, foi possível observar que, apesar dos desafios, a maioria dos estudantes conseguiu aos poucos o reconhecimento por sua capacidade e empenho, participando de projetos de pesquisa, extensão e/ou monitoria, e alguns também participaram de programas de mobilidade acadêmica, ou seja,

contrariando as expectativas foram constituindo seus processos de pertença e afiliação à vida universitária (Ganam; Pinezi, 2021).

Ferreira e Souza (2019), através da sua pesquisa, trazem as visões dos estudantes do Ensino Técnico Integrado do Instituto Federal do Pará sobre as políticas de permanência, identificando que os estudantes apresentam necessidades e especificidades que refletem a maioria de alunos das escolas públicas, que necessitam do apoio estudantil para custear suas despesas básicas com alimentação, moradia (para os que moram em locais distantes da instituição) e transporte. A instituição pesquisada também conta com um Fórum Interno Estudantil, mas na visão dos estudantes ainda é necessário aprimorar os mecanismos de participação em atenção às necessidades dos alunos, valorizando a participação cidadã dos estudantes na sua realidade. Na perspectiva dos estudantes pesquisados é muito importante os recursos financeiros advindos da política de assistência estudantil, pois ajuda nas limitações materiais que impactam na permanência, no entanto, “nota-se a percepção de que a política também precisa superar a concepção de ser apenas transferência de recursos financeiros, via auxílios”, e considerar o protagonismo juvenil na proposição das ações e na constituição das políticas de permanência (Ferreira; Souza, 2019, p. 19).

Desse modo, ainda que as pesquisas em sua maioria tenham abordado o contexto universitário; enquanto política pública, o PNAES, se destina prioritariamente aqueles com renda mensal de até um salário-mínimo e meio per capita²⁴, ou seja, destina-se ao atendimento de um público que faz parte das universidades e institutos federais, e por isso apresentam singularidades em relação às condições de vida e as causas/fatores que interferem em sua permanência estudantil.

3.1.3 Equipe multidisciplinar na assistência estudantil

Esse tópico nos chama a atenção para a importância do trabalho socioeducativo realizado pelos diversos profissionais que atuam na educação formal.

²⁴ O perfil da universidade antes ocupado por estudantes mais favorecidos, passou a ser composto também pelo menos favorecidos que ingressam por meio da política de cotas. A Lei de Cotas n. 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, a alunos oriundos da rede pública. Além disso, vale ressaltar que dentre as principais mudanças implementadas a partir da Lei n. 14723/23: todos os candidatos cotistas vão concorrer primeiramente na ampla concorrência, e se necessário pelas cotas; houve redução do valor definido para a renda familiar per capita, de um salário-mínimo e meio para um salário-mínimo; incluiu-se os estudantes quilombolas; estabeleceu-se prioridade para os cotistas no recebimento do auxílio estudantil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm. Acesso em: 7 mar. 2024.

O trabalho multidisciplinar no âmbito da assistência estudantil também é algo contemplado nos artigos que compõem essa revisão, uma vez que, reconhecidas as múltiplas demandas estudantis e ações do PNAES, faz-se necessário considerar para um trabalho mais completo e ações mais expandidas em diversos aspectos, as “funções - social, pedagógica, psicológica” (Taufick, 2014).

Considerar o acesso e a permanência de estudantes de camadas populares historicamente excluídas, significa refletir sobre o papel da assistência estudantil e das ações afirmativas como a política de cotas²⁵, uma vez que as políticas de acesso repercutem no perfil dos estudantes das instituições federais de ensino, como nos aponta Santos e Freire (2022), da necessidade de oportunizar aos grupos menos favorecidos o acesso ao ensino superior, e o direito à educação, salientando que as condições de acesso precisam estar acompanhadas de condições de permanência.

Nesse sentido, os auxílios estudantis são imprescindíveis para esses estudantes, assim como a atuação conjunta das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, de forma articulada multi/interdisciplinar no acompanhamento dos estudantes, constituindo-se em valiosos instrumentos de combate à retenção e evasão (Santos; Freire, 2022).

Nesse contexto também, os estudos de Soares, Ferreira e Amaral (2022), buscaram mapear os profissionais envolvidos na execução da Política de assistência Estudantil de trinta e um Institutos Federais de Educação e apresenta reflexões acerca de possibilidades da atuação dos profissionais da Assistência Estudantil numa perspectiva mais educativa, considerando para tanto concepções que perpassam o enfoque da Assistência Estudantil apenas nos auxílios financeiros, constatando que há um caminho a ser trilhado para que a Assistência Estudantil (representada pelos profissionais que nela atua) possa construir sua identidade educadora. No entanto, apresentam como dificuldades, o número insuficiente de profissionais na Assistência Estudantil e muitas demandas da comunidade acadêmica que exigem ações preventivas e pontuais, além das restrições orçamentárias.

Por isso, compreender as condições para permanência dos estudantes a partir da interlocução entre as suas condições de vida e as condições institucionais, além de ser essencial ao binômio permanência e êxito escolar, é um importante critério para balizar políticas institucionais como a de assistência estudantil, tendo em vista que a permanência estudantil é multideterminada. Portanto, é importante considerar as condições de vida dos estudantes para

²⁵ A Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei nº 13.409/2016, conhecida como Lei de Cotas, garante a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas, estudantes de escola pública e de baixa renda, e para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

nortear os planejamentos dos cursos; no caso de estudante trabalhador, adotar o trabalho como referente material e simbólico para o aprendizado, visando romper com as invisibilidades em torno da reprodução social; analisar as dificuldades pedagógicas e de aprendizagem e sua relação com a permanência estudantil; ampliar os programas universais de assistência estudantil (Moraes, 2023).

Salientamos também a importância da Assistência Estudantil²⁶ em ações que visem o atendimento psicossocial dos estudantes, uma vez que, a saúde mental e a vulnerabilidade socioemocional podem impactar diretamente nas atividades diárias dos estudantes. Bueno *et al.* (2021) consideram que deve-se estar atento as vivências subjetivas e emocionais dos estudantes. Em seu trabalho, experiências exitosas como oficinas e encontros virtuais que foram desenvolvidos durante a pandemia, demonstram que tais atividades promoveram acolhimento e estabelecimento de vínculos e fortalecimento de redes sociais de suporte, devendo, portanto, se configurar como uma ação efetiva e contínua para que se efetive de fato a inclusão e permanência universitária.

Certamente, há muito o que se refletir sobre as possibilidades do trabalho das equipes multidisciplinares que atuam nas políticas de educação, em especial no Programa de Assistência Estudantil, tendo em vista que as ações não se encerram na seleção para os auxílios e serviços ofertados pela Instituição.

Abordar a importância do trabalho e atuação da equipe multidisciplinar perpassa pelo entendimento de que para um atendimento mais efetivo e que possibilite de fato a inclusão dos estudantes em vulnerabilidade, faz-se necessário também as questões como apoio pedagógico, de saúde mental, conhecimento sobre a realidade familiar, principalmente dos estudantes do ensino técnico integrado, para que os estudantes atendidos pela Assistência Estudantil não sejam julgados pelo fato de receberem o apoio financeiro e ainda sim, não conseguirem permanecer e concluir o curso, levando a culpabilização dos estudantes e suas famílias pelo insucesso ou fracasso escolar.

Portanto, conclui-se a partir dessa revisão integrativa que são muitos os desafios impostos pelas condições de vida material e simbólica para a permanência dos estudantes das camadas populares nas instituições federais de ensino.

Este estudo contribui para ampliar o debate em torno da política de assistência estudantil e a permanência do estudante pobre, trabalhador, cotista, atendido pelo PNAES. Dentre as

²⁶ Moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; desporto e lazer, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

dimensões analisadas destacam-se a dimensão financeira, dimensão simbólica, dimensão subjetiva e a importância das relações estabelecidas e da moradia estudantil como propulsoras do desenvolvimento do estudante e imprescindíveis no enfrentamento das adversidades que permeiam a trajetória estudantil.

Percebe-se que o programa de assistência estudantil por meio de suas ações proporciona maior estabilidade ao estudante, sendo muito importante na provisão dos recursos financeiros para suprir ainda que parcialmente as necessidades básicas, possibilitando dessa forma que o estudante com menos pressão financeira, consiga desenvolver melhor suas atividades.

Entretanto, considerando que a política de assistência estudantil é uma política social, e que a referida política se constitui em uma importante ferramenta no âmbito da garantia de direitos, observamos como lacuna, a necessidade de pesquisas que busquem compreender a interseccionalidade dos atendimentos em relação às demandas socioeducativas dos estudantes no conjunto de suas dinâmicas familiares.

Os resultados também demonstraram que há baixa produção de pesquisas que abordem a relação entre a assistência estudantil e a formação dos estudantes na educação profissional.

Além disso, observou-se que mesmo incluindo nos termos de busca a expressão “família”, não obteve-se resultados diretos da relação família e política de assistência estudantil, também apontando a necessidade de pesquisar a temática, o que possibilita (re)pensar as ações da política de assistência estudantil, as políticas institucionais e seus efeitos para os estudantes e suas famílias e a atuação profissional da equipe da assistência estudantil, visando de fato o pleno desenvolvimento estudantil.

Ao problematizar as condições de vida dos estudantes menos favorecidos, sendo estes da educação superior ou da educação profissional que seria o foco inicial da pesquisa, deparamos com singularidades que permeiam a trajetória estudantil dos estudantes das camadas populares, público-alvo do programa da assistência estudantil que lidam diariamente com desafios sejam eles materiais ou simbólicos para permanecerem nas instituições educacionais.

Além disso, pensar nas ações afirmativas, inclusivas e na Assistência Estudantil numa perspectiva de atendimento mais integral ao estudante, perpassa pela atuação dos profissionais que atuam na Assistência Estudantil, deslocando a concepção inicial da política de assistência estudantil com foco inicial apenas na disponibilização de recursos financeiros para se pensar em ações que favoreçam um atendimento multidimensional.

Desse modo, a política de Assistência Estudantil nas instituições de ensino que possuem em sua concepção, um processo de ensino-aprendizagem com base na indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão, além de favorecer a fruição do direito a uma educação de qualidade, aumentam as possibilidades de conseguir melhores condições de trabalho, mais qualidade de vida e níveis mais elevados de escolaridade, tanto para estudantes das etapas da educação profissional, do ensino técnico integrado, quanto os da educação superior.

CAPÍTULO 4 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DOS MARCOS LEGAIS AO CONTEXTO DO IF SUDESTE MG CAMPUS RIO POMBA

Buscou-se nesse capítulo, apresentar um panorama geral dos marcos legais que fundamentaram a criação do PNAES, bem como dos elementos essenciais para compreender a configuração da Assistência Estudantil no Campus Rio Pomba. Foram abordadas também as formas de apoio ao discente; as ações de integração acadêmica e social; os mecanismos de apoio estudantil como os auxílios financeiros, os serviços de orientação psicológica, pedagógica; as atividades culturais, esportivas e de lazer; o acesso a laboratórios, pesquisa, bibliotecas, espaços de estudo e oportunidades educacionais que contribuem para o desenvolvimento e a permanência estudantil.

4.1 Principais marcos históricos da assistência estudantil

Considerando que a política de assistência estudantil é fruto de um processo de lutas dos movimentos sociais e estudantis, pretende-se trazer nesse tópico os principais marcos históricos que constituíram a trajetória da assistência estudantil até a elaboração do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Destaca-se que o PNAES, inicialmente destinava-se a estudantes de baixa renda matriculados em cursos da Educação Superior das instituições públicas federais, passando a ser incorporado posteriormente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que atende também outros níveis de ensino.

Nesse contexto, a história no ensino superior da assistência estudantil, remete-se ao ano de 1928, com a inauguração da Casa do Estudante, em Paris, na França, com a finalidade de acolher estudantes brasileiros da elite que tinham dificuldade para se manter na cidade. No ano de 1930, com o objetivo de atendimento aos estudantes carentes é criada na cidade do Rio de Janeiro, a Casa dos Estudantes (Oliveira; Guimarães, 2021).

Em 1931, no Governo de Getúlio Vargas, por meio da Reforma Francisco Campos, que estabelece a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto nº 19.851/1931, são incluídas medidas que visam o atendimento de estudantes pobres por meio de bolsas de estudos. A Constituição de 1934, incorpora a Lei anterior, ampliando e assegurando a assistência estudantil, que estabelece em seu art. 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”. Já na Constituição de 1946, a assistência

estudantil se estende para outros níveis de ensino, conforme art. 172, que diz que “cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar” (Imperatori, 2017, p. 286).

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu art. 90, “incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos”. Na década de 1970, foi criado o Departamento de Assistência Estudantil (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), visando a pensar a política de assistência estudantil à nível nacional, implantando programas de assistência como “Bolsas de Trabalho”, para o desenvolvimento de atividades profissionais em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e “Bolsas de Estudo”, sem a necessidade de contrapartida do estudante; além disso eram prioridade, os programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica (Oliveira; Guimarães, 2021; Imperatori, 2017).

Em 1980, extinguiu-se o DAE, deixando as ações por conta das instituições de ensino, causando pulverização das atividades da assistência estudantil. No entanto, visando a promoção de um debate mais amplo da assistência estudantil, em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FORNAPRACE), que permanece ativo atualmente, visando melhor articulação entre os assuntos comunitários e estudantis; promoção de debates e pesquisa na área de sua competência; defesa da educação pública de qualidade e outras ações a nível regional e nacional (Fonaprace *apud* Oliveira; Guimarães, 2021).

Em 1988, a partir da instituição da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 6º, que a educação e a assistência aos desamparados passam a serem considerados como direito social assim como outras políticas sociais. A Constituição Federal/88 em Art. 205, coloca a educação como direito de todos e dever do Estado, e o Art. 206, estabelece entre os princípios norteadores do ensino no Brasil, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas

as instituições mantidas pela União; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1988).

Ratificando o que diz a Constituição Federal/88, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), em seu artigo 3º, também confirma a relevância da assistência estudantil ao considerar que o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

A década de 2000 foi marcada por um processo de muita luta do FONAPRACE e do movimento estudantil, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que culminou com a solicitação realizada pelo FONAPRACE ao governo federal, de inclusão de questões relativas à assistência estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), a partir de dados de pesquisa, que vinham sendo levantados desde o ano de 1996 sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES e as dificuldades enfrentadas por eles, conseguiu a inclusão da assistência estudantil no PNE, construindo então um documento mais amplo, vindo a tornar-se no ano de 2007, na minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, e aprovado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Após atualizações, ajustes e discussões no MEC é instituído em dezembro de 2007, através da Portaria Normativa Nº 39 o Programa Nacional de Assistência Estudantil. O programa incluía inicialmente apenas aos estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais de Instituições Federais de Ensino Superior (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019).

Destaca-se também em 2009, a Emenda Constitucional n. 59, que inclui na Constituição Federal/88, no Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII- atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático- escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto nº 7.234²⁷, o Programa Nacional de Assistência Estudantil foi regulamentado. Conforme, Art. 2º, do decreto são objetivos do PNAES: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão

²⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 4 abr. 2024.

da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O decreto também determina atendimento prioritário a estudantes da educação superior oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio; e define uma variedade de áreas de atuação do PNAES, que podem ser articuladas e favorecer um atendimento amplo, tais como: moradia estudantil, alimentação e transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, inclusão social por meio do acesso, participação e aprendizagem de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A consolidação da assistência estudantil como já apontado, foi para ao atendimento dos estudantes da educação superior. No entanto, com a criação dos Institutos Federais em 2008, que também ofertam educação superior, estes passaram a serem incluídos no PNAES. Conforme Taufick (2014, p. 186), a partir do lançamento do Decreto do PNAES, que se iniciou a articulação dos Institutos Federais em torno da política de assistência estudantil, o que levou a um aumento de mais de 230% na dotação orçamentária da ação de assistência estudantil para as Instituições Federais de Educação Profissional, do ano de 2010 para 2011, ou seja,

Mesmo observando que o Decreto nº 7.234/2010 volta-se para o atendimento do estudante da graduação, deixando dúvida sobre sua utilidade para os estudantes dos cursos técnicos dos Institutos, que são seu público majoritário, a instituição do PNAES trouxe, como consequência, a indução, para a grande maioria dos Institutos, do movimento de elaboração da sua política de assistência estudantil. Ademais, houve o incremento orçamentário, via Lei Orçamentária Anual (LOA), da ação intitulada “2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional”, que disponibilizou recursos para que os Institutos pudessem iniciar a implementação da política (Taufick, 2014, p. 185).

Tais ações demonstram a consolidação da política de assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação.

No contexto brasileiro de instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil, outras políticas e programas também foram instituídos visando a democratização da educação superior e as metas de expansão em desenvolvimento da educação pública. Destacam-se entre essas políticas e programas: o sistema ENEM/SISU, o REUNI, a lei de cotas, e a criação dos Institutos Federais, que ofertam cursos da educação básica à educação profissional e superior, ampliando a democratização da educação com a verticalização do ensino.

Tais políticas contribuíram para o ingresso de um novo público nas instituições federais de ensino, ratificando a importância da assistência estudantil para a inclusão, permanência e êxito dos estudantes menos favorecidos, uma vez que, tem como prioridade garantir a igualdade

de oportunidades e ações que visem a melhoria do desempenho estudantil, minimizando dificuldades decorrentes da escassez de recursos financeiros.

Kowalski (2012) divide em três fases os acontecimentos mais relevantes para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil. Para a autora, a primeira fase, vai desde a criação da primeira universidade até os primeiros meios legais de institucionalização e democratização da política de educação. Seguindo os interesses políticos da época, essa fase caracterizou-se por seu caráter pontual, escassez de recursos e atendimento aos que tinham acesso ao ensino superior que era a elite brasileira.

Já uma segunda fase da assistência estudantil foi marcada pelo processo de democratização e expansão de vagas no ensino superior, com ingresso de mais estudantes, momento em que a educação superior passa a ter mais enfoque nas políticas sociais e com isso os projetos da assistência estudantil também são ampliados, a partir de mais investimento em moradias estudantis e restaurantes universitários. Todavia, “existiu um movimento de negação dos governantes em prover os recursos para a assistência estudantil, ratificado por meio da promulgação da LDB de 1996”, já que as legislações não abarcavam recursos para o custeamento de programas socioeducativos (Kowalski, 2012, p. 158).

A terceira fase de constituição da assistência estudantil abrange a etapa de expansão e reestruturação das IFES até os dias atuais, com a constituição do Programa Nacional de Assistência estudantil (PNAES) em 2010, com o objetivo de garantir o direito de acesso e permanência dos alunos nas instituições de ensino superior. Apesar disso, há “entraves quanto à disponibilização de recursos financeiros pelos governos para subsidiar o desenvolvimento de programas nas IFES, fazendo com que tais programas sejam reduzidos a ações pontuais como, alimentação, moradia estudantil e outras bolsas” (Kowalski, 2012, p. 158).

Portanto, a assistência estudantil, é resultado de luta histórica do movimento estudantil em defesa do direito à assistência, junto ao Fórum Nacional de Pró-reitorias de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), vinculado à Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que por meio do PNAES possibilitou a materialidade dos auxílios e ações que visam à permanência e a inclusão estudantil da população menos favorecida.

Em síntese, apresentamos no Quadro 4, os marcos históricos mais relevantes na história da assistência estudantil.

Quadro 4 – Síntese dos principais marcos históricos da assistência estudantil

Ano	Principais marcos históricos
1928	Implantação da Casa do Estudante Brasileiro em Paris
1930	Implantação da Casa do Estudante Brasileiro no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro
1934	Constituição Federal de 1937, art. 157, previsão de parte dos fundos destinados à educação se aplicariam a ações assistencialistas.
1937	Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).
1961	Sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que determinava a assistência social como um direito dos estudantes.
1987	Criação do Fórum Nacional de Pró- reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)
1988	Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, art. 6º, são direitos sociais a educação e a assistência aos desamparados.
2000	O FONAPRACE formaliza ao governo federal a solicitação de inclusão de questões relativas à assistência estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE)
2007	O MEC por meio da Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)
2010	Por meio do Decreto n. 7234 de 19 de julho de 2010, o PNAES é regulamentado.
2013	Criação pelo MEC dos programas de Bolsa Permanência, tanto para alunos de graduação das Ifes (Programa Bolsa Permanência – PBP, instituído pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013), e para os beneficiários do Prouni (PBP Prouni, regulamentado pela Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011).
2023	O PL nº 5.395, de 2023, oriundo do PL nº 1.434, de 2011, de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que é o projeto ²⁸ mais abrangente sobre o tema da assistência estudantil, e que tramitou na Câmara dos Deputados por mais de uma década, foi aprovado e encaminhado para revisão do Senado Federal em 6 de novembro de 2023.
2024	Foi instituída a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, por meio da Lei n. 14.914 de 3 de julho de 2024.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos sites <https://descomplicapae.com/historia> e <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textosparadiscussao/td324> (2024).

O PNAES é um marco histórico muito relevante para a política de assistência estudantil, vem consolidando-se como uma política muito relevante na construção de uma sociedade mais justa, que possibilitou expandir o direito de estudantes em situação de vulnerabilidade à permanência nas instituições federais brasileiras, o acesso a uma formação mais qualificada e maiores possibilidades de vislumbrar melhores condições de vida.

²⁸ Mais informações disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td324>. Acesso em: 10 dez. 2024.

4.2 A política nacional de assistência estudantil

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) criado pelo Decreto n. 7.234/2010, foi transformado em 3 de julho de 2024 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela Lei n. 14.914/2024 em uma política de Estado, a Política Nacional de Assistência Estudantil, o que representa uma grande conquista para os estudantes da educação pública, já que visa ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos.

A lei originou-se do projeto de lei (PL 1434/2011) na época deputada, e atualmente senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO).

Conforme Art. 4º, da Lei n. 14.914/2024, a PNAES abrange os seguintes programas e ações:

I - Programa de Assistência Estudantil (PAE); II - Programa de Bolsa Permanência (PBP); III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases); IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM); V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir); VII - Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe); VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS); X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisae); XI - Benefício Permanência na Educação Superior; XII - oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; XIII - outras ações tornadas públicas por meio de ato normativo do Ministro de Estado da Educação, observada a compatibilização dessas ações com as dotações orçamentárias existentes, e desde que não haja prejuízos aos programas e às ações constantes dos incisos I a XII do *caput* deste artigo.

As ações já desenvolvidas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil continuam e foram complementadas com mais programas que visam o melhor atendimento e a permanência estudantil, compondo a Política Nacional de Assistência Estudantil.

Dentre as principais mudanças trazidas pela lei, segundo a Agência Câmara de Notícias²⁹, destacam-se a articulação do PNAES com outras políticas sociais do governo federal, em especial de transferência de renda, beneficiando famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) que tenham dependentes matriculados em cursos de graduação das instituições de ensino superior e os demais programas tais como:

²⁹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1080218-lei-que-cria-a-politica-nacional-de-assistencia-estudantil-e-sancionada-com-vetos/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

- **Programa de Bolsa Permanência**, benefício direto pago a estudantes que não recebam bolsa de estudos de órgãos governamentais, e que atendam a pelo menos um critério estabelecido;
- **Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior**, que conforme a lei "deverão garantir as condições para a oferta de alimentação saudável e adequada nas instituições federais de ensino superior e nas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica". Além disso, deverá articular ações com as políticas do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, valendo-se das compras do Programa de Aquisição de Alimentos;
- **Programa Estudantil de Moradia**, visa viabilizar a moradia digna;
- **Programa Incluir de Acessibilidade na Educação**, voltado para o atendimento e o apoio pedagógico específico a estudantes com deficiência e a implantação de núcleos de acessibilidade, e ações que promovam o acesso pleno das pessoas com deficiência;
- **Programa de Apoio ao Transporte do Estudante** tem como objetivo a oferta de transporte gratuito a estudantes oriundos de regiões onde não haja disponibilidade de transporte público para acesso regular às respectivas instituições de ensino;
- **Programa de Permanência Parental na Educação**, para criar infraestrutura física e de acolhimento voltadas para mães e pais estudantes das instituições federais de ensino, deixarem seus filhos menores de seis anos de idade em espaços infantis com a oferta de atividades lúdico-pedagógicas;
- **Programa de Acolhimento nas Bibliotecas**, visa oferecer salas e espaços adequados para o estudo, a pesquisa e a permanência de estudantes, que funcionem 24 (vinte e quatro) horas por dia, com a orientação de bibliotecário, acesso à internet, dentre outros recursos;
- **Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes**, busca promover a cultura do cuidado no ambiente estudantil;
- **Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior** para apoiar estudantes estrangeiros matriculados nas instituições federais de ensino.

Outra mudança trazida pela Lei de criação da Política Nacional de Assistência Estudantil é a diminuição da renda per capita dos grupos familiares que conforme o Decreto n. 7234/2010 inclui o atendimento de estudantes com per capita familiar de até um salário-mínimo e meio e com a Lei n. 14.914/2024, inciso IV passa a considerar a renda bruta familiar mensal per capita de até 1 (um) salário-mínimo.

A Lei da PNAES representa um marco na história da Assistência Estudantil, por meio da qual os estudantes passam a ter mais garantia quanto a sua permanência ao longo de sua trajetória educacional. A seleção dos beneficiários ficará sob a responsabilidade das instituições federais que de acordo com a sua realidade e autonomia devem definir os critérios que serão seguidos.

4.3 A assistência estudantil nos institutos federais

Para se chegar as atuais configurações das instituições de educação profissional e tecnológica como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, assim como as políticas e programas que foram criados com o objetivo de garantir o acesso e a permanência dos estudantes de camadas sociais menos favorecida nas instituições federais de ensino, buscou-se contextualizar historicamente a origem dos Institutos Federais e a qual público se destinavam.

Para melhor compreensão das peculiaridades do projeto de educação proposta pelos institutos federais, faz-se necessário a retomada histórica da educação profissional brasileira.

Em períodos distintos da história do Brasil, o ensino técnico federal era permeado por orientações políticas e de atendimento as demandas do desenvolvimento industrial da época. Com início em 1909, através das Escolas de Aprendizes Artífices, o ensino técnico era voltado para o ensino de ofício aos filhos dos trabalhadores e menos favorecidos como forma de ocupar os jovens que viviam a margem da sociedade. Posteriormente, as Escolas de Aprendizes Artífices³⁰ foram transformadas em liceus industriais, passando depois a se chamarem escolas industriais e técnicas e mais tarde escolas técnicas e agrotécnicas federais (Pacheco, 2011).

Já na década de 1990, várias escolas técnicas e agrotécnicas federais tornaram-se Cefets (Centros Federais de Educação Tecnológica). No entanto, em 1998, o governo federal proibiu a construção de novas escolas federais, cujo crescimento se observa a partir de 2008 com a

³⁰ Essas escolas criadas pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, e subordinadas a princípio ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, destinavam-se ao ensino de um ofício, por meio de atividades que não exigiam esforço intelectual, aos menores das classes menos favorecidas. Conforme Pegado (2006, p. 28-29), as Escolas de Aprendizes Artífices, “além de ensinar ofícios, como sapataria, funilaria, alfaiataria [...], essas instituições atuavam no campo correcional e assistencial, tendo dois objetivos principais: a qualificação da mão-de-obra para atender a industrialização incipiente e o acolhimento de jovens menores de idade das classes pobres, que constituíam um percentual significativo da população”. Assim, as Escolas de Aprendizes e Artífices apresentavam também um viés assistencialista, uma vez que, deveria ser uma forma de ocupação para os desvalidos da sorte (“filhos de agricultores, castigados pela seca, que “retiravam” pelo sertão e também os ex-escravos que sobreviviam de bicos ou prestando serviços a seus antigos donos”), que estavam a margem da sociedade, visando um ordenamento social.

criação dos Institutos Federais, formando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica³¹ (Pacheco, 2011).

Como pode-se observar, o ensino técnico brasileiro tinha como objetivo atender as necessidades industriais em desenvolvimento no país, ao mesmo tempo que apresentava uma perspectiva moralizadora para os filhos da classe trabalhadora e marginalizados.

Para Kuenzer (1999), a formação de trabalhadores do Brasil historicamente foi constituída a partir da dualidade estrutural, cuja formação instrumental para o exercício de atividades mais simples era voltada aos mais pobres e uma formação para o desempenho de funções mais intelectuais destinavam-se as classes mais favorecidas.

Essa disparidade perversa continua a se reproduzir dadas as desigualdades sociais e seus impactos para os estudantes e as famílias que precisam lutar pela sobrevivência e lidar com todas as adversidades produzidas pelo sistema no qual estamos inseridos.

Criados em 2008, através da Lei nº 11.892, os Institutos Federais se caracterizam por serem “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (Brasil, 2008).

No contexto de ampliação da Rede Federal de Educação Federal Profissional e Tecnológica, por meio da publicação da Lei 11.982/2008 que estabelece a criação dos Institutos Federais (IFs) no ano de 2008, com a implantação de diversas unidades pelas diferentes regiões do país, fez necessário pensar também nas questões relativas à permanência dos estudantes em vulnerabilidade social, o que levou a inclusão dos IFs no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Conforme Pacheco (2011, p. 15), os institutos visam um novo projeto de educação, comprometido com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade, ou seja, voltado para a inclusão e formação da classe trabalhadora e menos favorecidos, visando “uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos”.

³¹ Em 2023, compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica³¹: 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; 02 Centros Federais de Educação Tecnológica, o (CEFET-RJ) Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro e o de Minas Gerais (CEFET-MG); 22 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro II. Contando com os campi das instituições federais, contabilizam-se 682 unidades em diferentes regiões do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal/apresentacao>. Acesso em: 27 mar. 2024.

Através da proposta dos institutos federais³² de uma formação mais humana e integral, tendo como referência o trabalho, como categoria estruturante do ser social, busca-se por meio da educação para o trabalho o desenvolvimento de uma formação mais potencializadora do ser humano, geração de conhecimento para além do mercado de trabalho (Pacheco, 2011).

Para Frigotto (2004, p. 212), garantir aos jovens uma educação “que faculte a base de conhecimentos que permitam compreender o mundo da natureza, das coisas, e o mundo humano, social, político, cultural, estético e artísticos”, significa formar um jovem protagonista, autônomo, “técnico- dirigente” e não um “cidadão- produtivo”, despolidizado, explorado, como manda o mercado.

Nesse sentido, destacamos a importância de democratizar o acesso e a permanência ao ensino público de qualidade às classes menos favorecidas, como sendo primordial a ruptura com a herança histórica de exclusão dos jovens estudantes pobres da escola³³.

Na esteira de criação dos institutos federais, destacamos também as ações da assistência estudantil como meio de assegurar a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes que necessitam de apoio financeiro para se manterem.

O PNAES é um programa de assistência estudantil instituído a nível federal através da Portaria 39, de 12 de dezembro de 2007, tendo como público-alvo os estudantes da educação superior de cursos presenciais das instituições federais de ensino superior.

Entretanto, com a criação dos Institutos Federais de Educação, além dos estudantes da graduação, os estudantes dos cursos técnicos que geralmente são público majoritário dessas instituições passaram também a serem contemplados nos editais do Programa Nacional de Assistência Estudantil a partir de 2011, ano em que o processo de elaboração e aprovação da política de assistência estudantil nos Institutos Federais teve início em decorrência de um aumento significativo do aporte de recursos, na rubrica de assistência estudantil, para as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Taufick, 2014).

³² Os Institutos Federais ofertam educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Sendo os cursos técnicos integrados ao ensino médio, voltados para os estudantes que concluíram o ensino fundamental, cursos técnicos concomitantes ao ensino médio para os que estão cursando o ensino médio e cursos técnicos subsequentes para os que já concluíram o ensino médio; além de cursos FIC de formação inicial continuada, licenciaturas, bacharelados, graduações tecnológicas, pós-graduações *lato e stricto sensu* e o PROEJA destinado ao público que deseja concluir o ensino fundamental ou médio, mais uma formação técnica.

³³ Conforme Frigotto (2004, p. 195), a escola para a classe trabalhadora sempre foi outra- uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil em seu primeiro ano, em 2008, recebeu R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2009, foram R\$ 203,8 milhões, a serem investidos diretamente no orçamento das Ifes. E em 2010, a previsão é de que fossem destinados R\$ 304 milhões³⁴.

Dentre as ações previstas no PNAES, destacam-se: a moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Tais ações vão de encontro aos objetivos do programa de assistência estudantil, visando minimizar os efeitos das desigualdades sociais que impactam na permanência dos jovens na educação pública federal, como a questão socioeconômica, a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, reprovações, dentre outras.

Para Imperatori (2017, p. 298), as ações da assistência estudantil previstas no PNAES representam um avanço, pois considera que “o desempenho acadêmico não é resultado do binômio capacidade-oportunidade, mas que inclui outros elementos, tais como a situação socioeconômica expressa por moradia, alimentação, transporte e outros”.

Considerando a diversidade do público alvo dos IFs, programas como o PNAES e outras de assistência ao estudante apresentam muita relevância para o ingresso e permanência dos estudantes nestas instituições, sendo muitas vezes decisivo para os jovens estudantes atendidos e suas famílias, impactando nas trajetórias escolares, ocupacionais e perspectivas de vida mais dignas.

Conforme Costa (2010), é relevante destacar que a assistência estudantil praticada inicialmente nas instituições de ensino superior, se caracterizavam como uma modalidade de assistência social, com caráter estritamente social, de apoio e atendimento ao estudante carente visando a sua permanência, o que posteriormente foi associado também a outros objetivos do PNAES como ações voltadas a melhoria do desempenho acadêmico, cultura, esporte, lazer e assuntos ligados à juventude.

A política de assistência estudantil busca através de suas ações ampliar as condições de permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, além das restrições financeiras, outros fatores subjetivos e pedagógicos como as dificuldades/ defasagens educacionais dos jovens pobres e a rede de apoio familiar e social, assim como as relações que

³⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 4 mar. 2024.

são estabelecidas nos diversos sistemas em que o indivíduo está inserido direta ou indiretamente podem ser também decisivas para a sua permanência na escola.

As mudanças históricas caracterizadas por Bronfenbrenner no cronossistema, refletem-se claramente no fortalecimento de políticas públicas que ampliaram o acesso à educação (aumento de vagas, cotas, auxílios) e transformaram o cenário educacional para estudantes de baixa renda. Esses avanços se repercutem ao longo do tempo de diversas formas: mudando os fluxos de estudantes das universidades e institutos federais que passam a refletir maior diversidade econômica e racial; influenciando as famílias que se veem com mais capacidade de apoiar os filhos em busca de maiores aspirações educacionais e longevidade escolar; possibilitando o acesso crescente a instituições federais de ensino a estudantes de famílias das camadas populares.

4.4 A assistência estudantil no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba

O IF Sudeste MG Campus Rio Pomba por se tratar de uma instituição com mais de sessenta anos de atuação, ao longo da sua trajetória, caracterizou-se por uma identidade histórica para atender às demandas de cada período socioeconômico, político e cultural.

As Escolas Agrotécnicas eram instituições de ensino que além dos elementos educativos formais (salas de aula, biblioteca, secretaria, diretoria), eram uma espécie de escola-fazenda-indústria, possuindo também as Unidades Educativas de Produção (UEP's) - “com áreas destinadas à produção agrícola, de instalações físicas para a criação animal e de indústrias para o processamento dos produtos advindos da agricultura e da pecuária”, para aulas e atividades práticas de campo (Capelle, 2006, p. 14-15).

No que tange a assistência estudantil no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, foi possível perceber pelo histórico da instituição, que o projeto arquitetônico executado na construção da Escola Agrícola de Rio Pomba,

retratava também um caráter assistencial do ensino agrícola. O aluno daquela Instituição receberia do Estado, além da instrução, a moradia, a alimentação, os serviços de lavanderia, a assistência médica e odontológica. Esse caráter assistencial era anunciado pelos prédios construídos e/ou equipados para funcionarem como dormitórios, refeitório, lavanderia, posto médico e odontológico. [...] essa marca assistencialista do ensino agrícola é uma herança que veio de décadas anteriores, cujo ápice se deu na primeira república, momento em que se aliou a assistência a crianças abandonadas, carentes e infratoras ao ensino profissionalizante, principalmente aquele voltado para o ramo agrícola (Capelle, 2006, p. 143).

Dessa forma, a instituição desde o início de seu funcionamento já contava com setores que dariam assistência aos estudantes. Segundo Capelle (2006, p. 143) “as escolas profissionalizantes carregaram e, de certa forma, ainda carregam o estigma de se constituírem como instituições destinadas às pessoas economicamente desfavorecidas”, o que coaduna com a história da educação profissional no contexto brasileiro, a qual se destinava aos filhos das camadas populares uma formação mais voltada para o trabalho manual.

A Política de Assistência Estudantil tem como finalidade criar condições que favoreçam a permanência e o êxito dos discente, por meio de ações que possibilitem o desenvolvimento educacional dos estudantes.

No IF Sudeste MG - campus Rio Pomba, a política de assistência estudantil, a partir do decreto 7.234/2010, começa a tomar uma forma definida por meio da publicação das “Diretrizes da Assistência Estudantil do IF Sudeste MG”, em 14 de março de 2011, com a publicação da Portaria-R 164/2011 e, na atualidade, encontra-se vigente a Portaria-R660/2015. Esse documento foi elaborado por um conjunto de profissionais, a maioria assistentes sociais do quadro da Instituição, que pensaram as linhas mais gerais desse programa (Doriguetto, 2021, p. 44).

No IF Sudeste MG, a política de assistência estudantil ocorre através do programa de atendimento aos estudantes em baixa condição socioeconômica, mediante a concessão de bolsas de diferentes modalidades para auxiliar o estudante no custeio de seus estudos. Ocorre através de seleção socioeconômica, devendo o estudante estar inscrito no processo de seleção e atender aos critérios de renda estabelecidos em edital. No Campus Rio Pomba, as modalidades que compõem a dimensão socioeconômica são: Alimentação, Manutenção, Material didático, Moradia, Transporte e Uniforme.

Além disso, visando o desenvolvimento técnico-científico dos discentes, o IF Sudeste MG possui programas e ações que contribuem para a formação intelectual, acadêmica e profissional, por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, que são programas de atendimento universal, realizados pela reitoria e os campi que compõem o IF Sudeste MG e destinam-se a todos os estudantes, independente de renda. Dentre esses programas, estão os auxílios: monitoria, projetos de ensino, pesquisa e extensão, visita técnica, dentre outros.

Além desses programas, os discentes contam com apoio dos setores de psicologia, da equipe técnica pedagógica, da assistência social e do núcleo de ações inclusivas.

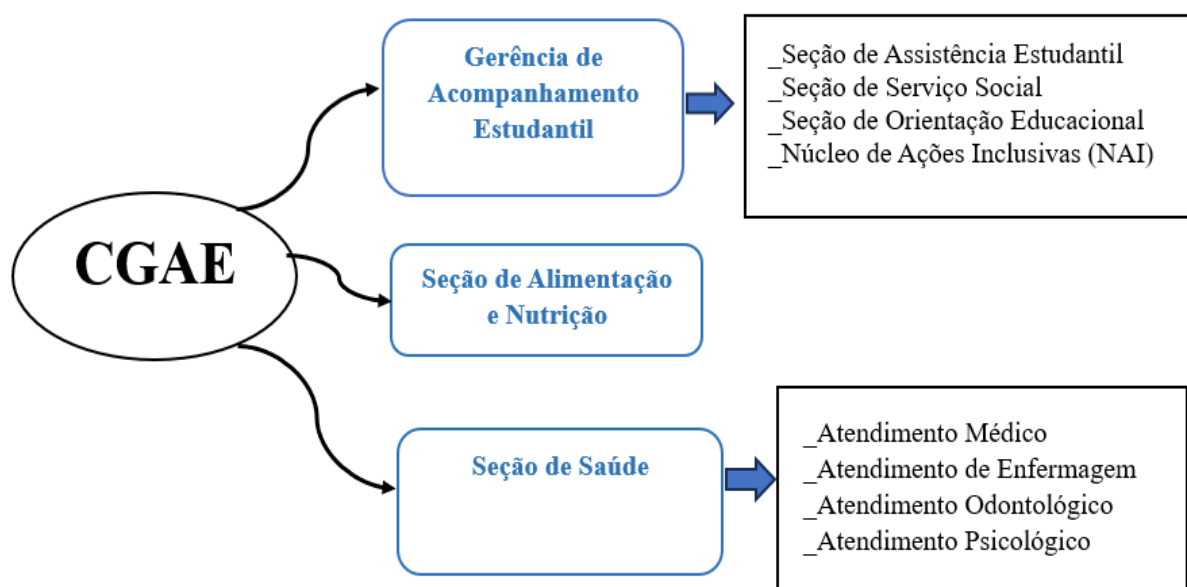
De acordo com o site³⁵ do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, o setor responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil,

³⁵ Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/riopomba/institucional/ensino/apoio-ao-discente/assistencia-estudantil>. Acesso em: 8 jul. 2024.

orientação educacional e promoção social, é a Coordenação Geral de Assistência Estudantil (CGAE), que realiza ações nas áreas de saúde, esporte e cultura, visando ao desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes. O Campus Rio Pomba conta com edital anual para oferta de benefícios financeiros aos estudantes comprovadamente com baixa condição socioeconômica, para auxiliá-los durante o ano letivo, por meio de bolsas, conforme o aporte financeiro da instituição.

Conforme o Manual do Estudante (2024)³⁶ do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, o órgão Coordenação Geral de Assistência Estudantil (CGAE) é encarregado de elaborar, coordenar e executar planos, programas e projetos de assistência estudantil, orientação educacional e promoção social, desenvolvidos por meio de ações nas áreas de saúde, esporte e cultura, visando ao desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes. No Manual também são descritos os setores que compõem a Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE), conforme demonstrado na Figura 14.

Figura 14 – Setores que compõem o CGAE Campus Rio Pomba



Fonte: Elaborado pela autora com base no Manual do Estudante (2024).

³⁶ Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/riopomba/manual-do-estudante-regulamento-de-conduta-discente-e-instrucao-normativa-sobre-o-uso-do-uniforme-estao-disponiveis-para-consulta>. Acesso em: 11 jul. 2024.

Destacam-se também os profissionais que atuam no CGAE, conforme apresentado no Quadro 5, que conta ainda com a contratação de profissionais de acordo com a demanda dos estudantes matriculados, como tradutores e intérpretes de Libras, e funcionários terceirizados no refeitório.

Quadro 5 – Profissionais/servidores que atuam no CGAE Campus Rio Pomba

<p>COORDENAÇÃO GERAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenador Geral de Assistência Estudantil
<p>GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO ESTUDANTIL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerente de Acompanhamento Estudantil • Assistentes de Alunos • Assistente Administrativo
<p>SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pedagogas
<p>SEÇÃO DE SAÚDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Médico • Técnica de Enfermagem • Assistente de Enfermagem • Odontólogas • Psicóloga
<p>SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistentes Sociais
<p>SEÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (REFEITÓRIO)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nutricionistas
<p>NÚCLEO DE AÇÕES INCLUSIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenadora • Tradutor Intérprete de Libras • Profissionais de Apoio de Atendimento Educacional Especializado (AEE)³⁷

Fonte: Elaborado pela autora com base no Manual do Estudante (2024).

Conforme Edital³⁸ nº 001 de 19 fevereiro de 2024, que regulamenta o Processo de Seleção do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica, do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, pode concorrer às modalidades de atendimentos, estudantes dos

³⁷ O Atendimento Educacional Especializado visa atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio de atividades, recursos pedagógicos e ferramentas que possibilitem a participação de todos os estudantes no processo de ensino aprendizagem.

³⁸ Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/editais/riopomba/assistencia-estudantil/2024/edital-ndeg-01-2024-assistencia-estudantil> . Acesso em 02 jul. 2024.

cursos presenciais, nas modalidades técnico integrado ao ensino médio, técnico de nível médio concomitante ou subsequente e superior, regularmente matriculados e frequentes, com renda per capita mensal familiar de até um salário-mínimo e meio.

As modalidades que compõem a dimensão socioeconômica serão mais detalhadas no tópico seguinte.

4.4.1 Programa de assistência estudantil do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba: modalidades de bolsas e serviços oferecidos

Conforme o site³⁹ do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, as modalidades de bolsas oferecidas, pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil são as seguintes: Alimentação, Manutenção, Material didático, Moradia, Transporte e Uniforme.

a) Alimentação: O estudante bolsista receberá atendimento no refeitório do campus, através da apresentação da “Carteirinha de Alimentação”, no período de duração do seu curso podendo haver reavaliação anual, ou a qualquer tempo, dos pedidos concedidos a fim de verificar alterações na situação socioeconômica do estudante ou de seu grupo familiar. **b) Manutenção:** É realizado por meio de suporte financeiro mensal ao estudante bolsista por até dois semestres para contribuir com demandas não atendidas nas outras modalidades do Programa e nas necessidades básicas, através da complementação das despesas nas áreas de apoio pedagógico (algum material específico do curso, livros e cópias, cursos complementares extracurriculares, uniforme); inclusão digital, acesso às tecnologias da informação; cultura e esporte; apoio a pais-estudantes (creche) e saúde. **c) Material didático:** O estudante bolsista receberá atendimento de fotocópias no limite de 500 (quinhentas) fotocópias por semestre no período de duração do seu curso podendo haver reavaliação anual, ou a qualquer tempo, dos pedidos concedidos a fim de verificar alterações na situação socioeconômica do estudante ou de seu grupo familiar. **d) Moradia:** os estudantes bolsistas que passarem a residir na cidade do Campus receberão o suporte financeiro mensal para custear o gasto com moradia no período de duração do seu curso podendo haver reavaliação anual, ou a qualquer tempo, dos pedidos concedidos a fim de verificar alterações na situação socioeconômica do estudante ou de seu grupo familiar. **e) Transporte:** O estudante bolsista receberá durante até 02 (dois) semestres letivos, reembolso do valor gasto com transporte coletivo urbano, referente à utilização de 02 (dois) vales-transportes por dia letivo, para o deslocamento diário entre sua residência e o Campus. **f) Uniforme:** O estudante bolsista dos 1º anos dos cursos técnicos integrado de nível médio receberá o Kit do uniforme escolar de uso obrigatório para frequência às aulas.

No entanto, nos anos de 2020 e 2021⁴⁰, visando atender o novo contexto e demandas estudantis provenientes da situação de emergência da pandemia da Covid 19, as modalidades

³⁹ Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/riopomba/institucional/ensino/apoio-ao-discente/assistencia-estudantil>. Acesso em: 22 jul. 2024.

⁴⁰ No ano de 2021, a Assistência Estudantil publicou um Edital Unificado (publicado pela Reitoria) com uma perspectiva multicampi. O Edital nº 02, de 11 de junho de 2021, que tratou sobre o “Processo de seleção para atendimento emergencial aos estudantes em baixa condição socioeconômica no contexto da pandemia da Covid-19. Durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE) os atendimentos foram: I. Manutenção Emergencial:

de bolsas passaram a ser por meio de editais específicos que contemplavam: benefício emergencial de atendimento ao estudante em baixa condição socioeconômica no contexto da pandemia de Covid-19; inclusão digital para aquisição de serviço de internet para o estudante em baixa condição socioeconômica no contexto da pandemia de Covid-19; e inclusão digital para aquisição de equipamentos de informática para o estudante em baixa condição socioeconômica no contexto da pandemia de covid-19.

No ano de 2022, 2023 e 2024, os auxílios estudantis voltaram as modalidades de alimentação, manutenção, material didático, moradia, transporte e uniforme. Conforme o Edital nº 001 de 19 de fevereiro de 2024, do Processo de Seleção do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica⁴¹, os estudantes poderão concorrer às modalidades de atendimentos, e contemplados de acordo com as vagas existentes, se comprovarem documentalmente as exigências do edital. Os tipos de auxílio e a sua duração são: Manutenção: R\$250,00 mensais (duração anual); Moradia: R\$230,00 mensais (duração do curso); Material Didático (reprografia): 500 cópias de xerox por semestre (duração do curso); Auxílio transporte: via ressarcimento (duração anual); Uniforme (alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio): bolsista do 1º ano-Kit uniforme escolar (composto por 2 camisas padrão; 1 kit para educação física e para os bolsistas do Curso Técnico Integrado em Alimentos, um jaleco e uma calça branca) e bolsista dos 2º e 3º anos uma camisa de uniforme escolar (duração anual); Auxílio Alimentação: isenção para almoço e jantar no refeitório estudantil (duração do curso).

Os estudantes matriculados, frequentes e que cumprirem às exigências propostas nos editais, comprovando por meio documental a sua realidade socioeconômica e ficarem selecionados conforme o número de bolsas disponibilizadas dentre as modalidades atendidas, recebem os auxílios, que são realizadas por meio de pagamentos em pecúnia, depositados na conta em nome do estudante mensalmente em algumas modalidades ou por meio da isenção total no caso do refeitório institucional (Doriguetto, 2021).

destinada a auxiliar financeiramente os estudantes regularmente matriculados em cursos na modalidade presencial do IF Sudeste MG que, excepcionalmente, foi ofertada por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE), no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais; II. Inclusão Digital Internet: para contratação ou manutenção do serviço de conexão à Internet, valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais; III. Inclusão Digital Equipamento: destinado à aquisição de equipamentos de informática, valor de R \$1.200,00 (mil e duzentos reais) em parcela única. Até dezembro de 2021, 2.106 (dois mil cento e seis) estudantes haviam sido contemplados, em no mínimo, uma das modalidades dos atendimentos previstos (Relatório de Gestão 2021). Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 25 mai. 2024.

⁴¹ Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/editais/riopomba/assistencia-estudantil/2024/edital-ndeg-01-2024-assistencia-estudantil>. Acesso em 25 mai. 2024.

A Tabela 4 apresenta detalhadamente o total de estudantes contemplados pela Assistência Estudantil por modalidade e Campus do IF Sudeste MG no ano de 2024.

Tabela 4 – Total de estudantes contemplados pela Assistência Estudantil por modalidade e Campus do IF Sudeste MG no ano de 2024

Campus	Total de estudantes contemplados	Manutenção	Moradia	Material didático	Transporte	Uniforme	Alimentação	Total de atendimentos concedidos
Barbacena	961	590	----	----	----	----	371	961
Bom Sucesso	51	51	----	----	----	----	----	51
Cataguases	22	22	----	----	----	----	----	22
Juiz de Fora	535	507	28	----	129	----	283	947
Manhuaçu	42	42	----	----	----	----	----	42
Muriae	116	116	----	----	----	----	----	116
Rio Pomba	738	455	110	286	105	156	667	1779
Santos Dumont	286	254	4	----	206	----	22	486
São João Del Rei	282	276	----	----	----	----	12	288
Ubá	15	15	----	----	----	----	----	15
TOTAL	3048	2714	155	162	371	195	1288	4707

Fonte: Relatório de Gestão do IF Sudeste MG 2024. Disponível em: https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/relatorios-de-gestao/rg-2024_final_v3.pdf

Observa-se, na Tabela 4, que o Campus Rio Pomba apresenta algumas particularidades em comparação aos demais campi, como a oferta dos auxílios material didático e uniforme, além do maior número de estudantes atendidos nas modalidades de moradia e alimentação. Nota-se, ainda, que a modalidade de manutenção é a que registra o maior número de atendimentos na maioria dos campi, exceto em Rio Pomba, onde o auxílio alimentação se destaca como preponderante.

Destaca-se dentre os Campus listados na Tabela 4, que o Campus Rio Pomba, Barbacena e Juiz de Fora⁴² contam maior tempo de existência e, portanto, mais estudantes e mais ofertas de cursos. E Campus com existência mais recente como o Campus Muriae e São João Del Rei criados em 2009; o Campus Santos Dumont criado em 2010; o Campus Avançado Bom Sucesso criado em 2011; Campus Manhuaçu criado em 2015; e os Campus Avançados de Cataguases e Ubá que passaram a funcionar em 2015, o que justifica também essa variação em relação aos estudantes contemplados e atendimentos concedidos.

⁴² Conforme abordado de forma mais detalhada em capítulo anterior, o atual IF Sudeste MG Campus Rio Pomba foi criado em 1962; o atual IF Sudeste MG Campus Barbacena teve seu início em 1910; e o atual IF Sudeste MG Campus Juiz de Fora teve seu início em 1957. Disponível em: <https://portal.redefederal.org.br/sudeste/mg/instituto-federal-sudeste-de-minas-gerais>. Acesso em: 27 jul. 2024.

Considerando a autonomia das instituições⁴³ para definir os critérios e a metodologia de seleção dos beneficiários da assistência estudantil e em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil instituído pelo Decreto n. 7.234, de 19 de julho 2010, cada Campus tem seu edital de seleção. Dessa forma, pode-se ter Campus com mais oferta de bolsas com valores menores, e outros com menos oferta de bolsas com valores maiores, que variam conforme a especificidade da instituição.

Por isso, o quantitativo de vagas assim como os valores das bolsas varia conforme as peculiaridades de cada Campus como a disponibilidade orçamentária, o número de estudantes, a localização e realidade do Campus como o custo de vida por exemplo. Dada essa complexidade, o número de auxílios concedidos pelos Campus do IF Sudeste MG é variável, sendo este estudo uma pesquisa com foco maior na realidade do Campus Rio Pomba.

O Quadro 6 sintetiza as principais informações sobre as modalidades de atendimento da Assistência Estudantil no Campus Rio Pomba no ano de 2024.

Os dados apresentados no Quadro 6 indicam que o número de inscritos para serem atendidos pelos auxílios no Campus Rio Pomba é muito superior ao número de vagas ofertadas, sendo insuficiente para abarcar todos os estudantes que dela necessitam, ainda que as suas condições socioeconômicas se enquadrem ao perfil exigido para o recebimento. Assim, como a demanda é maior que a oferta, os estudantes que irão obter os auxílios são selecionados por meio de edital conforme critérios socioeconômicos.

⁴³ Mais informações sobre o processo de seleção do Programa Nacional de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica 2024 (PNAES, também conhecido como Assistência Estudantil) nas demais unidades do IF Sudeste MG estão disponíveis em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/reitoria/2024/02/if-sudeste-mg-inicia-processo-de-selecao-da-assistencia-estudantil-2024-1>. Acesso em: 3 jan. 2025.

Quadro 6 – Modalidades de atendimento Assistência Estudantil IF Sudeste MG Campus Rio Pomba 2024

Modalidade	Valor	Duração	Nº vagas	Nº inscritos/deferidos* (2024)
Moradia	R\$ 230,00/mês	Durante todo o curso	60	252
Manutenção	R\$ 250,00/mês	Anual	300	628
Alimentação	Gratuidade no refeitório da instituição	Durante todo o curso	200	304
Material didático	500 fotocópias por semestre	Anual	200	355
Transporte	Reembolso do gasto com transporte coletivo urbano, referente a dois vales transporte por dia letivo	Anual	200	225
Uniforme	Estudantes de cursos técnicos integrado	Anual	50 (Kit Uniforme escolar primeiros anos)	91
			50 (camisa de uniforme para segundos e terceiros anos)	106

Fonte: <https://www.ifsudestemg.edu.br/editais/riopomba/assistencia-estudantil/2024/edital-ndeg-01-2024-assistencia-estudantil>.

*Deferidas são as inscrições que se encontram aptos a receber a bolsa, que serão distribuídas conforme o número de vagas disponíveis, sendo os demais estudantes classificados ao recebimento das bolsas, incluídos na lista de espera, podendo ser contemplado nas chamadas posteriores que ocorrem ao longo do ano letivo. O número de inscritos é superior ao apresentado na tabela, pois há as situações de indeferimento na seleção devido à falta de documentação, ou não atendimento às regras do edital ou candidatos que já recebem o benefício como no caso da alimentação, moradia e uniforme, mas se inscreveram novamente. No ano de 2024 no Campus Rio Pomba houve 178 casos de indeferimento de inscrições devido aos motivos já citados.

4.5 Projetos e ações institucionais promovidas no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba

Considerando que os Institutos Federais constituem espaços em que se desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, apresenta-se nesta seção, alguns dos principais projetos e ações institucionais desenvolvidos no Campus Rio Pomba que contribuem para a permanência e o desenvolvimento dos estudantes, e por isso, dialogam diretamente com a política de Assistência Estudantil, que, ao possibilitar a permanência, favorece o acesso a atividades que articulam dimensões pedagógicas, sociais e culturais, contribuindo para a integração, o bem-estar, o engajamento acadêmico e o fortalecimento dos vínculos entre estudantes, servidores e comunidade escolar.

Esses contextos do desenvolvimento humano, para além dos momentos de aula são ambientes nos quais são estabelecidas as díades, pois, “sempre que uma pessoa presta atenção às atividades de uma outra pessoa, ou delas participa, existe uma relação” (Bronfenbrenner, 1996, p. 46).

Além disso, a escola exerce um papel fundamental na aquisição de capital cultural, para além das aulas, destacamos as atividades de cunho literário, artístico e esportivas como espaço de apropriação de capital cultural e de socialização, possibilitando o desenvolvimento de habilidades para o trabalho em grupo, formas de linguagem e conhecimentos do mundo acadêmico e do trabalho.

Dentre os diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no campus Rio Pomba, destacam-se as seguintes ações: Jornada do Livro e da Biblioteca; a Mostra de Cursos e Profissões; Visita Técnica; Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão; Coral Vozes do vale, a Participação em Jogos Interinstitucionais e outros eventos.

A Jornada do Livro e da Biblioteca⁴⁴ é um evento que geralmente ocorre uma vez por ano, trazendo reflexões importantes, por meio da proposição de oficinas, mesas redondas, clube de leitura, lançamento de livros, teatro, exposição de artes, café com prosa e música. A Figura 15 ilustra o acontecimento da 6ª Jornada do Livro e da Biblioteca no Campus Rio Pomba.

Figura 15 – 6ª Jornada do Livro e da Biblioteca no Campus Rio Pomba (2024)



Fonte: Assessoria de Comunicação IF Sudeste MG Campus Rio Pomba.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/riopomba/semana-do-livro-e-da-biblioteca-do-campus-rio-pomba-acontece-de-23-a-25-de-outubro>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Anualmente, ocorre também a realização da Mostra de Cursos e Profissões⁴⁵, conforme a Figura 16, que visa apresentar a toda a comunidade externa do município e região, os cursos e projetos desenvolvidos nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, pelo Campus Rio Pomba, e informações sobre as formas de ingresso na instituição. O evento contou com a sua sétima edição no ano de 2024, e tem como principal público-alvo os estudantes do ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas, jovens e adultos que desejam retomar seus estudos e/ou se prepararem para o mundo de trabalho, gestores de escola e pais ou responsáveis pelos estudantes.

Figura 16 – Mostra de cursos e profissões do campus Rio Pomba 2024



Fonte: <https://www.instagram.com/ifsudestemgrp/>

A Mostra de Cursos e Profissões conta com diversas atividades que envolve os estudantes do Campus e a comunidade em atividades, oficinas e diferentes áreas, visitas guiadas pelos laboratórios e instalações do IF Rio Pomba.

A Figura 17 traz a visita técnica realizada por estudantes da graduação em Zootecnia a Matriz do Grupo Rivelli Alimentos em Barbacena MG no ano de 2024.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/riopomba/vem-ai-a-vii-mostra-de-cursos-e-profissoes-do-campus-rio-pomba>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Figura 17 – Visita técnica dos estudantes de graduação em Zootecnia



Fonte: <https://www.instagram.com/ifsudestemgrp/>.

As visitas técnicas são realizadas pelos estudantes da graduação, mas também pelos estudantes dos cursos técnicos, pois possibilitam associar o conhecimento adquirido na instituição a realidade da prática profissional, promovendo a vivência dos estudantes com o ambiente de trabalho e profissionais de sua área de formação, ampliando seus conhecimentos e despertando interesses que possam auxiliá-los em escolhas futuras.

O Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão do IF Sudeste MG (SIMEPE)⁴⁶, ilustrado por meio da Figura 18, é um evento multidisciplinar e multicampi, no qual a comunidade do IF Sudeste MG participa apresentando e/ou apreciando trabalhos, projetos e todo o conhecimento produzido pela instituição. O evento é sediado nos diferentes Campus do IF Sudeste MG e representa um momento ímpar de trocas de experiências e construção do conhecimento nos diversos níveis.

⁴⁶ Disponível em: <https://eventos.ifsudestemg.edu.br/simepe2024/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Figura 18 – SIMEPE (Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão)



Fonte: <https://www.instagram.com/ifsudestemgrp/>.

Já a Figura 19 apresenta o Coral Vozes do Vale⁴⁷, composto por estudantes e servidores da instituição é um grupo artístico permanente da instituição, com mais de 14 anos de existência, que visa o desenvolvimento cultural de seus integrantes a partir de estudos técnico musical, difusão da música brasileira, prática de canto coral e socialização, além de ser favorável a promoção da saúde vocal e corporal.

O Coral Vozes do vale dentre outras atividades como as atividades técnicas e científicas, visitas técnicas, Simpósios de Ensino, Pesquisa e Extensão, Mostra de Cursos e Profissões, atividades esportivas, participação no Grêmio Estudantil, podem proporcionar uma leitura mais artística, crítica, operando como importantes mediadoras no processo de ampliação do capital cultural.

Conforme Bourdieu (2015), o capital cultural existe sob três formas: a) no estado incorporado, sob a forma de disposições duradouras do organismo. São as habilidades e disposições que o indivíduo internalizou ao longo do tempo, por meio da socialização familiar e educacional, geralmente; b) no estado objetivado, equivale aos bens culturais materiais, como obras de arte, livros, pinturas, dicionários, máquinas etc.; c) no estado institucionalizado, que são conferidos por meio dos diplomas, títulos e certificados escolares.

⁴⁷ Disponível em: <https://integra.ifsudestemg.edu.br/portfolio/projeto-institucional/3563>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Figura 19 – Coral Vozes do Vale IF Rio Pomba



Fonte: <https://www.instagram.com/ifsudestemgrp/>.

Dessa forma, as experiências proporcionadas por meio das atividades ofertadas pelo IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba, constituem-se como importantes oportunidades de ampliação do capital cultural acumulado por meio do capital escolar dos estudantes (conhecimentos curricularizados e sociabilidades construídas no espaço institucional), pois contribuem para a aquisição das formas objetivada e institucionalizada do capital cultural, conforme proposto por Bourdieu (2015), influenciando positivamente a formação dos jovens.

Articulando essa análise à Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, é possível compreender o capital cultural, sobretudo em seu estado incorporado, como parte das características pessoais de recurso no modelo PPCT. Essas características — que incluem habilidades cognitivas, conhecimentos prévios e repertórios simbólicos — influenciam diretamente a forma e a intensidade com que os estudantes se engajam nos processos proximais escolares.

Assim, o capital cultural não apenas resulta de processos desenvolvimentais anteriores, mas também atua como elemento que potencializa novas interações, ampliando as possibilidades de permanência e êxito escolar. Desse modo, a articulação entre Bourdieu e a perspectiva bioecológica permite compreender o capital cultural como simultaneamente produto e produtor de desenvolvimento, evidenciando sua centralidade nas trajetórias juvenis analisadas.

A Figura 20 representa a participação dos estudantes do Campus Rio Pomba nos Jogos das Instituições Federais (JIF)⁴⁸. No ano de 2024, os jogos foram sediados pelo Campus Barbacena MG, reunindo aproximadamente 800 estudantes de cursos técnicos e de graduação dos campi Barbacena, Juiz de Fora, Muriaé, Rio Pomba, Santos Dumont e São João del-Rei para participação nas competições.

Figura 20 – Participação dos estudantes no JIF



Fonte: <https://www.instagram.com/ifsudestemgrp/>.

Dentre as ações extensionistas desenvolvidas pelo IF Campus Rio Pomba, incluem-se a implementação da prática do esporte e lazer no processo de desenvolvimento educacional, que ocorre por meio de atividades que envolve a comunidade acadêmica como os jogos esportivos interinstitucionais, dentre outras atividades.

Dentre as modalidades esportivas disputadas pelos estudantes/ atletas destacam-se: o Atletismo, Basquete, Futebol, Futsal, Handebol, Tênis de mesa, Vôlei, Vôlei de praia e Xadrez.

A promoção do JIF preza pela valorização do esporte e do conhecimento da área de Educação Física, e favorece o fortalecimento das ações integradas realizadas a nível de Rede Federal (Figura 21). Além disso, contribui para disseminação da cultura do olimpismo e democratização do acesso às práticas esportivas; para a incorporação do esporte ao estilo de vida estudantil e do sentimento de pertencimento; e favorece condições de permanência e êxito escolar.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/reitoria/2024/10/materia-jif-2024>. Acesso em: 23 abr. 2025.

Figura 21 – Atividades esportivas no campo da instituição



Fonte: Assessoria de Comunicação IF Sudeste MG Campus Rio Pomba.

A Política de Assistência Estudantil ao viabilizar as condições de permanência, possibilita que o estudante se aproprie ao máximo de oportunidades educacionais antes impensadas, uma vez que, ao assegurar a continuidade da trajetória escolar, essa política favorece, para além da aquisição do capital cultural, a mobilização do capital social, na medida em que os estudantes constroem suas redes de relações, participam de atividades coletivas e acessam diferentes espaços de socialização.

Para Charlot (1996, p. 55),

A mobilização em relação à escola é investimento no próprio fato escolar; implica que se atribua um sentido ao próprio fato de ir à escola e aprender coisas. É necessário que o aluno se mobilize em relação à escola para que ele se mobilize na escola [...]. Entretanto, o sentido da escola se constrói também na própria escola através das atividades que se desenvolvem.

As atividades promovidas pela instituição e desenvolvidas pelos estudantes, além de agregar conhecimento, estabelecem diálogos com os interesses dos jovens adolescentes, e podem mobilizar os estudantes em relação a escola, despertando, a criatividade, o talento, a autoconfiança e a melhoria do desempenho em sala de aula. Além disso, são também espaços privilegiados para o encontro com o outro, para troca, diversão e estabelecimento de vínculos, o que favorece o desenvolvimento estudantil e contribui para a permanência e êxito escolar.

Para Charlot (2000), a relação com o saber vai além da aquisição de conhecimento, pois,

a relação com o saber é a relação com o mundo, com o outro e com ele mesmo, de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender. (...) é o conjunto (organizado) das

relações que um sujeito mantém com tudo quanto estiver relacionado com 'o aprender' e o saber. Ou, sob uma forma mais "intuitiva": a relação com o saber é o conjunto das relações que um sujeito mantém com um objeto, um "conteúdo de pensamento", uma atividade, uma relação interpessoal, um lugar, uma pessoa, uma situação, uma ocasião, uma obrigação, etc., ligados de uma certa maneira com o aprender e o saber (...) (Charlot, 2000, p. 80-81).

Dessa forma, a relação com o saber é influenciada pelo próprio sujeito através da sua relação com o mundo (suas experiências pessoais, forma de ver e se posicionar no mundo); na relação com o outro, na troca de saberes nas (relações interpessoais com colegas, professores, familiares, comunidade, afetos, contextos sociais); e na relação com ele mesmo (seus desejos, medos, motivações e resistências).

No entorno do Prédio Central do Campus Rio Pomba, encontram-se os quiosques e áreas de convivência estudantil, nas quais os estudantes encontram-se nos intervalos de aulas, e para atividades e projetos promovidos pela instituição, conforme as Figuras 22 e 23.

Figura 22 – Quiosques e áreas externas de encontro e convivência estudantil



Fonte: Assessoria de Comunicação IF Sudeste MG Campus Rio Pomba.

A Figura 23 ilustra um encontro promovido pelo Grêmio Geração Mandela e o NEABI no ano de 2024. O Programa NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas),

conforme descrito no Projeto Político Pedagógico⁴⁹ (PPC do Curso Técnico Integrado em Zootecnia), representa uma iniciativa fundamental para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, pois, promove a produção de conhecimentos e a valorização das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no ambiente educacional e na sociedade.

Figura 23 – Evento em comemoração ao Dia da Consciência Negra



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=991469903021811&set=pcb.991470053021796>.

Essas ações vão ao encontro das diretrizes estabelecidas pela legislação brasileira, a partir da Lei n.10.639/03 e a Lei n.11.645/08, que tornam obrigatórios o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas (macrossistema - aqui representado por leis que reverberam nas políticas públicas e nos microssistemas (escola e famílias), influenciando as vivências e desenvolvimento do indivíduo por meio de uma formação mais inclusiva, crítica e plural, pautada no reconhecimento e respeito à diversidade.

Além disso, essas experiências, contribuem para o reconhecimento de identidades e fortalecimento de pertencimento étnico-racial, bem como para a construção de conhecimentos relevantes ao enfrentamento do racismo estrutural presente na sociedade, nas instituições e nas relações sociais.

⁴⁹ Disponível em: https://sig.ifsudestemg.edu.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=59943&idTipo=1. Acesso em: 31 jul. 2025.

CAPÍTULO 5 – CONDIÇÕES DE VIDA E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS PARTICIPANTES

Neste capítulo são apresentados os dados coletados por meio do questionário socioeconômico (Apêndice A), visando melhor caracterização dos estudantes e famílias pesquisadas, e posteriormente as categorias emergentes que surgiram durante a análise dos dados das entrevistas realizadas com os estudantes (Apêndice B) e as suas famílias (Apêndice C).

5.1 Caracterização dos estudantes participantes da pesquisa

Nesse tópico, foram consideradas características pessoais de demanda (idade, sexo e origem rural ou urbana), de recurso (escolaridade dos pais, condições de moradia, renda familiar, apoio familiar e trajetória escolar anterior) e de força (motivação, expectativas acadêmicas e projeto de continuidade dos estudos. Na perspectiva bioecológica (Bronfenbrenner, 1996), tais características influenciam a qualidade, regularidade e intensidade dos processos proximais, podendo potencializar ou inibir o engajamento nas atividades formativas e, conseqüentemente, afetar o desenvolvimento e a permanência escolar.

O Quadro 7 apresenta as variáveis sociodemográficas e socioeconômicas consideradas na pesquisa, bem como sua relação analítica com os processos proximais e a permanência escolar. Trata-se de uma sistematização conceitual das dimensões investigadas.

Considerando o público-alvo da pesquisa, responderam ao questionário (Apêndice A), 11 estudantes do curso Técnico Integrado em Zootecnia do grupo de 20 estudantes que compõem a turma no ano de 2024, o que representa 55% do total de estudantes da turma como participantes da pesquisa. Além dos estudantes, as famílias dos estudantes também compõem o grupo de sujeitos envolvidos na pesquisa.

O Quadro 8 apresenta o perfil dos estudantes pesquisados. Observa-se que há uma predominância do sexo feminino na proporção de 10 para 1, o que também ocorre em relação a turma que em 2024, contava com 14 estudantes do sexo feminino e 6 estudantes do sexo masculino.

Quadro 7 – Variáveis sociodemográficas, socioeconômicas e escolaridade

Variáveis	Caracterização dos participantes	Relação com processos proximais e permanência
Idade	17 a 18 anos	Os estudantes pesquisados são jovens adolescentes. A idade e experiências juvenis influenciam o modo como o estudante interage, afetando experiências, motivações e expectativa.
Gênero	10 feminino; 01 masculino	O gênero predominante é o feminino. Esse dado, possibilita compreender padrões distintos de participação nos processos educacionais e a forma como o estudante se envolve, se percebe e é percebido.
Cidade de origem	06 Rio Pomba; 02 Mercês; 01 Silveirânia; 01 Dona Euzébia; 01 Juiz de Fora	A procedência urbana ou rural influencia a forma como o estudante socializa, se engaja e participa dos processos proximais.
Tipo de instituição que cursou o Ensino Fundamental	100% escola pública	Diz respeito a formações e oportunidades educacionais anteriores e ao capital escolar acumulado, que afetam a adaptação ao novo contexto.
Forma de ingresso no IF	08 cotas; 03 ampla concorrência	Expressa o acesso às políticas de ação afirmativa (cotas), vinculadas à democratização do ensino público federal podendo influenciar as condições iniciais de inserção no contexto institucional e as trajetórias de permanência escolar.
Principal meio de transporte utilizado para chegar ao IF Campus Rio Pomba	Transporte oferecido pelas prefeituras	O transporte escolar é fundamental para garantir condições concretas de frequência e continuidade do curso.
Local que utiliza para realizar as principais refeições na instituição	Refeitório institucional	Papel das políticas de assistência estudantil na garantia de segurança alimentar.
Com quem reside atualmente	9 com a família; 2 em república	Configuração familiar, rede de apoio, estabilidade emocional, suporte material.
Número de pessoas divide a residência	2 estudantes com 3 pessoas; 5 com 4 pessoas; 1 com 5 pessoas; 3 com 6 pessoas	Relaciona-se às condições materiais, conforto, privacidade e possibilidades de estudo.
Localização da moradia da família	5 zona rural; 6 zona urbana	Acesso a serviços, tempo de deslocamento.
Escolaridade dos pais	Predominância de Ensino Fundamental I e II incompleto	Um dos indicadores clássicos de capital cultural familiar. Afeta expectativas, estímulo ao estudo e relações com a escola (Bourdieu; Lahire – socialização familiar e disposições).
Renda Mensal bruta per capita familiar	7 estudantes: $\leq \frac{1}{2}$ salário mínimo; 4 estudantes: entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo	Indicador principal de condição socioeconômica para acesso a recursos, estabilidade, pode favorecer ou restringir a qualidade e a continuidade dos processos proximais.
Principal responsável pela renda familiar	9 pai/padrasto; 2 mãe	Dinâmicas de organização doméstica.
Ocupação profissional dos pais	Trabalhos manuais e serviços gerais (construção civil e agropecuária), com predominância de lavrador(a)	Capital econômico, social, estilo de vida, expectativas educacionais.
Participação em programas sociais do governo federal	100%	Indica situação de vulnerabilidade socioeconômica e intercessão com políticas públicas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 8 – Caracterização dos estudantes participantes

	Idade	Sexo	Mora atualmente	Reside com
Estudante 1	17	Feminino	Rio Pomba	Família
Estudante 2	17	Feminino	Mercês	Família
Estudante 3	17	Feminino	Silveirânia	Família
Estudante 4	18	Feminino	Rio Pomba	Família
Estudante 5	17	Feminino	Rio Pomba	República
Estudante 6	17	Feminino	Rio Pomba	República
Estudante 7	18	Feminino	Rio Pomba	Família
Estudante 8	18	Feminino	Rio Pomba	Família
Estudante 9	17	Masculino	Rio Pomba	Família
Estudante 10	17	Feminino	Mercês	Família
Estudante 11	18	Feminino	Rio Pomba	Família

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Historicamente os cursos associados a área rural e ao trabalho agrícola, eram predominantemente masculinos, e por muito tempo funcionaram como espaços de reprodução da divisão sexual do trabalho e da legitimação simbólica de papéis de gênero no meio rural, tendo em vista, que o contexto da agricultura familiar brasileira é estruturado por lógicas de gênero, com papéis diferenciados atribuídos aos homens e mulheres, devendo o homem permanecer na terra, pois a terra era vista como patrimônio do sucessor homem, enquanto a mulher tenderia a “sair” por meio do casamento ou ser preparada para realizar as atividades domésticas (Carneiro, 2001).

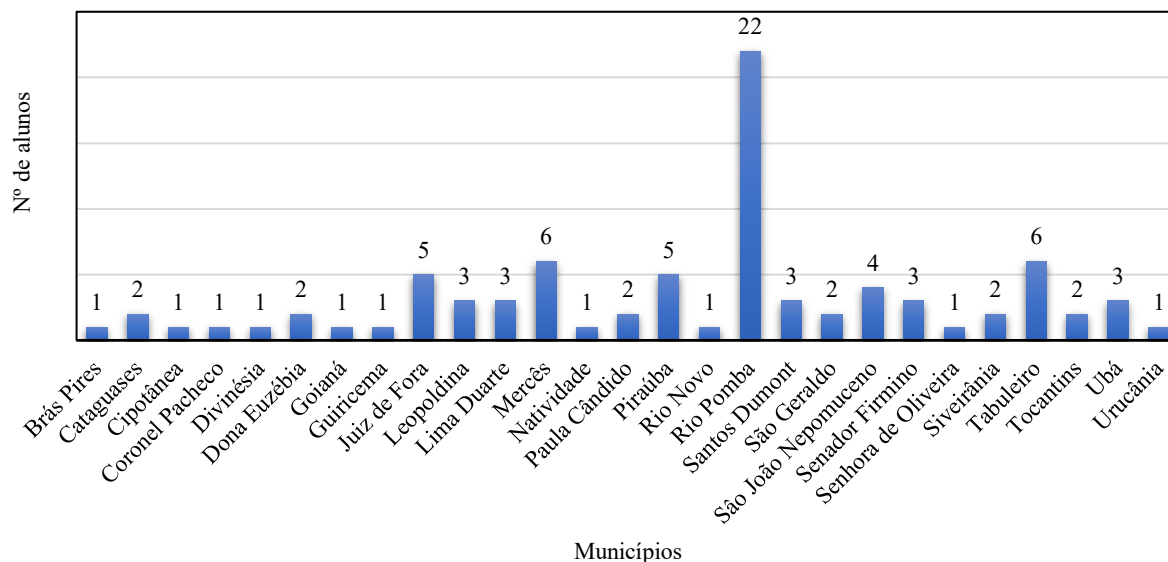
No entanto, observa-se uma mudança nesse cenário, com maior presença de estudantes do sexo feminino na turma pesquisada do curso técnico integrado em zootecnia, sinalizando uma reconfiguração desses espaços antes ocupados majoritariamente por homens.

Dos participantes desta pesquisa, quatro são maiores de 18 anos e sete são menores de 18 anos, dos quais 10 se autodeclararam do sexo feminino e um do sexo masculino.

O IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, conforme já descrito anteriormente além dos estudantes do município, recebe muitos estudantes de cidades vizinhas e de outras localidades em busca dos diversos cursos e modalidades que oferta.

Do total de 88 estudantes ativos no ano de 2024 no curso Técnico Integrado em Zootecnia, observa-se a diversidade de cidades de origem dos discentes do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, o que evidencia a sua grande área de abrangência, que inclui desde municípios da região, a localidades mais distantes, conforme a Figura 24.

Figura 24 – Cidade de origem dos estudantes ativos Técnico Integrado em Zootecnia no ano 2024

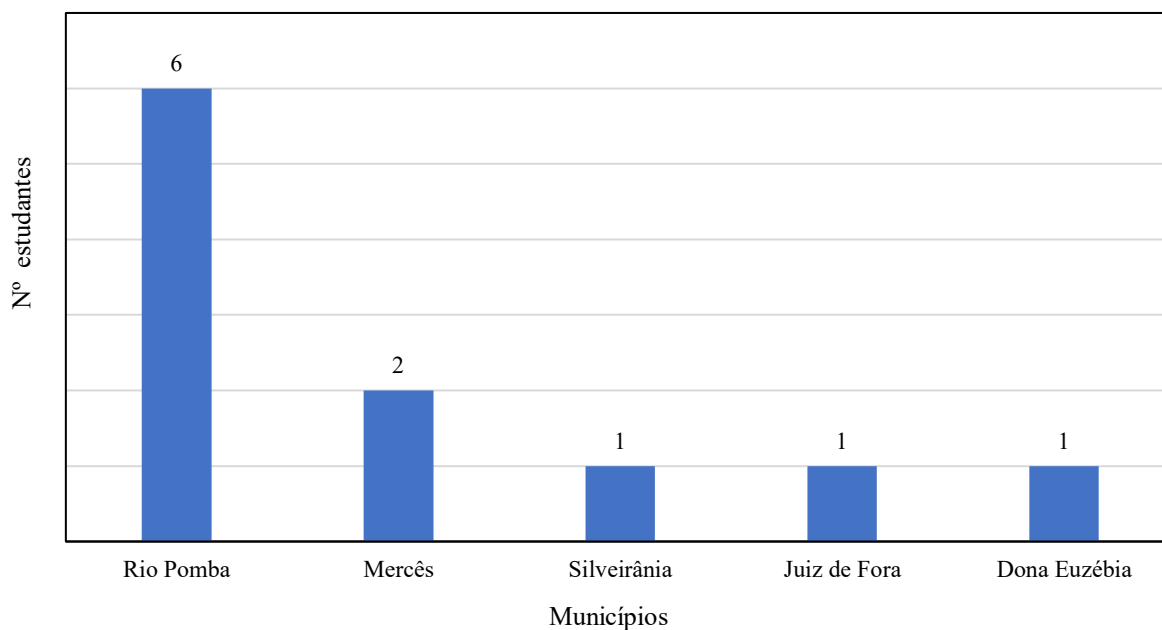


Fonte: Elaborado pela autora com base no SIGA A (2024).

Como pode ser visto na Figura 24, a instituição ao atrair jovens de diversas localidades para os variados cursos ofertados, reforça seu papel e sua relevância no atendimento educacional tanto local, quanto regional. Esse movimento coaduna com os estudos de Moreira (2012), que, ao caracterizar o fluxo de estudantes no Campus e na cidade de Rio Pomba, evidencia como a presença do instituto federal produz impactos sociais e econômicos significativos no município. Entre esses efeitos, destacam-se a maior demanda por moradia e serviços, bem como o aumento do movimento no comércio local. Essa circulação ampliada de estudantes contribui para que Rio Pomba adquira “ares universitários”, dada a reconfiguração provocada pela presença estudantil.

Já a Figura 25, dentro desse universo, apresenta a cidade de origem dos estudantes que compõem a pesquisa, possibilitando identificar e compreender com mais precisão as dificuldades que podem se dar em relação ao deslocamento cotidiano, questões de moradia, no caso de estudantes que moram mais distante, e outros fatores que podem influenciar na permanência e no desenvolvimento como o cansaço, tempo para o estudo, gastos financeiros, dentre outras dificuldades que perpassam o percurso desses jovens.

Figura 25 – Cidade de origem dos estudantes pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em relação a cidade de origem dos estudantes, cinco dos estudantes são provenientes de outras cidades, sendo três estudantes provenientes de cidades vizinhas ao município de Rio Pomba e dois estudantes oriundos de cidades mais distantes (consideradas aqui as cidades cuja distância impossibilita o estudante de ir e vir todos os dias da residência ao IF) como Juiz de Fora e Dona Euzébia.

O Quadro 9 apresenta a distância da cidade em que se encontram as famílias dos estudantes a Rio Pomba, para melhor dimensionamento da realidade estudantil dos que se encontram na cidade de Rio Pomba mais distantes da família e dos precisam deslocar-se diariamente de suas cidades para o Campus, o que representa a necessidade de transporte para chegar a instituição e moradia para os que necessitam morar em Rio Pomba, além da necessidade de deslocamentos dos estudantes que vão para a residência da família semanalmente ou periodicamente.

Percebe-se também que nove dos 11 estudantes pesquisados residem atualmente com a família, sendo a república a segunda opção predominante.

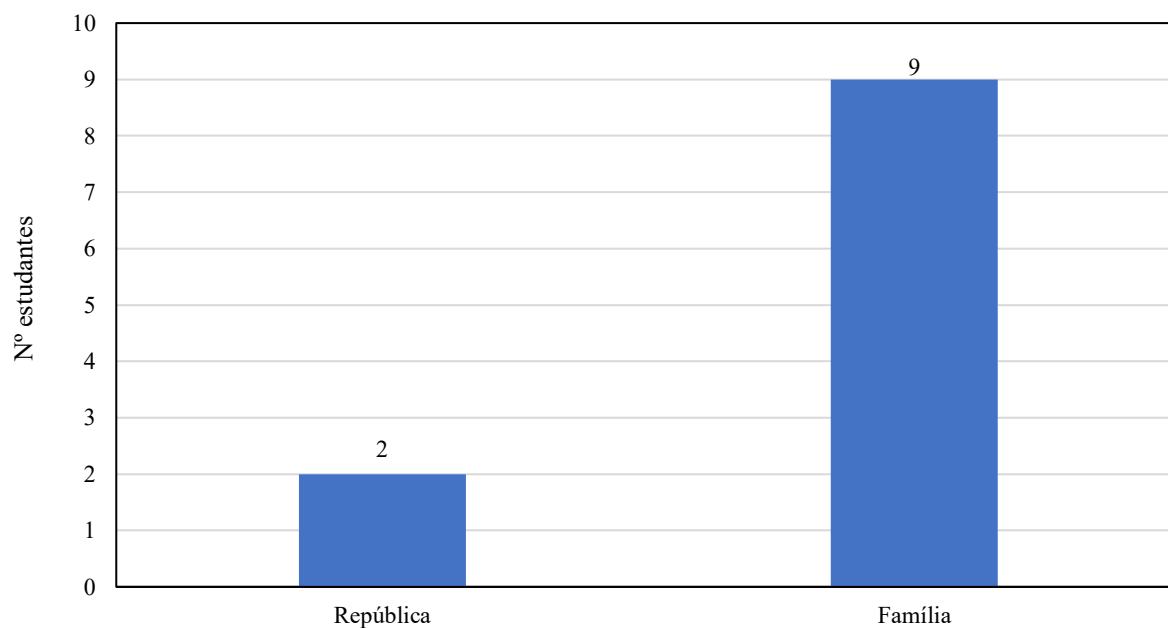
Quadro 9 – Distância de Rio Pomba MG aos municípios de origem dos estudantes pesquisados

Municípios	Distância de Rio Pomba MG
Silveirânia	14,1 km
Mercês	19,7 km
Dona Euzébia	51,4 km
Juiz de Fora	73,9 km

Fonte: Elaborado pela autora com base no site <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-rio-pomba.html>.

Dessa forma, os dados apresentados nas Figuras 25 e 26 reforçam a importância da Política de Assistência Estudantil, inclusive para os estudantes que residem com suas famílias, mas necessitam realizar deslocamentos diários até a instituição, o que evidencia a relevância dos auxílios transporte e alimentação. Para os estudantes que residem em repúblicas, destaca-se a importância do auxílio moradia, bem como dos demais auxílios, tendo em vista, o impacto desses custos para as famílias, que muitas vezes precisam arcar com despesas adicionais decorrentes de uma moradia extra, além do domicílio familiar.

Figura 26 – Com quem reside atualmente



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.2 Forma de Ingresso no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba

Com a implementação da Lei n. 12711/12 (Lei de Cotas) que possibilitou o ingresso nos ensinos superior e técnico de nível médio em instituições federais a grupos sociais historicamente excluídos, destacamos a importância de se considerar os dados de ingresso dos estudantes pesquisados, a fim de ratificar, nesse contexto, o fato da política de assistência estudantil por meio do Programa de Assistência Estudantil (PNAES) ser um instrumento importante para a promoção da equidade socioeconômica, étnico-racial e a permanência dos estudantes cotistas.

Conforme Edital⁵⁰ de nº 19, de 3 de novembro de 2021, que regulamentou o Processo Seletivo para o ingresso dos estudantes no curso Técnico Integrado em Zootecnia no primeiro semestre de 2022, item 2.4, as vagas destinadas aos grupos de concorrência com base na Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012 (alterada pela Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017), são assim definidos⁵¹:

Observando o Quadro 10, percebe-se que todos os estudantes pesquisados são oriundos da escola pública, tendo oito dos estudantes optado pelo ingresso por meio de cotas e três por meio das vagas destinadas a ampla concorrência, mesmo sendo público-alvo das cotas, tal escolha foi justificada pelo fato da ampla concorrência apresentar maior número de vagas e não precisar de comprovação documental para a efetivação da matrícula após aprovação.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/editais/reitoria/processo-seletivo/2022-1/cursos-tecnicos/edital-10-2021-inscricao-cursos-tecnicos/edital-19-2021-cursos-tecnicos-2022-1-retificado> . Acesso em: 22 ago.2024.

⁵¹ **Grupo A0** –Ampla Concorrência; **Grupo L1** - candidatos de escolas públicas e com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo por pessoa.; e inscrito no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico).; **Grupo L9** - candidatos de escolas públicas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo por pessoa; inscrito no (CadÚnico); e com deficiência.; **Grupo L2** –candidatos de escolas públicas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior 1,5 salário mínimo por pessoa; inscrita no (CadÚnico); e que se autodeclararem negros (pretos ou pardos) ou indígenas (PPI); **Grupo L10** –candidatos de escolas públicas, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo por pessoa; e inscrito (CadÚnico) e que se autodeclararem negros (pretos ou pardos) ou indígenas (PPI); e com deficiência. **Grupo L5** –candidatos de escolas públicas; **Grupo L13** –candidatos de escolas públicas e com deficiência; **Grupo L6** –candidatos de escolas públicas e que se autodeclararem negros (pretos ou pardos) ou indígenas (PPI); **Grupo L14** –candidatos de escolas públicas, que se autodeclararem negros (pretos ou pardos) ou indígenas (PPI); e com deficiência; **Grupo V1728 (Ação Afirmativa)** - Estudantes que comprovem serem filhos de empregados rurais ou filhos de famílias pronafianas ou filhos de assentados da reforma agrária – Ação afirmativa própria do IF Sudeste MG; **Grupo PcD (Ação Afirmativa)** -Estudantes que comprovem ser candidatos com deficiência – Ação afirmativa própria do IF Sudeste MG (*grifos nosso*).

Quadro 10 – Dados de ingresso no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba

Estudantes	Instituição em que cursou o Ensino Fundamental	Grupo de Acesso ao IF
Estudante 1	Pública	Ampla Concorrência (A0)
Estudante 2	Pública	L1
Estudante 3	Pública	L6
Estudante 4	Pública	Ampla Concorrência (A0)
Estudante 5	Pública	L2
Estudante 6	Pública	L6
Estudante 7	Pública	L2
Estudante 8	Pública	L5
Estudante 9	Pública	L9
Estudante 10	Pública	Ampla Concorrência (A0)
Estudante 11	Pública	L1

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.3 Dados gerais sobre o atendimento aos estudantes

Nesta seção, serão apresentados dados sobre algumas das ações de atendimento aos estudantes como o meio de transporte utilizado para o traslado até o IF e o local que utiliza para a realização das principais refeições quando se encontra na instituição.

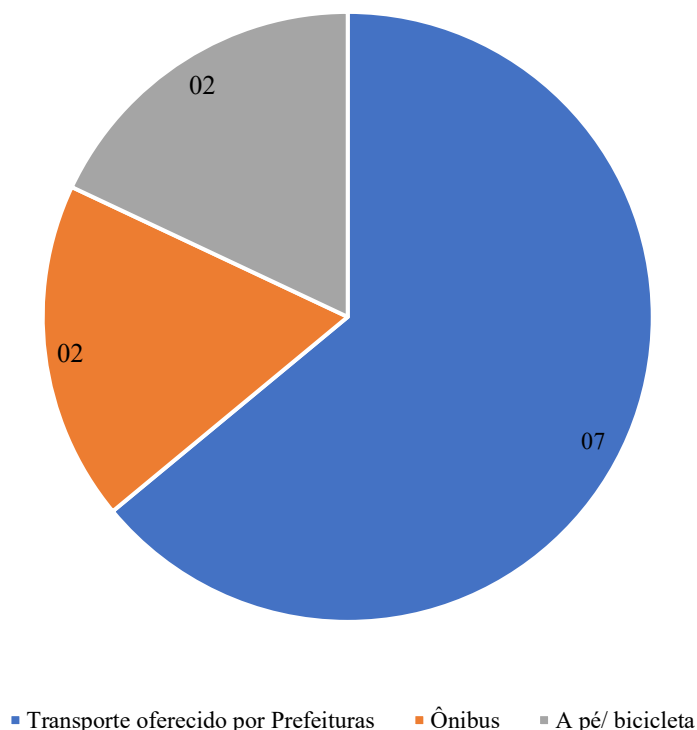
O IF Campus Rio Pomba se situa a aproximadamente 5 Km do centro urbano da cidade de Rio Pomba, cujo acesso se dá por meio de rodovia, o que demanda transporte para a chegada ao Campus, mesmo para os residentes no município, com exceção dos estudantes que residem geralmente em repúblicas situadas na vila de casas e apartamentos que ficam no caminho para o IF (popularmente conhecida como “Vila do IFET⁵²”, região que vem atraindo ao longo dos anos investidores imobiliários para construção de imóveis destinados a locação pelos estudantes do IF).

Por isso, quanto ao deslocamento dos estudantes, observa-se a partir da Figura 27 que o transporte oferecido pela prefeitura é o principal meio de transporte utilizado pelos estudantes para frequentar o IF, seguido da utilização de ônibus do transporte público de Rio Pomba, na

⁵² IFET: Significa "Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia", é uma sigla antiga, para denominação dos Institutos Federais. IF: Sigla oficial, que significa "Instituto Federal", e que substituiu IFET.

mesma proporção de estudantes que vão a pé ou de bicicleta para a instituição devido ao fato de residirem em repúblicas que ficam localizadas na “vila”.

Figura 27 – Meio de transporte utilizado para chegar no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

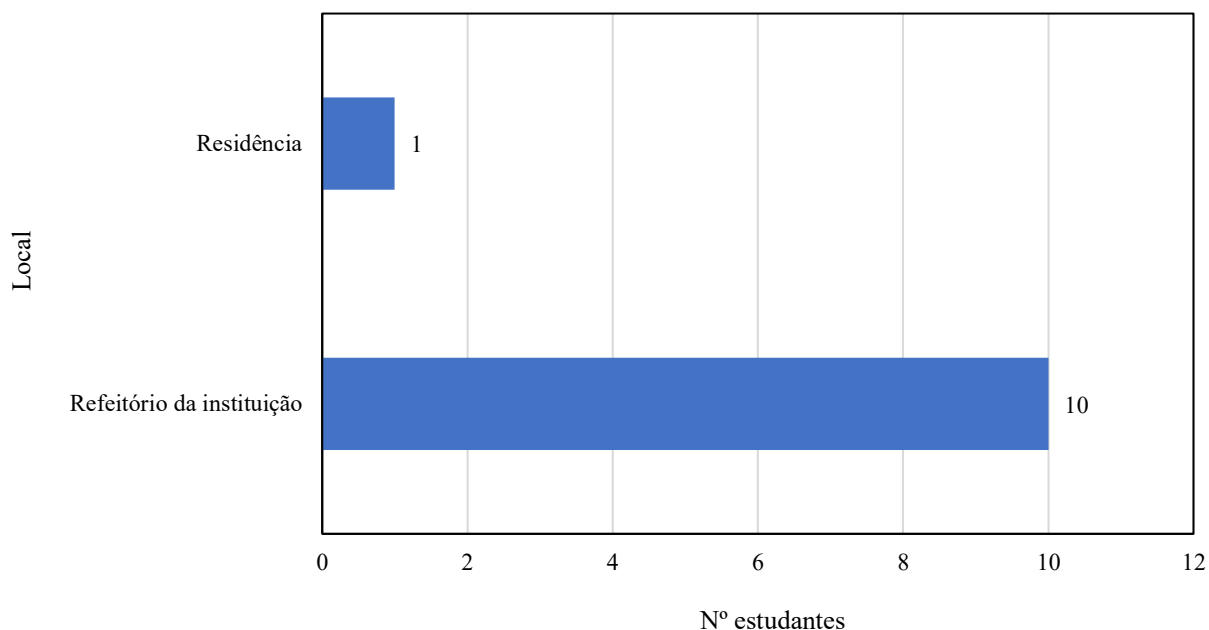
O transporte ao IF Rio Pomba, além de necessário devido as peculiaridades já apresentadas, significa proteção para o estudante, principalmente para o público pesquisado, que são adolescentes.

Considerando que os estudantes do curso técnico integrado passam o dia na instituição, outro fator importante a ser considerado é o local utilizado por eles para realizarem as principais refeições, conforme a Figura 28.

A Figura 28, elaborada a partir do questionário respondido pelos estudantes, evidencia que o refeitório institucional do Campus Rio Pomba é o local principal de realização das refeições do estudante nos períodos que este encontra-se na escola, o que coaduna também com os dados dos estudantes pesquisados, que são atendidos pela modalidade de alimentação da assistência estudantil, no qual 10 dos 11 estudantes são atendidos desde o primeiro ano na instituição com o auxílio alimentação, sendo o estudante que não utiliza o refeitório tendo

optado por não participar da modalidade de alimentação, pelo fato de utilizar do horário de almoço para o descanso em sua residência próximo a instituição.

Figura 28 – Local que utiliza para realizar as principais refeições na instituição



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Assim como a alimentação e o transporte, outras modalidades do programa de assistência estudantil também compõem as modalidades de atendimento ao estudante, estando presente na trajetória dos estudantes pesquisados ao longo dos anos de 2022 a 2024, conforme o Quadro 11.

Dentre as modalidades do Programa de Assistência Estudantil que o estudante é atendido dentre os anos 2022 a 2024, as modalidades de alimentação e manutenção são as predominantes, sendo a alimentação fornecida de forma contínua a partir do momento em que o estudante é selecionado por meio do edital do Programa de Atendimento aos Estudantes em Baixa Condição Socioeconômica e a manutenção por meio de seleção anual.

Destaca-se que há continuidades e discontinuidades no atendimento das modalidades cuja seleção ocorre anualmente como a manutenção, transporte, uniforme e material didático, pois dependem de passar por nova seleção socioeconômica, podendo ser contemplado na primeira chamada ou chamadas posteriores e ainda quando da perda de prazos dos envios dos documentos comprobatórios previstos no edital do programa de atendimento aos estudantes em baixa condição socioeconômica.

Quadro 11 – Modalidades do Programa de Assistência Estudantil que o estudante foi atendido dentre os anos 2022 a 2024

	Alimentação	Manutenção	Moradia	Transporte	Uniforme	Material Didático
Estudante 1	X	X		X	X	X
Estudante 2	X	X				
Estudante 3	X	X			X	X
Estudante 4	X	X		X	X	X
Estudante 5		X	X		X	
Estudante 6	X	X			X	
Estudante 7	X	X		X	X	X
Estudante 8	X	X				
Estudante 9	X	X		X	X	X
Estudante 10	X	X			X	X
Estudante 11	X	X				

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.4. Desempenho dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Zootecnia

O desempenho escolar, pode constituir-se como recurso que potencializa novos processos proximais (como maior reconhecimento docente ou ampliação de oportunidades acadêmicas), mas também é resultado de interações anteriores já vivenciadas pelo estudante.

Buscando identificar se haviam diferenças significativas de desempenho acadêmico entre os estudantes atendidos e os estudantes que não são atendidos pela Política de Assistência Estudantil na turma que ingressou no curso Técnico Integrado em Zootecnia no ano de 2022, foi analisado o Coeficiente de Rendimento (CR) dos estudantes.

Conforme os relatórios do Siga A utilizados para o cálculo do coeficiente de rendimento dos estudantes do curso de Zootecnia, no primeiro ano os estudantes cursaram dezesseis (16) disciplinas; no segundo ano os estudantes cursaram dezesseis (16) disciplinas e no terceiro ano, os estudantes cursaram quinze (15) disciplinas mais o estágio. O número de disciplinas inclui as disciplinas do eixo básico, eixo articulador e eixo tecnológico, e são ministradas em período integral (manhã e tarde).

Dessa forma, o Coeficiente de Rendimento de cada ano letivo foi calculado a partir da soma das notas das disciplinas de cada ano e depois dividido o resultado pelo número de

disciplinas cursadas, ou seja, a partir da média aritmética das notas obtidas em cada ano pelos dois grupos.

Para o cálculo, foram considerados os 19 (dezenove) estudantes concluintes do curso, tendo em vista que devido as evasões, desistências e reprovações, alguns estudantes possuem descontinuidades em suas notas, impossibilitando o devido cálculo das médias para acompanhamento nas três séries analisadas. Dos 19 estudantes concluintes, 9 (nove) estudantes são atendidos pela Política de Assistência Estudantil (PAE) e 10 (dez) estudantes não são atendidos pela PAE.

As notas dos estudantes em cada disciplina cursada, segundo o Regulamento Acadêmico dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (RAT)⁵³ do IF Sudeste MG, é o resultado da média aritmética dos trimestres expresso em notas graduadas de zero (0) a dez (10) pontos, com um algarismo após a vírgula. E para aprovação, o discente deve ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), e nota igual ou superior a 6,0 (seis), no conjunto das avaliações ao longo do período letivo.

A Tabela 5 apresenta o comparativo do Coeficiente de Rendimento (CR) dos estudantes pesquisados em relação aos demais estudantes da turma.

Tabela 5 – Comparativo do Coeficiente de Rendimento (CR) dos estudantes pesquisados em relação aos demais estudantes da turma

Ano letivo	Série	Média das notas de conclusão dos estudantes (Coeficiente de Rendimento-CR)	
		Que recebem os auxílios da assistência estudantil	Que não recebem os auxílios da assistência estudantil
2022	1º ano	6,79	7,34
2023	2º ano	7,00	7,28
2024	3º ano	7,53	7,84

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SIGAA (2025).

Pelos dados apresentados na Tabela 5, nota-se um aumento do CR dos estudantes atendidos pela PAE do 1º para o 2º ano, de 3,1%. Já do 2º para o 3º ano, houve um aumento de 7,6% no CR. E do 1º para o 3º ano, observa-se um aumento de 10,9%.

⁵³ Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/unidades/sjdr/diretorias-sistemicas/ensino/coordenacao-geral-de-assistencia-estudantil/publicacoes/regulamento-academico-dos-cursos-tecnicos-rat.pdf/view>. Acesso em 31 mar. 2025.

Os estudantes que não são atendidos pela PAE apresentam CR superior aos estudantes atendidos desde o 1º ano, diminuindo no 2º ano e aumentando no 3º ano. No entanto, ao final do 3º ano, o CR dos estudantes atendidos pela PAE e o CR dos estudantes não atendidos pela PAE são muito próximos, com diferença de 4,1%.

Portanto, ainda que os estudantes atendidos pela PAE tenham acumulado um CR menor no 1º ano, o que pode ser devido a dificuldades e defasagens de anos anteriores, estes conseguiram melhorar o desempenho ao longo dos anos, o que pode ser explicado pelas mudanças de comportamento, mais adaptação ao novo contexto e as novas demandas, e maior engajamento nas atividades.

Para Bourdieu o desempenho escolar está profundamente ligado às desigualdades sociais e culturais, pois,

[...] os alunos não são indivíduos abstratos que competem em condições relativamente igualitárias na escola, mas atores socialmente constituídos que trazem, em larga medida incorporada, uma bagagem social e cultural diferenciada e mais ou menos rentável no mercado escolar. O grau variado de sucesso alcançado pelos alunos ao longo de seus percursos escolares não poderia ser explicado por seus dons pessoais – relacionados à sua constituição biológica ou psicológica particular –, mas por sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares (Nogueira; Nogueira, 2002, p. 18).

Os estudos de Miranda (2018) ressaltam a importância de estar atento ao papel da escola e dos profissionais que nela atuam diante das desigualdades sociais e educacionais dos estudantes pobres, uma vez que, entendimentos equivocados sobre os reais motivos que levam a evasão de estudantes em condições econômicas, sociais e culturais menos favorecidos, podem contribuir para a culpabilização das famílias e dos estudantes por seu fracasso escolar, e a crença de que a Política Social é para o aluno pobre “desinteressado” seria um desperdício-discriminação (macrossistema).

Bourdieu (2015) também alerta sobre os mecanismos que contribuem para a eliminação dos estudantes desfavorecidos. As famílias transmitem aos filhos um certo capital cultural e um ethos (sistema de valores implícitos e interiorizados), que influenciam e contribuem para definir as atitudes face ao capital cultural e a instituição escolar, dentre outras coisas.

Para Bourdieu, o variado grau de sucesso escolar dos alunos não se pode explicar apenas por seus dons pessoais “relacionados à sua constituição biológica ou psicológica particular –, mas por sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis diante das exigências escolares” (Nogueira; Nogueira, 2002, p. 18).

E a escola ao valorizar os códigos culturais da classe dominante, estaria contribuindo para a reprodução social: estudantes oriundos de famílias com baixo capital cultural teriam mais dificuldade e enfrentariam mais desafios para se adaptar ao ambiente escolar, enquanto outros provenientes de famílias com maior capital teriam mais facilidade na escola por já crescerem em ambientes, nos quais os saberes valorizados pela escola fazem parte do seu cotidiano, como acesso a livros, bibliotecas, museus, viagens, etc, favorecendo o desempenho e aprendizagem dos conteúdos escolares.

Por isso, a importância de uma análise mais ampla acerca de ações que visem a equalização das diferenças econômicas, sociais, culturais e educacionais, por meio de políticas públicas que proporcionem o acesso e a permanência estudantil. Para Bourdieu e Passeron,

Cada progresso no sentido da explicitação das exigências recíprocas de alunos e professores, bem como da organização dos estudos para permitir que os estudantes desfavorecidos possam superar suas desvantagens, é um avanço em direção à igualdade de condições no interior da escola (Catani *et al.*, 2017, p. 221).

Nesse sentido, cabe a escola e seus profissionais, que reconhecendo as desigualdades educacionais provenientes da desigualdade social existente em nossa sociedade, também tenham uma atuação que não contribua com a perpetuação da reprodução social, mas que sejam protagonistas de uma educação transformadora para os que mais precisam da escola.

Outro fator que deve ser considerado quando se pensa em permanência é o desempenho estudantil, que também é causa de evasão de estudantes que não conseguem se desenvolver de forma satisfatória, apontado como uma das principais causas de desistência do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio (Cruz, 2021).

Assim, uma das formas de recompor possíveis lacunas da aprendizagem e ser favorável à permanência dos estudantes menos favorecidos seria prepará-los para essa transição do ensino fundamental para o ensino médio.

Nesse contexto, o Ministério da Educação, por meio da Portaria MEC nº 1.169, de 2 de dezembro de 2024, instituiu o Programa Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades para acesso de estudantes da rede pública de ensino à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica- Partiu IF⁵⁴, que acontecerá por meio de curso destinado ao público

⁵⁴ O Programa Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades para o acesso de estudantes da rede pública de ensino à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Partiu IF tem como objetivo o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais na educação, por meio da oferta de aulas e atividades voltadas para a recuperação das aprendizagens de estudantes do com foco nos particularmente sofridas pelos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental que cursaram integralmente a educação na rede pública de ensino, negros, quilombolas, indígenas ou que tenham deficiência e renda familiar per capita de até um salário-mínimo. O Partiu IF está articulado a um conjunto de outros programas do MEC, voltados à equidade na educação, e tem

com histórico de vulnerabilidade social (público-alvo da Lei 12.711/2012- Lei de Cotas, alterada pela Lei 14.723/2023).

Esse programa além de preparar um grupo de estudantes dos 9º anos do Ensino Fundamental para o ingresso no Ensino Médio Integrado, que seria uma forma de aumentar as chances desse público de ingressar em uma instituição pública federal, pode possibilitar uma transição mais tranquila do estudante para o IF, tendo em vista que os conteúdos trabalhados no programa podem contribuir para novas possibilidades de aprendizagem, favorecendo a permanência e êxito no curso.

Lahire (1997), nos seus estudos sobre casos de sucesso escolar nos meios populares, revela que ainda que o meio de origem exerça forte influência sobre as disposições e práticas dos indivíduos, ele não as determina de forma absoluta, pois mesmo em contextos de desvantagens, alguns jovens das camadas populares conseguem trajetórias escolares diferenciadas daquelas que seriam socialmente esperadas, fruto de experiências de socialização diversas que favorecem a incorporação de novas disposições escolares, acrescidas de apoios familiares, institucionais ou relacionais, possibilitam o sucesso educacional.

5.5 Informações das famílias dos estudantes pesquisados

Considerando a família como um sistema no qual os membros se influenciam mutuamente e são influenciados pelos contextos nos quais estão inseridos e fatores externos, os dados apresentados contribuem para que se possa compreender melhor as características

como objetivo contribuir para a igualdade de oportunidades de estudantes que irão cursar o ensino médio, nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da oferta de aulas e atividades voltadas para a recuperação de aprendizagens de estudantes. Estão sendo ofertadas 26 mil vagas em 2025. Inicialmente, o Partiu IF terá uma turma por campi, com 40 alunos cada. Desde agosto de 2024, está sendo ofertada uma turma como projeto piloto no IFsuldeminas. O Partiu IF é financiado integralmente com orçamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), para o qual são destinados 115.803.116 reais para o ciclo 2024-2025. O programa tem dois eixos de formação: Ciclo Básico e Formação Suplementar. O primeiro é formado por três componentes curriculares: linguagem, matemática e ciências naturais. As habilidades e competências a serem recompostas no ciclo estão articuladas ao currículo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que aderirem ao programa. Além disso, no ciclo básico, serão ofertadas oficinas de redação. A formação suplementar possui atividades voltadas ao acompanhamento psicopedagógico dos estudantes, monitoramento do progresso acadêmico e emocional dos participantes, orientação individual e/ou em grupo para abordar desafios específicos e construção de atividades que visam à construção de um ambiente comunitário. A carga horária total é de 160 horas. O programa concederá auxílio à permanência dos estudantes de 200 reais por 8 meses. O período de recebimento do apoio à permanência está relacionado ao começo do curso e ao período de realização de processos de entrada. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/partiu-if/como-funciona>. Acesso em: 8 abr. 2025.

peculiares de cada família, assim como a forma de organização, funcionamento, configurações e dinâmicas familiares.

As informações referentes aos familiares dos participantes, apresentados no Quadro 12, indicam que, em relação à escolaridade das mães dos estudantes pesquisados, há prevalência do Ensino Fundamental II incompleto.

Quadro 12 – Dados dos familiares dos participantes

Estudantes	Idade (anos)	Escolaridade
Estudante 1 (E1)	Mãe 48 Padrasto 37	Mãe: Fundamental Completo Padrasto: Ensino Médio Incompleto
Estudante 2 (E2)	Mãe 57 Pai 60	Mãe: Fundamental I Completo Pai: Fundamental II Incompleto
Estudante 3 (E3)	Mãe 43 Pai não informado	Mãe: Superior Incompleto Pai: não informado
Estudante 4 (E4)	Mãe 43 Pai 47	Mãe: Fundamental II Incompleto Pai: Fundamental II Incompleto
Estudante 5 (E5)	Mãe 43 Pai 53	Mãe: Ensino Superior Completo Pai: não informado
Estudante 6 (E6)	Mãe 47 Pai não informado	Mãe: Ensino Superior Completo Pai: Fundamental I Incompleto
Estudante 7 (E7)	Mãe 35 Pai 43	Mãe: Fundamental II Incompleto Pai: Fundamental I Incompleto
Estudante 8 (E8)	Mãe 40 Pai 44	Mãe: Ensino Médio Completo Pai: Fundamental II Incompleto
Estudante 9 (E9)	Mãe 46 Pai 56	Mãe: Fundamental II Incompleto Pai: Fundamental I Incompleto
Estudante 10 (E10)	Mãe 45 Pai 56	Mãe: Fundamental I Incompleto Pai: Fundamental I Incompleto
Estudante 11 (E11)	Mãe 43 Pai 45	Mãe: Ensino Médio Completo Pai: Fundamental II Incompleto

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Já em relação à escolaridade dos pais dos estudantes pesquisados há predominância da escolaridade do Ensino Fundamental I Incompleto.

Os dados sobre a formação educacional dos pais demonstram o papel estratégico da educação na ampliação do acesso a bens simbólicos, materiais e culturais, sobretudo entre os segmentos populares. Para os estudantes, é uma possibilidade de vislumbrar novas e, por vezes, improváveis realidades, promovendo a abertura a novos horizontes e oportunidades, mas também a de suas famílias, que se beneficiam indiretamente por meio dos filhos.

Para Carvalho Junior, Xavier e Ferreira (2022), a partir de uma pesquisa abrangente, cujo objetivo era compreender os benefícios econômicos e simbólicos obtidos pelos egressos

cotistas, considerando mudanças de vida pessoal, familiar e comunitária e comparando com a situação de egressos não cotistas, obteve como resultado que o ensino superior exerce um impacto mais significativo na inserção profissional dos egressos cotistas do que na dos não cotistas, promovendo melhorias na vida de ambos os grupos; porém observa-se que os efeitos positivos são mais intensos entre os cotistas, no qual as mudanças mais significativas são observadas tanto na condição de vida individual quanto nos reflexos positivos na família e na comunidade de origem.

Apesar de se tratar de uma pesquisa no contexto da educação superior, ressalta-se que quanto mais precocemente os estudantes forem acompanhados, desde as etapas iniciais da formação educacional, mas principalmente ainda no ensino médio, maiores são as possibilidades de transformação em suas trajetórias escolares, profissionais e sociais.

Para Bourdieu os diferentes tipos de capital, econômico (composto por bens e recursos econômicos), social (relações sociais influentes), ou seja, economicamente úteis ou na forma de benefícios simbólicos- *status* ocupacional) e cultural (conhecimento, comportamentos, informações e valores) influenciam diversos aspectos do desenvolvimento do indivíduo. Para o autor, as camadas populares se caracterizam como grupos sociais de baixo capital econômico, cultural e social, e conseqüentemente oportunidades limitadas de mobilidade social, sendo a educação a possibilidade que esse grupo teria de almejar melhores condições de vida (Bourdieu, 2015).

O Quadro 13 apresenta o perfil socioeconômico das famílias dos estudantes participantes, considerando a situação de trabalho e suas respectivas ocupações profissionais.

Em relação a situação de trabalho atual das mães, 03 trabalham com atividade rural, 02 trabalham na economia informal, 02 recebem auxílio-doença, 02 são servidoras públicas e 02 não trabalham com atividade remunerada.

Já em relação a situação atual de trabalho dos pais, 06 trabalham com atividade rural, 02 trabalham como autônomo ou profissional liberal, 01 trabalha com carteira assinada e 02 não foi informado esse dado.

Dentre as ocupações profissionais destacam-se ocupações em atividades manuais mais simples, em áreas como serviços gerais, construção civil e agropastoril, com prevalência da ocupação de lavrador (a). Tais ocupações, em sua maioria, além de baixos rendimentos, se caracterizam por vezes por instabilidade laboral, influenciando o sistema familiar no acesso a bens materiais e simbólicos.

Quadro 13 – Perfil socioeconômico das famílias

Estudantes	Situação de trabalho atual		Ocupação profissional	
	Mãe	Pai/ Padrasto	Mãe	Pai/Padrasto
Estudante 1	Trabalha na economia informal	Trabalha com atividade rural	Manicure	Lavrador
Estudante 2	Não trabalha	Trabalha como autônomo ou profissional liberal	Do lar	Pedreiro
Estudante 3	Recebe auxílio-doença/trabalha com carteira assinada	Não informado	Secretária	Não informado
Estudante 4	Trabalha na economia informal	Trabalha como autônomo ou profissional liberal	Diarista	Manutenção máquinas de ração
Estudante 5	Servidor Público	Trabalha com atividade rural	Jardineira	Lavrador
Estudante 6	Servidor Público	Não informado	Professora	Cozinheiro
Estudante 7	Recebe auxílio-doença	Trabalha com carteira assinada	Faxineira	Frentista
Estudante 8	Trabalha com atividade rural	Trabalha com atividade rural	Lavradora	Lavrador
Estudante 9	Trabalha com atividade rural	Trabalha com atividade rural	Lavradora	Lavrador
Estudante 10	Trabalha com atividade rural	Trabalha com atividade rural	Lavradora	Lavrador
Estudante 11	Não trabalha	Trabalha com atividade rural	Do lar	Lavrador

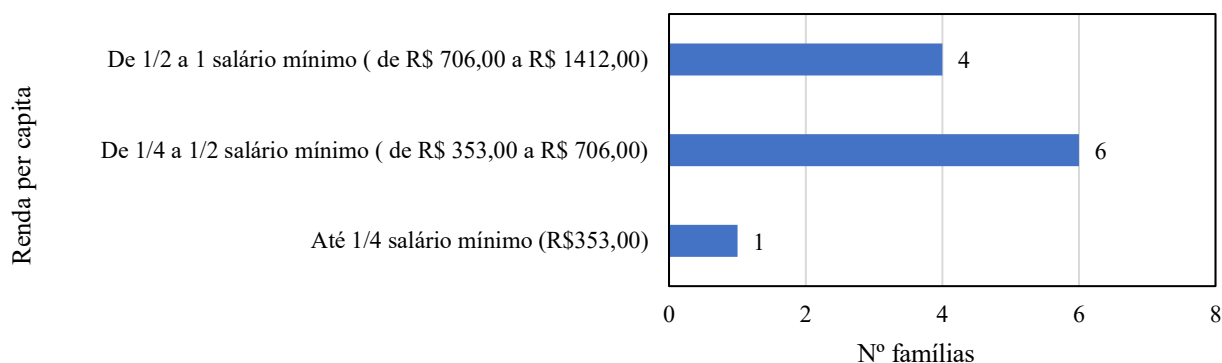
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa (2024).

A renda familiar também é um elemento imprescindível na análise socioeconômica, pois, juntamente com os demais dados, reflete as condições de vida da família, desde o acesso a serviços como saúde, educação, lazer, condições para suprir as necessidades básicas, a mais oportunidades e mais qualidade de vida.

A Figura 29 evidencia uma predominância de rendas inferiores a um salário mínimo, com baixa renda, as famílias vivem com recursos limitados, concentrando-se na faixa de até meio salário mínimo por pessoa, que também estão inseridas em outros programas sociais governamentais, conforme o Quadro 14.

As condições sociodemográficas e socioeconômicas referem-se ao conjunto de características que situam os indivíduos e suas famílias no espaço social, abrangendo aspectos como renda, composição familiar, situação de moradia e acesso a políticas públicas.

Figura 29 – Renda mensal bruta per capita familiar apresentada pelos estudantes



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa (2024).

Quadro 14 – Condições sociodemográficas e socioeconômicas das famílias

Estudantes	Nº de pessoas na residência da família	Pessoas que residem na casa	Situação da moradia	Localização da moradia	Membro da família inscrito(a) no CAD Único do Governo Federal e atendido por programas sociais
Estudante 1	03	Mãe; padrasto; filha	Própria	Zona Rural	Sim
Estudante 2	04	Mãe; pai; filha; irmã	Alugada	Zona Urbana	Sim
Estudante 3	05	Mãe; filha; avô; avó; primo	Própria	Zona Urbana	Sim
Estudante 4	04	Mãe; pai; filha; irmã	Própria	Zona Urbana	Sim
Estudante 5	06	Mãe; pai; filha; irmão; irmã; sobrinho	Própria	Zona Urbana	Sim
Estudante 6	06	Mãe; filha; irmãs; sobrinhos	Alugada	Zona Urbana	Sim
Estudante 7	06	Mãe; pai; filha; irmãos	Própria	Zona Urbana	Sim
Estudante 8	04	Mãe; pai; filha; irmã	Própria	Zona Rural	Sim
Estudante 9	04	Mãe; pai; filho; irmã	Própria	Zona Rural	Sim
Estudante 10	03	Pai; filha; irmão	Própria	Zona Urbana	Sim
Estudante 11	03	Mãe; pai; filha	Própria	Zona Rural	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os dados apresentados apontam que um número significativo de estudantes e as suas famílias residem na zona rural, o que justifica a proximidade com o meio rural ou encontram-se em contato diário com a realidade do campo ou por meio das atividades laborais desenvolvida pelos pais.

Para Bourdieu (2003), o *habitus*, como um conjunto de disposições socialmente incorporadas, orientam percepções, práticas e expectativas. E no caso dos jovens rurais, o

habitus rural constituído por meio de condições objetivas de existência e as experiências acumuladas no interior de suas famílias, influenciam além do modo de viver, as estratégias e expectativas educacionais dos estudantes.

Considerando as diferentes configurações familiares, as famílias participantes da pesquisa são compostas por: famílias nucleares formadas pela mãe, pai e pelos filhos; família reconstituída ou recasada; famílias monoparentais⁵⁵ e extensas⁵⁶ composta por mãe, filhos, avós, primos, netos, coabitando em uma mesma casa.

Foi possível observar também que 50% dos estudantes que residem na zona rural, possuem como ponto de apoio na cidade de Rio Pomba, a casa de avós ou tios e os outros 50% moram próximos de parentes, vivendo como família extensa.

Carneiro (2002, 2006) argumenta que no contexto rural, a família tende a ser um espaço central de mediação das trajetórias juvenis, no qual a escolarização dos jovens é construída por meio de negociações permanentes, atravessadas pelas condições materiais de existência e pelas expectativas de retorno simbólico e econômico do investimento educacional. Nesse contexto, as redes familiares ampliadas, assim com as mais próximas são fundamentais para viabilizar a permanência escolar.

Assim, nota-se que não existe uma única forma ou modelo de família. Ao refletir sobre as políticas sociais — cuja lógica frequentemente tende à uniformização e à adoção de um modelo familiar considerado legítimo —, é fundamental reconhecer que tal racionalidade homogeneizadora decorre da própria estrutura macroeconômica, que busca reproduzir um padrão social.

Por isso, reconhecer a diversidade de núcleos e modelos familiares, ajuda a romper com a visão única e normativa que, historicamente, tem orientado a formulação das políticas públicas, para uma realidade mais concreta, vivenciada pelas famílias populares e rurais.

⁵⁵ A família monoparental no Brasil é prevista pelo artigo 226 da Constituição Federal formadas por um dos pais e os seus descendentes.

⁵⁶ Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2009, p. 27), art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

CAPÍTULO 6 – PERCEÇÃO DOS DISCENTES E DAS FAMÍLIAS ACERCA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

As categorias de análise foram construídas e organizadas a partir de leituras do material de pesquisa provenientes da revisão integrativa, dos questionários e entrevistas, conforme a metodologia de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin e adotada nessa pesquisa para interpretação dos dados, sendo as categorias mais amplas divididas em subcategorias que serão analisadas e discutidas com a contribuição de autores, conforme o Quadro 15.

Quadro 15 – Elementos de influência na trajetória estudantil

Categorias	Subcategorias
CATEGORIA 1 PROCESSOS DE ESCOLHA E TRAJETÓRIA ESCOLAR	Influências contextuais e redes sociais na escolha e permanência
	Identificação com o curso a partir de saberes e disposições internalizadas
	Articulação entre escolhas individuais e condições objetivas
	Forças disposicionais e fatores protetivos
CATEGORIA 2 REDE DE APOIO PESSOAL	Rede de apoio e sustentação da permanência qualificada
	Adaptação acadêmica, social e afiliação estudantil
CATEGORIA 3 CONHECIMENTO E SIGNIFICADOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Conhecimento experiencial sobre a assistência estudantil
	Ênfase nos benefícios concretos da assistência
	Efeitos da Assistência Estudantil na perspectiva discente e da família
	Relevância Material e Simbólica do PNAES
CATEGORIA 4 SISTEMAS E CONTEXTOS	Desafios e limites na efetivação do PNAES
	Lógica socializadora das famílias populares e a participação familiar na vida estudantil
	Ações institucionais, suporte acadêmico, instrumental e informacional
	Relação família-escola
	Políticas públicas que interceptam a política educacional
	Ampliação dos horizontes de possibilidades juvenis

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

6.1 Processos de escolha e trajetória escolar

Nessa categoria 1, incluem-se elementos relativos à trajetória escolar do estudante, desde às experiências escolares anteriores à forma como ocorreu a escolha do estabelecimento de ensino; a escolha do curso e o ingresso no IF Campus Rio Pomba.

A experiência escolar é descrita pela abordagem sociológica, “por uma pluralidade de racionalidades e de lógicas de ação a partir das quais os alunos fundam sua relação com a escolaridade” (Caillet, 2011, p. 392).

Por um longo período, no contexto francês, a Sociologia da Educação voltou-se prioritariamente para a análise dos fluxos escolares e para a formação das desigualdades no sistema e nas instituições de ensino, relegando a segundo plano a atenção aos próprios atores escolares. No entanto, a partir dos anos 1990, observa-se um crescimento significativo nos estudos sobre a experiência escolar, que resulta de vários fatores, tais como: a expansão do acesso à escola trouxe novos públicos para o ambiente escolar; e as mudanças e transformações de paradigmas na sociologia, que influenciadas pelas teorias da ação e da regulação da ação, passou a se interessar mais pelas concepções individuais, de como os indivíduos agem e se constituem como sujeitos (Caillet, 2011).

A experiência escolar parte do princípio metodológico de que cada aluno deve ser visto como um sujeito, que não se reduz apenas às coerções impostas a ele. Por isso, ao dar voz aos adolescentes, reconhece-se a importância da subjetividade na construção da experiência escolar e do trabalho do aluno enquanto ator. No ensino médio, as experiências se tornam mais complexas, demandando um trabalho mais intenso do ator, em relação às suas emoções, conflitos internos, necessidade de construir um “projeto”, e se encaixar em lógicas que reprimem a sua subjetividade (Caillet, 2011).

Cada aluno interpreta, reage e se engaja (ou não) segundo sua própria racionalidade, que é fruto de sua história de vida, condições socioeconômicas, influências culturais e relações com professores, colegas e familiares.

Portes (2021) é pioneiro nas pesquisas sobre trajetórias e estratégias de estudantes provenientes de meios populares do ensino superior, e destaca em seus trabalhos como esses estudantes lidam com as diversas dimensões do cotidiano acadêmico e da vida, tendo em vista que, além das demandas acadêmicas, os desafios econômicos que incluem questões como moradia, alimentação, vestuário, materiais escolares e responsabilidades familiares, são obstáculos concretos à permanência estudantil.

Os estudos de Portes (2021) a partir da experiência de estudantes de cursos seletivos da UFMG, parte de uma análise que envolve desde as experiências acadêmicas, relações com professores e colegas, utilização do tempo livre, rotina no campus e desempenho acadêmico dos estudantes, e demonstra que o acesso e a permanência no ensino superior, de estudantes de camadas populares exige apoio contínuo para superar as barreiras socioeconômicas que estes enfrentam e ratifica a importância da assistência estudantil como a liga mais relevante nesse contexto de instabilidade financeira em que os estudantes vivem.

Dessa forma, reforça-se a relevância do ensino médio técnico integrado, principalmente para jovens das classes populares, na promoção de mais possibilidades de desenvolvimento, tendo em vista, que nos IFs, os estudantes têm acesso a laboratórios, projetos de ensino, pesquisa e extensão, eventos culturais, científicos e tecnológicos, que favorecem a incorporação de disposições mais alinhadas às exigências do campo acadêmico.

6.1.1 Influências contextuais e redes sociais na escolha e permanência

As famílias das camadas populares nas escolhas educacionais e do estabelecimento de ensino, muitas vezes limitadas pelas condições socioeconômicas e pelo acesso restrito ao capital cultural e social, tendem a basear suas escolhas com base em suas necessidades práticas (Resende; Nogueira; Nogueira, 2011).

Por isso, acabam optando por escolas públicas, de “qualidade” conforme as suas percepções subjetivas ou de parentes e amigos, como é possível observar nas falas das famílias e dos estudantes.

Porque ela sempre quis estudar lá, sabe? Quando ela estudava na creche, ela foi no passeio lá. Aí na época ainda meu pai trabalhava lá, na zootecnia lá. Aí ela foi lá passeando lá, viu as vacas lá, os animais, ela ficou doida. Apaixonou ali. Tudo começou ali. Ela até falava que queria estudar lá. E quando ela tivesse, né, chegar perto dela, ter mais... Passar, né, se fosse para o primeiro ano, aí ela queria terminar lá. Até falava. (F7)

Foi que o IF é muito bem falado, né? Assim, vou sair daqui com um curso técnico. (E2)

O que me motivou a vir foi o meu vizinho, que ele estudava aqui e falou que o ensino médio era muito diferente, superior ao de Rio Pomba. Aí ele me motivou a vir pra cá. (E4)

Eu vim por conta de um amigo meu que me chamou para estar aqui. Minha família me incentivou bastante também (E5)

Ah, foi porque tem vários parentes meus que estudaram lá no IF e acham a escola muito boa... e ela sempre gostou de animais e por isso que ela escolheu o curso de Zootecnia. (F11)

É assim[...] que ela escolheu sem me contar. Depois que passou que ela me contou, entendeu? Por ter visto eu estudar aí, os tios dela, a tia, a irmã, eu acho que sim, foi um incentivo pra ela pegar e escolher o IF também. (F3)

Quando ela começou, tinha muito conhecido que estudava lá, sabe? E o IF vem aqui na escola oferecer o curso também... Eu não lembro se ela chegou a ter que fazer o processo seletivo ou se foi algumas questões que respondeu aqui na escola mesmo. Aí ofereceram o curso aqui, foi onde ela interessou. (F5)

Então, é assim, mas foi porque também ela fazendo o ensino médio e ela já saía com o técnico, né? (F8)

Além das divulgações que acontecem no período do processo seletivo para ingresso no IF, realizado nas escolas de Rio Pomba e municípios circunvizinhos, no nível exossistêmico, a maior propaganda sobre o IF surge como consequência de sua história e dos estudantes formados pela instituição ao longo do tempo de sua existência.

Além disso, em alguns casos percebe-se que os filhos, já tendo escolaridade superior à dos pais e mais experiência em virtude de serem influenciados por irmãos, parentes, amigos, que já estudaram na instituição ou influenciados por suas redes sociais, protagonizaram a escolha de estudar no IF Campus Rio Pomba, desde a inscrição no processo seletivo ao ingresso no Campus.

Bem, não foi a gente que escolheu... foi escolha dela mesmo ir para lá e a gente apoiou. Ela gosta dessa área. Então, a escolha foi por conta disso. Foi por conta dela. Quando ela falou que... Quando ela tava no nono ano, que ela falou que... Que queria fazer IFET. Aí, eu falei assim... Pode fazer... Aí que ela fez a prova, né? E passou. Foi com Deus. Foi motivada. Foi uma coisa que ela quer mesmo...porque ela queria isso. Queria esse curso, falou comigo e decidiu... (F2)

Meu primeiro sonho é que ela se formasse em uma grande escola, como o Campus Rio Pomba, os professores muito ótimos, os ótimos profissionais, meu sonho era que ela se formasse, então eu sempre tive aquele sonho. (F10)

No ano de 2021, a gente estava naquele estresse da pandemia, e ela já fazendo planos para ensino médio, né? Onde que ela ia estudar. Porque o IF, a escola federal, ela já entrou na minha família a partir do momento que eu entrei na faculdade. Então, assim, a minha sobrinha fez IFET também. Ela teve mais interesse pela área de zootecnia. E o Instituto de Rio Pomba era o mais perto do IF Sudeste, né? É o que oferece o curso e é mais perto da gente, apesar da distância. (F6)

Conforme Nogueira e Nogueira (2002, p. 24), as classes populares tenderiam “a adotar o que Bourdieu chama de “liberalismo” em relação à educação dos filhos”, na qual não há um acompanhamento tão sistemático em relação a vida escolar dos filhos, o que se percebe em

alguns discursos nos quais o filho normalmente já possui maior escolarização que os pais, o que prevalece na maioria dos casos pesquisados.

Percebe-se também através dos relatos que, ainda que a experiência em relação ao sistema educacional não tenha sido vivida diretamente pelos pais ou pelos filhos, a importância de um elemento específico do capital cultural na escolha do estabelecimento escolar seria as informações sobre a estrutura e funcionamento do sistema de ensino advindas do contato e da experiência de amigos e familiares, as quais podem orientar as decisões em relação às escolhas escolares dos filhos (Nogueira; Nogueira, 2002).

Também conforme as respostas acima, outro fator destacado pelos estudantes e famílias na escolha do IF se deve ao valor dado a instituição, como uma instituição de ensino federal de qualidade, indicando também que há um habitus cultural de buscar o IF pelo reconhecimento de seu valor na formação do estudante e as oportunidades que podem resultar dessa formação.

6.1.2 Identificação com o curso a partir de saberes e disposições internalizadas

A escolha do curso pelos estudantes pesquisados, apesar de 07 residirem em zona urbana e 04 residirem em zona rural, vincula-se ao fato do contato diário dos estudantes com a realidade rural, que mostrou-se muito presente nos contextos familiares, seja pela vivência do estudante com o meio rural ou pela convivência com os pais trabalhadores rurais, o que pode ser visto como um recurso para esse estudante no momento da escolha do curso e as suas perspectivas futuras.

Porque eu tinha muita vontade de mexer com essa área de animais, e por eu morar em cidade próxima, o IF que seria mais fácil para mim seria aqui, o IF Rio Pomba. (E2)

Ela sempre gosta de animais, né? A paixão da vida dela é animais. Olha, eu acho que isso que foi a motivação dela de escolher zootecnia. (F3)

[...] vamos pesquisar então... ela queria fazer veterinária. Quando for, né? Na faculdade, ela queria fazer veterinária. Vamos estudar os cursos que têm relação com a veterinária. E no IF de Rio Pomba tinha, né? A zootecnia. A gente acha, assim, que é mais ou menos no mesmo contexto. De mexer, de lidar com animais. Por isso, escolheu Rio Pomba. (F6)

Por causa do contato dela com fazenda. Que ela já foi criada na zona rural. Então, ela gosta muito. (F8)

Escolheu por ser mais próximo da nossa residência... desde os 12 anos, eu falava na brincadeira, que seria bom para atuar com zootecnia. Foi aí que procurou saber como funciona e tal, e bateu o martelo e disse... essa vai ser minha área, porque eu gosto da área. (F9)

A permanência também se vincula a identificação com o curso. Em se tratando de Ensino Médio Integrado a um curso técnico, é muito relevante que o estudante estabeleça identidade com o curso escolhido. Essa identificação favorece que o estudante vislumbre possibilidades concretas de aproveitamento do curso e motiva-o a engajar-se mais nas atividades e a persistir mais nos momentos de dificuldades, configurando-se também como elemento estratégico a permanência escolar.

Quando abriu a inscrição lá, aí eu estava trabalhando na época, aí a moça fez para ela a inscrição, e ela daquela inscrição dizia que conseguia, queria muito, e nós também, porque nós queríamos melhor para ela. Lá o ensino é melhor, né? Não que no ginásio seja ruim, mas lá... Era o sonho dela, porque desde quando ela foi para a creche lá, ela era pequenininha, visitar lá, ali ela panhrou um amor pelos bichos, vaca, aquilo ali, mexeu com ela. (F7)

E o curso já é uma área que eu já tinha uma ligação com esse lado da roça. E era uma coisa que eu tinha contato... o meu pai sempre...os meus avós são da roça e o meu pai trabalha em roça também. E aí eu sempre quis essa área...(E5)

Pra gente foi até uma surpresa, porque antes ela tinha muito medo de bicho. Aí a gente ficou assim, será que ela vai conseguir? Agora hoje em dia não, até posta foto com animais, tá toda inteirada, virou outra pessoa, depois de ficar lá. E a gente sabe também que o ensino médio é bem melhor do que o daqui. Se você quer fazer alguma prova depois, pra alguma coisa, aí é bem melhor do que fazer aqui. Aqui a escola é estadual.... só tem a escola estadual, que é do sexto ano ao ensino médio. Aí pra fazer outras coisas, tem que ir pra fora. Não tem jeito, né? Porque o lugar é pequeno, né? É pequeno. (F5)

Minha tia falou comigo que eu deveria entrar para lá, que lá o ensino era bom, que valia a pena, aí eu peguei e fui. Ela que fez a inscrição para mim, e eu fui para o IF. (E11)

Conforme Nogueira (2013), na perspectiva de Lahire “não há dúvida de que os indivíduos mobilizam recursos do passado para interpretarem e se orientarem nos contextos atuais”, no entanto isso justificaria parte do que constitui suas ações.

Sendo necessário entender também sobre o que motiva esses estudantes a “investirem ou a se afastarem de diferentes experiências sociais, a se sujeitarem ou resistirem às múltiplas e muitas vezes incoerentes e contraditórias tentativas de influência recebidas de seu ambiente externo” (Nogueira, 2013, s/p).

Isso contribui para entender melhor as estratégias, investimentos e o sentido atribuído as escolhas dos estudantes pesquisados.

Lahire (2017) ao propor uma sociologia à escala individual, compreende que ainda que os sujeitos sejam pertencentes a um mesmo meio social, os *habitus* vão variar conforme as interações cotidianas e as experiências de socialização em múltiplos contextos, pois,

[...] o indivíduo como produto complexo de diversos processos de socialização, força a ver a pluralidade interna: *o singular é necessariamente plural*. Pela coerência e na homogeneidade das disposições individuais pensadas nas sociologias em escalas grupais ou institucionais se substitui uma visão mais complexa do indivíduo menos unificada e portador de hábitos (esquemas ou disposições) heterogêneas e, em certos casos, opostas e contraditórias (Lahire, 2017, p. 52).

Ao considerar que o estudante é um sujeito ativo em seu meio social, este possui capacidade de por meio da incorporação de saberes escolares, mobilizar recursos simbólicos que, contribuem para a transformação das suas condições de vida e de sua família. Dessa forma, a escola atuaria como um espaço de internalização de novas disposições (pluralidade de experiências socializadoras), que favorecem a ampliação de horizontes culturais.

Moreira (2012) ao investigar as relações estabelecidas entre o currículo escolar e os saberes já internalizados pelos alunos do curso Técnico Integrado em Agropecuária do Campus Rio Pomba, que em sua maioria são jovens provenientes da zona rural, obteve como resposta que o conhecimento internalizado e apresentado pelo aluno é válido para compreensão dos conteúdos ministrados no curso, já que, não houve referência por parte dos alunos e professores a qualquer situação de conflito entre o currículo e o conhecimento empírico trazido pelo aluno, mas ao contrário houve predominância na resposta de que há uma relação de natureza complementar entre o currículo escolar e os saberes apresentados pelos alunos. E em menor proporção, que existe uma relação de aperfeiçoamento dos conhecimentos que os alunos trazem de sua origem.

Tal fato nos ajuda a entender que os estudantes do curso Técnico Integrado em Zootecnia, por suas experiências em relação ao contexto rural ao longo da vida, também podem a partir do *habitus* incorporado, terem as suas ações, pensamentos, gostos e percepções de mundo influenciadas por sua história de vida e vivências anteriores, favorecendo a continuidade da construção de um conhecimento mais significativo a partir da relação entre teoria e prática de vida, fazendo do microsistema escola, junto aos demais contextos que o estudante vive, um contexto eficaz para o seu desenvolvimento.

As relações entre os ambientes e as influências desses contextos no indivíduo, e a interação dos dois, podem possibilitar uma extensão da sua visão de mundo, para além da situação imediata (Bronfenbrenner, 1996).

Na perspectiva bioecológica, “o desenvolvimento é definido como uma mudança duradora na maneira na qual a pessoa percebe e lida com seu ambiente” (Bronfenbrenner, 2011, p. 86). Dessa forma, as mudanças que ocorrem durante a formação do estudante no IF,

associados aos demais ambientes ecológicos e as relações estabelecidas, contribuem para a forma que o estudante passa a enxergar o mundo e a forma como age nele.

6.1.3 Articulação entre escolhas individuais e condições objetivas (escolha possível)

Na perspectiva de Bourdieu, ainda que haja a democratização do acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, a existência das desigualdades sociais, culturais e as desigualdades internas do sistema de ensino continuam existindo e influenciando a trajetória dos sujeitos de meios menos favorecidos. Conforme o autor, a escola, ao valorizar determinados conhecimentos, qualidades e atributos da cultura das classes dominantes, contribui para que os estudantes de meios menos favorecidos enfrentem além de um longo processo de seleção e eliminação antes e no interior das instituições de ensino (Nogueira; Nogueira, 2002).

Nesse contexto, problematiza-se nessa subcategoria o ingresso no IF como o acesso mais a permanência dos estudantes de baixa renda, tendo em vista que vários são os fatores que impossibilitam de fato o ingresso do estudante e a sua permanência no curso. Por isso, faz-se necessário pensar também para além do acesso, a permanência do público juvenil, a partir do atendimento às demandas ligadas às condições materiais e simbólicas.

E aí a gente falou assim, ah, então vamos fazer. Vamos fazer a inscrição para o IFET de Rio Pomba. Você passando, a gente dá um jeito de te manter lá... Porque condições nós não temos, né? A gente é de uma família classe social baixa. Vamos ver, a gente vê o que vai dar para você fazer lá. Então, assim, a escolha do IFET de Rio Pomba foi isso. (F6)

Um dia vou estudar aqui, né? Ela sempre falava. Ela projetou isso. Ela falava muito com o meu pai também. Quando estivesse na idade que ela ia estudar lá, que ela gosta muito, e queria que queria. Aí, quando ela conseguiu fazer a inscrição, aí ainda ficou assim, ela é muito ansiosa com as coisas, ficou meio assim, será que consegui? Aí ela conseguiu a última vaga ainda. (F7)

As falas revelam a preocupação das famílias com a transição dos filhos para o IF, desde as dificuldades em relação ao conhecimento para aprovação no processo seletivo, às dificuldades financeiras que podem ser um obstáculo para a continuidade, demonstrando um percurso permeado de incertezas, mas também do desejo de estudar no IF.

Para Bourdieu o capital cultural, assim como a origem social são elementos que conferem a educação significados diferentes as classes mais favorecidas e as menos favorecidas. Enquanto para os mais favorecidos a educação parece ser uma aptidão natural, uma continuidade dos conhecimentos já presentes no meio familiar, devido a afinidade das exigências escolares com os *habitus* de certas classes; e para as famílias e estudantes menos

favorecidos a escola é vista numa perspectiva mais desafiadora, difícil de alcançar, por estar distante da realidade dos grupos familiares caracterizados por baixo capital cultural e econômico (Nogueira; Nogueira, 2002).

Para Bourdieu, a família ocupa um lugar central na reprodução das relações sociais, pois dela espera-se que atue como transmissora de uma herança cultural, mais ou menos próxima da cultura escolar legítima, e como agente de naturalização desse processo, invisibilizando os mecanismos de exclusão historicamente operantes na sociedade capitalista (Catani *et al.*, 2017).

Esse contexto, revela que o familismo, uma ideologia que se ancora em valores do macrossistema como meritocracia, responsabilização moral das famílias e crença no esforço individual, atua desconsiderando os condicionantes estruturais das desigualdades, desvinculando o êxito acadêmico das condições materiais, sociais e simbólicas que estruturam os percursos escolares.

Essa lógica, analisada à luz da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner, revela que o macrossistema, que engloba valores culturais, estruturas econômicas e ideologias sociais, se reverberam e influenciam os demais contextos, como os microssistemas família- escola e consequentemente o desenvolvimento do indivíduo, que não depende apenas do esforço individual ou do apoio familiar, mas também de políticas públicas que considerem as desigualdades estruturais e promovam a equidade no acesso e na permanência estudantil.

6.1.4 Forças disposicionais e fatores protetivos

Essa subcategoria permeia os discursos das famílias e dos estudantes entrevistados que, mesmo diante dos desafios e dificuldades ao longo da trajetória escolar, conseguiram dar continuidade ao curso. Considerando que, no ano de 2022, o curso Técnico Integrado em Zootecnia do Campus Rio Pomba iniciou com 33 estudantes matriculados e, em 2024, conta com 20 matrículas ativas na mesma turma, torna-se relevante analisar os elementos que contribuíram para a permanência daqueles que seguiram no percurso formativo.

As falas dos estudantes e familiares parecem evidenciar não apenas uma força pessoal ou motivação intrínseca, mas a presença de fatores protetivos pessoais e contextuais, que favoreceram a continuidade da trajetória escolar, mesmo diante de adversidades.

A persistência observada, portanto, pode ser compreendida como resultado da sinergia entre características disposicionais dos estudantes e condições objetivas de apoio, como o

suporte familiar, institucional e material, configurando um processo de permanência sustentado por interações significativas ao longo do tempo.

Desse modo, é muito relevante reconhecer o efeito protetivo das redes de apoio familiar e social nos processos de adaptação, transição e nas situações de estresse e enfrentamento de adversidades (Brito; Koller, 1999).

Nesse contexto, a escola, assim como os vínculos estabelecidos podem funcionar como espaço de proteção e desenvolvimento.

Ela nunca falou de desistir. Mas ela sempre fica assim... Ela se cobrou demais. As notas. Por estar em outra cidade. Por ela saber: Que a gente faz um sacrifício. Para estar realizando o sonho dela. Que é estudar e continuar. Ela se cobra muito. A questão de nota. Mãe, eu estou ruim, mas no primeiro ano foi pior, no segundo, ela foi um pouco mais tranquila. Ela nunca falou em desistir... (F6)

Quando chega o finalzinho do... Não sei se do trimestre. Como é que é lá. Então, aí ela fica louca. Fica doida. Aí ela fica sempre com esse medo. Mas passou. Conseguiu. Ela que fica muito ansiosa. Aqui, não é igual lá. Lá é bem mais... Pega bem mais firme. Tem bem mais conteúdo. Aí... Tem um pouco de dificuldade. Mas nunca falou em desistir, não. Só reclama de aperto assim...(F5)

Lá não chega fácil... mas ela nunca pensou em desistir, não... (F2)

Terceiro ano, está acabando...Nossa... Os meninos não gostam muito de escola não, mas ela... ela é doida na escola. E ela chega, ela estuda, e quando tem prova, a gente deita, vai dormir, às vezes, levanta, vai no banheiro, ela está sentada com a luz acesa ali, nos livros. (F7)

Ela é muito esforçada, estuda muito, quer continuar os estudos, e sabe o que quer, e corre atrás, ela gosta da área da saúde. (F4)

As falas ratificam o reconhecimento das famílias quanto à resiliência dos filhos tanto em relação a forma como lidam com os desafios como a mudança de cidade, escola nova e demandas diversas quanto em relação ao interesse e esforço do filho diante dos demais.

Eu me sinto bem com a turma que eu estou agora. São pessoas que conversam comigo. Eu sou na minha, tipo assim, eu sou muito tímida também. Más são pessoas que, se eu chegar perto, conversam, entendeu? A minha outra turma não era assim. Ninguém conversava, ninguém tinha interesse de conversar com ninguém. (E11)

Para Bronfenbrenner e Morris (1998), as características da pessoa como crenças, objetivos, motivação, persistência, temperamento, etc, vão influenciar e dar forma ao desenvolvimento da pessoa, tendo em vista que podem impulsionar ou inibir o envolvimento nos processos proximais.

No caso da estudante 11, percebe-se que na turma atual ela se sentiu mais acolhida e lidou melhor com a timidez, as interações e o envolvimento da estudante com as atividades ocorreu de forma mais proveitosa, favorecendo seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Entretanto, na turma anterior, os processos proximais mostraram-se limitados em razão da reduzida interação entre os colegas. Quando tais interações ocorriam, não eram percebidas de forma positiva, o que restringia as oportunidades de desenvolvimento naquele contexto. Esse cenário foi associado, em alguns momentos, a sentimentos de desmotivação e isolamento.

6.2 Rede de apoio pessoal

Poder contar com uma rede de pessoas relevantes durante o curso, como os amigos, família, professores, servidores e outros, através de uma rede apoio, seja para contar com apoio emocional ou para compartilhar conhecimento, explicações, trocar experiências, assim como os serviços de orientação estudantil são muito importantes para superar os desafios e serem motivação para a continuidade dos estudos. Esses e outros aspectos relacionados as interações e processos proximais são abordados na **categoria 2**.

6.2.1 Rede de apoio e sustentação da permanência qualificada

Percebe-se o quão importante se fazem todos os tipos de apoio, seja ele acadêmico, social, emocional, conforme relatado pelos estudantes.

Minha irmã, que conversou muito comigo e um que estuda comigo, que é um amigo meu, que estuda com a gente, que foi importante para eu estar continuando. (E2)

Quando eu entrei, foi tudo novo, né? Eu gostei, eu não pensava em desistir. O meu problema era a sala. Eu não convivia bem com as pessoas da sala de aula. Eu não conversava, eu não interagia. E eram as pessoas que não me faziam bem. Então, eu me sentia cansada. Às vezes, eu não queria estar lá. Ai depois que eu mudei de sala, mudou demais, tipo assim... É outra coisa. Eu falo com a minha mãe, que foi a melhor coisa... eu ter mudado de sala, por conta da turma. Então, é totalmente diferente. Agora que eu acostumei, agora que eu tenho vontade de aprender mesmo, de eu estar ali com a turma, agora eu adaptei. (E11)

[...] agora ela tem colegas que ajuda ela, aí ela tá gostando mais... (F11)

As adversidades relatadas pela estudante (E11) e por sua família (F11) foram amenizadas a partir do momento que a estudante encontrou apoio nos colegas e nos novos amigos, fazendo com que a rotina escolar se tornasse menos difícil e mais propícia ao seu desenvolvimento.

O estabelecimento desses vínculos mobilizaram a estudante ao desenvolvimento de atividades no seu meio físico, social e simbólico (Diniz; Koller, 2010), uma vez que, ela se mostrou mais motivada a participar das atividades escolares e se dedicar mais aos estudos, impulsionando-a a iniciar seu estágio e vivenciar outras realidades como o mundo do trabalho, que possibilitaram ainda mais engajamento e satisfação da estudante com o curso e as suas escolhas, o que evidencia a importância dos processos proximais no microsistema e seu papel na motivação e no desenvolvimento, conforme propõe Bronfenbrenner.

A minha família não deixa eu desistir, não, e minha madrinha que trabalha lá, não deixa eu sair, não. (E1)

Dependendo do professor, a gente vai num colega que a gente sabe que entendeu mais do que a gente, que pode ajudar um pouquinho no entendimento. Mas, no mais, assim, a maioria dos professores explicam fora de hora, tipo assim, se a gente tiver dúvida, deixa mais, atende. (E5)

As meninas daqui são muito acolhedoras, eu adoro elas, são demais. Eu acolhi elas como as irmãs que não são da mesma mãe. Nossa, é uma afinidade muito boa com o pessoal da sala. Agora, né, porque lá trás a gente não era tão próximo, não. Mas agora tem uma rede de apoio boa, de amigos. (E6)

Porque aí, às vezes, se falta alguma coisa... Aí, a gente até ajuda ela, sabe? Igual ela vai fazer... formar? Então, vai ter que tirar foto, esses negócios. Aí, ela até pediu ... Aí, dessa vez, ela pediu para o pai dela, para ele comprar a bota para ela. Porque ela quer tirar foto, né? E a dela está muito ruim... (F7)

Meus amigos me ajudam a nunca me sobrecarregar com as matérias e me ajudam a ter um dia mais leve... (E3)

Dentre os tipos de apoio percebidos pelo estudante, destaca-se: o apoio de irmãos mais velhos cujo conhecimento e experiência foram facilitadores nos momentos de dificuldade, com destaque para a posição ocupada pelo indivíduo na fratria, ou seja, a sua ordem de nascimento entre os irmãos, no caso de irmãos mais novos incentivados e acompanhados por irmãos mais velhos; o apoio de professores e servidores da instituição por meio do acolhimento, escuta e motivação; de amigos que colaboraram nos aspectos emocional, social e no entendimento de conteúdos e da família no suporte emocional, financeiro, encorajamento, aconselhamento e cuidados.

Os professores dão muito apoio e são muito solidários, não são todos, mas a maioria sim. (E7)

Com certeza, tive professores que sempre não me deixava desanimar e servidores do técnico em zootecnia, da área de zootecnia que me ajudaram e me deram muita oportunidade na área. (E10)

Tive um professor que me motivou mesmo a ficar no IF, professor de História... Ele deu aula para mim no primeiro ano, eu já tinha uma conversa com ele, ele já sabia que eu era tímida, eu falava com ele... Então, ele sempre conversava comigo, tinha

um carinho por mim... Então, foi o professor que eu mais gostei e me ajudou... Ele foi pra outro Ifet, não está dando aula mais pra mim...(E11)

A relação professor estudante foi destacada como positiva para o desenvolvimento da estudante, pois o professor para além de sua atuação docente, estabeleceu formas de interação que foram fundamentais para auxiliar que a estudante permanecesse na instituição, demonstrando a importância do afeto nas relações enquanto elemento essencial na efetividade dos processos proximais.

A identificação do afeto ocorreu a partir dos próprios relatos dos estudantes e familiares, que evidenciaram atitudes de acolhimento, escuta atenta, preocupação com o desempenho acadêmico, disponibilidade para o diálogo e acompanhamento diante das dificuldades enfrentadas. Essas manifestações, descritas nas narrativas como experiências de cuidado, apoio e incentivo, foram analisadas à luz do referencial teórico adotado e compreendidas como expressões de vínculo afetivo no contexto escolar.

Nesse sentido, o afeto é compreendido como elemento relacional que sustenta e qualifica os processos proximais. Conforme destacam Diniz e Koller (2010, p. 65), ao longo das etapas da vida, “o afeto foi descrito como um dos fatores que asseguram a continuidade do processo desenvolvimental” e como componente central na superação de mudanças.

Sendo o afeto um elemento que traz estabilidade no processo de desenvolvimento, destaca-se a importância das relações afetivas para o fortalecimento das capacidades de adaptação às diferentes exigências do percurso escolar.

6.2.2 Adaptação acadêmica, social e afiliação estudantil

As autoras Ganam e Pinezi (2021) apontam a importância da perspectiva simbólica, que contemple os sentidos, as interações e a afiliação estudantil, como sendo muito relevante à permanência. Por isso, a constituição dos processos de pertença perpassa pelas relações constituídas com os outros, mas também pela satisfação com a sua própria capacidade, empenho, participação e engajamento nas atividades estudantis.

Dessa forma, os processos que tratam das relações de pertencimento, participação política, como me sinto na relação com o outro, e as dificuldades e desafios encontrados na trajetória foram abordados pelos pesquisados.

No início, até acostumar, porque aqui eu estava acostumada com 8 ou 10 matérias. Quando foi para lá 17 matérias, e o dia todo estudando, nos primeiros meses ela teve um pouco de dificuldade, mas depois tirou de letra. (F3)

Ao se relacionar com outras pessoas, ideias, contextos, demandas e perspectivas diferentes, o estudante que de imediato não possuía o hábito de estudar, aos poucos passou a incluir o hábito do estudo em sua rotina diária, indicando que os indivíduos enquanto seres ativos, podem ter seus *habitus* influenciados, ocasionando a abertura a novas formas de ação, como no caso relatado pelo estudante.

Aqui é bem mais puxado. A rotina, muitas matérias a mais, né? A cobrança aqui é bem mais pesada. E quando eu entrei aqui, nossa, passei apertado demais. Quase repeti, porque eu não estava acostumada com a rotina, até me adaptar. Entrei aqui logo depois da pandemia, não estava estudando nada. Foi, nossa, muito difícil, mas agora... (E2)

A rotina é muito cansativa. Foi difícil pra acostumar a estudar. Porque quando você sai, você sai da escola pública, aí era... devia ser oito, nove matérias. Aí a gente passou pra dezoito. E o ensino lá no IF é mais pesado, e eu estudava no ginásio. (E1)

A transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio Integrado, pode vir carregado de sentimentos e mudanças, como apresentado pelos estudantes em suas narrativas. Tendo em vista que o estudante ingressa em um universo muito novo e com muitas especificidades, além da mudança de escola, os cursos integrados contam com uma carga horária maior por ser no turno integral devido ao maior número de disciplinas, e com novos conhecimentos da área técnica (currículo diferenciado) que visam a preparação profissional para o mundo do trabalho, e por isso com atividades e demandas escolares que se apresentam como desafiadoras em um primeiro momento.

Essa transição é um momento muito importante, marcado por muitas mudanças, e são muito importantes para o desenvolvimento, pois,

A importância das transições ecológicas no desenvolvimento deriva-se do fato de que elas quase invariavelmente envolverem uma mudança de papel, isto é, das expectativas por condutas associadas a determinadas posições na sociedade. Os papéis têm uma força mágica de alterar a maneira pela qual as pessoas são tratadas, como agem, o que fazem, e inclusive o que pensam e sentem. O princípio se aplica não apenas à pessoa em desenvolvimento, mas igualmente a outras pessoas em seu mundo (Bronfenbrenner, 2011, p. 89).

A partir da perspectiva bioecológica de Bronfenbrenner, podemos apontar como obstáculos a uma transição exitosa: no nível microssistêmico (a mudança de cidade; afastamento da família; de círculo de amizade; estabelecimento de novos vínculos; necessidade de mais autonomia; responsabilidade); no nível mesossistêmico (convívio em ambiente acadêmico, com número maior de pessoas, pois o IF é uma instituição que oferta a Educação Profissional Tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, desde o Ensino

Médio Integrado à pós-graduação; desempenho escolar, saúde mental; questões psicossociais diversas inerentes a adolescência); no nível macrossistêmico (grupo em vulnerabilidade social; condições materiais de vida; familismo-culpabilização das famílias).

As falas do estudante 8 e da família 6, evidenciam-se as dificuldades enfrentadas pelos estudantes ao ingressarem no IF, e as estratégias mobilizadas pelas famílias, que buscam, dentro de suas possibilidades, criar condições que sustentem a trajetória escolar dos filhos.

Achei difícil também a matemática, a física... que sempre tive dificuldade. Então, tive umas monitorias e paguei aula particular, senão não tinha conseguido... isso foi no primeiro ano. No segundo, também tive dificuldade em Matemática... muitos colegas foram reprovados, então foi muito aperto. (E8)

No primeiro ano. Física, química. Mãe, eu estou ruim. Vamos fazer aula particular. Até no primeiro ano pagamos a aula para a gente decolar. Tem um site com professores que dá aula. Para ela ter mais segurança. Para ela aprender física e química. (F6)

Destaca-se aqui “a importância de um componente específico do capital cultural, a informação sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino”. Nesse caso, a mãe da estudante por ser professora, por meio do seu conhecimento e experiência consegue orientar, e ter mais estratégias no momento certo para lidar com as dificuldades e obstáculos que vão surgindo ao longo da trajetória escolar, como a busca do reforço escolar nas matérias que a filha estava com dificuldade, proporcionando-lhe mais segurança (Nogueira; Nogueira, 2002, p. 22).

[..] queria desistir porque as colegas não acolhiam ela, ela ficou muito sozinha, de lado e achando muito difícil, então ela queria desistir... a gente que não deixou, falamos que ela tinha que continuar... aí ela repetiu e arrumou uma sala melhor... agora ela tem colegas que ajuda ela, aí ela tá gostando mais...tá até fazendo estágio, que as colegas incentivaram ela, e ela tá gostando muito. (F11)

Aí foi estudando, aí teve muita dificuldade ainda no estudo. (F7)

A rotina é muito cansativa. Foi difícil pra acostumar a estudar.(E1)

Dentre as respostas o que apareceu com mais frequência foram as dificuldades de adaptação em relação ao número de disciplinas do curso, que por se tratar de curso técnico integrado conta com aproximadamente o dobro de disciplinas em relação a escola anterior; o aumento do tempo de aula na instituição que ocorre em período integral (período da manhã e tarde) e da rotina de estudos que conforme relatos exige mais tempo de estudo e dedicação.

Devido à sua realidade de baixo capital econômico, cultural e social, os estudantes de camadas populares podem apresentar mais dificuldade em relação aos seus *habitus* e comportamentos em relação a escola. E isso ocorre não é pelo fato de que não valorizam a

educação, mas pelo fato da distância cultural dos conteúdos abordados; da forma utilitarista de lidar com o conhecimento escolar e das defasagens acumuladas ao longo da trajetória escolar.

Isso se deve ao fato de muitas vezes haver uma distância cultural entre os conteúdos valorizados pela escola e os saberes legitimados nos grupos populares, além da necessidade e da urgência das camadas populares que precisam frequentemente se inserir no mercado de trabalho precocemente. Nesse contexto, a relação com o conhecimento escolar pode se dar de forma utilitarista, no qual a aplicabilidade prática e os resultados mais imediatos tendem a ser priorizados.

Ao legitimar o capital cultural das classes dominantes, e desconsiderar os saberes das camadas populares, a escola contribui para o que Bourdieu denomina de violência simbólica, que se efetiva de forma sutil pela validação dos códigos culturais dominantes, favorecendo a reprodução social (Bourdieu, 1982).

Essa fase de adaptação costuma ser mais difícil na transição dos estudantes para o IF, quando ingressam no primeiro ano, sendo a série com maior desistência, como pode-se verificar no ano de 2022, encontravam-se ativos 33 estudantes no curso técnico integrado em Zootecnia no 1º ano, contando com 24 estudantes ativos nessa turma em 2023, no 2º ano e 20 estudantes ativos em 2024, no 3º ano.

Por ser um momento de muitas mudanças, tanto no aspecto de maiores demandas estudantis por se tratar da passagem do ensino fundamental para o ensino médio, adiciona-se ao aumento de disciplinas do curso técnico, acrescido de mudança de rotina e, em alguns casos, mudança de cidade.

Coulon (2008) trata do “tempo de estranheza” e do “tempo de afiliação” acerca do ingresso dos estudantes no contexto da universidade. No entanto, utilizamos as suas análises sobre os mecanismos de afiliação e do ofício de estudante, para reflexões que possibilitem a compreensão da transição dos estudantes para o Ensino Médio (Técnico Integrado) do Instituto Federal, mediante os relatos dos estudantes das dificuldades, desafios e facilitadores que permearam essa etapa e quais mecanismos funcionaram para a consolidação da afiliação estudantil e para o desenvolvimento.

Para o autor, para não ser eliminado ou auto eliminar-se é necessário que o aluno aprenda o ofício de estudante, deixando de ser um estrangeiro nesse novo mundo (Coulon, 2008).

Várias rupturas e estranhamentos podem ser acarretados no ingresso ao Ensino Médio, principalmente quando tratamos do Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico, uma etapa com muitas mudanças e novidades, que exige do estudante lidar com desafios intelectuais (capital

cultural insuficiente), questões institucionais e estabelecimento de novas relações, que podem desestabilizar o estudante, apresentando-se como fatores limitadores, principalmente no primeiro ano, até a adaptação do estudantes.

Para Coulon (2008, p. 147), esse tempo para os estudantes é, “um período de latência ao longo do qual eles não dispõem de referências estáveis”, uma fase de ambiguidade, momento de aprender a ser estudante. Com o tempo, a angústia inicial tende a ser sucedida por familiarização progressiva com a instituição, adaptação aos códigos locais e início do trabalho intelectual, que acontecerá para cada estudante de modo e em tempos diferentes, conforme as características biopsicológicas da pessoa e as relações que estabelece com o ambiente.

Conforme os estudos de Coulon (2008, p. 116) dentre as dificuldades de afiliação estudantil, no âmbito intelectual destacam-se as dificuldades em relação à escrita, a leitura e capacidade de concentrar-se que varia conforme o indivíduo, mas não é apenas uma dimensão psicológica individual, pois “concentrar-se não é uma disposição natural que possuímos ou não. Isto é objeto de uma aprendizagem técnica que faz parte das diversas aprendizagens requeridas para o exercício do ofício de estudante” .

Dessa forma, as exigências acadêmicas, somadas as condições de existência (no caso de estudantes de camadas populares) e as mudanças na vida, podem gerar ansiedade, sentimentos e comportamentos que também podem dificultar a permanência e êxito escolar.

Para passar do status de aluno para estudante, é necessário aprender um ofício, o ofício de estudante que perpassa pelo desenvolvimento de um novo *habitus* escolar, de saber lidar com o novo espaço, com as regras, com as pessoas e com o tempo (tendo em vista o volume de horas aula e atividades).

Os dados analisados também evidenciam que a permanência e a evasão escolar estão associadas a multifatores, que podem estar ligados a questões de ordem sociais, pedagógicas, institucionais e subjetivas, o que de certo modo nos possibilita a reflexão de que outras variáveis devem ser consideradas quando se trata de permanência escolar. Por isso, a defesa de que junto a Política de Assistência Estudantil sejam efetivadas também ações voltadas ao ensino, a pesquisa e a extensão, que contribuam com o acolhimento e o desenvolvimento do estudante.

6.3 Conhecimentos e significados da política de assistência estudantil

O conhecimento acerca das políticas sociais pelas famílias, perpassa pela forma como estas concebem as informações que possibilitam a participação dos seus membros na seleção

que se efetiva por meio de análise documental, regida por um edital, ao fato de reconhecer que a consolidação do programa de assistência estudantil é fundamental na garantia de direitos e da permanência do estudante na instituição. Esses aspectos são tratados na **categoria 3**.

6.3.1 Conhecimento experiencial sobre a assistência estudantil

Em relação ao conhecimento das famílias acerca da assistência estudantil, considerando o edital de seleção do programa de atendimento aos estudantes em baixa condição socioeconômica que leva em conta a situação socioeconômica do grupo familiar, destaca-se em alguns relatos um conhecimento mais prático a partir da vivência cotidiana dos estudantes em detrimento de conhecimentos específicos do edital, que aparecem com menos frequência nos relatos das famílias.

*[...] a gente sabe que lá tem **almoço** né... tem a alimentação e uma bolsa que ela tem o dinheiro pra **comprar as coisinhas dela**, aí ela compra os lanches que ela faz lá na cantina, porque só tem o almoço né... e ela passa o dia todo lá..., então tem que comprar os lanches depois de tarde... (F11, grifos nosso)*

Às vezes que eu estudei, eu sempre consegui benefícios, entendeu? [...] só consegui no final do ano... Aí já viu, né? Então deu pra se virar, graças a Deus. Alimentação dela ela faz lá no campus, na instituição. Alimentação ela conseguiu no início, no primeiro ano, e está até agora no terceiro. (F3)

*Pra lá, sim, tem tudo isso aí, né? Mais anos atrás, sei que lá tinha até... alojamento. **Alojamento**. Hoje em dia não tem mais. Porque **era antiga escola agrícola**, né? E aí, o pessoal vinha pra morar lá mesmo. O pessoal vinha e já ia de mudança, né? Morar lá, estudar. E permanecia lá. Igual tem muitos... Por isso que tem a vila lá perto, e ali tem vários prédios que tem... Só ali tem as kitnets, justo pra os alunos que vêm de fora". (F2, grifos nosso)*

*Eu tenho, porque eu já tinha esse conhecimento, né? Veio da UF e depois a gente **já tinha da minha sobrinha**. E eu não tenho dificuldade em achar, localizar as coisas no site. Então, fica tudo muito fácil de localizar ali. Onde eu consulto os editais, olho as bolsas. Às vezes eu passo pra ela alguma coisa, e ela já tem também como olhar... o ano passado mesmo, ela fazia esse acompanhamento pra mim. (F6, grifo nosso)*

Percebe-se que as famílias possuem conhecimento sobre a assistência estudantil, entendido como uma concessão do IF para auxiliar os filhos na permanência escolar, seja por experiências próprias anteriores no IF ou em outras instituições federais ou por meio dos filhos.

Há também as famílias que descreveram conhecer a assistência estudantil por meio do conhecimento do histórico do IF Campus Rio Pomba que em outras épocas atendiam os estudantes em regime de internato com a utilização do alojamento ou semi-internato que passavam o dia na instituição e voltavam para as suas residências, sendo atendidos de modo integral pela instituição (Capelle, 2006).

por orçamentos restritos e insegurança alimentar, a oferta de refeições assegura não apenas a continuidade dos estudos, mas a certeza de que os filhos estão sendo atendidos em suas necessidades mais básicas.

Dessa forma, a alimentação oferecida pela instituição representa uma estratégia na formação da juventude das camadas populares, pois evita que a escolarização seja prejudicada pela precariedade material e ressalta a alimentação e os refeitórios institucionais como um componente fundamental da política de assistência estudantil.

Ah, não, sem alimentação, seria inviável. Seria muito difícil. Essencial lá. (F3)

A alimentação é o mais importante né, porque senão não teria como ela ficar o dia todo lá... ia ser muito difícil né... e também o dinheiro pra pagar o almoço todo dia, aí ia ser difícil... (F11)

É da alimentação. É, porque tem que cozinhar. Não ia dar. Até os que moram lá mesmo. Até os que moram lá...por ser integral o curso, né? Aí não seria possível. É, então... eu esqueço do refeitório. Porque parece que é de graça, né? Eu esqueço que ele também é uma assistência. Então a gente sabe que os meninos estão sendo, assim... em relação à questão alimentar, né? Estão sendo bem atendidos. (F6)

Ah, não seria possível, sem transporte e alimentação. (F2)

Manutenção. Só que mais alimentação. Porque, igual em casa, ninguém fica em casa das sete às cinco da tarde. Então, ninguém almoça em casa. Então, pra mim, pra cá, seria muito ir e voltar a fazer almoço. Pra mim não dava. (E4)

A alimentação e a manutenção, mas mais mesmo é a alimentação, porque não teria como ficar lá o dia todo sem alimentar e ir e voltar em casa. E tem também o transporte que uso todo dia... (E11)

O negócio mais é a moradia. É o aluguel, né? É apertado. Porque aí é moradia, água, luz, internet. É aquilo, né? Para a pessoa estudar, a gente dá um jeito. Aqui em casa nós somos em seis pessoas, com três pessoas trabalhando, mas só duas fixas. É apertado. Mas, assim, quando o assunto é estudo, nossa senhora. Vale a pena, não é? E está todo mundo unido para dar força para ela. (F5)

Na escala de relevância, além da modalidade da alimentação, foram destacados como sendo também essenciais a permanência estudantil, a modalidade de transporte, seguida da de manutenção (recurso financeiro) e moradia.

Durante a realização da pesquisa de campo observou-se que os estudantes tinham muita pressa para ir para o refeitório, tanto pela alimentação, mas também segundo estes para não “perder” tempo na fila, para que pudessem após a alimentação, desfrutar do tempo para descanso, estudo ou com os colegas.

É inegável a importância dos auxílios para a permanência estudantil, principalmente da alimentação, tendo em vista as condições econômicas e as dificuldades diárias das famílias de camadas populares, o que as leva a priorizar as necessidades imediatas e o tempo presente.

6.3.3 Efeitos da assistência estudantil na perspectiva discente e da família

Mediante as respostas obtidas nas entrevistas foi construída uma nuvem de palavras para a subcategoria impactos da assistência estudantil na perspectiva discente e da família, apresentada na Figura 31, na qual se destacaram as palavras “bolsa”, “curso”, “pagar”, “ajuda”, “compra”, “difícil”, demonstrando que a bolsa que se efetiva por meio dos auxílios financeiros como a manutenção ajuda a pagar cursos que os estudantes fazem como cursos preparatórios para o ENEM, cursos profissionais e ajuda nos gastos diários do estudante com lanches e outras despesas não atendidas pelas modalidades do PNAES, já que estes costumam passar a maior parte do dia na instituição.

Figura 31 – Nuvem de palavras “Efeitos da Assistência Estudantil”



Fonte: Elaborada pela autora (2024) com base nos relatórios do Software *Iramuteq*.

A palavra “comprar”, “compra” e “pagar” que aparecem em destaque referem-se também as necessidades que todos temos na sociedade capitalista em que vivemos, na qual comprar promove a consciência de uma participação ativa na sociedade de consumo, ou seja, mesmo de forma limitada é possível que se consiga adquirir algo para si, o que é visto como algo positivo, as pequenas conquistas diárias adquiridas com o valor recebido.

O repasse financeiro por meio da política de assistência estudantil representa, para muitos estudantes em situação de vulnerabilidade social, mesmo que de forma limitada, um certo poder aquisitivo que em alguns casos possibilita o custeio de algumas necessidades básicas e cursos e são vistos por algumas famílias como um complemento de renda.

A palavra “difícil” destacada aponta para a dificuldade de permanecer sem os auxílios do PNAES, principalmente por ser um curso que o alunos passam praticamente o dia todo na instituição.

É uma ajuda, é uma forma que tá tirando, né, ao invés de tirar da família, a assistência estudantil tá arcando com isso, 100%, né, com a alimentação dela, durante a semana. Não, realmente, se tivesse que, porque você teria que tirar do lado, isso aí dá um impacto, sim. Entendeu? O impacto seria como assim, como que eu vou te explicar? A gente teria que, como diz assim, tirar do lado pra cortar do outro, entendeu? Isso. Juntando todos os gastos, medicação, a gente teria que deixar de fazer algumas coisas pra conseguir tá ali ajudando ela, entendeu? Porque sem a alimentação ela não pode ficar, né? (F3, grifos nosso)

Assim, ajuda muito ela né, porque se a gente tivesse que pagar tudo, aí ia ficar difícil... (F11, grifo nosso)

Eu acho que o impacto maior foi mais pra ela. Então, me ajuda nesse sentido de eu não ter que tirar da minha renda pra ela, em algumas coisas. E ela pode gastar com lazer dela. Ou comprar uma coisinha que ela quer pra ela. Nesse sentido, eu acho que o impacto seria nesse sentido. (F6, grifo nosso)

Ajuda todos, né? Eu acho que sim. De certa forma, ajudando ela, né? É, com certeza. (F2, grifos nosso)

Ah, pra mim... porque aqui, assim, ela recebe a bolsa. Aí, com essa bolsa, ela compra os tickets dela. As vezes, ela compra o que precisa, as coisinhas dela... Agora, ela está até pagando o curso dela. É isso. Eu esqueci o nome. Esse curso, como é que é? Tem um nome. É o curso que ela está fazendo pra prova do ENEM. Isso. Está preparando... Aí, ela está fazendo esse curso. Aí, até está pagando com a bolsa, sabe? É, que ela mesmo gosta de comprar as coisinhas dela. Ela pega a bolsa dela e ela mesmo gosta de comprar. Ela compra os tickets dela. Se precisar de uma calça, ela mesmo compra. Da outra vez, ela comprou os tickets. Foi. Ela mesmo gosta de comprar as coisas dela... Aí, ela está pagando esse curso com o auxílio. (F7, grifos nosso)

Eu recebo todos os anos. Desde quando eu entrei no IF, eu estava recebendo, a manutenção e alimentação e me ajuda muito. (E1)

Com a bolsa de manutenção, ela tava pagando o curso de enfermagem, que tá fazendo a noite. (F4, grifo nosso)

Mas no primeiro ano foi bem pesado. O que ajudou... No primeiro ano... Ela conseguiu a bolsa. Ela conseguiu a bolsa de estudo de 200 reais. Não lembro qual foi a bolsa. No segundo ano, ela não conseguiu no ano todo. Mas no final, em outubro ou setembro. Ela ficou em excedente. Ela conseguiu 3 meses, esse dinheiro. Deu mais uma força, para ela estar lá. Ela tinha o dinheiro dela. (F6, grifo nosso)

[...] Sem nenhum auxílio, fica difícil... Você fala o dia todo? Você fala aqui no... IF? É, e fica difícil. Pode ser que ela tenta, porque ela não abre mão disso, não. Ela não abre mão, não. Ela não abre mão, não. Ah mãe... agora que nós já estamos, já começamos, aí nós vamos parar... Falei com ela, minha filha, mas não precisa parar, depois nós vamos voltar, mas continuou... (F7)

As famílias também veem como importante a “ajuda” que o estudante recebe, o que na perspectiva destes, reverbera nas famílias na forma de não ter que retirar do orçamento familiar

o valor recebido e utilizado pelo estudante, que nos relatos volta-se mais para as necessidades do próprio estudante.

Portes (2021), em seus estudos denomina de questões paralelas à universidade, essas necessidades como roupa, calçados, lazer, problemas familiares, e outras que não está ligado diretamente ao contexto acadêmico, mas que afeta o estudante, restringindo as condições para alcançar a produção almejada, que por vezes, fica longe do ideal.

Essas questões paralelas, em muitos casos, também pode causar angústia nos jovens estudantes que enfrentam obstáculos que vão além das exigências curriculares, as quais já são desafiadoras por si só.

6.3.4 Relevância material e simbólica do PNAES

Para além da relevância material do PNAES no atendimento as necessidades básicas do estudante enquanto suporte financeiro, possibilitando mais estabilidade e segurança, destaca-se também a relevância simbólica, que ao possibilitar a permanência, viabiliza maior apropriação do conhecimento e conseqüentemente ajuda a mitigar as desigualdades escolares provenientes das desigualdades sociais, o que percebe-se no discursos dos entrevistados, que através do rol de conhecimentos adquiridos conseguem se perceber com mais perspectivas.

*Porque a gente sabe que é um **ensino bom**. Tem muita **qualidade**. Se formar no técnico, vai sair...vai trabalhar na área ou não. Mas, já sai com o ensino médio. As disciplinas obrigatórias. **Muito forte**. Que abre portas pra uma faculdade direta. Com certeza. (F6, grifos nosso)*

*Como fala aqui, **exige mais da gente**, querendo ou não, **a gente aprende mais**. Ou seja, vou ter mais facilidade em fazer um vestibular. Ah, é isso... (E2, grifos nosso)*

*Eu entrei mais pelo ensino médio. Aí eu, através do ensino médio, eu **pretendo conseguir a faculdade que eu quero**. É, eu tô entre medicina e psicologia. (E4, grifo nosso)*

*Quando ela terminar aí... Quando ela terminar esse curso técnico, ela quer seguir a zootecnia. Quer **seguir carreira**. E é isso que a família espera e apoia ela também. Aquela continuidade dos estudos dela. Inclusive, porque ela já tem, né? Inclusive, **porque tem as irmãs, né? Que já estudam**. E uma já formada, né? e a outra tá estudando. A que formou primeiro... A que formou foi em Ubá. Uma formada em Ubá, em Engenharia...Engenheira civil. E a outra estuda em... Juiz de Fora, na UFJF. Mas é Engenharia de Produção. Engenharia de Produção. Tá acabando. Então, o que eu desejo pra [...] também é continuidade dos estudos... se Deus quiser... (F2, grifos nosso)*

Apesar da baixa escolaridade dos pais, observa-se como no caso da família 2, que a convivência com irmãos universitários, é um elemento favorável a internalização de

disposições escolares, pois o estudante tem a possibilidade de contar com maior conhecimento e apoio acadêmico em seu ambiente familiar.

Além dos pais ou até mais que eles, a mobilização escolar às vezes tem a ver com a irmã ou irmãos mais velhos que tendem a colocar os irmãos mais novos em guarda em relação ao que pode acontecer, caso eles não estudem. Assim “é toda a rede de relações familiares, com as identificações que produzem, as referências que buscam, que está em jogo aqui” (Charlot, 1996, p. 57).

Ela quer fazer veterinária e quer aprofundar mais, assim, animal de grande porte, cavalo... ela faz estágio em um haras, lá tem bastante coisa com cavalo. Ai já quer fazer veterinária. (F5, grifo nosso)

*Ela quer fazer veterinária, e eu quero que ela continue os estudos... eu sei que tem em Lavras, Governador Valadares e como eu só tenho ela, **onde ela passar eu vou com ela.** (F1, grifo nosso)*

Eu não cheguei a fazer processo nenhum, né... pra entrar em universidade, ou até mesmo no IFET... Mas eu tô concorrendo, a vaga de emprego na Embrapa. (E9, grifo nosso)

Percebe-se também nas falas de algumas famílias, como no caso da família 1, todo o investimento real e simbólico que é feito com o objetivo de que o filho consiga alcançar posições sociais mais valorizadas que a dos pais, colocando o futuro do filho como o principal investimento e prioridade da família, ainda que isso exija renúncias de projetos pessoais. Para Bourdieu (2015), essa é uma lógica experimentada frequentemente por sujeitos que precisaram ter seus projetos adiados constantemente por causa de limites (econômicos, culturais e outros) impostos pela estrutura social, que afetaram as suas escolhas e influenciaram o seu desenvolvimento e suas trajetórias.

É comum também nesses casos, perceber que os pais ao serem indagados sobre seus desejos acerca do futuro profissional dos filhos, estes tendem a “desconsiderar-se profissionalmente, a "confessar" a indignidade de suas tarefas: almejam para sua progênie um trabalho menos cansativo, menos sujo, menos mal remunerado, mais valorizador que o deles” (Lahire, 1997, p. 334).

A maioria dos estudantes relataram que pretendiam a partir da formação no IF, pleitear o ingresso em um curso superior. Por outro lado, há também estudantes, cujos relatos apresentam o trabalho na área de formação técnica do curso realizado no IF, como centralidade, como no caso do estudante 10.

O PNAES ao possibilitar aos estudantes a permanência e o acesso a um ensino público de qualidade, representa a oportunidade de vislumbrar caminhos talvez vistos como improváveis, melhores oportunidades de formação e de continuidade dos estudos.

Em se tratando das perspectivas dos estudantes e das famílias em relação a projetos futuros, tendo em vista a previsão de formação destes no ensino técnico integrado, nota-se que a palavra “querer”, “seguir”, “pretender”, “formar”, “estudar”, teve lugar de destaque nas falas relacionadas as metas futuras, indicando por parte dos estudantes e famílias o desejo de continuidade de seguir os estudos e de ingressar em um curso superior em sua maioria na área de estudos que já estão, pois, a ênfase foi dada aos cursos de medicina veterinária e zootecnia. A Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi apontada como uma das opções mais almejadas, conforme as falas, pelo ensino, devido ao fato de terem “conhecidos” e professores com formação na UFV e também a continuidade no curso superior de Zootecnia ofertado pelo IF Rio Pomba, o que para algumas famílias parece estar mais acessível devido à proximidade com o IF e a distância e desconhecimento de como seria o filho ir para a UFV. Além disso, a figura da “mãe” aparece como principal apoio para o filho quando das etapas de decisões, transições e escolhas escolares.

Outro aspecto importante destacado por Nogueira e Nogueira (2002) a ser observado em relação ao esforço das famílias em manter os estudantes na instituição, advém também do reconhecimento das famílias a partir de exemplos de sucesso escolar vividos por seus membros, o que se constitui em maiores chances no universo escolar, levando-os mesmo que inconscientemente a apostar mais nessas chances.

6.3.5 Desafios e limites na efetivação do PNAES

Em se tratando de famílias de camadas populares, todo auxílio financeiro ajuda e impacta na realidade dos atendidos. Por isso, quando indagados sobre melhorias, a primeira resposta é que estava bom, vindo como resposta posterior que se melhorar poderia ajudar mais. Ou seja, mediante as necessidades básicas imediatas como alimentação, transporte e outras, qualquer valor pode significar uma ajuda valiosa, que faz com que qualquer valor seja visto como um alívio.

Entretanto, alguns estudantes e famílias apontaram em relação aos pontos a serem melhorados no PNAES a necessidade de melhoria nos valores das bolsas como a manutenção,

principalmente da perspectiva da necessidade do estudante que não reside com a família, cujas despesas são ainda maiores para a permanência.

Olha, tipo assim, sabe? Como é que eu falo para explicar? Não está ruim, não. Está bom. Graças a Deus, né? Porque está ajudando ela. Às vezes, eu acredito. Não só ela. Está ajudando outros meninos que querem estudar também. Se melhorasse, ia ser melhor ainda. Não que esteja ruim. Entendeu? Não que esteja ruim. Está muito bom. Graças a Deus. É porque ela mora com a família. Então, é... o que falta a gente completa... É. Entendeu? Tipo assim, eu estou olhando de um lado. Às vezes, até de outras pessoas. Às vezes, né? Que realmente quer estudar mesmo. Não está ruim, não. Está até bom. Mas se melhorar, é melhor. (F7)

[...]o valor já ajuda. Mas, por exemplo, igual ela tem nós, né? Pra dar assistência. Pra ajudar... entendeu? Mas se fosse um caso assim... ela precisasse, pra ela morar, aí não daria, não...pra ela ficar sozinha". (F2)

Em relação à bolsa, o valor porque agora está 250. Só que 250 pra uma pessoa.... eu ainda moro com meus pais. Mas agora a minha colega mora sozinha, e com 250 ela não sobrevive nem metade do mês. (E4)

Ah, eu quero falar o valor da bolsa, que muitas vezes a pessoa, igual eu moro sozinha, tenho que me virar sozinha. Os 250 é pouco até. (E5)

As falas reforçam a importância dos auxílios da assistência estudantil, no entanto, os valores dos auxílios foram considerados insuficientes para atender as demandas dos estudantes, reforçando o aspecto contraditório e antagônico que caracteriza a sociedade capitalista e as políticas sociais que nela se materializam.

As continuidades e discontinuidades dos auxílios estudantis também foi apontado como uma dificuldade pelo estudante, tendo em vista que não atende a todos os estudantes que precisam, o que traz insegurança para o aluno que precisa aguardar se conseguirá ser contemplado nas chamadas e seleções das modalidades de bolsas anuais.

Aí no passado eu ganhei manutenção, uniforme e alimentação. Esse ano eu ganhei o transporte e alimentação, por enquanto. (E4)

Acho que podia melhorar... levando em conta a quantidade de alunos que precisa, eu não considero suficiente, não. (F6)

Para muitos que vivem em vulnerabilidade socioeconômica o suporte financeiro pode ser decisivo na trajetória estudantil e conseqüentemente na vida dos que necessitam das políticas públicas. Apesar de ser no contexto universitário, mas contribui também com nossas reflexões, Portes (2021), em seus estudos, alerta para a preocupação excessiva dos estudantes universitários pobres com moradia, comida, passagem, livros, xerox e outras despesas básicas, uma vez que, enquanto não forem resolvidas essas questões, o estudante não conseguirá pensar

no seu maior objetivo, que seria a busca por uma boa formação escolar e a conclusão do curso, tendo em vista que, a condição econômica é um componente real, que não deve ser ignorado, pois mobiliza sentimentos que normalmente produzem sofrimento aos jovens.

6.4 Sistemas e contextos

Segundo Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento humano é influenciado pelos sistemas ecológicos: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Esses sistemas interagem continuamente, afetando o indivíduo de forma direta ou indireta, como se percebe a partir das análises desenvolvidas na **categoria 4**.

6.4.1 Lógica socializadora das famílias populares e a participação familiar na vida estudantil

O microssistema família refere-se ao ambiente imediato que o estudante vive e que influencia diretamente no seu desenvolvimento, incluindo as relações e comunicação com os membros da família, o apoio e os recursos oferecidos como o apoio emocional, financeiro, segurança, dentre outros.

Em se tratando de famílias das camadas populares, Bourdieu as caracteriza como grupos sociais de baixo capital econômico, cultural e social, e conseqüentemente oportunidades limitadas de mobilidade social, sendo a educação a possibilidade que esse grupo teria de almejar melhores condições de vida.

Nesse sentido, mesmo diante das dificuldades, as famílias populares reconhecendo o valor da educação, utilizam das estratégias e recursos que possuem para que os filhos possam dar continuidade aos estudos, como é possível perceber no discurso abaixo, o empenho da família para que o estudante conseguisse acompanhar as atividades que necessitam do uso de tecnologias.

[...] ela tem um pouco de dificuldade, né? Ela prefere mais a aula, porque ela falou comigo. Assim, de apostila é ruim, porque ela não entende, né? E, a professora explicando é melhor. Ai, assim, para ela estava muito ruim. Mas, graças a Deus, ela foi fazendo do jeito que dava, com muita dificuldade, porque a gente não tinha condições de comprar um notebook para ela.... Ai era com celular. Era fazendo no meu ou fazendo no dele, do pai, que ela também não tinha ainda, e era muito difícil para ela. E, assim, ela foi fazendo, fazendo as apostilas. Ai passou... (F7)

Dentre outros desafios, a baixa condição socioeconômica limita também os recursos disponíveis que o estudante pode vir a necessitar para desenvolver-se nos estudos, o que

influencia o aproveitamento educacional. A desigualdade digital também é um fator de desvantagem para os menos favorecidos, que mediante às demandas escolares necessitam utilizar-se do compartilhamento de dispositivos como o celular para realizarem as suas atividades.

Em relação a participação na vida escolar dos filhos,

Como eu a acompanho no IF?... Em reuniões...as notas. Ela é esse tipo assim, então... eu sei que a gente pode acompanhar, que tem acesso as notas dos filhos...Ela não precisa. Ela me passa. Toda prova que ela faz” (F6)

Eu moro na roça, mas geralmente eu durmo aqui na casa da minha avó também. Para não ficar cansada. Ai eu durmo mais aqui. (E1)

Depois das férias do primeiro ano e dessas férias agora do início do ano, né? É, no início de 2024, do segundo pro terceiro ano. Ela volta de férias meio que assim, desanimada, assim. Ah, eu tenho que voltar, mas eu acho que é aquele desânimo normal de todo mundo, né? É, que para e não quer voltar, né? Sai da rotina. Não quer voltar no ritmo, mas a gente incentiva ela. (F6)

A reflexão sobre as relações entre famílias populares e escola também é feita por Thin (2006), em relação aos discursos presentes no ambiente escolar quanto a percepção das instituições escolares de que há um déficit da ação dos pais em relação a escola. Para Thin (2006), a fraqueza de capital cultural das famílias populares faz com que as relações com a escola e a escolaridade dos filhos seja influenciada pelos efeitos dessa fraqueza cultural.

No entanto, as falas apontam para um trabalho escolar realizado por algumas famílias no sentido de acompanhamento de notas, participação em reuniões escolares, apoio e valorização do esforço escolar.

As relações produzidas pela escolarização são tecidas por sujeitos com práticas socializadoras divergentes, envolvem de um lado os professores, membros das classes médias assalariadas e de outro as famílias populares com lógicas socializadoras contraditórias ao modo escolar de socialização. Dessa forma, o êxito do trabalho escolar com as camadas populares envolve entender as suas lógicas de socialização, abandonando a visão que desqualifica as famílias populares pelas lógicas socializadoras dominantes que permeiam as instituições escolares (Thin, 2006).

Já em relação aos desafios e dificuldades, os relatos apontam como sendo fundamental o apoio da família para a continuidade.

Uma rotina cansativa e muita prova, muito trabalho me fez querer desistir. Só que meus pais não me deixaram.... porque não era pra eu sair e era pra eu continuar. Ai eu não saí...(E4)

O apoio da família foi muito importante. Foi muito difícil adaptar a rotina. Ficar longe dos meus pais. Eu nunca tinha ficado muito tempo longe da família, longe dos meus pais. Adaptar a rotina de acordar cedo. E ficar o dia todo assim, ter que me virar sozinha. Depender de mim só. E não ter os meus pais e minha irmã sempre por perto. (E5)

Portes (2000) apresenta o trabalho escolar das famílias populares que tiveram filhos aprovados em vestibulares seletivos, corroborando a ideia de que, apesar do baixo capital econômico e cultural das famílias, os pais estiveram sempre atentos ao trabalho escolar dos filhos acompanhando-os nas atividades de casa na medida que sabiam, mas sempre presentes e disponíveis em relação às necessidades escolares. Além disso, as famílias buscavam por estabelecimento escolar (escola pública) melhores e estavam sempre presentes na escola, em reuniões de pais, acompanhando a frequência e atentos às companhias dos filhos. A atuação afetiva dessas famílias também perpassa a trajetória escolar desses estudantes.

Bernard Lahire é um sociólogo que por meio de seus estudos apresenta algumas referências de análise microssocial de elementos que contribuem para o sucesso escolar nos meios populares. Para Nogueira (2013, s/p), na perspectiva de Lahire,

[...] nenhum indivíduo concreto se reduz ao seu pertencimento a uma única coletividade, seja ela a família, a classe social, o grupo de status, a religião, ou qualquer outra. Assim, a realidade individual caracterizar-se-ia justamente pela combinação de múltiplas propriedades, mais ou menos coerentes, constituídas em função da participação do indivíduo, simultaneamente ou não, em diferentes universos sociais.

Para o autor, ainda que pertencentes a um mesmo meio social, em termos socioeconômico e cultural, as famílias possuem diferentes dinâmicas, práticas e composição, o que faz com que passem por experiências socializadoras diferentes e estabeleçam relações com a escola também de formas diversas. Lahire considera que mesmo se tratando de famílias de camadas populares, as diferentes dimensões da vida familiar devem ser consideradas de maneira combinada, dentre as quais destacam-se a “(cultura escrita, condições e disposições econômicas, ordem moral doméstica, formas de autoridade familiar e formas familiares de investimento pedagógico)”, dimensões que influenciam no desenvolvimento do indivíduo (Nogueira, 2013, s/p).

Para Charlot (1996) não é pertinente falar das famílias populares de modo geral, pois há uma diversidade de práticas familiares que influenciam e tem efeito na história escolar dos jovens, contribuindo para estruturar as suas histórias, mas jamais a determinam, pois, esses efeitos só operam articulados com outros processos.

6.4.2 Ações institucionais, suporte acadêmico, instrumental e informacional

O microsistema escolar, nesse caso o IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, uma escola pública da rede federal tecnológica, também é um sistema importante que influencia e é influenciado pelos estudantes e famílias, no qual os estudantes pesquisados passam a maior parte do dia na instituição, será abordado nessa subcategoria como são percebidos pelos estudantes e famílias, as ações institucionais, suporte acadêmico, instrumental e informacional; atuação da equipe multidisciplinar e participação em outras atividades institucionais para além das atividades de ensino.

Dentre as ações destacadas nas entrevistas percebe-se que além das atividades de ensino, aos estudantes são oportunizados acesso à cultura, ao lazer, pesquisa, extensão, estágios, conforme relatos,

*Quando começou lá, nossa... ainda chega ainda... Às vezes, ela chega assim, ela fica meio **cansada**. Chega cheia de **novidade**. Até hoje, ela chega, senta com as coisas ali, e começa a falar. Eu acho que de **dança** ela está participando. Inclusive, até mostrou ontem. Acho que foi de **educação física**. Ah tá, tá. Aí, teve um negócio de uma dança lá, aí, até fez ontem. (F7, grifos nosso)*

*[...] tá até fazendo **estágio**, que as colegas incentivaram ela, e ela tá gostando muito. (F11, grifo nosso)*

*Eu gosto das **aulas da parte técnica**, porque você está aprendendo já, né? Eu acho, assim, quando a gente sair, já está aprendendo pra **trabalhar**... (E9, grifos nosso)*

*No momento eu não to em projetos de extensão, mas, já participei do **projeto de extensão** de um professor do técnico...e sem dúvidas ajuda com **novas experiências** que se levam pra vida e profissional. (E10, grifos nosso)*

Os relatos familiares evidenciam, que por meio dos filhos, novas expectativas e novas formas de pensar são trazidas para casa, influenciando a dinâmica familiar.

A motivação com o curso é algo experimentado pelos estudantes à medida que avançam nas séries, principalmente quando o estudante consegue conciliar as suas perspectivas profissionais com as suas escolhas, como narrado pelos estudantes quando se envolvem nos estágios, nos projetos de extensão ou por estudantes que denotam maior interesse pelas disciplinas técnicas do curso e a sua aplicabilidade no seu cotidiano.

Dentre outros espaços, a biblioteca, a promoção de atividades esportivas e as reuniões do Grêmio Estudantil foram destacados como sendo importantes na formação dos estudantes.

*O lugar que eu mais gosto no IF é a **biblioteca**, por causa do silêncio e tudo que tem lá... lá é muito bom... (E8, grifo nosso)*

*O que eu mais gosto de fazer no IF é **jogar futsal**, porque distrai a mente. E participar do **Grêmio estudantil**, ele me ajudou a melhorar o meu relacionamento com as pessoas. (E3, grifos nosso)*

O efeito escola é maior para os menos favorecidos (capital cultural, social, informacional), tendo em vista que para muitos, a escola pode se configurar como o lugar de apropriação desses capitais.

A cultura está ligada ao meio social de origem dos indivíduos, sendo a cultura da elite tão próxima da cultura escolar, que suas atitudes, disposições, condutas, gostos e talento, frequentemente são interpretados como dons naturais. Ao passo que os filhos das classes populares e médias, “por não receber de suas famílias nada que lhes possa servir em sua atividade escolar, a não ser uma vontade cultural vazia, são forçados a receber e a tudo esperar da escola” (Bourdieu, 2015, p. 61).

As falas também refletem às vivências dos estudantes, a partir da apropriação dos espaços como a utilização da biblioteca, que é um espaço de convivência e cultura; participação em atividades esportivas; e as experiências institucionais, como a participação em projetos, comissões, grêmios, que possibilitam maior conhecimento sobre a gestão e funcionamento da escola e da sociedade, favorecendo o sentimento de pertencimento e autonomia dos estudantes.

Dentre as ações institucionais, a atuação da equipe multidisciplinar, aparece nos relatos da famílias.

*Ela é uma pessoa presente, não é de faltar de aula. Ela teve uma época que até cheguei a ir lá... **Fui lá, conversei até com as pessoas para poder dar assistência ela... Aí lá tem enfermaria, né?** Porque ela é muito nervosa. Mas lá é muito completo, né? É, ela muito nervosa, né? Então, assim... **Tinha semana que ela ia para escola... muita matéria, né? Acabou ficando muito ansiosa.** Porque, assim, lá você assiste aula o dia todo...Foi muita mudança para ela, né? Então, foi totalmente diferente para ela. Mas **ela é bem atendida lá.** (F2, grifos nosso)*

*No primeiro ano, né, que **ela estava perdendo média nas disciplinas, a pedagoga me ligou** e falou, olha, [...] tá perdendo nota nas matérias né? Perdeu média em tantas disciplinas e aí a gente tá ligando pra pedir pra ficar de olho. Mas eu já sabia dessas perdas, dessas notas que ela me falava. Ela me punha a par de tudo que estava fazendo aí, de tudo que estava acontecendo, dos resultados dela. Mas eu achei interessante esse contato. Ela chegou, acho que me ligou duas vezes. Aí a gente entrou com reforço escolar. (F6, grifo nosso)*

Nas falas apresentadas percebe-se a importância das ações institucionais e da atuação da equipe multidisciplinar no atendimento ao estudante e junto às famílias, tanto nas questões emocionais quanto do apoio pedagógico.

Para Santos e Freire (2022), em se tratando de atendimento a estudantes menos favorecidos, as condições de acesso precisam estar acompanhadas de condições de

permanência, tendo em vista que assim como os auxílios estudantis, a atuação conjunta das áreas de Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e afins, de forma articulada multi/interdisciplinar, são imprescindíveis no acompanhamento dos estudantes.

6.4.3 Relação família-escola

Na análise da relação entre família e escola, é fundamental compreendê-la como parte do mesossistema, isto é, o conjunto de inter-relações estabelecidas entre dois ou mais microsistemas nos quais o estudante participa ativamente. Nesse caso, a articulação entre família e escola constitui um espaço relacional decisivo para o desenvolvimento e a permanência escolar. Contudo, essa análise não pode desconsiderar o funcionamento das famílias das camadas populares, a composição social dos estudantes e as características do meio familiar em que vivem. As formas de participação e envolvimento familiar são socialmente situadas e atravessadas por condições materiais, capital escolar disponível, tempo e recursos simbólicos.

A compreensão desses fatores é essencial para a construção de práticas institucionais que não reforcem mecanismos de reprodução social nem contribuam para a culpabilização de estudantes e famílias pobres, evitando a consolidação da crença de que a escola não lhes pertence ou não foi feita para eles.

Muito importante considerar também conforme Portes (2000), que as famílias das camadas populares valorizam a educação, o que parece às vezes ser contraditório do ponto de vista e expectativas docentes e por parte da escola, tendo em vista que essas famílias devido ao baixo capital escolar, recursos financeiros, falta de tempo e de conhecimento necessário para o acompanhamento das atividades escolares, tenham dificuldades no envolvimento com as atividades escolares. No entanto, a valorização da escola e dos estudos pelas famílias populares está presente nos relatos dos entrevistados.

*Então, essa, a relação com a escola, no primeiro ano, eu gostei, eu acho que é **uma relação boa**. Por quê? No primeiro ano, né, que ela estava perdendo média nas disciplinas, a pedagoga me ligou e falou, olha, [...] tá perdendo nota nas matérias né? Mas eu achei interessante esse contato... Eu consegui ir nas reuniões de pais no primeiro ano, numa reunião. Esse ano não deu pra ir, por conta de trabalho. (F6, grifo nosso)*

*Ela é **bem atendida**. Isso é bom. Alimenta direitinho lá. Só o almoço, né? O café ela toma aqui de manhã. Ela levanta 5 horas, 5h40 que sai de ônibus da prefeitura que ela pega... É cedo... O café 15h, 16h, toma quando volta da escola em casa. (F2, grifo nosso)*

*Tem hora que ela fica assim... que ela chega, ela fica ali no quarto. Ontem mesmo ela chegou, tadinha. **Aí eu pedi pro irmão dela pra buscar um pão pra ela, que ela ia tomar banho, comer o pão, descansar um pouquinho pra estudar.** Aí ela foi, estudou, depois eu vi que a luz tava apagada, ela tava com a cabeça doendo. **Aí dei um remédio, ela cochilou um bocadinho, e depois lá já tava sentada de novo, estudando.** É uma luta.... De manhã é o seguinte, mesa cheia de caderno. Ela põe o celularzinho pra despertar. Às vezes ela já tá fazendo café na cozinha, quando penso, levo um susto com ela... Levantando já vai pro banheiro pra tomar um banho....(F7, grifos nosso)*

Outro fator a ser destacado nas respostas dessa questão, foi a dificuldade de resposta das famílias que, em sua maioria, limitaram-se a dizer que consideram a relação família- escola como boa, apontando a sua participação e presença em eventos escolares e reuniões de pais.

No entanto, foi possível perceber também outras formas de apoio e de participação das famílias na vida estudantil dos filhos, por meio do cuidado e a preocupação com os filhos, para que estejam bem para estudar, apoiando e promovendo um ambiente mais propício aos estudos.

Para Charlot (1996, p. 57) “é a força de uma demanda inscrita na rede das relações familiares, mais do que a ajuda técnica dada pelos pais, que sustenta a mobilização dos jovens em relação à escola”, ou seja, ainda que os pais ou familiares não consigam ajudar diretamente nas tarefas e atividades escolares (“ajuda técnica”), eles se mobilizam de outras maneiras, de tal forma que o sucesso escolar passa a ser uma demanda familiar e o jovem se apropria dessa demanda, tornando-a vontade pessoal de sucesso, mobilizando o jovem em relação à escola.

O trabalho/ ocupação dos pais também apareceu nas falas como um elemento relevante na compreensão das dinâmicas de mobilização escolar. À luz do modelo bioecológico de Bronfenbrenner, esses elementos integram o exossistema, que se refere a contextos socioambientais que não envolvem diretamente o indivíduo, mas que, exercem influência sobre sua vida, como o trabalho dos pais. Tal influência pode ser percebida através da fala da família.

[...] a gente morava na roça e era mais difícil ainda para ela estudar. Ela achou que ia melhorar, ficou mais difícil. E ela que sempre gostou de estudar, aí a gente foi para lá, aí ela ficou, ficava mais em casa do que na aula. Porque quando chovia, não tinha como ir, à Kombi, não buscava. Aí ela ficava em casa. Aí a gente ficou lá uns seis meses lá, depois a gente veio embora para cá. Porque aí ele foi trabalhar lá, e a gente teve que mudar para lá. Aí ela ficou lá, nesse caminho lá, e ela falou que tinha que brigar com nós, porque tinha prejudicado muito ela, até o estudo dela, né? Aí, graças a Deus, ela conseguiu entrar lá, ficou muito feliz.(F7)

Ou seja, o fato do desemprego do pai, gerou mudanças para toda a família que precisou mudar de Rio Pomba para a zona rural de outra cidade vizinha, o que dificultou ainda mais a forma de deslocamento do estudante, que pelo período em que morou na zona rural enfrentou

desafios que impossibilitaram de estar frequentemente nas aulas, fragilizando seus processos proximais com professores, colegas e conteúdos escolares.

Ao mesmo tempo, o estresse decorrente da instabilidade econômica pode comprometer o suporte emocional e a organização da rotina doméstica, afetando também os processos proximais no interior da família. Assim, o exossistema não atua de forma abstrata, mas interfere concretamente nas condições que sustentam ou enfraquecem as interações cotidianas que promovem o desenvolvimento.

Nesse caso, podemos notar como as decisões ou situações em contextos como o trabalho dos pais, no caso o exossistema interferem na vida e no desenvolvimento do jovem adolescente.

Eu tive que parar de estudar agora no terceiro ano, porque eu precisei trabalhar pra ajudar em casa... então quando teve a greve eu voltei pra minha cidade, porque era difícil pra continuar pagando o aluguel, ter que ir e voltar todo dia, aí eu não pude continuar. (E10)

A realidade da estudante 10, evidencia como as demandas econômicas da família, situadas no exossistema, repercutem diretamente sobre os processos proximais escolares, uma vez que, ao impor a necessidade de priorizar o trabalho e a contribuição para a renda familiar, tais demandas reduzem o tempo, a disponibilidade emocional e a estabilidade necessários para a manutenção de vínculos regulares e significativos com professores, colegas e atividades acadêmicas. Consequentemente, restringem as possibilidades de escolha, fragilizam a continuidade das experiências formativas e podem culminar na interrupção da trajetória escolar e na ruptura do vínculo institucional.

Além disso, a exclusão educacional ou a interrupção de um projeto idealizado pelo estudante, assim como as mudanças repentinas geradas por situações adversas, podem impactar também a saúde mental e bem-estar do indivíduo, aumentando a vulnerabilidade e a propensão de transtornos.

Destaca-se também nesse contexto, segundo Portes (2021), que no caso das famílias de camadas populares, dada a situação de fragilidade econômica em que vivem, muitas vezes, não é possível suportar desde os menores contratemplos como uma doença inesperada, a necessidade de mudança de residência ou de moradia estudantil, de república, dentre outras situações. E essa quebra de “estabilidade” vivenciada em algum momento pelo estudante que quando ocorrem tendem a se resolver muito lentamente, influenciando de modo geral a família e seus membros.

6.4.4 Políticas públicas que interceptam a política educacional

As políticas públicas⁵⁷ que interceptam a política educacional são aquelas que, mesmo não estando voltadas para a educação, impactam significativamente nesta, como é o caso do serviço de transporte oferecido pelas prefeituras das cidades vizinhas de Rio Pomba para levar e buscar os estudantes na instituição e da prefeitura de Rio Pomba que transporta os estudantes da zona rural do município.

Ela levanta 5 horas, 5h40 que sai de ônibus da prefeitura que ela pega... É cedo... (F2)

A prefeitura leva os alunos até o IF. Todo dia busca... Todo dia leva e busca. Ah, isso é bom...(F3)

[...] o transporte que é o carro da prefeitura que leva ela pra escola todo dia... (F11)

Aí tem transporte dado pela prefeitura, vou e volto todo dia, é cansativo, mas...já ajuda (E2)

Eu moro na roça e a prefeitura busca e leva na escola (E1)

Como já apresentado em dados anteriores, 07 dos estudantes utilizam como meio de transporte para o IF Rio Pomba o transporte oferecido pelas prefeituras, o que impacta dentre outros fatores na possibilidade de uma frequência mais regular na escola, mais segurança e proteção para o estudante e para as famílias quanto ao atendimento no deslocamento para a instituição.

Dessa forma, nota-se como as leis que regulam o sistema educacional interferem na vida do estudante e de sua família, a partir de medidas das esferas macrossistêmicas que podem promover contextos favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996).

Em se tratando de adolescentes, destacamos aqui também a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reforça os direitos da criança e do adolescente, incluindo direito a educação e proteção; da inclusão em Políticas da Assistência Social como Programa

⁵⁷ Apesar dos avanços legais na esfera da garantia de direitos para adolescentes (12 a 18 anos) e jovens (15 a 29 anos) e da criação de instituições governamentais para o desenvolvimento de políticas a eles destinadas instauradas nas últimas duas décadas, é preciso reconhecer que ainda há muito que se fazer no campo das políticas públicas voltadas para esse grupo. De toda forma, o Brasil possui uma legislação avançada e protetiva para adolescentes e jovens. Citamos o Estatuto da Criança e do Adolescente⁶ e o Estatuto da Juventude.⁷ Em julho de 2010, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, após tramitar sete anos no Congresso Nacional. A Emenda inseriu o termo jovem no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento os direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres. Para conhecer essas leis, sugerimos que você acesse a página do Conselho Nacional de Juventude: www.juventude.gov.br/conjuve/ (Dayrell; Carrano; Maia, 2014, p. 104-105).

Bolsa Família e outras que possibilitem as famílias de baixa renda melhores condições de acesso a serviços e a educação e a Política de Cotas que possibilita o acesso dos menos favorecidos às instituições de ensino públicas federais

Na interface com a Política de Educação, considera-se que a política de assistência estudantil se constitui em importante ferramenta no âmbito da garantia de direitos; inscrita na Constituição Federal/ 88 (art. 205 e 206) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), ambas preveem a igualdade de condições para o acesso e a permanência do adolescente na escola.

Visando assegurar o direito à educação e criar condições favoráveis de permanência escolar e de desenvolvimento humano, vemos que o caminho será construído a partir da intersecção entre a política educacional com outras políticas públicas. No entanto, isso acontece na prática?

No caso dos estudantes que residem em outras cidades, percebe-se as dificuldades de poder retornar para casa com regularidade. Tal realidade possibilita refletir sobre a necessidade de repensar as políticas públicas educacionais de modo que não seja o estudante e as famílias que devam se adequar aos serviços, mas sim que os serviços sejam pensados para de fato atender os direitos de quem dela necessita.

Esse ano, por conta da reposição de greve, ela tá vindo de 15 em 15 dias por causa dos sábados letivos. Mas ela vinha com frequência, todo final de semana.... Todo final de semana, no primeiro e no segundo, todo final de semana, eu pagava pra ela vir. (F6).

Tendo em vista que o Instituto Federal não limita as condições de ingresso do estudante por zoneamento, mas atende a todos independente da cidade de origem, a fala da família diante da realidade estudantil de um adolescente que precisa estar com a família, e que nesse caso depende dos recursos da família para retornar para casa, remete a reflexão das diversas formas de atendimento ainda não contempladas no PNAES e na rede de políticas necessárias ao atendimento das famílias menos favorecidas.

6.4.5 Ampliação do horizonte de possibilidades juvenis

A continuidade dos estudos e a capacidade de projeções para o futuro também apareceram nas falas dos estudantes e das famílias, expectativas que vão além das condições objetivas de origem, marcadas, pela baixa escolaridade dos pais e por limitações materiais, nota-se avanços significativos em relação às aspirações e possibilidades percebidas pelos jovens.

O anseio pela continuidade dos estudos se materializou, conforme apresentado no Quadro 16, em diferentes trajetórias: 8 estudantes foram aprovados em instituições de ensino superior; 1 estudante inseriu-se profissionalmente na área de sua formação técnica; 1 atua no setor comercial; e 1 permanece cursando o ensino médio técnico integrado em Zootecnia.

Quadro 16 – Situação/êxito dos egressos pesquisados (2025)

Institutos Federais	Universidades Federais	Instituições de Ensino Superior Particulares	Outros
03 estudantes: Bacharelado em Zootecnia no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Ingresso por meio do Processo Seletivo (vestibular); encontram-se matriculados no curso.	01 estudante: Bacharelado em Zootecnia na Universidade Federal de Lavras. Ingresso por meio do ENEM e encontra-se matriculado no curso.	01 estudante: Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC) de Ubá MG - PROUNI (100% Enfermagem; e 50% Psicologia); aprovada por meio do ENEM.	01 estudante: trabalhando na área de formação
01 estudante: Bacharelado em Zootecnia no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Ingresso por meio do ENEM e encontra-se matriculado no curso.	01 estudante: lista de espera da UFJF (Medicina Veterinária) e fazendo cursinho popular para melhorar nota do ENEM e tentar ingressar em Medicina Veterinária. Aprovada também no Bacharelado em Zootecnia no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, por meio do Processo Seletivo (vestibular).		01 estudante: cursando o 3º ano do Técnico Integrado em Zootecnia IF Campus Rio Pomba
01 estudante: Educação Física no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Ingresso por meio do Processo Seletivo (vestibular); encontra-se matriculado no curso.			01 estudante: cursando a EJA e trabalhando na área comercial

Fonte: Dados da pesquisa (março 2025).

Ao considerar os sistemas ecológicos propostos por Bronfenbrenner (1996), compreende-se que tais decisões e percursos são influenciados por relações que se estabelecem nos múltiplos contextos — como a família, escola, amigos, as políticas públicas e as condições sociais mais amplas — que interagem simultaneamente. Esses sistemas produzem tanto tensões quanto oportunidades, que atravessam as trajetórias dos jovens e moldam suas aspirações, escolhas e possibilidades.

O Quadro 16 mostra que, 8 dos 11 estudantes pesquisados conseguiram acessar, a educação superior, ratificando as expectativas dos estudantes e de seus familiares em relação ao ingresso no ensino superior. Esse dado evidencia que a assistência estudantil, ao favorecer a permanência escolar, possibilita que os estudantes se preparem para acessar um ensino superior de qualidade, reforçando a relevância simbólica do PNAES na consolidação de uma maior longevidade escolar e fortalecendo seus projetos de vida.

É importante reconhecer, contudo, que não é possível mensurar o sucesso ou o fracasso de uma forma objetiva e pertinente, tendo em vista que o desenvolvimento dos estudantes decorre de um conjunto de fatores que incluem desde as características individuais, contexto familiar, ambiente escolar e políticas públicas. Como afirma Lahire, (1997, p. 19),

Se a família e a escola podem ser consideradas como redes de interdependência estruturadas por formas de relações sociais específicas, então o "fracasso" ou o "sucesso" escolares podem ser apreendidos como o resultado de uma maior ou menor contradição, do grau mais ou menos elevado de dissonância ou de consonância das formas de relações sociais de uma rede de interdependência a outra.

No caso da estudante que atualmente faz cursinho para ingressar na Medicina Veterinária na UFJF, nota-se que sua trajetória foi favorecida pela atuação da mãe, que por ser professora, dispõe de maior experiência e conhecimento (um tipo de capital cultural) que favorece a compreensão da organização do sistema escolar e “as ramificações escolares do ponto de vista de sua qualidade acadêmica, prestígio social e retorno financeiro”. Essa familiaridade com o universo escolar faz com que se perceba maior participação nos momentos de escolhas importantes das trajetórias dos filhos (Nogueira; Nogueira, 2002, p. 22).

Além disso, a compreensão das trajetórias analisadas requer deslocar o olhar para a condição juvenil. Dayrell, Carrano e Maia (2014, p. 104) propõem uma reflexão acerca da condição juvenil, e a importância de enxergar o jovem como sujeitos dotados de experiências, saberes e desejos, que se “apropriam do social e reelaboram práticas, valores, normas e visões de mundo a partir de uma representação dos seus interesses e de suas necessidades; interpretam e dão sentido ao seu mundo”. Essa perspectiva reforça a ideia de que os estudantes não são meros receptores de informações ou normas, mas agentes que participam da construção de seu próprio desenvolvimento social, cognitivo e cultural, interagindo de maneira significativa nos contextos em que estão inseridos e, portanto, capazes de modificar aspectos de sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar de que forma a Política de Assistência Estudantil permite que haja consistência e frequência nas interações positivas que promovem o desenvolvimento dos estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado em Zootecnia do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais Campus Rio Pomba, e como isso se reverbera na realidade das famílias pesquisadas.

Por se tratar de um estudo que buscou mapear as expressões do desenvolvimento estudantil e conseqüentemente do desenvolvimento humano, que se manifestam por meio das múltiplas expressões resultantes da interação contínua entre o sujeito e os contextos em que ele está inserido, observou-se que a Política de Assistência Estudantil (consideradas as ações previstas no Decreto n. 7234/2010, e os serviços institucionais de apoio ao estudante) ao possibilitar a permanência do estudante no Instituto Federal, favoreceu que este se apropriasse dos espaços, conteúdos e de formas ampliadas de participação no mundo, além de influenciar positivamente a realidade das famílias pesquisadas, cujos efeitos são multidimensionais e multilaterais.

A começar pelo contexto histórico da educação profissional brasileira, observa-se que, esta era destinada as pessoas menos favorecidas, enquanto a elite destinava-se a educação superior. Essa dualidade reforçava as desigualdades sociais e limitava as possibilidades de mobilidade educacional e social dos jovens oriundos das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a criação dos Institutos Federais e a implementação da Política de Assistência Estudantil representam um avanço, ao possibilitar aos jovens estudantes menos favorecidos o acesso a uma educação mais integral, ampliando as possibilidades de uma formação capaz de contribuir com melhorias de condições sociais.

A educação profissional técnica de nível médio integrada tem se consolidado como uma alternativa estratégica para a formação de jovens, especialmente oriundos das camadas populares, aliando formação geral e preparação para o mundo do trabalho. Nesse contexto, a política de assistência estudantil exerce papel fundamental na garantia do direito à educação, promovendo não apenas o acesso, mas, sobretudo, a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Partindo da revisão integrativa realizada neste trabalho, percebe-se que são muitos os desafios impostos pelas condições de vida material e simbólica para a permanência dos estudantes das classes populares. No entanto, observa-se uma baixa produção de pesquisas que

abordem a relação entre a assistência estudantil e a formação dos estudantes na educação profissional, tendo em vista que os estudos se concentram, em sua maioria, na educação superior.

Tal constatação aponta para a necessidade de (re)pensar as ações da política de assistência estudantil, as políticas institucionais e a atuação profissional da equipe da assistência estudantil, bem como a importância de fortalecer estratégias intersetoriais e pedagógicas que contribuam para a efetiva permanência e êxito dos estudantes, e principalmente de ampliar as investigações sobre a temática.

Como a pesquisa foi desenvolvida no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba, buscou-se caracterizar como se configura a assistência estudantil nessa instituição, tendo em vista que, não há um modelo único de gestão da política de assistência estudantil, que varia de acordo com a realidade e autonomia de cada instituição.

O estudo também evidencia que as ações da assistência estudantil são objeto de constante reflexão, gestão e tomada de decisão, como realizado no período da pandemia da Covid 19, nos anos de 2020 e 2021 no IF Sudeste MG, com a adoção de um Edital Unificado multicampi (publicado pela Reitoria) nos quais os auxílios voltaram-se para o atendimento emergencial que o contexto demandava, com destaque para a área da inclusão digital, o que no formato presencial geralmente não é a ação predominante dentre as áreas atendidas, como foi possível perceber através dos dados obtidos, nos quais destacam-se as modalidades de bolsas na manutenção e alimentação no ano de 2023, com mais estudantes atendidos, no Campus Rio Pomba.

No Campus Rio Pomba, além das ações que envolvem os auxílios pecuniários, outros setores como o de saúde, apoio pedagógico e o núcleo de ações inclusivas compõem a coordenação de assistência estudantil do Campus Rio Pomba, em razão de suas particularidades históricas e estruturais, identifica-se ações de assistência ao estudante antes e a partir da consolidação do PNAES, nos diferentes tempos e contextos históricos, o que também não é realidade de todos os institutos federais.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma política governamental regida pelo Decreto n. 7.234 de 2010, que indica dez áreas de atuação, com o objetivo de reduzir a evasão e a melhorar o desempenho escolar de estudantes das instituições federais de ensino, em condição de vulnerabilidade social.

A partir da Política Nacional de Assistência Estudantil (Lei n. 14.914/2024), o que chamamos de Programa Nacional de Assistência Estudantil, passou a constituir apenas um dos

dez programas que compõem a política. Além dele, outros programas e ações que já eram desenvolvidas pelo governo, foram incorporados ao escopo da lei.

No caso dessa pesquisa, consideramos os efeitos do PNAES com base nas ações previstas no Decreto n. 7.234 de 2010, considerando que o período do curso e do acompanhamento dos estudantes pesquisados compreende os anos de 2022 a 2024, no qual os editais e ações de atendimento ao estudante por meio do PNAES foram realizados a partir desse decreto, já que a implementação de novas ações a partir da Lei n. 14.914 de julho de 2024, se iniciaram a partir de sua criação, para mudanças futuras que ocorreriam a partir de 2025.

Essa política de governo, apesar da mesma sigla, era um programa e passou a partir da Lei n. 14.914 de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a ser uma política de Estado, o que representa um avanço, tendo em vista que, assim se garante assim mais continuidade, longevidade e estabilidade de ações, necessária à efetivação de direitos.

As ações já desenvolvidas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil continuam e foram complementadas com mais programas que visam o melhor atendimento e a permanência estudantil, compondo a Política Nacional de Assistência Estudantil. A Lei da PNAES representa um marco na história da Assistência Estudantil, por meio da qual os estudantes passam a ter mais garantia quanto à sua permanência ao longo de sua trajetória educacional.

Os dados e a literatura revelam que a assistência estudantil é essencial para enfrentar as múltiplas vulnerabilidades que afetam os estudantes dos cursos técnicos integrados, como a insegurança alimentar, a dificuldade de transporte e a necessidade de conciliação entre estudo e trabalho, que se impõem como fatores de risco que podem comprometer a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, a qualquer tempo, desde o ingresso até a conclusão do curso.

Com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), foi possível, a partir dos dados empíricos e em diálogo com o referencial teórico adotado, construir categorias que possibilitaram a compreensão e o aprofundamento acerca dos fatores que favorecem ou limitam as trajetórias educacionais dos jovens. Essas categorias permitiram articular tais fatores às condições de vida das camadas populares e compreender de que modo são mediados pelas ações da política de assistência estudantil.

Dentre as modalidades do programa de assistência estudantil, as modalidades de alimentação e manutenção se mostraram as mais recorrentes entre os estudantes atendidos,

tendo em vista que é garantida ao estudante selecionado desde o ingresso no programa, representando um suporte fundamental para sua permanência cotidiana na instituição. Já a seleção para o recebimento da manutenção ocorre anualmente, conforme critérios definidos em edital que visam priorizar aqueles em situação de maior vulnerabilidade social.

Dessa forma há uma continuidade na modalidade de alimentação e nas modalidades como a manutenção, transporte, uniforme e material didático, que dependem de seleção anual e disponibilidade orçamentária para atender às demandas, podem ocorrer discontinuidades no atendimento, tendo em vista que, o número de inscritos para serem atendidos pelos auxílios no Campus Rio Pomba é muito superior ao número de vagas ofertadas, sendo insuficiente para abarcar todos os estudantes que dela necessitam, ainda que as suas condições socioeconômicas se enquadrem ao perfil exigido para o recebimento.

No entanto, os estudantes destacam, como sendo os mais imprescindíveis e até determinantes para a permanência escolar, o auxílio alimentação, tendo em vista que o refeitório institucional é o principal local utilizado para a realização das refeições durante o período em que permanecem na escola, e o transporte, uma vez que somente assim seria possível a frequência regular, o cumprimento dos horários e a participação nas aulas e atividades acadêmicas.

Dentre as políticas que interceptam o campo educacional, o transporte escolar oferecido pelas prefeituras, foi destacado como central para viabilizar as condições concretas de permanência, evidenciando a importância da articulação das políticas públicas no atendimento às demandas reais de acesso e permanência.

Os estudantes pesquisados são jovens adolescentes dentro da faixa etária de 17 a 18 anos de idade, formado por estudantes do município de Rio Pomba e cidades circunvizinhas, com predominância do sexo feminino, que também se apresenta como um fato inovador, tendo em vista que, a predominância de alunas em um curso de perfil profissional rural, como se observa nos estudos de Moreira (2012), não era realidade em períodos anteriores, sendo um ponto interessante a ser investigado, podendo estar relacionada a novas demandas sociais da área, ou educacionais, como se nota nos estudos de Miranda (2018), no qual o ingresso nos cursos técnicos integrados têm se consolidado como uma relevante via de acesso ao ensino superior.

Destaca-se também que os estudantes pesquisados, por manterem uma proximidade com o meio rural, seja em decorrência dos contextos de socialização familiar, ou pelas vivências relacionadas às atividades laborais dos pais, trazem consigo um conjunto de recursos simbólicos

e práticos que atuam como facilitadores na adaptação ao curso e na construção de vínculos de pertencimento.

Observa-se, portanto, que muitos estudantes optaram por cursos superiores vinculados à área de formação técnica, o que demonstra que a proximidade com o meio rural influencia o modo como os jovens se inserem no espaço escolar, e como amplia suas possibilidades de desenvolvimento humano, influenciando sua permanência e seus projetos de futuro (Bronfenbrenner, 1996).

Outro aspecto relevante foi perceber que o acesso dos estudantes ocorreu prioritariamente por grupos de reserva de vagas, o que foi possível a partir da Lei de Cotas. Além disso, se observa que mesmo os estudantes que ingressaram pela ampla concorrência seriam público alvo das cotas, o que ratifica a importância e efetividade da política de cotas na ampliação do acesso de estudantes oriundos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, nos Institutos Federais.

Também é inegável o valor simbólico atribuído ao Campus Rio Pomba, por meio das falas dos estudantes e suas famílias, que evidenciam a crença na educação pública de qualidade como uma oportunidade de romper com trajetórias precárias e dificuldades. O ingresso no Instituto Federal é percebido como uma conquista significativa, especialmente por oferecer uma estrutura qualificada, e por experiências positivas vivenciadas por parentes ou amigos, no âmbito profissional ou educacional, reforçando a imagem da instituição como um espaço de oportunidades.

Apesar das famílias apontarem que os auxílios estudantis são utilizados em benefício direto dos próprios estudantes, também identificam que esses recursos representam uma forma indireta de apoio à família, que, de outra maneira, teria de arcar com os custos relacionados à alimentação e a outras necessidades básicas do estudante. Nota-se, também, que os auxílios financeiros fortalecem a permissão familiar e a posição do estudante no interior da família, uma vez que, por meio desse apoio, o estudante consegue justificar sua permanência na instituição, reduzindo tensões relacionadas à sua continuidade nos estudos.

Além disso, observou-se que alguns estudantes utilizam o auxílio manutenção para acessar formações complementares, como cursinhos noturnos e cursos de qualificação profissional, ampliando assim suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, podendo promover mudanças em sua condição de vida e na de sua família, não apenas por meio do emprego ou da geração de renda, mas também pelo acesso ao conhecimento e pela ampliação do capital cultural.

Em relação à escolaridade das mães dos estudantes pesquisados, observa-se predominância de Ensino Fundamental II incompleto. Já quanto à escolaridade dos pais, verifica-se maior prevalência de Ensino Fundamental I incompleto. Esses dados indicam que os estudantes em questão provêm, em sua maioria, de famílias com baixo nível de escolaridade, o que pode influenciar diretamente o acesso a recursos culturais e o apoio educacional disponível em casa, reforçando a importância das políticas de assistência estudantil e do suporte institucional.

Portanto, no âmbito intergeracional e social, um efeito significativo observado são que os estudantes pesquisados alcançaram maior longevidade escolar e níveis mais elevados de escolaridade do que outros membros de sua família, o que tende a impactar positivamente tanto sua própria qualidade de vida quanto a de seu núcleo familiar e, em certa medida, da comunidade na qual está inserido.

Nesse sentido, determinadas condições que incidem sobre o bem-estar do jovem adolescente – como aquelas proporcionadas por políticas de assistência estudantil – podem repercutir diretamente na dinâmica familiar, contribuindo para a melhoria das condições de vida do grupo como um todo (Carvalho Junior; Xavier; Ferreira, 2022).

Já em relação ao desempenho acadêmico dos estudantes nota-se que por meio do comparativo do Coeficiente de Rendimento (CR) dos estudantes beneficiários da Política de Assistência Estudantil em relação aos demais colegas da turma, médias discretamente inferiores às dos que não recebem os auxílios estudantis, apresentando com o passar do tempo uma tendência de crescimento contínuo do rendimento ao longo dos três anos do curso, demonstrando que, ainda que os estudantes assistidos partam de condições iniciais mais desafiadoras, conseguiram avançar significativamente em seu desempenho acadêmico.

Dessa forma, nota-se que, no contexto da educação profissional técnica integrada, a política de assistência estudantil potencializa o desenvolvimento dos estudantes, por ser um instrumento para a permanência simbólica e material para o estudante se apropriar dos espaços, conteúdos e participação no mundo. Contudo, é urgente ampliar os recursos destinados a essa política, fortalecer a articulação entre áreas pedagógicas e assistenciais, e formular estratégias mais sensíveis às especificidades juvenis dos estudantes da rede federal, contemplando, entre outras ações, o desenvolvimento de iniciativas voltadas à promoção da saúde mental e ao bem-estar estudantil, aspectos que também emergem nas falas dos estudantes e das famílias como demandas que perpassam as condições de permanência.

Além disso, a Política de Assistência Estudantil, de certo modo, promoveu estabilidade, levando a melhor transição, performance e permanência acadêmica e por se tratar de famílias de camadas populares atuou também como mecanismo de proteção social, ao mantê-los vinculados à escola e afastados de contextos de vulnerabilidade e risco.

No entanto, mais do que isso, nota-se que o PNAES ao promover condições mais favoráveis de permanência por meio de suporte material, possibilitou que o estudante pudesse estabelecer relações com seus pares, professores, equipe pedagógica e técnicos administrativos, favorecendo o que Bronfenbrenner (1996) denomina de processos proximais, contribuindo para fortalecer o sentimento de pertencimento, maior engajamento do estudante nas atividades escolares e institucionais, melhor desempenho e desenvolvimento.

Além disso, observou-se que a assistência estudantil favoreceu o desenvolvimento de vínculos com a instituição e estimulou a participação dos estudantes em diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como visitas técnicas, estágios, eventos científicos promovidos pela instituição, participação no grêmio estudantil, em grupos como o Neabi e em jogos desportivos.

Tais experiências ampliam as oportunidades formativas e contribuem para uma formação mais integral dos jovens, na medida em que as vivências escolares podem representar processos de construção de novas disposições (novos esquemas de percepção, pensamento e ação) e de relação com o saber (Lahire, 2002; Charlot, 1996); fato percebido nas falas dos estudantes e das famílias que evidenciam mudanças significativas em suas percepções, atitudes e expectativas, do ingresso ao final do curso.

Diniz e Koller (2010) ressaltam a importância das relações afetivas para o desenvolvimento humano, principalmente para o jovem adolescente. As falas dos estudantes evidenciam que os vínculos afetivos construídos no contexto escolar com os colegas e professores são percebidos como importante forma de apoio e afeto para a permanência e êxito escolar, pois em muitos momentos foram essenciais para se sentirem motivados em relação a aprendizagem.

Nesse contexto, o vínculo com os colegas e a integração com a turma foi mais enfatizado pelos estudantes como estratégia para superarem as dificuldades de adaptação às diversas exigências e de compreensão dos conteúdos, revelando a importância das relações entre pares no processo de permanência escolar e na mobilização de processos de desenvolvimento, principalmente para os jovens de camadas populares, para os quais a escola representa não apenas um espaço formativo, mas também de socialização e de aquisição de saberes para a vida.

Tendo em vista, que o maior número de desistência do curso tende a ocorrer no primeiro ano, observa-se também nesse processo, que com o tempo, especialmente na transição para os segundos e terceiros anos, e a partir das experiências vividas no cotidiano escolar, os estudantes desenvolvem estratégias, que aos poucos vão substituindo o sentimento inicial do receio de não conseguir ou de inadequação diante das novas exigências escolares.

Nas falas dos estudantes e de suas famílias, observou-se também que uma maior participação dos pais ou irmãos mais velhos, seja por meio da presença, do acompanhamento acadêmico ou da disponibilização de recursos, como aulas particulares, ocasionou uma maior capacidade de estabilidade emocional do estudante e menores possibilidades de desistência.

No entanto, em alguns casos, a articulação família- escola foi prejudicada pelas situações decorrentes do próprio contexto de vulnerabilidade social como as condições de vida precárias e a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho. Observou-se, ainda, que a maior parte das entrevistadas foram as mães dos estudantes, responsáveis principais pelo suporte educacional e cuidado.

Esses dados reforçam a importância da rede de apoio familiar no processo de permanência e sucesso escolar, pois mesmo que o apoio não seja o acompanhamento direto das atividades escolares, o incentivo, o afeto e a valorização do esforço do estudante por parte da família são fundamentais, principalmente nessa etapa de ensino (Portes, 2000).

A pesquisa também demonstra que a maior parte dos estudantes buscaram ingressar em cursos superiores na mesma área de formação técnica, ou em áreas afins de instituições federais de ensino ou no próprio Campus Rio Pomba que possui verticalização na área de Zootecnia. E ainda em cursos superiores e licenciaturas oferecidas pelo IF, além de cursos superiores na área da saúde em instituições privadas, cujo acesso se deu por meio de políticas públicas como o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Dessa forma, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner (1996), foi fundamental para as análises realizadas nesse trabalho, ao permitir identificar de que maneira a política de assistência estudantil, ao favorecer a permanência no Instituto Federal, ampliou o acesso dos jovens a recursos, experiências e relações significativas que fortaleceram suas trajetórias escolares, cujos efeitos se estenderam para além de aspectos acadêmicos, ampliando as expectativas e possibilidades de futuro.

Portanto, reafirmamos a necessidade de reflexão sobre as formas de apropriação e concepção das políticas públicas como a da Assistência Estudantil para assegurar já na etapa da educação profissional, principalmente na formação técnica integrada ao Ensino Médio, ações

mais comprometidas com o germe da formação integral e a emancipação dos jovens estudantes da escola pública.

Como sugestão para pesquisas futuras, seria de grande relevância ampliar os estudos acerca dos sentidos atribuídos à permanência e os fatores que motivaram a evasão escolar, a partir das experiências dos estudantes que interromperam seus cursos. Tal investigação permitiria compreender com maior profundidade os processos de exclusão ainda presentes e subsidiar o aprimoramento de ações institucionais e políticas públicas voltadas à permanência e ao desenvolvimento do estudante.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABREU, M. K. A.; XIMENES, V. M. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 32, e200067, 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200067>
- ALMEIDA, A. N.; SILVA, P. V.; RIBEIRO, E. N. Evaluation of student assistance programs of the University of Brasília (UnB). **Revista Meta: Avaliação**, v. 13, n. 38, p. 27-51, 2021. <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/2928/0>. Acesso em: 8 set. 2025.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ARAÚJO, C. M.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Contribuições de Bourdieu ao tema do desenvolvimento adolescente em contexto institucional socioeducativo. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 8, n. 2, p. 215-224, 2014. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/534. Acesso em: 4 mai. 2024.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES**. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>. Acesso em 16 abr. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRAGA, G. P. O.; DAL PRÁ, K. R. A incorporação da família e de metodologias de acesso na assistência estudantil no contexto do PNAES. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 39, p. 122-136, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5722>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 4 mar. 2024.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível médio**. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Concepções e diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/proen/images/Documentos/Documentos_Internos/CONCEPCOES_E_DIRETRIZES_-_INSTITUTOS_FEDERAIS.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm. Acesso em: 4 mar. 2024.

BRITTO, T. F. **Assistência estudantil: o direito à educação para além da dimensão do acesso**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado Federal, 2023. (Texto para discussão, 324). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/644750>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, Alysson Massote (Org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Tradução de A. Carvalho-Barreto. Porto Alegre: Artmed, 2011.

- BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (Orgs.). **Handbook of child psychology: theoretical models of human development**. New York: John Wiley, 1998. p. 993-1028.
- BUENO, M. A. M.; PINTO, L. M.; CESAR, M. R. A.; GOMES, J. Oficina IN virtual com estudantes no ingresso ao ensino superior: espaço dialógico em tempos de pandemia. **New Trends in Qualitative Research**, Oliveira de Azeméis, v. 7, p. 304-312, 2021. <https://doi.org/10.36367/ntqr.7.2021.304-312>
- CAILLET, V. Experiência escolar dos alunos. In: VAN ZANTEN, A. (Coord.). **Dicionário de educação**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 392-397.
- CAPELLE, R. V. S. **Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras: um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (1956-1958)**. 2006. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppge//files/2009/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o- Rosana-Santiago.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100003>
- CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 23-44, 2002.
- CARNEIRO, M. J. Juventude, trabalho e escolarização no meio rural. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 129-151, 2006.
- CARVALHO JUNIOR, José Roberto Abreu de; XAVIER, Wesley Silva; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Benefícios econômicos e não econômicos na vida de egressos da política de cotas do ensino superior público brasileiro. In: ENCONTRO DA ANPAD (EnANPAD), 46., 2022, on-line. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/6e7d5d259be7bf56ed79029c4e621f44.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- CATANI, A. M.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. C. C.; NOGUEIRA, M. A. (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 515-524, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/prz4cVcRXNM6vwLW9zgS5Cd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 set. 2024.
- CESPEDES, J. G.; MINHOTO, M. A. P.; OLIVEIRA, S. C. P.; ROSA, A. S. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 1067-1091, 2021. <https://doi.org/10.1590/s0104-403620210002902418>

- CHARLOT, B. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. **Cadernos de Pesquisa**, n. 97, p. 47-63, 1996. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/803>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- CHARLOT, B. A relação com o saber: conceitos e definições. In: CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 77-86.
- CHIU, K.-C.; CHEN, R.-C. The analysis of bursary satisfaction and learning performance for disadvantaged students: a case study from Taiwan. **Education Sciences**, v. 13, n. 513, 2023. <https://doi.org/10.3390/educsci13050513>
- CISLAGHI, J. F. **Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo**: respostas do capital à crise. 8 jun. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>. Acesso em: 22 mai. 2023.
- CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. O Plano Nacional de Assistência Estudantil: ampliação de vagas x garantia de permanência. **SER Social**, v. 14, n. 31, p. 473-496, 2013. https://doi.org/10.26512/ser_social.v14i31.13025
- CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- COSTA, S. G. **A equidade da educação superior**: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CRUZ, C. N. Q. **Desistências, resistências e permanências**: olhares discentes de suas trajetórias no IFS – campus São Cristóvão. 2021. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju, 2021.
- DAROS, M. A. Assistência estudantil e a evasão escolar no IFSP: elementos para reflexão. **Conexões: Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 32-43, 2016. <https://doi.org/10.21439/conexoes.v10i1.792>
- DAYRELL, J. T.; JESUS, R. E. Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 407-423, 2016. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016151533>
- DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- DESSEN, M. A. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. esp., p. 202-219, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500010>

DESSEN, M. A.; GUEDEA, M. T. D. A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 30, p. 11-20, 2005.

<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2005000100004>

DINIZ, E.; KOLLER, S. H. O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico.

Educar em Revista, Curitiba, n. 36, p. 65-76, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000100006>

DORIGUETTO, G. N. S. **Assistência estudantil no ensino médio integrado: um olhar sobre o curso técnico em agropecuária do IF Sudeste MG – campus Rio Pomba**. 2021. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Rio Pomba, 2021.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, M. C. A.; SOUZA, M. F. M. A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA. **Educação**, Santa Maria, n. 44, p. 1-22, 2019. <https://doi.org/10.5902/1984644434876>

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: FONAPRACE/UFU, 2012. Disponível em:

http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidade, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação social**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil.

Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 37, 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUZMÁN RINCÓN, A.; BARRAGÁN MORENO, S.; CALA-VITERY, F.; SEGOVIA-GARCÍA, N. Deserción en la educación superior rural: análisis de causas desde el pensamiento sistémico. **Qualitative Research in Education**, v. 11, n. 2, p. 118-150, 2022. <http://dx.doi.org/10.17583/qre.10048>

GUZMÁN, A.; BARRAGÁN, S.; CALA-VITERY, F. Comparative analysis of dropout and student permanence in rural higher education. **Sustainability**, v. 14, n. 14, 8871, 2022.

<https://doi.org/10.3390/su14148871>

HORST, C. H. M.; MIOTO, R. C. T. **Crise, neoconservadorismo e ideologia da família**. In: PAIVA, B. A.; SAMPAIO, S. S. (Orgs.). *Serviço social: questão social e direitos humanos*. Florianópolis: UFSC, 2021. v. 4, cap. 2, p. 34-58. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/f73183b2-586d-4c41-ab3a-4c179d39f873>. Acesso em: 25 fev. 2024

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, n. 129, p. 285-303, 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Zootecnia Integrado ao Ensino Médio**. Rio Pomba: IF Sudeste MG – Campus Rio Pomba, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional: vigência 2021-2025**. Juiz de Fora: IF Sudeste MG, 2021. Disponível em: <http://www.ifsudestemg.edu.br>. Acesso em: 21 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. **Manual do estudante**. Rio Pomba: IF Sudeste MG, 2024. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/noticias/riopomba/manual-do-estudante-regulamento-de-conduta-discente-e-instrucao-normativa-sobre-o-uso-do-uniforme-estao-disponiveis-para-consulta>. Acesso em: 11 jul. 2024.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/521>. Acesso em: 19 nov. 2023.

KUENZER, A. Z. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; SALES, M. R. N. (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldefeder. São Paulo: Ática, 1997.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAHIRE, B. **Patrimônios de disposições: para uma sociologia em escala individual**. In: VISSER, R.; JUNQUEIRA, L. (Orgs.). **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 31-76.

LIBERATI, A.; ALTMAN, D. G.; TETZLAFF, J.; MULROW, C.; GÖTZSCHE, P. C.; IOANNIDIS, J. P. A.; [...]; MOHER, D. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. *PLoS Medicine*, v. 6, n. 7, 2009. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000100>

LIMA, M. C. N.; MELO, M. C. O. L. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 23, p. 216-247, 2016. <https://doi.org/10.22347/2175-2753v8i23.990>

MACEDO, J. C.; ABRANCHES, A. F. P. S. Política de assistência estudantil: repercussões sobre a sua contribuição. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, n. 10, p. 1-21, 2018. <http://10.0.21.4/jpe.v12i0.58615>

MARQUES, R. M.; XIMENES, S. B.; UGINO, C. K. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 3, p. 526-547, 2018. <https://doi.org/10.1590/0101-35172018-2784>

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIRANDA, E. A. **Educação e política de cotas: dos intelectuais e do direito**. Curitiba: Appris, 2018.

MORAES, P. M. Análises sobre a permanência estudantil nos institutos federais de educação. **Educação & Realidade**, v. 48, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317275135017>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MOREIRA, F. A. **Os saberes dos alunos de origem rural e o currículo do curso técnico em agropecuária – Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – campus Rio Pomba**. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV_ba27d31b7797932d23fbd4e59430e62f

MUJICA, A. D.; VILLALOBOS, M. V. P.; GUTIÉRREZ, A. B. B.; FERNÁNDEZ-CASTAÑÓN, A. C.; GONZÁLEZ-PIENDA, J. A. Affective and cognitive variables involved in structural prediction of university dropout. **Psicothema**, v. 31, n. 4, p. 429-436, 2019. <https://doi.org/10.7334/psicothema2019.124>

NOGUEIRA, C. M. M. A abordagem de Bernard Lahire e suas contribuições para a sociologia da educação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: ANPED, 2013. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_sessoes_especiais/se_08_claudionogueira.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>

NUNES, I.; ANDRADE, F. R. B. A permanência de estudantes migrantes no ensino superior e o programa de moradia na UFC. **SciELO Preprints**, 2023. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5386>

OLIVEIRA, F. Além da transição, aquém da imaginação. **Novos Estudos Cebrap**, n. 12, 1985.

OLIVEIRA, R. S.; GUIMARÃES, J. M. C. (Orgs.). **Educação superior e assistência estudantil em Minas Gerais: das lutas e resistências nasceu a flor**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2021.

OLIVEIRA, L. A. C.; DE MARI, C. L. **Políticas de educação profissional: análise do Pronatec no IF Sudeste MG campus Muriaé**. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 45-60, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9710>. Acesso em: 7 abr. 2025.

OLIVEIRA, L. A. C.; REIS, L. P. C.; RIBEIRO, D. B. **Algumas tendências da política de assistência estudantil na contemporaneidade**. *Cadernos Cajuína*, v. 8, n. 3, e238310, 2023. <https://doi.org/10.52641/cadcajv8i3.109>

OLIVEIRA, L. A. C.; REIS, L. P. C.; MIRANDA, E. A. **Política de assistência estudantil: a sua importância na formação dos estudantes da educação profissional**. In: FÉRRIZ, A. F. P. *et al.* (Orgs.). **Serviço social e educação: desafios do verbo esperar**. Bauru: Ibero-Americana de Educação; Cultura Acadêmica, 2024.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.

PEGADO, E. A. C. Reflexos da história no cotidiano institucional desde a Escola de Aprendizizes e Artífices até o CEFET-RN. In: PEGADO, E. A. C. (Org.). **A trajetória do CEFET-RN: do início do século XX ao alvorecer do século XXI**. Natal: IFRN, 2006. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1159>. Acesso em: 22 mar. 2024.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2006.

PORTES, E. A. Trabalho escolar das famílias populares. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs.). **Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 61-80.

PORTES, E. A. A vida universitária de estudantes pobres na UFMG: possibilidades e limites. In: PIOTTO, D. (Org.). **Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 167-237.

RESENDE, T. F.; NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. Escolha do estabelecimento de ensino e perfis escolares: uma faceta a mais das desigualdades escolares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 953-970, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400004>

RODRIGUES, A. M.; RODRIGUES, A. C. S. Estudo sobre evasão e permanência em cursos técnicos profissionalizantes. **Linhas Críticas**, v. 28, e43703, 2022. <https://doi.org/10.26512/lc28202243703>

SALES, K. B. C.; FERREIRA, B. E. S. Estágio como ferramenta de apoio psicossocial a jovens em situação de vulnerabilidade social. **Revista Espaço Transdisciplinar**, v. 6, 2022. Disponível em: <https://www.novomilenio.br/wp-content/uploads/2023/02/01.-Estagio-como-ferramenta-de-apoio-psicossocial-a-jovens-em-situacao-de-vulnerabilidade-social.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

- SANTOS, S. M.; FREIRE, R. S. Acesso e permanência na educação superior como direito: impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 27, n. 2, p. 260-280, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/5089>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- SANTOS, C. C. B.; ABRANTES, P. P. M.; ZONTA, R. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 213-227, 2021. <https://doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.503>
- SCHER, A. J.; OLIVEIRA, E. M. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul: campus Realeza/PR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 25, n. 1, 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100002>
- SCOTT, J. B.; PROLA, C. A.; SIQUEIRA, A. C.; PEREIRA, C. R. R. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, 2018. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>
- SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 101-108, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100013>
- SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>
- SOARES, P.; FERREIRA, E. S. F.; AMARAL, C. A. A. Políticas de assistência estudantil e educadores não docentes nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Educação em Revista**, v. 38, 2022. <https://doi.org/10.1590/0102-469836853>
- SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **SER Social**, v. 21, n. 44, p. 11-28, 2019. https://doi.org/10.26512/ser_social.v21i44.23478
- STEIN, R. H. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- TAUFICK, A. L. O. L. Análise da política de assistência estudantil dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, n. 1, p. 181-201, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020/0>. Acesso em: 23 mai. 2025.
- TEIXEIRA, S. M. Política social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, R. C. T. (Org.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

THIN, D. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 211-225, 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200002. Acesso em: 14 mar. 2025.

TUDGE, J. A teoria de Bronfenbrenner: uma teoria contextualista? In: MOREIRA, L. V. C.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Família e educação**: olhares da psicologia. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 209-231.

ZAPPE, J. G.; DELL'AGLIO, D. D. Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. **Psico**, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 99-110, 2016. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2016.2.21494>

APÊNDICE A – Questionário socioeconômico- estudantes

Data da Aplicação: _____ / _____ / _____

Bom dia (Boa tarde)

Estou trabalhando em um estudo para Tese de Doutorado sobre a “**Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal: uma análise a partir da perspectiva de discentes e suas famílias**”, cujo objetivo é entender como a política de assistência estudantil impacta os estudantes e as famílias atendidas. Peço a sua ajuda para responder as questões, não tomará muito de seu tempo. Os estudantes e familiares terão sua identidade preservada e as respostas serão somadas a de outros participantes. Não serão informados dados individuais. Solicito que as respostas sejam dadas de maneira sincera. Não se preocupe, pois não existe resposta correta. Agradeço a sua colaboração.

Nome do(a) entrevistado(a): _____

1- Idade: _____

2- Qual gênero se identifica: () Feminino () Masculino

3- Cidade de Origem: _____

4- Com quem está morando atualmente:

() República () Alojamento () Família () Sozinho
() Companheiro (a) () Outros

5- Situação da moradia:

() Casa Própria () Alugada () Outras: _____

6- Com quantas pessoas divide a residência? _____

7- Possui local reservado para estudar?

() Sim () Não

8- A moradia da família se localiza em:

() Zona Rural () Zona Urbana

9- Principal responsável pela renda familiar:

() pai () mãe () próprio estudante () outros (quem)? _____

- 10- Renda Mensal bruta per capita da família:
- Nenhuma renda
 - Até $\frac{1}{4}$ salário mínimo (R\$ 353,00)
 - De $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salários mínimos (R\$353,00 a R\$706,00)
 - De $\frac{1}{2}$ a 1 salários mínimos (R\$706,00 a R\$1.412,00)
 - De 1 a 1,5 salários mínimos (R\$ 1.412 a R\$ 2.118,00)
 - De 1,5 a 2 salários mínimos (R\$2.118,00 a R\$2.824,00)
 - De 2 a 3 salários mínimos (R\$2.824,00 a R\$4.236,00)
 - Mais de 3 salários mínimos (mais de R\$4.236,00)
- 11- Nível de escolaridade da mãe⁵⁸:
- Analfabeto
 - Alfabetizado
 - Fundamental I Incompleto (até o 4º ano)
 - Fundamental I Completo (até o 5º ano)
 - Fundamental II Incompleto (do 6º ao 8º ano)
 - Fundamental II Completo (até o 9º ano)
 - Ensino Médio Incompleto
 - Ensino Médio Completo
 - Ensino Superior Incompleto
 - Ensino Superior
- 12- Nível de escolaridade do pai:
- Analfabeto
 - Alfabetizado
 - Fundamental I Incompleto (até o 4º ano)
 - Fundamental I Completo (até o 5º ano)
 - Fundamental II Incompleto (do 6º ao 8º ano)
 - Fundamental II Completo (até o 9º ano)
 - Ensino Médio Incompleto
 - Ensino Médio Completo
 - Ensino Superior Incompleto
 - Ensino Superior
- 13- Ocupação profissional do pai: _____
- 14- Ocupação profissional da mãe: _____
- 15- É atendido (a) por alguma modalidade do Programa de Assistência Estudantil?
 Alimentação Moradia Manutenção Transporte Outros
Quais? _____
- 16- Qual meio/ transporte utiliza para chegar ao IF Sudeste MG campus Rio Pomba?
 ônibus carro próprio da família carona transporte oferecido por Prefeituras
 a pé/bicicleta outro. Qual? _____
- 17- Qual local utiliza para realizar as principais refeições na instituição?
 residência restaurante refeitório da instituição outro

⁵⁸ Será conferida a configuração do grupo familiar para o melhor direcionamento da questão.

- 18- Em qual instituição cursou o Ensino Fundamental?
 Pública Particular Particular com bolsa Maior parte em pública Maior parte em particular
- 19- Qual foi a forma de ingresso no IF Sudeste MG campus Rio Pomba?
 cotas ampla concorrência isenção da taxa de inscrição no processo seletivo
 outras
- 20- Participa de outras atividades na instituição com bolsa?
 Sim Não
- 21- Se a resposta à pergunta anterior for SIM, assinale a atividade que participa:
 Projetos de Extensão Projetos de Pesquisa Projetos de Ensino Monitoria
 Outros. Quais? _____
- 22- Algum membro familiar ou o estudante está cadastrado no CadÚnico do Governo Federal para atendimento de programas sociais?
 Sim Não
- 23- Exerce alguma atividade profissional remunerada?
 Sim Não Qual? _____
- 24- **Para preenchimento do quadro da página seguinte observe as legendas abaixo:**

LEGENDA 1 - Coluna referente à situação de escolaridade	
Analfabeto	01
Alfabetizado	02
Fundamental até o 4º ano (ou até a antiga 3ªsérie)	03
Fundamental até o 5º ano (ou até a antiga 4ªsérie)	04
Fundamental do 6º ano ao 8º ano (da antiga 5ªsérie até a 7ªsérie)	05
Fundamental até o 9º ano (até a antiga 8ª série)	06
Médio Completo	07
Médio Incompleto	08
Superior completo	09
Superior Incompleto	10

LEGENDA 2 - Coluna referente à situação de trabalho	
Não trabalha	01
Desempregado	02
Trabalha com carteira assinada	03
Servidor público	04
Trabalha com atividade rural	05
Aposentado	06
Pensionista	07
Aposentado e pensionista	08
Recebe auxílio doença ou seguro acidente	09
Trabalha como autônomo ou profissional liberal	10
Microempreendedor individual	11
Trabalha na economia informal (faz biscates)	12

Outras rendas do grupo familiar:

Poupança	R\$ _____	Aluguel(is) de imóvel(is)	R\$ _____	Pensão por morte	R\$ _____
Pensão alimentícia	R\$ _____	Ajuda de terceiros	R\$ _____	Benefícios sociais (Bolsa Família, BPC/LOAS	R\$ _____
Seguro- desemprego	R\$ _____	Outros	R\$ _____		

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturado (estudantes)

ESCOLA

- 1- Porque você escolheu estudar no IF Sudeste MG campus Rio Pomba?
- 2- Como foi ou está sendo o período de adaptação? Quais os maiores desafios?
- 3- O que você considera importante para a sua permanência no campus Rio Pomba?
- 4- Participa de outras atividades extra classe promovidas pelo IF Sudeste MG campus Rio Pomba?
- 5- O que você acha da política de assistência estudantil? Considera importantes as ações da Assistência Estudantil para a sua permanência na instituição? Por que? (Assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico).
- 6- Quais elementos você considera como obstáculos para a sua permanência na instituição? O que poderia ser melhorado?

FAMÍLIA

- 7- Houve incentivo/ apoio por parte da família para vir estudar no campus Rio Pomba?
- 8- Você considera que sua vida escolar é acompanhada pelos seus pais/ família?
- 9- Qual tipo de ajuda você recebe da sua família?

AMIGOS

- 10- Quem você considera seus melhores amigos?
- 11- Quando está com algum problema busca resolver com quem?
- 12- Quais atividades você realiza com os amigos?
- 13- Seus amigos te ajudam nas atividades escolares e na permanência do campus Rio Pomba?

COMUNIDADE

- 14- Como é o seu relacionamento com os outros integrantes da comunidade escolar (alunos, servidores técnicos-administrativos, professores, terceirizados)?
- 15- Você participa de algum grupo, além da escola? (Exemplo: Igreja, grupo de teatro, dança ou outros).
- 16- Tem lugares recreativos ou de lazer para os jovens estudantes em Rio Pomba?

17- O que te motiva a continuar no curso no IF campus Rio Pomba?

18- Quais as suas expectativas em relação a formação almejada no campus Rio Pomba?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturado (familiares)

- 1- Como foi e por que a escolha de que o filho (a) estudasse no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba?
- 2- Consideram que participam ativamente da vida escolar dos filhos? De que forma?
- 3- Qual tipo de apoio vocês consideram ser importante para a permanência do filho(a) no IF Rio Pomba? (Financeiro, emocional, motivação, diálogo, presença, interação)
- 4- Como percebem a relação da escola (IF Rio Pomba) com a família?
- 5- Houveram momentos em que consideraram desistir dos estudos do filho(a) no campus Rio Pomba? Por que?
- 6- Possuem conhecimento sobre a política de assistência estudantil do IF Rio Pomba (assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico)?
- 7- Quais modalidades do programa de assistência estudantil vocês conhecem?
- 8- Vocês consideram suficiente os valores dos auxílios da assistência estudantil?
- 9- Além da assistência estudantil, a família encontra-se inserida em alguma política social? Qual (is)?
- 10- O que representa a política de assistência estudantil no contexto financeiro familiar?
- 11- Seria possível que seu (sua) filho (a) estudasse no IF Rio Pomba sem os auxílios da assistência estudantil?
- 12- Consideram como importante o acesso a uma educação de qualidade para os seus filhos?
- 13- O que vocês esperam a partir da formação dos filhos(as) nos cursos do IF Rio Pomba? (Aspiração quanto ao futuro profissional)

APÊNDICE D – Termo de assentimento

Você está sendo convidado(a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal: uma análise a partir da perspectiva de discentes e suas famílias”. Nesta pesquisa, pretendemos como objetivos que são estritamente acadêmicos, analisar os impactos da política de assistência estudantil na realidade das famílias do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba.

Para o desenvolvimento da pesquisa, será necessário entrevistá-lo. O tempo estimado para a entrevista é de aproximadamente 60 minutos, sendo no local da própria escola. Para preservar sua identidade, seu nome e contato não serão divulgados. Em vez disso, usamos números ou nomes fictícios no lugar dos nomes, de acordo com a ordem em que as entrevistas forem sendo realizadas. Os riscos de sua participação na pesquisa estão relacionados ao cansaço, desconforto e inibição em prestar as informações solicitadas. Nesse sentido, o pesquisador estará atento a qualquer constrangimento e você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta, e até mesmo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de comunicado prévio, e sem qualquer prejuízo. Garantimos que todas as informações serão tratadas com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para o estudo que se justifica pela possibilidade de compreendermos os diferentes aspectos que estão presentes no vínculo entre pais e adolescentes e suas possíveis influências que podem interferir na elaboração do projeto de vida.

Para participar deste estudo, seu responsável legal deverá autorizar e assinar um termo de assentimento. Quanto, aos benefícios da pesquisa, você poderá relatar com mais tranquilidade sobre sua relação com seus pais e de forma você planeja seu futuro. E sua participação nesta pesquisa não implicará nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização. Você tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou seu responsável legal de retirar o consentimento ou interromper sua participação, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que você é atendido (a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você não será identificado (a) em nenhuma

publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a permissão de seu responsável legal.

Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida a você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, ou até o término da pesquisa. Depois desse tempo, eles serão destruídos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal: uma análise a partir da perspectiva de discentes e suas famílias”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e o meu responsável legal poderá modificar sua decisão sobre minha participação se assim o desejar. Já assinado o termo de consentimento por meu responsável legal, declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Coordenadora da pesquisa (Pesquisadora responsável): Lilian Perdigão Caixêta Reis - Departamento de Educação da UFV

Endereço: Avenida Peter Henry Rolfs, s/n Campus Universitário – CEP 36570-900 – Viçosa – MG ou pelo telefone (31) 3612-7604 e pelo correio eletrônico: lilian.perdigao@ufv.br.

Pesquisadora: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Departamento de Economia Doméstica da UFV

Endereço: Avenida Peter Henry Rolfs, s/n Campus Universitário – CEP 36570-900 – Viçosa – MG ou pelo telefone (32) 98816-0219 e pelo correio eletrônico: lilian.carneiro@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob os aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, subsolo, Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário - Cep: 36570-900 Viçosa/MG, Telefone: (31) 3612-2316. E-mail: cep@ufv.br

_____, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do Participante

Lilian Perdigão Caixêta Reis
(Professora Orientadora)

Lilian Aparecida Carneiro Oliveira
(Pesquisadora)

APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA-CEP/UFV

O (a) Sr(a) _____, foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal: uma análise a partir da perspectiva de discentes e suas famílias**, cuja equipe de pesquisadores é composta pela Professora Doutora Lilian Perdigão Caixêta Reis e pela Pós-graduanda em Economia Doméstica Lilian Aparecida Carneiro Oliveira.

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sobre a forma de entrevistas semiestruturadas, com duração de aproximadamente 60 minutos. Solicitamos o seu consentimento, pais ou responsáveis, para a sua participação na pesquisa e, também, a autorização para entrevistarmos seu filho(a). As entrevistas com os pais ou responsável e com os filhos tem como objetivo analisar os impactos da política de assistência estudantil na realidade das famílias do IF Sudeste MG. Os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação em pesquisas desta natureza são de ordem psicológica. Diante disso, os participantes poderão não se sentir à vontade sobre alguma questão e preferir não se manifestar. Nesse caso, será lhes garantido o direito de responder apenas as questões que desejarem ou interromper o estudo a qualquer momento. Diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. As providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que podem causar danos são: a entrevista será gravada e posteriormente transcrita. Serão descartadas as entrevistas e incineradas após a análise dos dados obtidos. Suas repostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por nomes fictícios. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados serão apresentados à banca examinadora da Tese de Doutorado, em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária e não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras, podendo a qualquer momento recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que estuda. O benefício relacionado à sua

participação será de aumentar o conhecimento científico para a área de Educação, Políticas Sociais, Famílias e afins.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo uma via destinada ao participante da pesquisa e outra via será mantida em arquivo pelo pesquisador.

Os participantes da pesquisa poderão tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Podendo também desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Qualquer informação favor dirigir-se ao CEP no endereço: Campus Viçosa, prédio Arthur Bernardes, sala 04. Telefone: 3899-2492 Correio eletrônico: cep@ufv.br

Eu, _____ portador do documento de identidade/CPF _____, declaro que concordo em participar de forma voluntária desse estudo.

_____, _____ de _____ de 202____.

Orientadora
 Prof. Dra. Lilian Perdigão Caixêta Reis
 E-mail: lilian.perdigao@ufv.br
 Telefone: (31) 3899-1382
 Endereço: Universidade Federal Viçosa
 (Departamento de Educação UFV)

Pós-graduanda
 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira
 E-mail: lilian.carneiro@ufv.br
 Telefone: (32) 98816-0219
 Endereço: Universidade Federal Viçosa
 (Departamento de Economia Doméstica UFV)

Entrevistado

ANEXO A – Termo de autorização institucional



Autorização Institucional

Eu, José Manoel Martins, responsável pela instituição Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba, declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição CO-PARTICIPANTE desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Conforme Resolução CNS 196 de 10/10/1996 a pesquisa só terá início nesta instituição após apresentação do Parecer de Aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

Assinaturas:

<p>  Documento assinado digitalmente LILIAN APARECIDA CARNEIRO OLIVEIRA Data: 16/06/2023 18:23:30 -0300 Verifique em https://verificar.gov.br </p> <p>Lilian Aparecida Carneiro Oliveira Pesquisadora</p>	<p>  Documento assinado digitalmente JOSE MANOEL MARTINS Data: 16/06/2023 15:45:06-0300 Verifique em https://verificar.gov.br </p> <p>José Manoel Martins Diretor Geral do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba</p>
--	---

ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE DISCENTES E SUAS FAMÍLIAS

Pesquisador: Lílian Perdigão Caixêta Reis

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70746723.6.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Economia Doméstica

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.174.444

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente às Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas e Grande Área 7. Ciências Humanas

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2161463.pdf) e/ou do Projeto Detalhado:

RESUMO: A democratização e a ampliação da permanência e êxito dos estudantes matriculados na Educação Profissional Tecnológica (EPT) é algo que faz parte da premissa e atuação dos Institutos Federais enquanto instituições públicas, laicas e universais. A relevância de pesquisar os impactos da assistência estudantil para os estudantes e suas famílias na EPT, também representa refletir sobre o direito à educação, muitas vezes negado às famílias que já tiveram expropriados outros direitos sociais. Buscaremos analisar as ações da assistência estudantil e outras ações institucionais e os contextos em que os estudantes estão inseridos, que oportunizam principalmente aos jovens em condição de vulnerabilidade social a sua permanência, pois as interações sociais que se constituem no contexto escolar e nos demais ambientes nos quais o estudante está inserido formado pelo tripé família- escola- comunidade também podem ser favoráveis ou não ao desenvolvimento do estudante e do seu processo educacional. Pretende-se consubstanciar essa

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes

Bairro: Campus Universitário

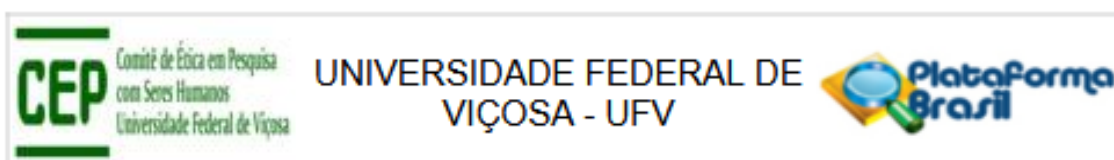
CEP: 36.570-977

UF: MG

Município: VICOSA

Telefone: (31)3812-2318

E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.174.444

Outros	ROTEIRODEENTREVISTAESTUDANT ES.pdf	19/06/2023 08:50:12	Lilian Aparecida Carneiro Oliveira	Aceito
Outros	QUESTIONARIOSOCIOECONOMICOE STUDANTES.pdf	19/06/2023 08:49:53	Lilian Aparecida Carneiro Oliveira	Aceito
Outros	CARTACONVITE.pdf	19/06/2023 08:47:52	Lilian Aparecida Carneiro Oliveira	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	19/06/2023 08:44:08	Lilian Aparecida Carneiro Oliveira	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	19/06/2023 08:41:41	Lilian Aparecida Carneiro Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 11 de Julho de 2023

Assinado por:
Guilherme de Azambuja Pussieldi
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br